

Luiz Otávio Cabral

BACIA DA LAGOA DO PERI: SOBRE AS DIMENSÕES DA  
PAISAGEM E SEU VALOR

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre.

Curso de Pós-graduação em Geografia,  
Área de Concentração: Utilização e  
Conservação dos Recursos Naturais.

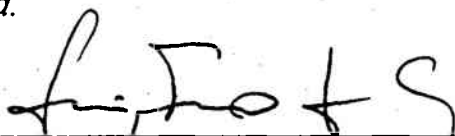
Departamento de Geociências,  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientador: Profa. Maria Dolores Buss.

Florianópolis, outubro de 1999

# "Bacia da Lagoa do Peri: sobre as dimensões da paisagem e seu valor".

## Luiz Otávio Cabral

*Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Utilização e Conservação de Recursos Naturais, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.*



Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

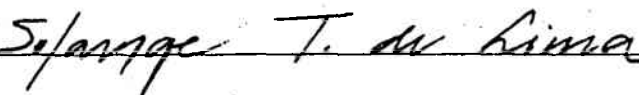
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 08/11/1999



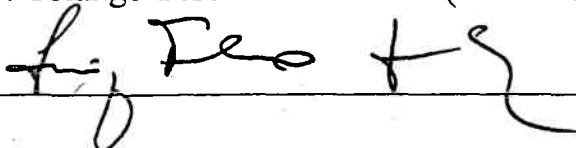
M.Sc. Maria Dolores Buss (Orientadora-UFSC)



Dr. Marcos Ferreira Ribeiro (Membro-UFSC)



Dr<sup>a</sup>. Solange Terezinha de Lima (Membro-UNESP)



Dr. Luiz Fernando Scheibe (Membro-UFSC)

Florianópolis - 1999

*Estamos verdadeiramente no nó de um metabolismo de imagens.*

(BACHELARD, 1994, p. 65)

*À minha família, por estar  
sempre ali, em meu jardim.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Pós-graduação em Geografia pela calorosa acolhida e em especial aos professores Scheibe, Leila e à secretária Marli.

À todos os autores que aqui tiveram suas idéias “devoradas” e, principalmente, aos geógrafos humanistas e ou culturalistas que empenhados no estudo da relação homem-paisagem buscam melhor entender a natureza humana e sua geograficidade.

À Dolores por ter incentivado e confiado em Luiz.

Ao professor Marcos Ribeiro pela atenção dada às diferentes etapas de avaliação deste estudo.

Ao amigo Aldo pelas inquietudes compartilhadas.

À todas as pessoas entrevistadas.

À você que agora lê.

# SUMÁRIO

<b>Listas (Figuras/Tabelas)</b> .....	vii
<b>Resumo</b> .....	viii
<b>Abstract</b> .....	ix
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>PRIMEIRA PARTE: A DIMENSÃO MORFOLÓGICA DA PAISAGEM</b> .....	04
<b>Capítulo 1: A dominância das formas naturais</b> .....	07
1.1. O relevo .....	10
1.1.1. O solo .....	11
1.1.2. O clima e as formas da superfície .....	12
1.2. A vegetação .....	13
1.2.1. A Floresta Atlântica .....	14
1.2.2. A vegetação de restinga .....	15
1.2.3. A vegetação secundária .....	16
1.2.4. O estado atual da vegetação .....	17
1.3. A água .....	20
1.3.1. A rede hídrica .....	20
1.3.2. A lagoa .....	21
<b>Capítulo 2: As atuações humanas e as formas culturais</b> .....	26
2.1. Antecedentes da humanização .....	27
2.1.1. “Da paisagem hostil...” .....	27
2.1.2. “...à paisagem amiga.” .....	32
2.2. Área de Lazer: as formas “urbanas” do público e do privado .....	36
2.3. Sertão do Peri: as formas tradicionais remanescentes .....	46
<b>(Re)Considerações finais I</b> .....	52
<b>SEGUNDA PARTE: A DIMENSÃO INSTITUCIONALIZADA DA PAISAGEM</b> ....	54
<b>Capítulo 3: O processo de regulamentação da paisagem</b> .....	57
3.1. Parques: da gênese do ideal às controvérsias do real .....	57
3.1.1. No mundo .....	57
3.1.2. No Brasil .....	62
3.2. Da proteção como remanescente ao tombamento: o significado e a delimitação regulamentados .....	65
3.3. O Plano Diretor e a fisionomia regulamentada .....	67
3.4. O Plano Diretor e os valores instituídos .....	71
3.4.1. O caráter utilitário dos valores .....	72
3.4.2. Os valores sociais e a ambigüidade “preservação versus manejo” .....	74
3.5. Criação e regulamentação do Parque: usos e atividades permitidos/proibidos ...	78

<b>Capítulo 4: O processo de implantação do Parque</b> .....	<b>83</b>
4.1. Ambientalismo e denúncia: “Parque só no papel” .....	84
4.2. O embate “moradores <i>versus</i> parque” e a ASMOPE .....	90
4.3. O acirramento do embate e a criação do Conselho de Moradores .....	97
4.4. A implantação do Parque e o afluxo de visitantes .....	104
<b>(Re)Considerações finais II</b> .....	<b>109</b>
<b>TERCEIRA PARTE: A DIMENSÃO VIVIDA DA PAISAGEM</b> .....	<b>112</b>
<b>Capítulo 5: Circunscrição conceitual e metodológica</b> .....	<b>115</b>
5.1. Sobre a paisagem vivida .....	115
5.2. Sobre o processo perceptivo .....	122
5.2.1. <i>Percepção</i> .....	122
5.2.2. <i>Valores</i> .....	127
5.2.3. <i>Atitudes</i> .....	130
5.3. A pesquisa de campo .....	132
5.3.1. <i>A construção do questionário</i> .....	132
5.3.2. <i>A realização das entrevistas</i> .....	134
5.3.3. <i>A caracterização dos sujeitos</i> .....	134
5.3.4. <i>Outras considerações metodológicas</i> .....	137
<b>Capítulo 6: A valoração utilitária</b> .....	<b>140</b>
6.1. A “paisagem como habitat” .....	141
6.2. A “paisagem como lazer” .....	149
6.3. A “paisagem como labor” .....	154
<b>Capítulo 7: A valoração estética e lírica</b> .....	<b>160</b>
7.1. A “paisagem como natureza” .....	161
7.1.1. <i>As fotografias mais bonitas</i> .....	165
7.1.2. <i>As fotografias mais feias</i> .....	167
7.2. “Namorando com a Lagoa do Peri” .....	171
<b>Capítulo 8: A valoração ecológica e o Parque</b> .....	<b>182</b>
8.1. A “paisagem como reserva” .....	183
8.2. O reconhecimento da importância do Parque .....	185
8.3. A “paisagem como problema”: tensões e conflitos com o institucionalizado .....	194
8.3.1. <i>As respostas dos moradores às coerções sofridas</i> .....	195
8.3.2. <i>As representações intergrupais</i> .....	201
8.3.3. <i>As controvérsias em torno da implantação do Parque</i> .....	208
8.3.4. <i>Em busca da compatibilização/por uma gestão participativa</i> .....	213
<b>(Re)Considerações finais III</b> .....	<b>216</b>
<b>PAISAGEM/PAISAGENS</b> .....	<b>219</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>222</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA/BIBLIOGRAFIA (jornais)</b> .....	<b>227</b>

## LISTAS

## LISTA DE FIGURAS:

<b>Figura 01:</b> Localização e representação da Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri .....	08
<b>Figura 02:</b> Vista das faces oeste e sul da Bacia da Lagoa do Peri .....	09
<b>Figura 03:</b> Vista da face sudoeste da bacia (trilha para o Peri de Baixo) .....	14
<b>Figura 04:</b> Uso e cobertura do solo da Bacia da Lagoa do Peri .....	18
<b>Figura 05:</b> Trecho encachoeirado do Rio Ribeirão Grande (sul da bacia) .....	21
<b>Figura 06:</b> Evolução paleogeográfica da Lagoa do Peri .....	23
<b>Figura 07:</b> Pedra do Oratório (costa leste da lagoa) .....	24
<b>Figura 08:</b> Localização e representação do Parque Municipal da Lagoa do Peri .....	35
<b>Figura 09:</b> Vista panorâmica da Praia da Armação e da restinga .....	36
<b>Figura 10:</b> Prédio da sede administrativa do Parque da Lagoa do Peri .....	37
<b>Figura 11:</b> Lixo e local de fogueira numa clareira às margens da lagoa .....	39
<b>Figura 12:</b> Canteiro de obras da ETA do Projeto Costa Leste-sul .....	40
<b>Figura 13:</b> Rua da Lua Cheia (núcleo da Praia da Armação) .....	40
<b>Figura 14:</b> Escombros de uma casa demolida (“seo Getúlio”) .....	43
<b>Figura 15:</b> Área de Lazer – Fotos diversas (nov. 1998) .....	45
<b>Figura 16:</b> Vista panorâmica da Lagoa do Peri (estrada do Sertão do Peri) .....	46
<b>Figura 17:</b> Vista do Sertão do Peri (alto do Morro da Costeira) .....	47
<b>Figura 18:</b> Área queimada para o plantio de cana-de-açúcar (Peri de Cima) .....	49
<b>Figura 19:</b> Área de Lazer e Sertão do Peri – Fotos diversas (nov, 1998) .....	50
<b>Figura 20:</b> Engenho de cachaça desativado (“seo Chico”) .....	51
<b>Figura 21:</b> Placa de representação do Parque às margens da lagoa .....	71
<b>Figura 22:</b> Recortes de jornal I .....	89
<b>Figura 23:</b> Recortes de jornal II .....	96
<b>Figura 24:</b> Recortes de jornal III .....	103
<b>Figura 25:</b> Recortes de jornal IV .....	108
<b>Figura 26:</b> Fotografias utilizadas na entrevista .....	163
<b>Figura 27:</b> Pontos de vista das fotografias da entrevista .....	164
<b>Figura 28:</b> Vista da face leste da Lagoa do Peri (1ª entrada) .....	172
<b>Figura 29:</b> Vista aérea da Lagoa do Peri (Jornal SUL DA ILHA, out. 1995) .....	174
<b>Figura 30:</b> Cena do banho de lagoa (área junto à sede administrativa) .....	178

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Caracterização dos sujeitos entrevistados .....	135
<b>Tabela 02:</b> Distribuição das indicações de fotografias .....	162



## RESUMO

Este estudo parte do pressuposto de que a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões, oferecendo possibilidades de leituras diversas e igualmente válidas. Nosso intento consiste em estudar a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri caracterizando-a em três dimensões: *morfológica*, *institucionalizada* e *vivida*.

Morfologicamente, a referida paisagem se caracteriza pela dominância dos componentes naturais água (lagoa), vegetação (Mata Atlântica) e relevo (morros), uma vez que as estruturas artificiais ocupam áreas espacialmente localizadas e apresentam pouca expressão visual. Desde sua colonização, as ações humanas vem intervindo de modo diverso sobre a dinâmica daquele ecossistema: indo da exploração indiscriminada dos recursos à proteção legal (unidade de conservação) do patrimônio natural e paisagístico – especialmente por possuir o maior reservatório de água doce da Ilha de Santa Catarina.

Assentada sobre normas, valores e instrumentos que legitimaram um manejo conservacionista dos recursos existentes, a dimensão institucionalizada acarretou na imposição de regras de uso do espaço privado/coletivo que foram incorporadas em maior ou menor grau à “paisagem vivida” pelos usuários (moradores, visitantes e funcionários do Parque). Neste caso, enquanto unidade de conservação, a paisagem é entendida não apenas como soma de parâmetros técnicos e jurídicos, mas, principalmente, como campo de encontros e sobreposições de interesses que partem dos diferentes atores sociais direta ou indiretamente envolvidos com aquele espaço.

Ao incluir aquelas coisas que têm significância para os sujeitos, a paisagem deixa de ser o pano de fundo de atividades e acontecimentos cotidianos ou eventuais e integra-se à existência humana. Em meio à variedade de experiências levantadas com a pesquisa de campo (entrevistas), enfatizamos as valorações utilitária (“paisagem como habitat”, “lazer” e “labor”), estética (“paisagem como natureza”) e ecológica (“paisagem como reserva”) enquanto aspectos da geograficidade dos usuários com o entorno.

No que concerne a apreciação ecológica, se por um lado, há o reconhecimento de que a existência do Parque é imprescindível para a manutenção do volume e qualidade dos atributos naturais, por outro, persistem problemas que expressam a incompatibilidade entre as dimensões institucionalizada e vivida (“paisagem como problema”), precisamente no caso dos moradores. Neste ponto, a presente análise contribui para detectar tensões e conflitos, além de sugerir medidas – centradas na gestão participativa – para a superação do embate “moradores *versus* parque”.

Através destas diferentes leituras, a abordagem desloca-se da paisagem como “campo de visibilidade” para enfocá-la enquanto “campo de significação” individual e sociocultural, quando se busca decodificar os significados e valores ambientais que sustentam a interação dos diferentes sujeitos com a(s) paisagem(ns) da Bacia da Lagoa do Peri.

## ABSTRACT

This study assumes that geographic landscape presents simultaneously several dimensions, offering the possibilities of a variety and equally acceptable views. Our goal is to study the landscape of the “Bacia da Lagoa do Peri”, taking account three of its dimensions: *morphological, institutionalized and lived one*.

Morphologically, the landscape above is characterized by the dominance of the natural components water (lagoon), vegetation (Atlantic Forest) and relief (mountains), as artificial structures occupy specific areas and present little visual expression. Since its colonization, human action has intervened in different ways on the dynamics of that ecosystem, from the indiscriminate exploitation of the resources to legal protection (protected areas) of the natural and landscape patrimony – specially for including the largest sweet water reservoir of the “Ilha de Santa Catarina”.

Sitting on rules, values and instruments that have legitimated a conservationist use of the existing resources, the institutional dimension led to imposition of rules of public/private space use which have been incorporated in lower or higher degree to the “life-landscape” (residents, visitors and park employees). In this case, as a protected areas, the landscape is understood not only as a sum of technical and legal parameters, but mainly as a field where different interests meet, coming from different social actors, directly or indirectly involved with that area.

Once we include those things that have significance to the people, landscape stops having a secondary character to daily or eventual activities and facts and is now integrated to human existence. Among the variety of experiences raised with the surveys (interviews) we emphasize utilitarian (“landscape as habitat”, “leisure” and “labor”), esthetic (“landscape as nature”) and ecological (“landscape as reserve”) valuation as aspects of the geographicity of the users related with the area.

With respect to the ecological appreciation, if on one hand the existence of the Park is understood as fundamental for the maintenance of volume and quality of the natural attributes, on the other hand persistent problems express the incompatibility of the institutionalized and lived dimension (“landscape as problem”), precisely in the residents case. At this point the present analyses helps to detect tensions and conflicts, as well as to suggest solutions – centered in participative management – to the conflict “residents versus park”.

Through these different understandings, the approach moves from landscape as a “field of visibility” to landscape as an individual and sociocultural “field of significance”, when we seek decoding environmental significances and values on which lay interaction of the different people with the landscape(s) of the “Bacia da Lagoa do Peri”.

## INTRODUÇÃO

Se considerarmos que a geografia surge atrelada à necessidade humana de construir uma imagem acerca do mundo, teremos de admitir que o estudo da paisagem constituiu-se, ao longo da evolução do pensamento geográfico, num recurso indispensável a essa representação.

Enquanto uma das categorias que subsidiam a abordagem geográfica, convém lembrar que sua importância tem variado no tempo: se em alguns momentos a paisagem tem sido vista como o conceito capaz de fornecer unidade e identidade à geografia, em outros foi relegada à uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar. Nas últimas décadas, a paisagem tem sido retomada por geógrafos de diferentes tendências, com interesses e objetivos diversos, abarcando visões objetivas e subjetivas na busca de uma compreensão integrada do meio ambiente.

Segundo ROUGERIE (1971), é cômodo definir a geografia como o estudo das paisagens, e não há de faltar quem aponte a imprecisão e a feição qualitativa ou artística da expressão, bem como os que movidos por um ímpeto de exatidão, hão de preferir a cisão da realidade referindo-se à paisagens morfológicas, vegetais, agrárias ou urbanas. Contudo, como a geografia consiste em apreender as diferenciações e o dinamismo do espaço terrestre, poderemos nos considerar no âmago dessa ciência quando nos declaramos favoráveis à expressão material destas diferenciações: as paisagens.

Enquanto totalidade, a paisagem resulta da combinação de múltiplos fatores e nos obriga a olhar para várias direções e disciplinas que possam auxiliar na compreensão de sua natureza e significado. A paisagem é o centro de gravidade deste estudo. Comumente definida como uma porção do espaço apreendida com o olhar, apresenta-se como um conceito impreciso e na opinião de DOLFUSS (1998), deve permacê-lo.<sup>1</sup> Por isto, em diferentes momentos deste trabalho recorreremos à sua reflexão com o intuito de nos aproximarmos daqueles significados que melhor correspondem à perspectiva abordada.

---

<sup>1</sup> Etimologicamente, o vocábulo em português paisagem provém do francês *paysage* e apresenta na definição do lexicógrafo FERREIRA (1989, p.1018), conotações vinculadas à percepção espacial e à arte: "1. Espaço de terreno que se abrange num lance de vista. 2. Pintura, gravura ou desenho que representa uma paisagem natural ou urbana."

Certamente que o modo como o geógrafo vê a paisagem é cultural e historicamente específico. Em outras palavras, pode-se dizer que enquanto texto, a paisagem pode se prestar a uma multiplicidade de leituras, no entanto, há uma determinação sócio-histórica que faz com que só alguns sentidos sejam atribuídos e outros não (McDOWEL, 1996).

Aceita como mensagem, é preciso compreender a paisagem de dois modos: de um lado, enquanto *marca*, ela é vista por um olhar, experienciada por uma consciência, valorizada por sua utilidade e por sua estética, regulamentada por uma política, etc. e, do outro, ela é *matriz*, ou seja, determina em contrapartida esse olhar, essa consciência, essa valoração, essa política, etc. (BERQUE, 1998).

Admitindo o duplo papel da paisagem, este estudo chama a atenção para algumas das maneiras possíveis de ver e ler uma mesma paisagem. Parte-se do pressuposto de que a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica identifica e privilegia (CORRÊA e ROSENDAHL, 1998).

Precisamente, nosso objetivo consiste em estudar as dimensões que caracterizam a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri. Por esse viés, buscamos transpor a paisagem como campo de visibilidade para chegar ao seu significado e valor enquanto fenômeno vivido. Desde já explicita-se que não se trata de uma só paisagem, mas de um espaço que abriga variações paisagísticas, não só naturais, mas também culturais e pessoais, que entrelaçadas denunciam a um só tempo, a diversidade dos cenários e a dinâmica da experiência espacial.

Da complexidade da referida paisagem e suas camadas de formas e significados nos interessou enfocá-la a partir de três dimensões: *morfológica, institucionalizada e vivida*.

Logo na primeira parte, abordamos a *dimensão morfológica da paisagem* com o intuito de descrever as formas ou componentes existentes e que caracterizam a Bacia da Lagoa do Peri. O inventário efetuado baseia-se no recorte da realidade em formas naturais e culturais. Deste modo, num primeiro momento, a descrição recai sobre os componentes que predominam e definem o sistema natural da paisagem (relevo, vegetação e água), para depois, caracterizar os antecedentes históricos do processo de humanização daquele espaço e levantar as formas artificiais que caracterizam sua estrutura cultural hoje.

Já a segunda parte, ocupa-se da *dimensão institucionalizada da paisagem*. Interessou-nos saber que figuras (simbólico-normativas) relacionadas à paisagem foram construídas

através das medidas que enquadraram a Bacia da Lagoa do Peri como unidade de conservação. Conquanto, se por um lado a atenção se volta à análise dos sucessivos decretos e leis que foram regulamentados, por outro, procura caracterizar, historicamente, algumas das principais questões decorrentes do processo de implantação do Parque da Lagoa do Peri.

A terceira e última parte explora a *dimensão vivida da paisagem*. Nesse sentido, interessa-nos reconhecer a valorização atribuída pelos diferentes sujeitos à Bacia da Lagoa do Peri. A fim de circunscrever a base conceitual e metodológica que possibilita tal abordagem, discorreremos, inicialmente, sobre alguns pressupostos teóricos e a forma como a pesquisa de campo foi construída. A partir de então, começamos a efetuar a leitura da dimensão vivida da paisagem com base nas informações levantadas junto à moradores, visitantes e funcionários do Parque (fiscais do meio ambiente). O primeiro intento nesse sentido compreende a análise da *valoração utilitária* a partir de três diferentes perspectivas: “habitat”, “lazer” e “labor”. O segundo, explora a *visão estética e lírica* da experiência de paisagem. Finalmente, discorreremos sobre a *valoração ecológica* e em que medidas esta forma de perceber e avaliar a paisagem se aproxima ou se afasta da dimensão institucionalizada (parque).

Deste modo, buscamos decodificar os significados da paisagem geográfica certos de que as dimensões aqui enfocadas não suprimem a existência e o valor de outras. Sobretudo, acreditamos que é o exame de diversas rubricas, fazendo com que se iluminem reciprocamente (o morfológico, sendo iluminado pelo estético, pelo político, este pelo psicológico, pelo ecológico), que torna a paisagem um campo de visibilidade e, principalmente, de significações. Diante das limitações e dificuldades de realizar tal tarefa, BERQUE (1998), nos encoraja lembrando que se tais laços não existissem, não haveria nem sociedade, nem cultura, nem paisagem.

Tal como ocorre dentro de nossas cabeças e na vida cotidiana, o que vêm exposto a seguir não está isento de ambigüidades, aliás, nem sempre consegui resolver minhas próprias incertezas, dúvidas e confusões. Num certo sentido, o que foi construído é para que eu, pessoalmente, avance no entendimento e na capacidade de sistematizar a realidade (paisagem), e é também com esse intento que submeto cada idéia à discussão e à crítica.

*PRIMEIRA PARTE*

**A DIMENSÃO MORFOLÓGICA DA PAISAGEM**

*A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, com a cultura, com a idéia de formas visíveis sobre a superfície da terra*  
(COSGROVE, 1998, p. 98)

A paisagem geográfica, é entendida neste momento, “[...] como um conjunto de formas naturais e culturais associadas e existentes em uma dada área.” (CORRÊA e ROSENDAHL, 1998, p. 9). Desse modo, ela se define a partir de uma morfologia que decorre dos dados do ambiente natural e das consequências da intervenção humana.

Na opinião de certos autores, a dimensão morfológica deve ser analisada com o intuito de evidenciar a integração das formas entre si, isto é, o caráter orgânico ou quase orgânico delas. Não obstante, ao inventariar ou relacionar as formas ou componentes que compõe uma paisagem, acabamos por reconhecer sua singularidade, afinal: “Toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens e isso é bem verdadeiro com relação às formas que compõe a paisagem.” (SAUER, 1998, p. 24).

Com base nestes pressupostos, lançamos a questão que norteia os esforços da primeira parte deste estudo:

*Que formas caracterizam a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri?*

Buscando desenvolvê-la, a naturalidade da paisagem será fonte de inspiração para o tema do “Capítulo 1: A dominância das formas naturais”, que através da descrição dos componentes relevo, vegetação e água, procura caracterizar a primeira metade do conteúdo da paisagem.

Já a outra metade do conteúdo será abordada no “Capítulo 2: As atuações humanas e as formas culturais”, onde, a fim de remontar a evolução temporal dessa problemática, a análise inicia resgatando os antecedentes da humanização da Bacia da Lagoa do Peri, para depois, descrever as formas decorrentes da ocupação atual.

A estética da paisagem também será objeto dessa análise morfológica, especialmente no primeiro capítulo. Para tanto, partimos da tese de que a qualidade visual intrínseca de um espaço reside nos elementos naturais e artificiais que o compõe. Discriminados pela visão, eles representam a desagregação da paisagem nos seus grandes componentes: o *relevo*, a *vegetação*, a *água* e as *atuações humanas*. Cada um desses componentes pode ser diferenciado por suas propriedades visuais: *forma*, *cor*, *linha*, *textura*

e ainda *espaço* e *escala*. Combinadas, estas propriedades adquirem composições espaciais ou expressões plásticas causadoras das impressões e emoções estéticas nos observadores. Tais atributos dizem respeito à expressão visual objetiva da paisagem e não a preferências ou outro tipo de resposta do observador diante dela (BOMBIM *apud* PIRES, 1996).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Tal enfoque, pressupõe que a subjetividade inerente ao processo perceptivo – indispensável na experiência com a paisagem – compartilha, especialmente dentro de um mesmo contexto sociocultural, elementos de expressão que permitem inferir considerações objetivas acerca da qualidade visual da paisagem geográfica. Convém lembrar ainda, a distinção feita por alguns autores entre *estética subjetiva* (individual), segundo a qual o belo ocorre quando a imaginação do homem se harmoniza com o entendimento, e *estética objetiva* (supra-individual), para a qual o objeto tem em si algo que provoca a emoção estética, sendo apreendida imediatamente, sem necessidade de reflexão (BLEY, 1996).



## CAPÍTULO 1

### A DOMINÂNCIA DAS FORMAS NATURAIS

Situada ao sul da Ilha de Santa Catarina, a Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri drena uma área de aproximadamente 20 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 5% da superfície da ilha (Figura 01, p. 8). A lagoa, com uma lâmina d'água que se estende por um quarto dessa área, deve seu nome a uma espécie de junco conhecido vulgarmente por “peri” ou “piri”, que se desenvolve principalmente nas suas margens.<sup>3</sup>

Às vezes propalada como o mais importante patrimônio natural da ilha, a bacia constitui-se, indubitavelmente, num ecossistema único, complexo e muito vulnerável, dada a sua reduzida extensão territorial e a acentuada interação dos elementos que dão suporte à sua dinâmica: geologia, relevo, clima, vegetação, hidrografia e o homem.

Atualmente, em virtude do alto grau de regeneração da vegetação (mata atlântica) e dependendo do ponto onde o observador se encontra, as marcas do homem na paisagem tornam-se quase que imperceptíveis. Estando no local, especialmente às margens da lagoa, percebe-se, de imediato, que a dominância na composição da paisagem é compartilhada entre água, vegetação e relevo (Figura 02, p. 9).<sup>4</sup>

A ocorrência “equilibrada” desses três componentes naturais se reflete também nas suas principais propriedades visuais: a *água* se sobressaindo por sua forma superficial (lagoa) e cor; a *vegetação*, sobretudo pela cor e textura; e o *relevo*, por suas linhas, formas e escalas diferenciadas.

*A priori*, assume-se que uma paisagem variada, por possuir partes diferenciadas com distintos elementos visuais e ausência de monotonia, possui mais valor que uma paisagem homogênea. PIRES (1996), entende, que a *diversidade* expressa a variedade paisagística existente em uma determinada porção do espaço.

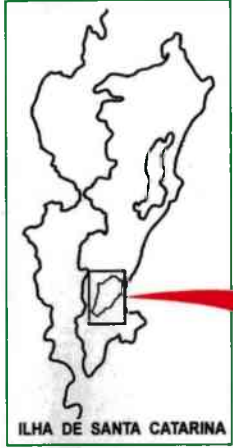
---

<sup>3</sup> Segundo FERREIRA (1989), estes termos vêm do tupi *pi'ri* que quer dizer “junco”. No dicionário, precisamente o vocábulo “piri”, designa uma espécie de junco da família das ciperáceas, que cresce em terrenos pantanosos e do qual se fazem esteiras. No caso da Lagoa do Peri, a espécie existente é a *Fuirena robusta* que também ocorre em outras regiões (FLORAM, 1998b).

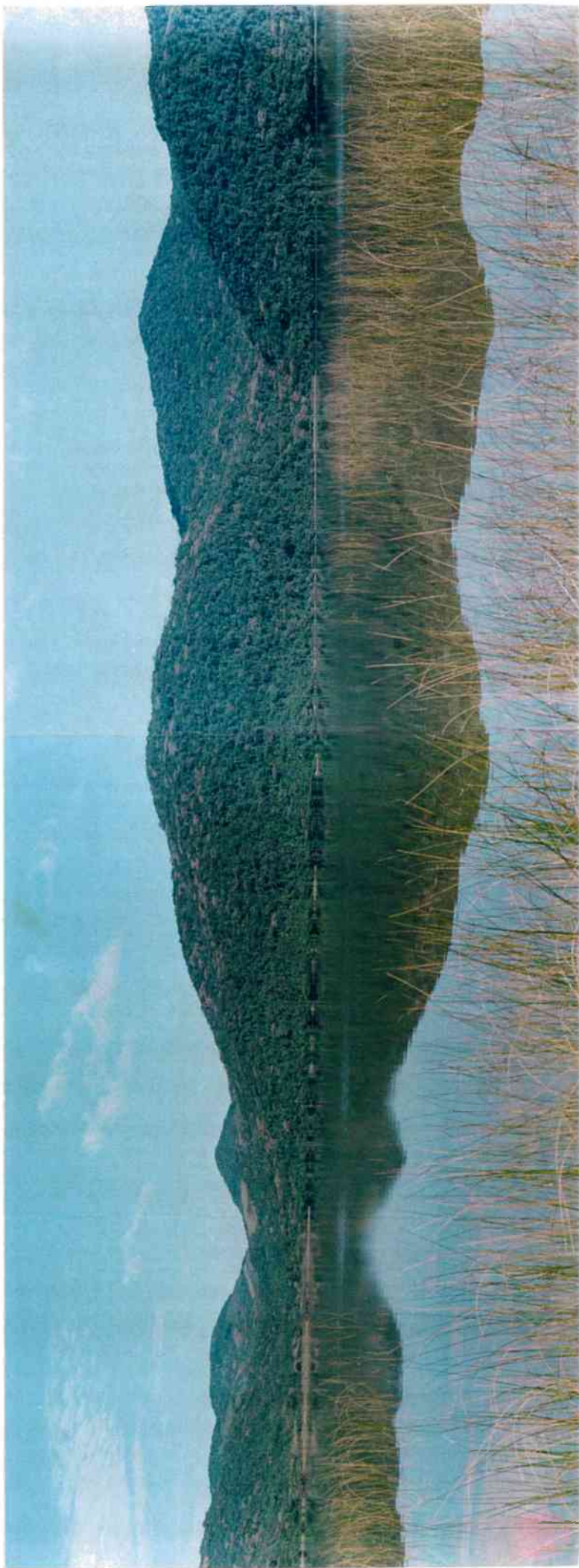
<sup>4</sup> Todas as fotografias utilizadas neste trabalho foram tiradas pelo autor em out. e nov. de 1998.

Figura 01:

# BACIA HIDROGRÁFICA DA LAGOA DO PERI LOCALIZAÇÃO



Elaborado por Luiz Otávio Cabral



*Figura 02: Vista das faces oeste e sul da Bacia da Lagoa do Perí*

Diante desse pressuposto, ratificamos que enquanto conjunto, os componentes acima especificados e suas variantes espaciais em termos de forma, cor, linha, textura e escala, conferem à paisagem da Lagoa do Peri um alto grau de *diversidade*. Para entendermos melhor essa adjetivação, continuaremos abstraído do conjunto paisagístico enquadrado, as propriedades e inter-relações de seus elementos dominantes. Embora, visualmente, a água (lagoa) esteja em primeiro plano, inverteremos a seqüência da análise começando pelo relevo e sua base geológica.

## 1.1. O RELEVO

A *forma da terra*, pode ser definida como o aspecto exterior da superfície terrestre, representada pelo relevo, disposição e natureza geológica. De acordo com SAUER (1998, p. 44): “As formas da paisagem natural envolvem primeiramente os materiais da crosta da Terra que determinam, em alguma medida importante, as formas da superfície.” Para o autor, essa compreensão implica na conversão dos dados geológicos em valores geográficos. O que nos interessa, portanto, não são as formações geológicas em si, mas de que maneira essas condições litológicas e estruturais se expressam na superfície através da topografia, solo, drenagem, etc.

Geologicamente, como ocorre em toda ilha, a Bacia da Lagoa do Peri é formada pelo complexo cristalino pré-cambriano e por depósitos sedimentares quaternários (SCHEIBE e TEIXEIRA, 1970). O substrato cristalino forma as vertentes norte, oeste e sul, enquanto que os sedimentos recentes se estendem pela faixa de restinga, à leste da bacia.

A primeira unidade geomorfológica, representada quase que exclusivamente pelo granito grosseiro ilha, ocupa 75% da área e compreende o relevo acidentado com cristas angulosas intercaladas por colos e topos. As vertentes encontram-se dissecadas, com vales em forma de “v”, em geral encaixados e pouco profundos. Na maioria das encostas, predominam declividades acentuadas, entre 20 e 45%. As maiores altitudes situam-se ao longo da crista que contorna a bacia de captação e estão representadas pelo

Morro da Chapada (440 m), Morro da Tapera (383 m), Morro da Boa Vista (367 m) e Morro do Peri (334 m) (Figura 04, p. 18).

A segunda unidade geomorfológica (sedimentos recentes), é representada por depósitos de areias, argilas e cascalhos originados da ação marinha, eólica e fluvio-coluvial. Os sedimentos que formam a faixa de restinga e seu prolongamento até a linha de mar são de origem marinha e eólica, enquanto que os sedimentos de origem fluvial são encontrados numa pequena planície aluvial colmatada ao sul da lagoa (IPUF, 1978). Estes terrenos sedimentares caracterizam-se por uma morfologia típica da atuação de processos deposicionais, apresentando uma topografia plana, com declividades inferiores a 6%. Nesse caso, a erosão natural é praticamente nula.

“Acidentado/plano”, traduz-se, portanto, numa dualidade plástica que contribui à diversidade paisagística. De acordo com PIRES (1996), a *complexidade topográfica* é o grau de movimentação do relevo. Quanto mais irregular for o relevo e quanto mais diferenças de nível com distintas orientações cardinais apresentarem as encostas, maior é o valor cênico agregado à paisagem.

No caso da Bacia da Lagoa do Peri, a diversidade de volumes, linhas e escalas, definida pelo relevo e suas formas (planícies, montanhas, vales, rampas, ombreiras, colos, topos, grotões), imprime uma elevada complexidade topográfica à paisagem, contribuindo à sua qualidade visual; reforçada pelo contraste entre a “sinuosidade” das cristas dos morros e a “linearidade” da superfície da lagoa.

### 1.1.1. O SOLO:

Considerando a base geológica descrita acima, convém ressaltar que os solos predominantes na área correspondem a duas unidades de mapeamento: “Ilha” (Podzólico Vermelho-amarelo) e “Araranguá” (Areias Quartzosas).

Na área da bacia, os solos Ilha são originados a partir do intemperismo físico e químico sofrido pelo granito. Ocorrendo nas situações de relevo acidentado, são solos pouco profundos, de textura argilosa e coloração que varia de amarelada à vermelha na medida em que aumenta a profundidade. Quimicamente, sabe-se que apresentam baixa fertilidade natural e uma acidez elevada com teores prejudiciais de alumínio (IPUF, 1978). Dependendo da declividade, estes solos estão sujeitos a uma drenagem superficial acentuada, apresentando intensa susceptibilidade à erosão. Nesse caso, em virtude da

relação entre a aptidão de uso do solo e o potencial erosivo, convém lembrar que quanto maior o grau de inclinação do terreno, mais conservacionista deve ser o manejo, principalmente com relação ao uso agrícola.

Os solos Araranguá, por sua vez, derivam de depósitos sedimentares e ocupam as áreas de topografia plana. Obviamente, são solos que apresentam elevados teores de areia (90%), soltos e sem estrutura, muito profundos e de coloração variada (cores brunadas e brancas), fraca fertilidade natural e baixa capacidade de retenção de água (IPUF, 1978; SANTOS et alii, 1989). Por constituírem-se de material ainda não consolidado são susceptíveis à erosão eólica quando expostos ao vento, daí a necessidade de manutenção da vegetação fixadora.

Esta descrição da natureza edáfica da área faz-se indispensável na medida em que ela representa o substrato que serve ao estabelecimento da vegetação. Antes de analisarmos esse outro importante componente, convém lembrar que uma vez descritos os elementos da base geológica: “O segundo e maior elo que liga as formas da paisagem natural em um sistema é o clima.” (SAUER, 1998, p.46). Admite-se, portanto, que sob um determinado clima, uma paisagem característica vai se desenvolver ao longo do tempo. Essa importância que a totalidade das condições climáticas desempenha sobre as características da superfície, e especialmente, sobre as formações vegetais, sugere que façamos algumas considerações.

### 1.1.2. O CLIMA E AS FORMAS DA SUPERFÍCIE.

Sabe-se que as determinantes climáticas que atuam na gênese do clima da região são aquelas inerentes ao litoral sul brasileiro. Segundo os critérios de Köpen, a classificação climática da região de Florianópolis é do tipo Cfa: clima mesotérmico úmido sem estação seca definida e com verão quente.

O caráter mesotérmico e as condições climáticas surgem do movimento e da predominância (sazonalidade) das massas Tropical Atlântica (mTa) e Polar Atlântica (mPa).

A *massa tropical*, ao atuar com mais frequência e intensidade na primavera e no verão, se aproxima do litoral e mantém as temperaturas mais elevadas (acima de 22°C), sendo que a *massa polar* provoca com seus avanços, temperaturas mais baixas (acima de 10°C). Por sua vez, a massa polar ao predominar no outono-inverno, mantém as

temperaturas relativamente baixas (acima de 0°C e abaixo de 18°C) e que são amenizadas quando a massa tropical se faz presente. Algumas vezes a Massa Polar Pacífica (mPp) atua rebaixando ainda mais as temperaturas. Em se tratando de microclima, segundo alguns estudos e relatos de moradores, há ocorrência anual de geadas em certas zonas de maior altitude da bacia (IPUF, 1978; PÔSSAS, 1984).

O clima local é úmido e caracteriza-se por uma distribuição de chuvas mais ou menos regular, entretanto, percebe-se que as chuvas costumam concentrar-se nos meses de verão e que os meses menos chuvosos coincidem com o inverno. Analisando-se o regime pluviométrico, observa-se que a média anual das precipitações é de 1.383 mm, sendo que os maiores índices ocorrem em janeiro (190 mm) e os menores em julho (53 mm), sendo que em todos os meses se verifica uma altura pluviométrica superior a 60 mm (SANTOS et alii, 1989).

No seu conjunto, estas variantes climáticas (temperatura, pluviosidade, umidade) irão atuar, ao longo do tempo, sobre as formas da superfície, seja na formação e degradação do solo e relevo, seja no desenvolvimento e estabelecimento da vegetação.

Contudo, a influência do clima não se limita à morfogenia, sabe-se que o tempo atmosférico, especialmente através da luminosidade, tende a incidir sobre a percepção da qualidade visual da paisagem. Sob “tempo bom”, a experiência estética tende a ser reforçada.

Ao tratar do clima, SAUER (1998), argumenta que sua relação com a paisagem se expressa, em parte, através da vegetação enquanto um elemento que se interpõe entre as forças exógenas do clima e os materiais da superfície.

## 1.2. A VEGETAÇÃO

*A priori*, a vegetação da Bacia da Lagoa do Peri constitui-se de dois tipos bem caracterizados: a “Floresta Pluvial da Encosta Atlântica” (formação vegetal climática) que cobre o embasamento cristalino e têm no clima o elemento determinante e a “Vegetação Litorânea” (formação vegetal edáfica), que ocupa a área de restinga e é resultante direta deste tipo de solo, exercendo o clima um papel secundário. De um

modo ou de outro, verifica-se que cada formação tende a obedecer a uma estrutura geomorfológica predominante.

### 1.2.1. A FLORESTA ATLÂNTICA:

Para KLEIN (1978, p. 87), a Floresta Atlântica: “(...) se caracteriza principalmente pela sua grande pujança, elevada densidade e extraordinária heterogeneidade quanto às espécies”; que em função do tamanho, distribuem-se por estratos ou sinúsias (Figura 03).



*Figura 03: Vista da face sudoeste da bacia (trilha p/o Peri de Baixo)*

Teoricamente, a sinúsia das árvores divide-se em estratos superior e médio.<sup>5</sup> O “estrato superior” é constituído por espécies que alcançam em torno de 30 metros. São árvores frondosas, de troncos grossos e copas grandes de densa folhagem, sobressaindo-se: a canela-preta, peroba, garuva, garapuvu (com sua densa florada primaveral de cor

---

<sup>5</sup> Ao contrário de outros teóricos que consideram os diferentes estratos da floresta pluvial “bem definidos e facilmente reconhecíveis”, Roberto Miguel KLEIN (1978, p. 94), observa que a distribuição da composição dos diferentes estratos é bastante complexa em virtude da presença de pequenas árvores dos estratos superiores que ocorrem em estratos inferiores, tornando a distinção dos estratos bastante difícil.



amarela), aguai, baguaçu, guaraparim, figueira-de-folha-miúda. Já o “estrato médio”, mais rico em espécies que o estrato superior, é formado por árvores com altura em torno de 9 metros, sendo mais freqüentes: o palmitreiro, bacopari, guamirim-de-folha-miúda, cortiça, canela-pimenta, guaraparim-miúdo, pixirica, guaramirim-vermelho.

Abaixo, apresentando um número relativamente menor de espécies, verifica-se o “estrato arbustivo”, com plantas que desenvolvem-se num ambiente sombrio e úmido e que alcançam até 3 metros de altura. Destacam-se nesse estrato espécies de arbustos conhecidas popularmente por pimenteira (pimenteira-de-folha-larga) e grandiuva.

Além destas sinúsias formadas por plantas lenhosas, observa-se o “estrato herbáceo”, compondo uma cobertura que em geral não é muito densa e onde predominam várias espécies de pteridófitas (samambaias, xaxins), marantáceas e de gramíneas.<sup>6</sup>

Ainda que estes estratos caracterizem a estrutura da Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, seu caráter tropical é acentuado pela ocorrência de outras formas biológicas como as epífitas (bromeliáceas, aráceas, orquidáceas, piperáceas), pteridófitas, lianas (trepadeiras, cipós), parasitas e palmeiras.

No caso da Bacia da Lagoa do Peri, a Mata Atlântica que cobre o embasamento granítico de topografia acidentada, ao se aproximar da planície quaternária e entrar em contato com a restinga, aparece como uma vegetação de transição, com uma fisionomia diversa daquela das encostas.

### 1.2.2. A VEGETAÇÃO DE RESTINGA:

Por sua vez, a Vegetação Litorânea, distribuída pela faixa de sedimentos que separa a lagoa do mar, têm como subformação predominante a “vegetação de restinga”.<sup>7</sup> Nessa área, as restrições de natureza edáfica, vistas anteriormente, determinaram o desenvolvimento de uma vegetação menos exigente em fertilidade e

---

<sup>6</sup> Maiores informações sobre os estratos que caracterizam a estrutura da Floresta Atlântica, bem como os respectivos nomes científicos das espécies mencionadas, ver CARUSO (1990, p. 71-76).

<sup>7</sup> De acordo com CARUSO (1990, p. 54), a “vegetação Litorânea” se divide em três subformações: a) *mangues*, nas áreas de solo pantanosos e salinos; b) *vegetação de praia, duna e restinga*, nos solos arenosos do litoral; e c) *Floresta das Planícies quaternárias* nos solos úmidos e arenosos. No caso da subformação *restinga*, certos autores preferem outras denominações a fim de não provocar confusão, deixando o termo “restinga” para designar a forma de relevo.

onde predominam as formas arbustivas. Dentre as espécies mais freqüentes estão: a maria-mole, o baguaçu e o guamirim (CARUSO, 1990).

Onde o solo é mais rico em húmus, nota-se que os arbustos são substituídos por pequenas árvores, cujos agrupamentos proporcionam o microclima necessário à ocorrência de espécies de bromeliáceas, aráceas, piperáceas e cactáceas. Em outras palavras, a vegetação desta zona de restinga é constituída tanto por espécies comuns das áreas de dunas (móveis e semi-fixas) como da floresta limítrofe, podendo variar desde o porte herbáceo até o arbóreo. Dentre as árvores que mais se destacam visualmente está o ipê-da-praia com sua densa florada de cor amarela.

### 1.2.3. A VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA:

Contudo, uma simples análise visual já é suficiente para indicar que o quadro da vegetação original apresenta-se bastante modificado, principalmente em função da agricultura de subsistência, que embora decadente e confinada às porções sul e sudoeste da bacia, veio sendo executada na área desde o final do século XVIII. Verifica-se assim, uma presença significativa de diferentes estágios de “vegetação secundária”.

KLEIN (1978, p. 92), denomina: “[...] de vegetação secundária, as associações vegetais que surgem espontaneamente, após a completa derrubada da mata ou as densas aglomerações de ervas e arbustos, que invadem os terrenos de cultivo abandonados [...]”. Tal formação se estabelece através de séries (capoeirinha, capoeira, capoeirão e mata secundária), representadas por associações vegetais distintas. Cada série representa uma fase do desenvolvimento da “mata secundária” – semelhante fisionomicamente à mata primária – de acordo com as condições edáficas e microclimáticas locais. Inicialmente, instalam-se aquelas ervas invasoras pioneiras como o capim-melado e a samambaia das taperas, pouco exigentes quanto às condições edáficas.

O estágio de “capoeirinha” (arbustos) começa a se apresentar em torno dos cinco anos, na medida em que as ervas anuais vão sendo substituídas por arbustos dentre os quais destacam-se a vassoura-vermelha e a orelha-de-onça.

A “capoeira” (arbustos e árvores), decorre da substituição dos vassourais – que podem permanecer até dez anos – por plantas lenhosas mais exigentes como o mangue-de-formiga, o seca-ligeiro, a copororoca, o cafezeiro-do-mato, o ingá-de-quatro-quinas e o guamirim-araçá. Quando essas espécies atingem a maturidade, não conseguindo mais

se regenerar, introduz-se de forma intensiva o jacatirão, árvore que pode atingir de 10 a 20 metros de altura.

Graças às copas densifoliadas do jacatirão adulto e de outras espécies que sombreiam os estratos inferiores, começam a instalar-se espécies arbustivas e arbóreas mais exigentes quanto ao microclima, umidade e fertilidade do solo, caracterizando o início do estágio de “capoeirão” (árvores com lianas e epífitas). Além do jacatirão, são espécies comuns nessa série: o pixiricão, a embaúba, a cupiúva, o rabo-de-macaco, o ingabaú, a pixirica, a canela-garuva, a grandiuva d’anta e o palmiteiro no estrato médio.

Após o capoeirão segue-se o estágio de “mata secundária”, formado por associações de espécies que gradativamente vão se desenvolvendo e restabelecendo a fisionomia da mata primária.<sup>8</sup>

Sabe-se que devido ao esgotamento a que foram levados os solos cultivados da ilha e sob a influência do clima regional, seria necessário acima de 100 anos para que a floresta se instalasse definitivamente (clímax).

#### 1.2.4. O ESTADO ATUAL DA VEGETAÇÃO:

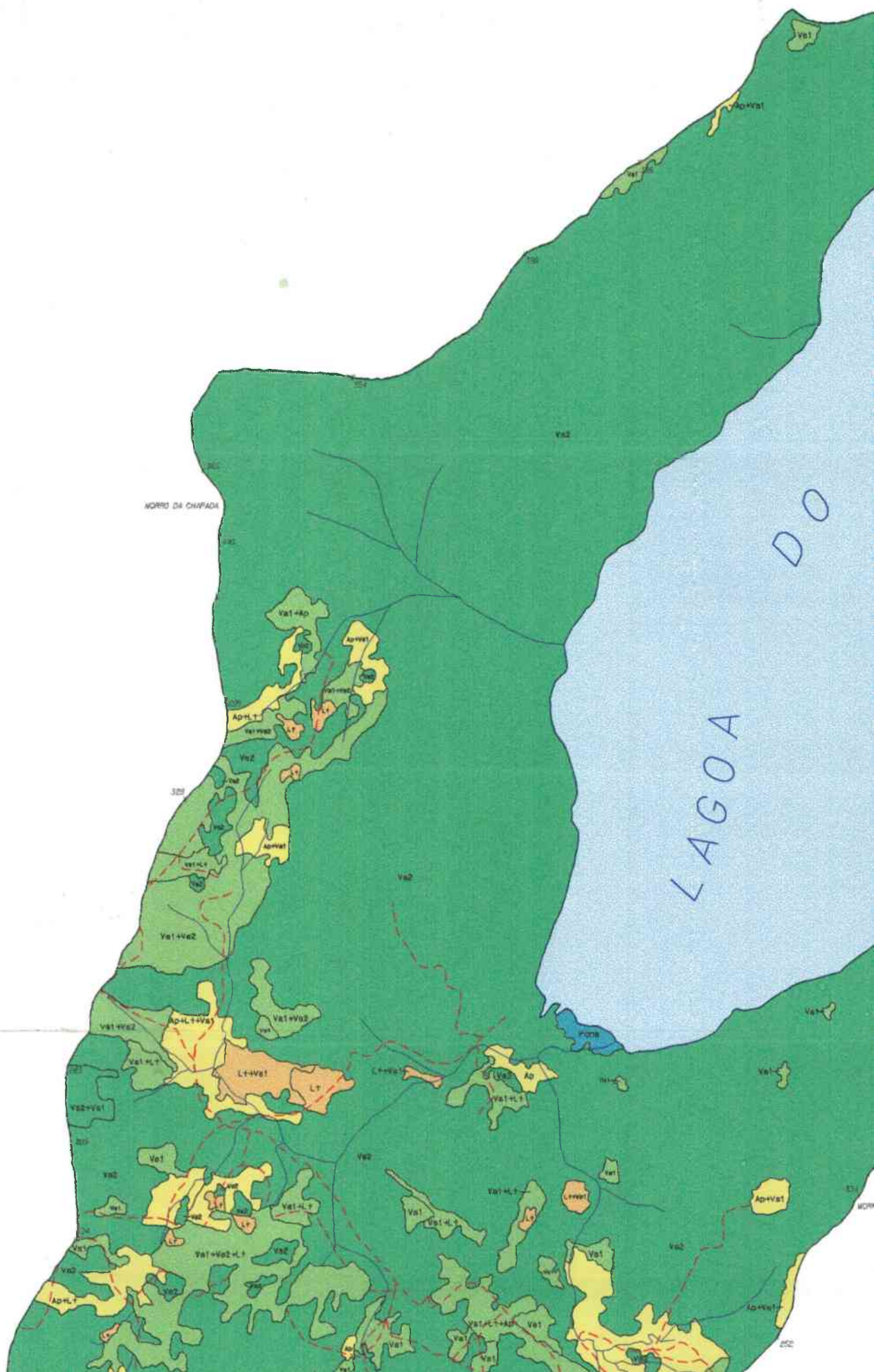
No caso da paisagem da Lagoa do Peri, os diferentes estágios de vegetação secundária encontram-se distribuídos na forma de manchas (áreas de cultivo/pastagem abandonadas) por toda a extensão da bacia.

A respeito da “Figura 4: Uso e cobertura do solo da Bacia da Lagoa do Peri” (p. 18), convém ressaltar que a mesma foi baseada em um mapa (KUERTEN, 1998) cujos dados foram obtidos por sensores remotos, o que não permitiu que se diferenciasse as parcelas de florestas secundárias com alto grau de regeneração daquelas com floresta primária – onde houve pouca ou nenhuma intervenção humana.

---

<sup>8</sup> Maiores informações sobre os diferentes estágios de vegetação secundária, bem como os respectivos nomes científicos das espécies mencionadas ver CARUSO (1990).

FIGURA 4:  
USO E COBERTURA DO SOLO DA BACIA D



Atualmente, a maior parte da área da bacia (cerca de 60%) está coberta por capoeirões, mata secundária e por possíveis remanescentes de mata primária que sofreram extração parcial e seletiva de madeira. Este tipo de cobertura ocupa a quase totalidade das vertentes da face oeste, sudeste e extremo sul da bacia.<sup>9</sup>

A vegetação secundária em estágios iniciais (capoeirinha e capoeira), apesar de ocupar parcelas significativas (aproximadamente 9%), tanto no alto da bacia como na área de restinga, está normalmente associada a outras classes de uso e cobertura (lavouras temporárias, pastagens e capoeirões).

As áreas de pastagem somam cerca de 2,5% da área total e ocupam as chapadas e encostas da porção sudoeste da bacia. Constituem-se de agrupamentos herbáceos, onde predominam gramíneas utilizadas no pastoreio de bovinos e de alguns eqüinos e caprinos criados de forma extensiva.

Na face leste, além das áreas de restinga que estão em processo de regeneração (capoeirinhas e capoeiras onde predomina a vassoura-vermelha), encontramos ainda, parcelas (aproximadamente 1%) que foram reflorestadas com exóticas (pinus e eucaliptos) a partir do início da década de 80.

Além dessas formações vegetais, tem-se pequenas parcelas de vegetação aluvial herbácea (0,1%) que são encontradas ao longo da margem leste da lagoa (peri) e na planície aluvial, à sudoeste da lagoa.

Contudo, pelo que vimos acima, o adiantado estágio de regeneração da vegetação original (capoeirão e mata secundária) na maior parte da área, atestam a naturalidade inerente à paisagem da Bacia da Lagoa do Peri.

Segundo PIRES (1996), a *naturalidade* de uma paisagem é o grau de aproximação das condições atuais com a sua forma natural isenta de atuações humanas. Nesse sentido, conclui-se que os altos níveis de componentes naturais, o caráter pontual e até mesmo a ausência de unidades paisagísticas introduzidas pelo homem, a dominância de formas irregulares e o grande fluxo de drenagem natural conferem à paisagem da Lagoa do Peri um alto grau de naturalidade – expressa principalmente pela vegetação distribuída densamente por quase toda a área. Visualmente, dentre as propriedades imprimidas pela

---

<sup>9</sup> Considerando-se apenas a superfície terrestre (subtraindo-se da área da bacia a lâmina d'água da lagoa), esse percentual passa para aproximadamente 80%. Todos os percentuais sobre as classes de uso e cobertura do solo, estão baseados naqueles levantados por KUERTEN (1998).

vegetação sobressaem-se a cor e a textura, sobretudo o verde de diferentes tonalidades em contraste com o azul do céu e com os matizes variantes da lagoa.

Obviamente, os benefícios da vegetação não se limitam à dimensão estética da paisagem, estendendo-se à todos os demais elementos do ecossistema. Com relação à fauna, ela serve de *habitat* à diversas espécies de mamíferos (quati, gambá, paca, cotia, tatu, macaco prego, lobo guará) e aves (saíra, aracuã, tucano, sabiá, gralha azul, papagaio, martim pescador). No que diz respeito à hidrografia, a vegetação exerce um papel essencial na manutenção do fluxo, do volume e da qualidade da água dentro do sistema.

### 1.3. A ÁGUA

Indicamos acima, o grande fluxo de drenagem como um dos fatores que atestam a dominância das formas naturais da paisagem estudada. Tal drenagem, se apresenta encaixada no sistema de falhas existentes no embasamento cristalino e percorre as vertentes íngremes de suas elevações.

#### 1.3.1. A REDE HIDROGRÁFICA:

Os principais tributários desta rede são os rios Ribeirão Grande (3ª ordem) e Cachoeira Grande (4ª ordem), situados no sul e oeste da bacia, respectivamente.<sup>10</sup> Embora tenham suas nascentes em altitudes em torno de 280 m, o primeiro drena um percurso de 4,6 km, e o segundo, percorre mais ou menos 1,2 km até desaguar na lagoa (PÔSSAS, 1984).

Em função das rupturas de declive, os perfis longitudinais destes dois rios são bastante irregulares, apresentando vários trechos encachoeirados que se somam ao panorama de belezas proporcionado pelo sistema natural (Figura 05, p. 21).

---

<sup>10</sup> Na Figura 02 (p. 09), a sub-bacia do Rio Ribeirão Grande está enquadrada à esquerda, enquanto que a sub-bacia do Rio Cachoeira Grande está representada à direita.



*Figura 05: Trecho encachoeirado do Rio Ribeirão Grande (sul da bacia)*

No seu conjunto, estes rios e outros pequenos mananciais formam uma rede hídrica que drena as águas pluvio-fluviais para a lagoa e lhe asseguram, associada à densa vegetação, a configuração de maior reservatório de água doce da ilha e do litoral catarinense. Em outras palavras, a manutenção do volume de água da lagoa é assegurada tanto pelas águas de escoamento superficial, proveniente das precipitações pluviais, como pela recepção dos fluxos da rede hidrográfica.

Conquanto já tenha sido mencionado, convém ratificar que a floresta exerce um papel essencial tanto na regularização desse fluxo como no controle da qualidade das águas. Desse modo, ao passar pela “serapilheira” a água carrega minerais e não leva detritos ou sedimentos, evitando o comprometimento da “saúde” das águas e naturalizando o processo de assoreamento da lagoa.

### 1.3.2. A LAGOA:

Estudos paleogeográficos realizados por CASTILHOS (1995), permitem inferir que a Lagoa do Peri, com uma superfície de aproximadamente 5 Km<sup>2</sup>, é um corpo d’água retido numa concavidade do embasamento cristalino por uma barragem de

sedimentos marinhos – originada de uma antiga enseada – que lhe proporciona a condição de “lagoa suspensa” (Figura 06, p. 23). Sua comunicação com o Oceano Atlântico efetua-se através de um canal extravasor conhecido por rio Sangradouro e que desemboca entre as praias do Matadeiro e da Armação.<sup>11</sup>

Estando a superfície da lagoa ligeiramente acima do nível do oceano (aproximadamente dois metros), suas águas não são afetadas pelas oscilações da maré. Mesmo considerando que água do mar poderia atingir a lagoa por processo de infiltração – uma vez que a areia não impede a passagem da água – sabe-se que a água da lagoa só não é salina devido à diferença de nível existente. Estudos alertam que se os níveis ficarem muito próximos, toda a lagoa poderá se tornar salgada, descaracterizando totalmente o ambiente (LAGOA DO PERI, 1994).

A profundidade da lagoa aumenta de oeste para leste e seu ponto mais profundo atinge 11 metros, sendo que a média varia de 2 a 4 metros. O fundo da lagoa é constituído de lodo e areia. O primeiro acompanha as encostas e é decorrente de depósitos de erosão, enquanto que o segundo atesta o material de bloqueamento da lagoa – em parte resultante do processo de assoreamento ocasionado pela ação dos ventos nordeste (IPUF, 1978).

Além do peri, a vegetação da lagoa inclui a soldanela d’água (um tipo de vitória-régia em miniatura), o junco, a tiririca, o aguapé, e o pinheirinho d’água.

A fauna ictiológica (peixes) está composta por dois tipos principais: os espécimes de habitat de água doce (tilápia, peixe-rei, jundiá, traíra, cará) e os de habitat de água salgada (robalo, carapicu, tainha). Esses últimos chegam à lagoa através do rio Sangradouro, por onde começa o processo de adaptação por regulação osmótica (IPUF, 1978).<sup>12</sup>

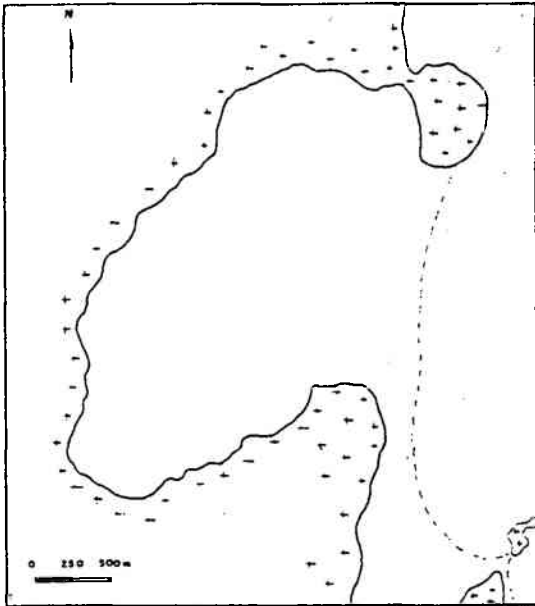
---

<sup>11</sup> O canal era originalmente cheio de curvas (meândrico) e servia como freio ao escoamento da água da lagoa. Em 1975, seu traçado foi desastrosamente retificado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) para drenar os terrenos da restinga. Com a eliminação de maior parte dos meandros originais, a velocidade de escoamento ao longo do canal aumentou consideravelmente, provocando um rápido esvaziamento que rebaixou o nível da lagoa em mais ou menos dois metros. Isso obrigou o citado órgão a bloquear a saída de água junto à lagoa. Para tanto, uma barragem de pedras foi construída às pressas, o que permitiu a recuperação do nível original em pelo menos um metro. Desde então, outras iniciativas isoladas e sem estudos adequados vêm sendo tomadas para recuperar o nível original. Em 1987 e depois em 1995, a represa improvisada se rompeu com a força das águas o que exigiu que fosse refeita nos anos seguintes (CECCA, 1997b; MARTINS, 1998b).

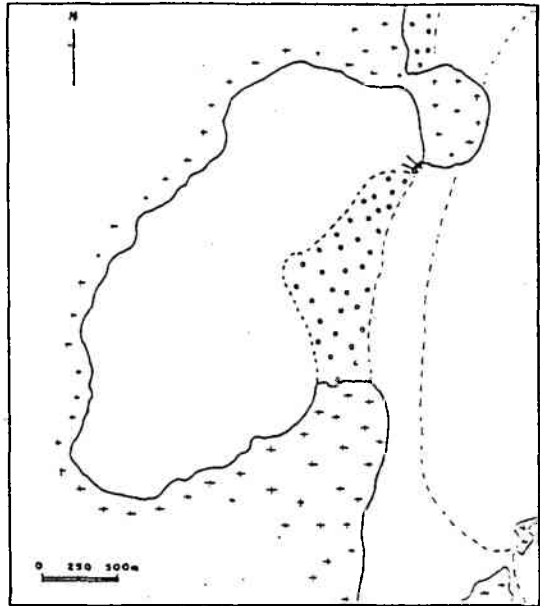
<sup>12</sup> Já com relação à tilápia, convém mencionar que se trata de uma espécie exótica.



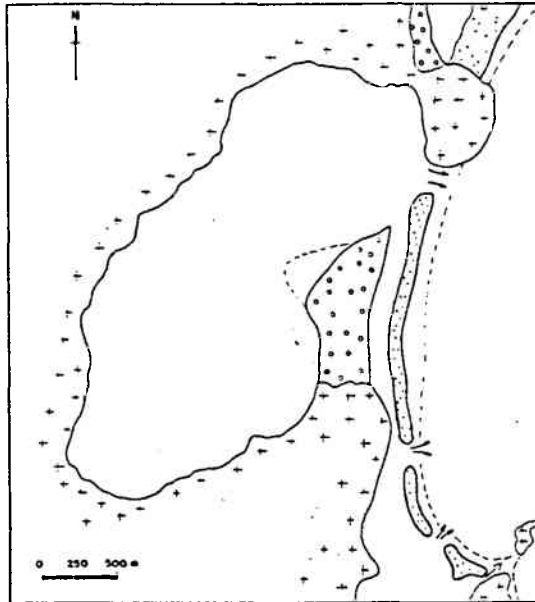
Figura 06: Evolução paleogeográfica da Lagoa do Peri



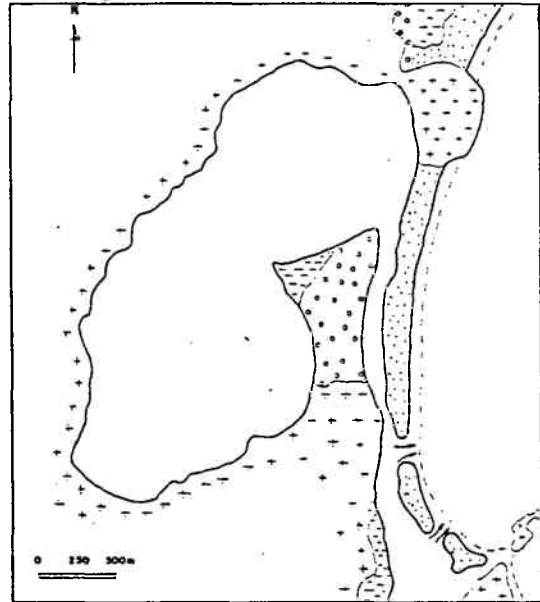
123.000 a. A.P.



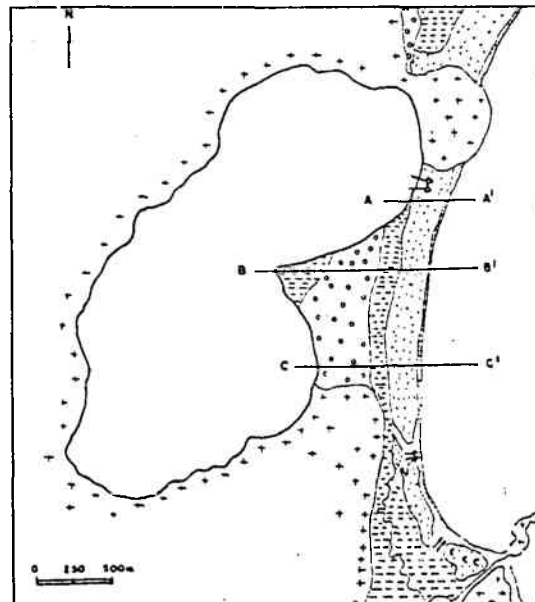
Formação da planície pleistocênica



5.100 a. A.P.



3.600 a. A.P.



Configuração atual

+	EMPASAMENTO		PALEOCANAL PLEISTOCÊNICO E HOLOCÊNICO
•••	TERRAÇO MARINHO PLEISTOCÊNICO RECOBERTO POR AREIAS EÓLICAS		PALEOCANAL HOLOCÊNICO
•••	TERRAÇO MARINHO HOLOCÊNICO RECOBERTO POR AREIAS EÓLICAS		DURAS FIXAS
	TERRAÇO LAGUNAR HOLOCÊNICO		CANAL DA LAGOA DO PERI
	PRAIÁ ATUAL		RIO DA ARMADÃO
			PERFIS TOPOGRÁFICOS

Fonte: CASTILHOS, 1995.

*Era uma vez... uma enseada que vivia de mãos dadas com o mar, o tempo passou e esta união foi se desfazendo e assim nasceu a Lagoa do Peri (GUIMARÃES, 1995)*

Já a fauna carcinológica (crustáceos) está representada basicamente pelo camarão, o siri e a lagosta de água doce. Os camarões ou “pitus” são muito importantes para a alimentação de outros peixes. Todas estas espécies de peixes e crustáceos, ocupam a posição intermediária de uma teia alimentar que ilustra a complexidade do subsistema aquático da lagoa: de um lado, na base desta cadeia, estão os vegetais (folhas, frutos e sementes), planctons e insetos, do outro e no topo, as aves (gaivota, biguá, fragata) e a lontra.

Entretanto, além de sua importância ao ecossistema como um todo, interessa-nos ressaltar a contribuição da lagoa à expressão estética da paisagem. Através de sua forma superficial, borda d’água (limite entre a superfície da água e as formas da terra) e cor “mutante”, a lagoa torna-se, indubitavelmente, o principal foco de atração visual da paisagem, definindo seu caráter de unicidade ou *singularidade* – reforçado sobretudo, pelas formas e linhas sinuosas do relevo e pelo verde “luxuriante” da vegetação.

Outros cenários de grande beleza, compartilhados pela lagoa e vegetação, têm como foco grandes blocos de granito existentes em alguns pontos da costa oeste e leste da lagoa (Figura 07).



Figura 07: Pedra do Oratório (costa leste da lagoa).

Se de um lado, pelo que vimos até então, a dominância das formas naturais (água, vegetação e relevo) define um padrão de paisagem de elevada qualidade visual, de outro, os altos níveis e a natureza sistêmica dos recursos naturais sugerem as limitações em relação ao uso e ocupação do ambiente.

Tal consideração, permite introduzir a idéia de *fragilidade* ou *vulnerabilidade visual* da paisagem, enquanto: “(...) o grau de susceptibilidade à deterioração mediante à incidência de determinadas atuações.” (BOMBIM *apud* PIRES, 1996, p. 166). Também definida como o inverso da capacidade da paisagem em absorver alterações sem perda de qualidade, o conceito aponta, simultaneamente, para a reduzida capacidade da paisagem da Lagoa do Peri em absorver determinadas atuações antrópicas – dado seu elevado grau de fragilidade visual – e para a necessidade de um manejo conservacionista. Tal prescrição é aplicável à maior parte das atividades humanas, inclusive ao turismo.

Contudo, ao descrevermos os principais componentes naturais e suas propriedades morfológico-visuais, buscamos retratar que tais fenômenos estão em inter-relação, formando um sistema. Por outro lado, dois aspectos podem ter limitado a compreensão de que os objetos da paisagem constituem uma só realidade, um todo: o tratamento das partes componentes separadamente e o fato de termos mantido em segundo plano – e até mesmo desconsiderado – a interferência do homem sobre a paisagem; conquanto estejamos cientes de que o homem é um dos mais importantes fatores morfológicos de transformação da paisagem, especialmente na atualidade, onde, segundo SANTOS (1992, p. 96): “[...] a ação antrópica tem efeitos continuados e cumulativos, graças ao modelo de vida adotado pela humanidade.”

Se a primeira debilidade é consequência da necessidade de sistematização do conteúdo analisado, a segunda lacuna será objeto da nossa atenção a partir de agora.

## CAPÍTULO 2

### AS ATUAÇÕES HUMANAS E AS FORMAS CULTURAIS

*Qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura (COSGROVE, 1998, p. 102)*

Em 1925, Carl Ortwin SAUER (1998, p. 59), já definia: “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado.”

Enquanto manifestação concreta, a paisagem existe, primeiramente, na relação com o sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, transforma e que a reproduz em função de uma certa lógica. CLAVAL (1999, p. 14), enfatiza que a paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Por esse viés, temos de reafirmar seu duplo papel, explicitado por BERQUE (1998, p. 85): “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização; mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmeno.”

Como mensagem, ela informa e é a escrita dos propósitos e experiências humanas sobre a terra. Em outras palavras, as formas naturais estão submetidas a uma transformação contínua nas “mãos” dos homens e apesar desse processo nem sempre ser visível, os produtos podem ser identificados quando se explora as “marcas” deixadas no meio ambiente.

Formas relacionadas à população (densidade, mobilidade), habitação, produção e à comunicação ilustram a capacidade de uma determinada sociedade em modificar e adaptar o ambiente de modo a satisfazer suas necessidades e objetivos.

Por conseguinte, se a força que modela a paisagem está também na própria cultura – ao condicionar os indivíduos ou grupo a efetuarem determinadas escolhas dentro dos amplos limites oferecidos pelo meio físico – o tempo torna-se uma variável fundamental.

A cultura muda através do tempo, passando por fases que implicam na atualização das marcas da sociedade sobre a paisagem. Sendo o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações: “A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”, conclui SANTOS (1982, p. 37). Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança nas suas relações, a paisagem também se altera sob ritmos e intensidades variáveis. Portanto: “Não podemos formar uma idéia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço.” (SAUER, 1998, p. 42).

Tais idéias, colocam a necessidade de iniciarmos nossa análise, resgatando, de maneira breve, certos elementos históricos da humanização do espaço objeto deste estudo.

## 2.1. ANTECEDENTES DA HUMANIZAÇÃO

De um modo geral, o processo de ocupação da Bacia da Lagoa do Peri tem na sua origem as mesmas razões que nortearam a colonização do restante da Ilha de Santa Catarina. Nesse sentido, faz-se oportuno trazer à reflexão, alguns dos aspectos mais genéricos que permearam esse evento histórico.

### 2.1.1. “DA PAISAGEM HOSTIL...”<sup>1</sup>

Embora a Ilha de Santa Catarina pertencesse à Portugal desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), por muito tempo nenhuma medida específica e efetiva para o seu povoamento foi tomada pela Coroa Portuguesa.

Diante do acirramento dos conflitos entre Portugal e Espanha com relação às fronteiras do sul, cresce o valor “logístico” da ilha para o sucesso dos planos militares portugueses. Após ser instituída, a Capitania de Santa Catarina é instalada em 1739 e tem como governador o Brigadeiro José da Silva Paes, que diante da incumbência de fortificar o território, dentre outros feitos, constrói fortalezas e convence o Conselho

---

<sup>1</sup> O título deste item e do seguinte, encerram a frase “Da paisagem hostil à paisagem amiga”. Tal alegoria, embora num sentido inverso, inspirou-se numa seção do texto do geógrafo Milton SANTOS (1992, p. 96), intitulada “Da Natureza amiga à Natureza hostil”.

Ultramarino de Portugal da necessidade de se efetuar um novo povoamento do território insular (CECCA, 1997a; CARUSO, 1990).

Até então, a ilha permanecia habitada por algumas dezenas de pessoas – já que as tribos de índios haviam migrado para o continente<sup>2</sup> – que limitavam-se em ocupar a área original e as imediações da Póvoa de Nossa Senhora do Desterro, fundada por Dias Velho em 1673. Nos relatos de alguns viajantes europeus, a paisagem era retratada, primeiramente, pela exuberância de sua vegetação: “A ilha é toda coberta de matas inacessíveis”; “É uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro (...)”.<sup>3</sup>

Logo, 1748 é um marco para o entendimento do impacto da ação antrópica nas paisagens da Ilha de Santa Catarina. A partir daí, em menos de uma década, chegam à ilha aproximadamente seis mil agricultores e pescadores, provenientes na sua quase totalidade das ilhas de Açores. Os primeiros imigrantes aportados foram estabelecidos na Vila de Desterro e nos seus arredores. Para fixar as famílias chegadas nos anos seguintes fundaram-se novas freguesias, inclusive no continente.

Aos casais ou famílias que aqui chegaram fora prometido terras, transporte gratuito, armas, ferramentas, animais e isenção do serviço militar, no entanto, vários desses itens jamais foram cumpridos, tendo permanecidos sujeitos ao confisco de alimentos, ao recrutamento para a construção de fortes e à ampliação dos contingentes militares. Não obstante, uma vez estabelecido, o povoador açoriano assumiu a feição econômica do campesinato: propriedade privada e de pequena extensão; força de trabalho familiar e eventualmente de algum agregado; produção de subsistência e

---

<sup>2</sup> A presença humana na ilha está relacionada primeiramente com os *habitantes de sambaquis*, cujos vestígios mais remotos apontam para menos de 5.000 anos. A coleta de moluscos, sustento básico destas populações, era acrescida de outras atividades de subsistência como a pesca e a caça. Os *itararés* foram o segundo grupo. As evidências arqueológicas mais antigas desse povo datam do século X e sugerem a expressiva diminuição de moluscos na dieta alimentar, a existência de objetos de cerâmica e uma suposta prática de agricultura. Os membros do terceiro grupo, os *carijós* (denominação referente às populações da família linguística tupi-guarani que habitavam o litoral sul do Brasil), chegaram à ilha no século XIV. Geralmente ocupavam áreas planas, próximas ao mar e de solos arenosos onde plantavam mandioca (farinha), milho, inhame, algodão, amendoim, pimenta, tabaco e cabaça. Além de extrativistas e agricultores, foram também habilidosos ceramistas. Embora tivessem estabelecido contatos amistosos com os primeiros estrangeiros que aqui chegavam (navegadores, náufragos, desertores, missionários e bandeirantes), a partir de meados do século XVI para se protegerem desses “homens suspeitos”, que vinham com uma freqüência e em quantidades cada vez maiores, começaram a migrar da ilha. Por volta de 1.600, já não havia mais tribos vivendo na ilha (CECCA, 1997a).

<sup>3</sup> As expressões são, respectivamente, do navegador George Shelvocke, que aportou na ilha em 1719, e do engenheiro militar francês Amédée Frézier que esteve aqui em 1712 (HARO, 1990).

comercialização de algum excedente. Dedicou-se à agricultura plantando mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão café e algodão, tendo na pesca uma atividade subsidiária. Resumindo, a família açoriana era ao mesmo tempo: unidade de produção e unidade de consumo (CECCA, 1997a).

Convém lembrar que as terras da Ilha de Santa Catarina não possuíam a fertilidade natural dos solos açorenses. Além disso, os cultivos tradicionais de trigo, centeio e linho não se adaptaram aos solos areno-argilosos e muito menos ao clima quente e úmido. Diante deste quadro, os açorianos tiveram que adotar elementos da agricultura indígena. A mandioca tornou-se o principal componente da dieta alimentar e teve o seu processamento aperfeiçoado com a introdução de técnicas moageiras. Em trinta anos já existiam 300 pequenos engenhos funcionando na ilha e com eles se fabricava farinha (principal produto de exportação durante o século XIX), melado, açúcar mascavo e cachaça.<sup>4</sup>

No que diz respeito à pesca, sabe-se que os açorianos iniciaram o envolvimento com o mar, trabalhando, no inverno, nas Armações de Baleia; complementando a mão-de-obra escrava fixa. Herdaram dos carijós as práticas de captura da tainha, armadilhas, e fabricação de canoas de “um pau só”, ao mesmo tempo que introduziram as técnicas de salgamento e defumação do pescado (CECCA, 1997a).

Se tais elementos traduzem o esforço despendido pelos imigrantes em se adaptarem às exigências da nova realidade, ilustram também, algumas das muitas injunções de contato do modo de vida açoriano com outros padrões culturais.

Além da agricultura e pesca de subsistência, dentre as atividades desempenhadas na nova colônia destacavam-se: a construção naval e marinharia, as técnicas de construção de engenho, de carros-de-boi, a olaria de cerâmica utilitária e decorativa, a renda de bilro, a manufatura de tecidos e um leque de festividades religiosas e profanas que proporcionaram uma riquíssima mitologia e literatura oral. No seu conjunto, estas

---

<sup>4</sup> Os engenhos constituíam-se em grandes máquinas de madeira (canela, peroba, sassafrás, jacarandá, ipê) com recursos mecânicos rudimentares, empregando quer a força humana (“chama-rita”, “caranguejo” ou “pouca-pressa”), quer a força animal (“cangalha”), quer a força de quedas d’água. No início, os engenhos operavam basicamente com grandes quantidades de mão-de-obra familiar e ou escrava (CASCAES, 1981). Aos poucos, foram sendo aprimorados, o que implicava na introdução de peças que resultavam em maior força animal e mecânica.

atividades econômicas vão caracterizar a tripla identidade do homem açoriano: lavrador, pescador e artesão (CECCA, 1997a).

Assim é que o desmatamento, sinônimo de colonização açoriana, derivava das seguintes necessidades: “espaço livre” para a exploração agrícola e ocupação urbana; “madeira” para a construção naval local, civil, fabricação de móveis e para a exportação; “lenha” como fonte de energia para uso doméstico, engenhos de mandioca, aguardente ou açúcar, olarias, curtumes, caieiras e para o abastecimento de navios. Sobretudo, o desmatamento mais significativo se deu em função da agricultura, onde o machado e o fogo liquidavam toda a vegetação, seguido da exploração seletiva (“madeiras de lei”) imposta pelo extrativismo de madeira visando atender a demanda externa.

No início do século XIX, viajantes já retratavam em seus registros, as marcas que tais atividades haviam deixado na superfície da ilha. Em 1820, SAINT-HILAIRE (1978, p. 175), chama a atenção para o fato de que os morros “(...) do lado leste ainda se acham coroados de matas virgens, com pedreiras brotando no meio delas, e o restante das terras foi todo desmatado, e apresenta trechos ora cultivados, ora capoeiras (...) e só se vêem matos no alto dos morros.”

Com o passar do tempo, o fator antrópico iria se consolidar como a variável de maior peso na transformação da paisagem. Os inadequados métodos de cultivo aliados às condições de relevo acidentado e ao regime pluviométrico intenso, seriam os principais responsáveis pela degradação dos solos. Após submetido a uma exploração contínua e intensa, o solo era abandonado e o cultivo reiniciado numa nova área ao lado. O desenvolvimento da agricultura na ilha, portanto, foi feito às custas de um contínuo processo de abandono e ocupação de novas áreas com florestas. Em poucas décadas, as clareiras em volta das casas se expandiram por dezenas de quilômetros quadrados.<sup>5</sup>

Se de um lado, essa leitura sobre o processo de ocupação da Ilha de Santa Catarina ressalta os impactos sobre os recursos naturais e paisagísticos, não nos deixando outra alternativa de juízo senão reprová-la e condená-la, de outro, convém refletirmos

---

<sup>5</sup> Submetidas desde o estabelecimento dos colonos açorianos a uma exploração indiscriminada, em menos de duzentos anos a quase totalidade das florestas da Ilha de Santa Catarina foram derrubadas. Segundo CARUSO (1990), em 1938, data das primeiras fotografias aéreas que permitiram a elaboração do primeiro mapa da cobertura vegetal da ilha, o desmatamento já era um fato consumado e havia acometido 83% das florestas nativas. Prosseguindo o desflorestamento, em 1978, esse percentual passa para 87%.



brevemente sobre o sistema de representações nos quais se assentavam a conduta dos imigrantes diante da paisagem.

Ao discorrer sobre a experiência dos imigrantes no novo mundo, DUBOS (1981, p. 98), lembra que para a maioria deles, a vida normalmente implicava luta contra o ambiente selvagem: “Temerosos e assustados, principalmente com a mata virgem, de imediato derrubavam as árvores, onde quer que se estabelecessem, não só pela madeira ou para criar lavouras, mas também para estabelecer suas moradias em áreas abertas que lhes davam maior sensação de segurança.” No caso dos imigrantes açorianos, CAMPOS (1991), acrescenta que ao chegarem – vencidos os sérios contratemplos desde que partiam das ilhas – se deparavam com uma morfologia acidentada e uma vegetação cerrada com animais ferozes. Se por um lado, a mata fechada era um problema, por outro, ao ser derrubada, fornecia terras novas e férteis.

Acima e além da produção agrícola, cujas conseqüências à longo prazo eram ignoradas, o desmatamento gerou valores ambientais que ainda são parte da visão humana em relação à natureza (DUBOS, 1981). Não podemos ignorar que as pastagens, as lavouras e a terra pronta para receber a semente têm valores sociais, estéticos e emocionais próprios. Por isso, nesta seção, se preferir o termo “humanização” para definir o processo de apropriação e transformação da paisagem.

Embora estas questões sejam complexas e devessem merecer reflexões ainda mais elaboradas, ao levantá-las, nossa intenção se resume em assinalar a lógica subjacente à ocupação humana da Ilha de Santa Catarina, e que comcebe o natural, o selvagem, como algo hostil e que, portanto, deve ser dominado – daí o título deste item: “Da paisagem hostil...”. É preciso entender que as “atrocidades” ambientais cometidas pelas sucessivas gerações de colonizadores – constatadas sob a ótica contemporânea – esteve sustentada por representações que atribuem essa mesma adjetivação à natureza.

Tendo em mente estes antecedentes históricos que atingiram os diferentes pontos da Ilha de Santa Catarina, admite-se, obviamente, que seus elementos sócio-espaciais tenham se efetivado também, em maior ou menor grau, na Bacia da Lagoa do Peri. Certamente que para adicionar à reflexão aqueles antecedentes que singularizaram a humanização desse espaço, temos de restringir ainda mais nossa escala de análise.

### 2.1.2. "... À PAISAGEM AMIGA":

No caso do sul da ilha, a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, instalada em 1761, tornou-se um centro de atividades comerciais e uma importante frente de expansão da colonização, de onde se originou a ocupação da Lagoa do Peri.

Conta VÁRZEA (1985), que a freguesia do Ribeirão estendia-se por Caiacangaçu e Tapera, chegando até Naufragados, abrangendo do lado leste da ilha o Pântano do Sul, a Armação da Lagoinha e a Praia do Campeche. Locais mais ou menos habitados que faziam a população da freguesia totalizar aproximadamente 3.600 pessoas. Segundo o autor, a zona do Ribeirão era quase toda agrícola e pelas suas encostas e planos florescia a mandioca, a cana, o milho, o feijão e o café. Na região da Armação da Lagoinha, como quase não havia terras cultiváveis, os seus habitantes eram mais pescadores do que lavradores. Ali, as moradias se restringiam à faixa de praia e aos altos da ponta da Armação. O escritor observa também, que o nome desse sítio adveio do posto de pesca da baleia, fundado em 1772, e da pequena lagoa, que se abre para o oceano por um estreito ribeiro.

Embora não se tenha dados específicos sobre a ocupação da Bacia da Lagoa do Peri, sabe-se – com base nestas informações sobre os núcleos estabelecidos nas áreas contíguas – que a agricultura era a atividade principal daquelas famílias provenientes do núcleo do Ribeirão e que se estabeleceram nas partes elevadas do sul da bacia (Sertão do Peri). Já a área de restinga, à leste, foi ocupada por famílias originárias do núcleo de Armação e onde as atividades produtivas conjugavam a pesca com a agricultura de subsistência.

Além da ancestralidade, a geografia predominante numa e noutra situação influenciou as “nuanças” em relação aos padrões ocupacionais: (i) no Sertão do Peri, a altitude (dificuldade de acesso), a maior distância em relação ao mar, a existência de um solo mais fértil – embora de relevo acidentado – e de muitos mananciais de água, ajudam a explicar a importância que a exploração agrícola exerceu sobre esta comunidade; (ii) na área de restinga, a proximidade com o mar, com a lagoa e a ocorrência de terrenos planos e arenosos (baixa fertilidade) permitiu que seus habitantes conjugassem a pesca com a agricultura de subsistência.

A princípio, a humanização da paisagem resultou de um padrão de organização desenvolvido empiricamente, a partir do gênero de vida açoriano, cujo eixo consistia na

produção familiar de subsistência. A estrutura fundiária predominante era baseada no minifúndio. Comumente, os lotes (travessões) de alguns hectares eram estreitos, tinham sua frente para alguma via de acesso (estrada carroçável ou caminho) e se estendiam até as cumeeiras dos morros ou à beira da lagoa.

O manejo agrícola – à base de coivaras – implicava num uso intensivo do solo, que era abandonado ao ter sua fertilidade natural exaurida. O desmatamento, visando atender muitas das necessidades enumeradas anteriormente, tornou-se crescente. Aquelas parcelas mais próximas à residência e às demais instalações eram destinadas à formação de pastagens na medida em que iam proporcionando as primeiras colheitas. Os campos eram destinados basicamente ao pastoreio do gado que servia às necessidades da unidade de produção: tração (carros-de-boi, arado) e produção de carne e leite. Desse modo, a ocupação imprimia suas feições nas baixadas e encostas da paisagem.

Assim como em toda a ilha, ao longo de todo o século XIX, o ciclo agrícola tornou-se cada vez mais amplo. O aumento da demanda (consumo familiar, troca ou venda) por produtos manufaturados como a farinha de mandioca, a aguardente e o açúcar obrigou a expansão da área cultivável e por conseguinte, do número de engenhos que se destinavam a estes fins, principalmente no Sertão do Peri.<sup>6</sup> Comercializados em pequena escala, esses produtos eram vendidos nas localidades próximas ou trocados por outros alimentos, roupas, querosene, etc.

Contudo, mesmo que esse quadro de exploração dos recursos naturais tenha se estendido até as primeiras décadas do século XX, as formas de apropriação da paisagem não se dinamizaram como em outras áreas da ilha. A partir de meados deste século, com a decadência da economia dos engenhos e na medida em que a atividade agrícola foi sendo conjugada e até mesmo substituída por outras mais dinâmicas – vinculadas à expansão urbano-turística de Florianópolis –, boa parte das áreas cultivadas foram sendo abandonadas.<sup>7</sup> Gradativamente, as “forças da natureza” possibilitaram a regeneração da

---

<sup>6</sup> No final do século passado, de acordo com um painel existente no engenho do Museu de Antropologia da UFSC, havia na localidade cerca de 35 engenhos, aproximadamente 10% do total existente na ilha.

<sup>7</sup> No final da década de 70, em torno de 52% da população da bacia atuava no setor primário e 48% no setor terciário. As atividades do setor primário ocupavam 32% da área da bacia (20% com lavoura e 12% com gado). No entanto, já se delineava duas situações: enquanto a maioria da população economicamente ativa do Sertão do Peri se restringia à exploração agropecuária, a população da restinga apresentava uma maior diversificação ocupacional, vinculada ao setor de serviços (IPUF, 1978).

vegetação, permitindo que a paisagem recuperasse sua naturalidade e vigor.

Paralelamente, com a deflagração da questão ambiental, levando em conta esse incontestável valor paisagístico e, principalmente, sua importância como manancial de água doce para todo o sul da ilha, a Bacia da Lagoa do Peri foi alvo de uma série de decretos e leis que regulamentaram, sob uma ótica preservacionista, seu uso e ocupação.

Do ponto de vista institucional, em 1952, a área foi contemplada num decreto presidencial que qualificou todo o sul da ilha como zona de “Florestas Remanescentes”. Em 1976, a bacia hidrográfica foi tombada como “Patrimônio Natural” através de um Decreto Municipal. Posteriormente, no ano de 1982, a área foi enquadrada como Unidade de Conservação e regulamentada sob a forma de “parque municipal”.

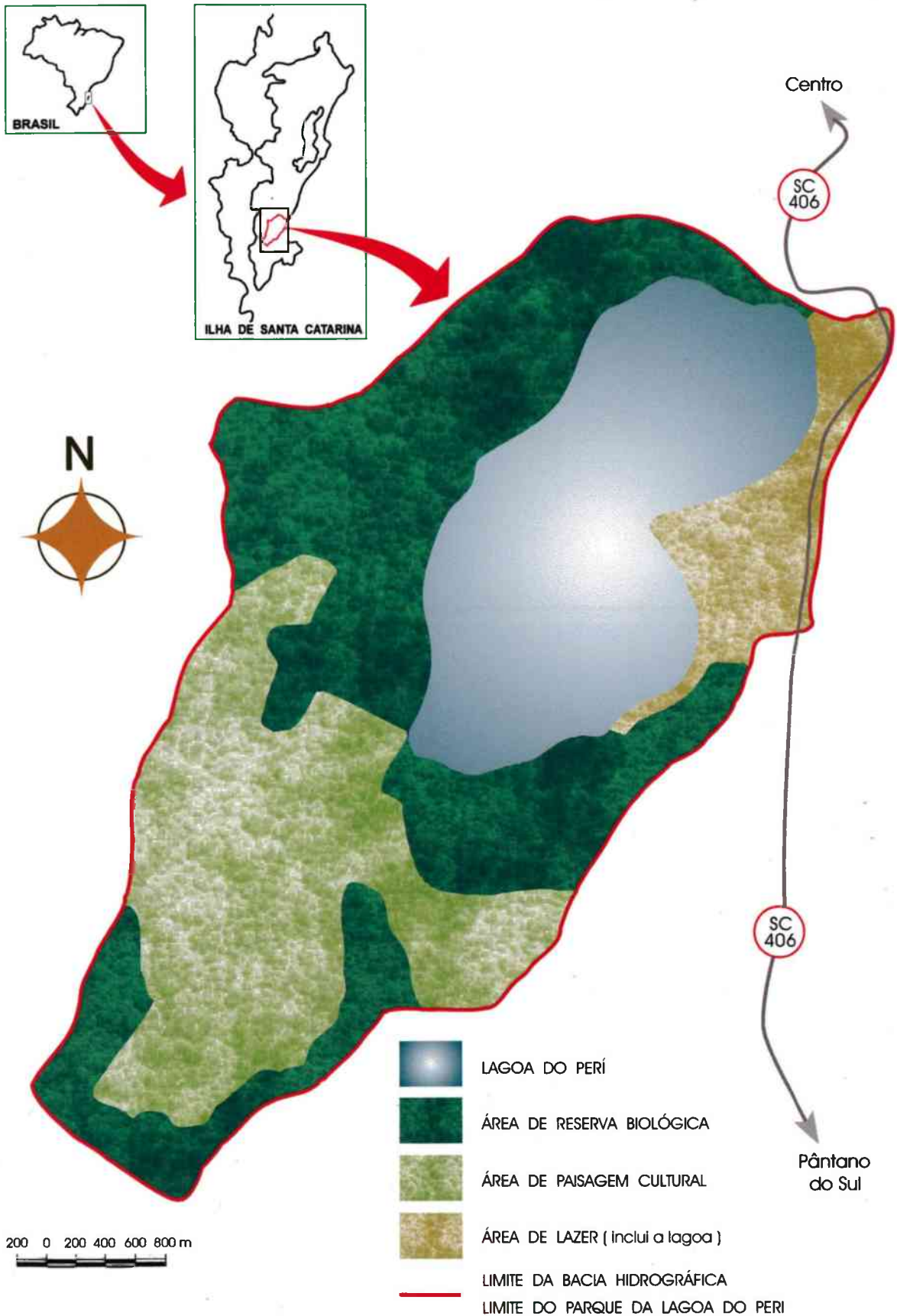
Para ajustar a utilização dos recursos aos objetivos estipulados estabeleceu-se um zoneamento que segmentou o território do Parque em: *Área de Reserva Biológica*, destinada à proteção integral da flora e fauna; *Área de Lazer*, destinada ao lazer coletivo; e *Área de Paisagem Cultural*, onde se encontram os assentamentos tradicionais (Figura 8, p. 35).

Na prática, estes instrumentos de política ambiental provêm de mudanças socioculturais que demarcam uma outra concepção da relação entre sociedade (urbana) e natureza. Se antes, o estado selvagem da paisagem configurava-se como hostil à presença e ao estabelecimento humano, agora, passa a ser valorizado como algo amistoso (“... à paisagem amiga”), destinado ao lazer e ao enlevo das pessoas e que para isso, tem de ser preservado da ação depredadora do homem.

Evidencia-se assim, que não é simplesmente a natureza com suas potencialidades e condicionantes que motivam essa ou aquela forma de exploração dos recursos, mas também os elementos psicossociais que nutrem a racionalidade, a intencionalidade e os objetivos de uma sociedade na sua relação com o ambiente. DUBOS (1981, p. 52), enfatiza que: “Na maior parte da Terra, os ecossistemas têm se desenvolvido primeiramente pela influência de eventos naturais fortuitos, depois como efeito colateral das atividades humanas e por fim, e cada vez mais, graças a opções sociais deliberadas.”

No caso da Bacia da Lagoa do Peri, as deliberações sócio-políticas traduzem-se em normas e instrumentos que configuram sua “dimensão institucionalizada”, tema esse, a ser desenvolvido na segunda parte deste estudo, por enquanto, vamos retomar nossa empreitada e descrever as formas culturais existentes hoje.

Figura 08:  
**PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI**  
**LOCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**



A fim de caracterizarmos a ocupação atual, vamos percorrer a área num aprazível passeio, desenvolvendo o roteiro dessa “leitura ambiental” com base nos cenários encontrados. O itinerário da visita começa na área de restinga (Área de Lazer) e termina no alto da bacia (Área de paisagem Cultural), na localidade de Sertão do Peri.

## 2.2. ÁREA DE LAZER: AS FORMAS “URBANAS” DO PÚBLICO E DO PRIVADO

Trafegando pela rodovia SC-406 – que leva aos balneários de Armação e Pântano do Sul e corta a face leste da bacia paralelamente à linha de praia – logo depois da Praia do Morro das Pedras, há uma ladeira que dá acesso ao “mirante do retiro”. Na chegada, a atenção se volta, primeiramente, à solidez da “casa de retiro” (Figura 15, foto 1, p. 45)<sup>8</sup>, para em seguida... ficar completamente seduzida pela vista panorâmica (Figura 09).



*Fotografia 09: Vista panorâmica da Praia da Armação e da restinga*

---

<sup>8</sup> Construída em 1952, toda com pedra granito, a “Casa de Retiro” pertence à Sociedade Literária Padre Antônio Vieira e serve à realização de eventos de caráter religioso-cristão.

Descendo do “mirante do retiro” e seguindo pela rodovia, chega-se ao local onde fica a sede administrativa do Parque. Ali encontra-se um conjunto de instalações, dentre as quais se destaca o prédio da sede, inaugurado em junho de 1998 (Figura 10).



*Figura 10: Prédio da sede administrativa do Parque da Lagoa do Peri*

Trata-se de uma edificação com três pavimentos, equipada com salas para a administração, fiscalização, conferências, educação ambiental, cozinha, laboratório, alojamento para pesquisadores e funcionários, banheiros e um amplo *hall* para exposições, feiras e outros eventos.

Na mesma área, em meio a um aprazível bosque de eucaliptos, encontra-se toda uma infra-estrutura coletiva de lazer: uma lanchonete/restaurante de pequeno porte, churrasqueiras, pias, mesas, bancos, lixeiras, banheiros, *playground*, posto de salva-vidas e um estacionamento para centenas de carros. Com o propósito de orientar os visitantes, transmitir normas e valores, e por conseguinte, disciplinar os usos e o comportamento

dos usuários, existem algumas placas espalhadas pelo local (Figura 15, fotos 2, 3 e 4).<sup>9</sup>

Por ocasião do verão, especialmente entre final de dezembro e meados de fevereiro, o Parque da Lagoa do Peri recebe milhares de visitantes que usufruem diretamente das qualidades recreativas e cênicas de sua paisagem. Este contingente de usuários eventuais é extremamente variado quanto à origem e nível sócio-econômico, predominando a afluência de pessoas que residem na grande Florianópolis e de famílias de classe média/baixa que possuem crianças pequenas. Ainda com relação ao uso coletivo, merece destaque as excursões com alunos de escolas de diferentes localidades (a maioria de municípios como Palhoça, São José e Rio do Sul e Orleans).

Em função da infra-estrutura de lazer ali existente, a quase totalidade dos visitantes se concentra na área junto à sede administrativa, entretanto, outros locais ao longo da margem leste da lagoa também são ocupados.

Dentre as marcas deixadas pela visitação, destacam-se as “clareiras” abertas na mata ciliar (vegetação de restinga), junto à faixa de praia da lagoa. Nelas, os visitantes instalam seus apetrechos de lazer: mesas, cadeiras, redes, caixas térmicas, aparelhos de som, churrasqueiras portáteis ou improvisadas com pedras e ou escavadas no próprio chão. Mesmo sendo proibido, o corte da vegetação para a confecção de espetos ou para a obtenção de lenha acaba mantendo, ampliando e até mesmo proporcionando novas clareiras. Ainda nesses locais, o descaso com o lixo e com o fogo (churrasco) tem sido constatado como uma prática constante (Figura 11, p. 39).<sup>10</sup>

Na área contígua ao estacionamento da sede administrativa, uma outra edificação que se sobressai – embora mantenha-se encoberta pela vegetação – é a “sede dos escoteiros”, que pertence aos mesmos proprietários da “casa de retiro”. Totalmente reconstruída em 1997, o prédio serve às atividades de escotismo do Colégio Catarinense. (Figura 15, foto 5).

---

<sup>9</sup> Todos estes equipamentos estão disponíveis gratuitamente, com exceção do serviço de lanchonete e de estacionamento durante a alta temporada, quando é cobrada uma taxa diária por veículo. Tal cobrança tem levado muitos visitantes a estacionarem seus veículos ao longo da faixa de acostamento da SC-406 ou em outros locais de mais difícil acesso, implicando em alguns casos, na produção de estacionamentos clandestinos a partir da eliminação da vegetação que margeia as estradas.

<sup>10</sup> Nessas clareiras, é comum encontrar não o lixo espalhado, mas ensacado, o que acaba facilitando o serviço de recolhimento realizado por alguns moradores, por fiscais ou através de “faxinas ecológicas” efetuadas de vez em quando por órgãos ambientais, grupos de escoteiros, associações, etc.





*Fotografia 11: Lixo e local de fogueira numa clareira às margens da lagoa*

Saindo da sede e seguindo pela rodovia em direção à Praia da Armação, encontramos adiante o local onde está sendo construída, pela Companhia de águas e Saneamento de Santa Catarina – CASAN, a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Projeto Costa Leste-sul, que pretende captar a água que extravasa da lagoa e fornecer aos distritos de Pântano do Sul, Ribeirão da Ilha e Lagoa da Conceição (Figura 12, p. 40).

Logo em frente, também às margens da SC-406, há um “campo de futebol”, construído em 97 pela administração municipal e utilizado pelas comunidades locais. Um pouco depois, encontramos a “Escolinha da Lagoa do Peri” que atende crianças em idade de 2-6 anos e onde funciona a sede da Associação dos Moradores da Lagoa do Peri – ASMOPE (Figura 15, fotos 6 e 7).

Além de todos esses equipamentos públicos, nesse trecho da rodovia nos deparamos com a maior aglomeração de residentes do Parque (Figura 13, p. 40).



*Fotografia12: Canteiro de obras da ETA do Projeto Costa Leste-Sul*



*Fotografia 13: Rua da Lua Cheia (núcleo da Praia da Armação)*

Isto nos obriga a efetuarmos algumas observações sobre o processo de ocupação dessa área. Segundo a Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM, atualmente, o contingente populacional que reside no território do Parque de 700 pessoas.<sup>11</sup> KUERTEN (1998), em seu levantamento sobre o uso e cobertura do solo, classificou 0,5% da extensão do Parque como área urbanizada.

Do total de habitantes, aproximadamente 77% reside na Área de Lazer. Embora haja moradores em vários pontos da faixa de restinga, duas aglomerações devem ser mencionadas: uma bem maior, radicada às margens da SC-406 e que é contígua ao núcleo da Praia da Armação (representada na fotografia acima), e outra menor, mais próxima à lagoa e que se identifica como “Comunidade da Lagoa do Peri”.

Convém lembrar que em 78, quando foi efetuado o levantamento sócio-econômico para a elaboração do plano diretor do Parque, residiam nessa porção da bacia apenas 107 pessoas, sendo que 23% eram moradores temporários. Portanto, ao contrário do que se previa – tendo em vista as medidas protecionistas já vigentes – nas duas últimas décadas houve um acréscimo demográfico significativo nessa área, o que pode ser explicado pelo encadeamento de alguns fatores.

Desde que foi asfaltada, no final da década de 70, a rodovia SC-406 tornou-se fator de aceleração do desenvolvimento urbano-turístico dos balneários do sul da ilha, uma vez que facilitou o acesso e a instalação de equipamentos e serviços. No caso da face leste da Bacia da Lagoa do Peri, cortada por essa via, a melhor acessibilidade e as amenidades oferecidas pela paisagem natural – proximidade da lagoa e do mar – foram elementos indutores da valorização e pressão imobiliária, especialmente no trecho contíguo à Praia da Armação, que, possivelmente, foi sendo ocupado na medida em que aumentava o preço dos imóveis no setor sul da praia.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Esta estimativa provém do levantamento efetuado pela FLORAM em 1997/98 e que ainda não foi publicado oficialmente devido às controvérsias suscitadas em torno dos dados. Convém ressaltar, que embora tenha despendido um tempo considerável, o documento mostrou-se superficial. Além de apresentar um histórico institucional da área e reunir os respectivos decretos e leis que regulamentam a sua proteção e manejo, o citado documento restringe-se a especificar dados genéricos sobre a população nas diferentes áreas de uso do Parque (número de habitantes, densidade demográfica), as benfeitorias utilizadas como residências (se de alvenaria, madeira ou mista) e a relação de parte dos proprietários de imóveis com suas respectivas atividades profissionais.

<sup>12</sup> Como não há qualquer forma de sinalização dos limites do Parque, convém observar que esse aglomerado se mantém indistinto daquele da Praia da Armação, sendo uma paisagem contínua para quem transita pela SC-406. Por isso ele é denominado aqui de núcleo da Praia da Armação.

Se por um lado, estes elementos explicam o porque do uso tradicional do solo (agricultura de subsistência) ter cedido lugar a um parcelamento crescente das propriedades, por outro, o aumento do número de habitações numa área regulamentada como “não edificante” só pode ser entendido quando se leva em conta a ausência de mecanismos de controle da ação humana: uma equipe de fiscalização só passou a atuar no Parque em meados de 1986.

Em 1978, em todo o território haviam 54 domicílios, atualmente, segundo a FLORAM, em toda a área do Parque existem 309 residências. Obviamente, a Área de Lazer apresenta o maior número de domicílios (78%), especialmente no núcleo da Praia da Armação. O padrão dessas edificações é extremamente contrastante: ao mesmo tempo que 82% das casas são de alvenaria (algumas “mansões”), existem “casebres” de madeira em péssimo estado de conservação, “caindo aos pedaços” (Figura 15, foto 8 e Figura 19, foto 1, p. 50).<sup>13</sup>

Um outro aspecto referente à ocupação da Área de Lazer e que ilustra o processo de valorização acima mencionado, é a presença significativa de habitações de caráter secundário (residências de férias, de lazer).

Teoricamente, aquelas casas construídas depois da data de criação do Parque (3 de dezembro de 81) estão em condição “ilegal”. Desde 87, oito casas já foram demolidas e atualmente tramitam pela procuradoria do município cerca de 18 ações demolitórias. Conquanto esses dados indiquem o principal embate existente entre os moradores da Área de Lazer e a administração do Parque, sua contraparte na paisagem pode ser apreendida através dos escombros de algumas casas que foram demolidas e que ainda permanecem no local (Figura 14, p. 43).

Resumindo, nas últimas décadas, dada a facilidade de acesso, a proximidade com núcleos mais urbanizados, e por conseguinte, a disponibilidade e o uso de equipamentos sociais de transporte, comunicação, comércio, educação, lazer e saúde, o segmento da população que ocupa a restinga se enquadrou nos moldes da vida urbana. Esse processo, acompanhado da decadência das atividades de subsistência, da emigração de boa parte dos residentes nativos, e do estabelecimento de pessoas provenientes de outras localidades – inclusive estrangeiros –, descaracterizou as formas tradicionais e levou à

---

<sup>13</sup> Muitas dessas casas encontram-se nessa condição porque a legislação pertinente a esta área do Parque proíbe seus proprietários de efetuarem qualquer tipo de reforma, até mesmo uma simples pintura.

consolidação de padrões ocupacionais vinculados ao setor de serviços. Apenas um ou outro nativo mantém algum vínculo com atividades de subsistência, basicamente a pesca na lagoa e a criação de alguns animais (bois, galinhas).



*Figura 14: Escombros de uma casa demolida ("seo Getúlio")*

Na área de Lazer, a “Rua da Lagoa do Peri” (FLN-465) – que leva à comunidade de mesmo nome, citada anteriormente – é a última via de acesso à lagoa (Figura 19, foto 2). Trata-se de uma estrada não pavimentada e com algumas bifurcações que vão à diferentes trechos do interior da faixa de restinga – chamada pelos moradores mais antigos de “Contrato”. No verão, tais vias são muito utilizadas pelos visitantes que buscam locais alternativos e mais sossegados à beira da lagoa. Através delas também se pode chegar aos dois engenhos que ainda existem na área, ou melhor, ao que restou desses engenhos, já que foram adquiridos por pessoas “de fora” e transformados em residências secundárias. Os demais foram demolidos pelos antigos proprietários.

Um outro elemento da paisagem que “salta aos olhos” de quem transita por essas vias e às margens da lagoa, é a presença de cercas de arame farpado, alambrados e placas de advertência (“Cuidado! Cão bravo”, “Proibida entrada! Propriedade particular!”) que

se destinam à demarcação das propriedades particulares existentes nesta zona. Dessas, a que mais chama a atenção é a do “Grupo dos Trinta”, onde funciona a sede campestre de um grupo de associados que inclui vereadores, advogados, médicos, etc. A infraestrutura foi toda construída em 87 e inclui: campo de futebol, churrasqueiras, banheiros e casa para zelador (Figura 19, foto 3).

Se de um lado, a legislação pertinente à Área de Lazer só permite a presença de equipamentos públicos, de outro, o que se constata é uma diversidade de formas entre o público e o privado. Se num extremo, a área junto à sede administrativa configura como o lugar de todos, no outro, as propriedades residenciais representam fielmente o que é particular. Não obstante, entre esses extremos, há estruturas – construídas depois da criação do Parque – que rezam serem de utilidade pública, mas que funcionam de forma privada (Grupo dos Trinta, sede dos escoteiros); inclusive, numa perspectiva de privatização, a própria ETA-CASAN assumirá essa configuração.

Não obstante, para refletirmos sobre como as atividades de visitação e moradia e seus respectivos artefatos incidem na composição da paisagem, temos que recorrer ao conceito de “detração da qualidade visual”. Segundo PIRES (1996), um elemento é detrator da qualidade de uma paisagem na medida em que sua intrusão passa a incidir de forma negativa sobre o arranjo dos componentes físicos dotados de expressão visual.

Se em tempos de valorização do “mundo natural” pelas sociedades urbanas, é possível atestar a elevada qualidade visual conferida àqueles cenários onde as formas naturais predominam, o mesmo consenso não é verificado em relação às paisagens onde as atuações humanas deixam suas marcas. Assim, as avaliações tendem a ser diversas.

*A priori*, no caso da área da sede administrativa, embora o acúmulo e a natureza dos equipamentos possa vir a depreciar a qualidade visual de alguns cenários, isso não parece significativo, especialmente porque a vista mais valorizada abrange o outro lado da bacia (Área de Reserva Biológica) e cuja dominância é plenamente compartilhada pela lagoa, vegetação e relevo. Em contrapartida, alguns dos trechos urbanizados, descritos acima, em virtude da forma adensada e desordenada da ocupação, tendem a recair negativamente sobre a qualidade visual do cenário.

O que já não acontece com o outro sítio de ocupação, localizado no alto da bacia, na Área de Paisagem Cultural. Ali a ocupação se mantém dispersa e em consonância com um modo de vida mais rural.



01. "Casa de retiro" (Morro das Pedras)



02. Estacionamento junto à sede administrativa



03. Área de lazer coletiva (sede administrativa)



04. Playground (área junto à sede administrativa)



05. Sede dos escoteiros



06. Campo de futebol ao lado da SC-406



07. Escolinha da Lagoa do Peri/Sede da ASMOPE



08. Casa secundária às margens da lagoa

### 2.3. SERTÃO DO PERI: AS FORMAS TRADICIONAIS REMANESCENTES

Para se chegar ao Sertão do Peri, é preciso tomar uma estrada municipal (FLN-470) que atravessa o alto da bacia no sentido leste-oeste. Por não ser pavimentada e apresentar trechos de acentuada declividade, essa via oferece dificuldades ao tráfego de automóveis comuns, principalmente em períodos chuvosos, quando só é possível transitá-la com veículos de tração dupla.

Em virtude da visão panorâmica obtida de certos pontos da estrada, a chegada ao alto da bacia é sempre algo deslumbrante. Quando o acesso é feito pela Costa de Cima(FLN-388), a cena compartilhada pela vegetação, relevo e água, arrebatava os sentidos e convida à contemplação das montanhas chapadas pelo verde da vegetação, da lagoa sinuosa contida pela faixa de restinga e cuja coloração se irmana com o azul do mar e do céu (Figura 16).



*Figura 16: Vista panorâmica da Lagoa do Peri (estrada do Sertão do Peri)*

Já quando o acesso é feito no sentido oeste-leste, pela Costeira do Ribeirão, logo depois do topo do morro a atenção se encanta ao avistar o Sertão do Peri: as casas



“plantadas” em meio aos campos onde pastam os animais, as áreas de roça protegidas por cercas de arame ou bambu, a fumaça das chaminés subindo... evocam uma certa nostalgia (Figura 17).



*Figura 17: Vista do Sertão do Peri (alto do Morro da Costeira)*

Indubitavelmente, o isolamento e a dificuldade de acesso, impostos pela localização geográfica, são os principais fatores de resistência das feições rurais da paisagem. Para os moradores do local, o Sertão do Peri diferencia-se em: “Peri de Baixo”, “Peri de Cima”, “Sertão de Dentro”, “Sertão de Baixo” (Antes conhecido como “Barreiro do Ribeirão da Ilha”), “Sertão de Cima” e “Indaiá”.

Em 78, segundo levantamento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, 107 pessoas habitavam a Área de Paisagem Cultural, atualmente, de acordo com a FLORAM (1998a), esse contingente é de 147 moradores (21% da população do Parque).

Ao descer o morro em direção ao povoado, a primeira edificação que encontramos é a “Escola Isolada do Sertão do Peri”, inaugurada em 78 para atender as crianças da comunidade no ensino de primeira à quarta série. Logo à frente, do outro

lado da rua, fica a “igrejinha”, construída no final da década de 80 para à realização de missas da comunidade (Figura 19, foto 4, p. 50).

Além da localização e densidade demográfica<sup>14</sup>, a origem da população residente reforça a diferenciação com os moradores que ocupam a Área de Lazer. Os habitantes do alto da bacia em geral descendem do colonizador açoriano.

No Sertão do Peri, as casas mantêm-se distantes umas das outras e mesmo que a condição socioeconômica das famílias não seja tão contrastante quanto àquela verificada na Área de Lazer, há diferenças em relação ao padrão habitacional: das 60 (19% do total existente no Parque) casas existentes, verifica-se a mesma quantidade de edificações de alvenaria, mista e madeira. Na realidade, em muitas propriedades a residência permanece como parte integrante de um conjunto de instalações que inclui galpões que servem de abrigo aos animais ou da produção agrícola (Figura 19, foto 5). Em alguns casos, a estrutura onde funcionava o engenho se presta a essas funções, que às vezes, por estar conjugada ou muito próxima à residência, é utilizada como área de serviço e até mesmo cozinha.

O padrão ocupacional da população do Sertão também apresenta certas especificidades em relação àquela predominante na Área de Lazer. A partir da década de 70, apesar da decadência da agricultura e da desestruturação da unidade de produção familiar ter obrigado muitos moradores – basicamente os homens – a buscarem o trabalho assalariado (vigia, funcionário público), algumas atividades de subsistência continuam sendo executadas de forma alternada com os empregos remunerados.<sup>15</sup>

Ainda hoje, a exploração agrícola (cana-de-açúcar, capim-elefante, milho, feijão, mandioca) visa suplementar o consumo familiar e à alimentação de alguns animais (bois, cavalos, cabras, aves e porcos) (Figura 19, foto 6). Apesar das possibilidades que o meio rural oferece ao plantio de frutíferas e hortaliças, esses recursos não são devidamente explorados.

---

<sup>14</sup> Em 78, por ocasião do levantamento feito pelo IPUF, os índices de densidade demográfica para a Área de Lazer e Paisagem Cultural eram 64 hab/km<sup>2</sup> e 19 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente. Hoje, de acordo com a FLORAM (1998a) esses coeficientes passaram para 326 hab/km<sup>2</sup> e 26 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente.

<sup>15</sup> O tamanho reduzido das famílias traduz a tendência dos indivíduos, a partir de certa idade, de exercerem outras atividades e passarem a residir fora da comunidade. O êxodo dos mais jovens é um fato ainda relatado com um certo inconformismo pelos próprios familiares.

Em geral, as práticas de cultivo continuam inadequadas e ainda se emprega o fogo na limpeza das áreas (coivara), sendo que alguns agricultores utilizam herbicida no controle de ervas daninhas, e, adubação química em escala muito reduzida (Figura 18).



*Figura 18: Área queimada para o plantio de cana-de-açúcar (Peri de Cima)*

As pastagens ainda ocupam as baixadas, sopés e encostas, e um dos agravantes do manejo tradicional efetuado nessas áreas é que as margens dos córregos são mantidas sem vegetação ciliar (Figura 19, foto 7).

A produtividade é extremamente baixa, pois aliado às limitações de ordem edáfica e topográfica, o uso contínuo das mesmas áreas reduziu a fertilidade do solo. Se antes, esse quadro podia ser revertido com a abertura de novas áreas de floresta, hoje ele é agravado pelas restrições de uso impostas com a existência do Parque e pela ação da fiscalização, que impede a derrubada da vegetação – ainda que de forma clandestina e pontual isso aconteça (Figura 19, foto 8).

Figura 19: Área de Lazer e Sertão do Peri (nov.1998)



01. Casebre na Praia da Armação



02. Residências da Rua da Lagoa do Peri



03. Alambrado às margens da lagoa (Grupo dos 30)



04. Igrejinha do Sertão do Peri



05. Estábulo (Sertão do Peri)



06. Lavoura de cana-de-açúcar



07. Erosão das margens do Rio Ribeirão Grande



08. Parcela de desmatamento

Como já vimos, no final da década de 70, a fabricação artesanal de farinha de mandioca e cachaça já se apresentava em crise devido à oferta do produto advindo de outras regiões a preços mais baixos. Dos 19 engenhos que existiam na área, mais da metade estavam paralisados (IPUF, 1978). Atualmente, uma vez consolidada a decadência dessas atividades, os engenhos que não foram demolidos encontram-se desativados ou servindo aos propósitos enunciados acima; apenas dois engenhos encontram-se em atividade, um de farinha e um de cachaça (Figura 20).



*Figura 20: Engenho de cachaça desativado ("seco Chico").*

Na medida em que as atividades tradicionais se tornam ainda mais residuais e insignificantes, aparecem outras formas de apropriação da paisagem. Assim como na Área de Lazer, percebe-se que certas propriedades funcionam como sítios ou chácaras (de férias, de final de semana), ainda que isso seja proibido pela legislação do Parque.

Uma vez cumprido o itinerário proposto, é preciso terminar nossa visita ao Parque, efetuando algumas considerações.

## (RE)CONSIDERAÇÕES FINAIS I:

Ao longo desta primeira parte, a abordagem da dimensão morfológica da paisagem da Bacia Lagoa do Peri insistiu no recorte da realidade em formas naturais e culturais. É curioso observar que a descrição dos fenômenos acaba, de uma maneira ou de outra, recorrendo a outras dualidades.

Com relação às formas naturais, analisadas no primeiro capítulo, vimos que a partir da base geológica predominante (complexo granítico/sedimentos recentes), impõe-se uma dualidade aos componentes da superfície que se expressa não só no relevo (acidentado/plano) e no solo (argiloso/arenoso), mas também sobre a cobertura vegetal (mata atlântica/vegetação de restinga).

No segundo capítulo, ao tratarmos das formas culturais enfocamos, inicialmente, o papel da ação antrópica na transformação da paisagem. Desde a colonização, a intervenção humana sobre a dinâmica daquele ecossistema vem se dando de modo diverso: indo da exploração indiscriminada dos recursos à proteção legal do patrimônio natural e paisagístico. Se até meados deste século, o “desmatamento” configurou como a principal marca da ação antrópica, com a decadência da economia dos engenhos e da agricultura de um lado, e a regulamentação de medidas protecionistas do outro, a maior parte das áreas de lavoura foram sendo abandonadas, permitindo a regeneração da vegetação nativa e o restabelecimento da naturalidade da paisagem.

Vimos também, que em meio à decadência do modo de vida tradicional, os dois sítios de ocupação existentes – em muito devido ao contexto geográfico predominante numa e noutra área – responderam de forma diferenciada às forças da expansão urbano-turística das últimas décadas, traduzindo-se, atualmente, numa outra dualidade paisagística: urbana/rural.

Mesmo que estas considerações sejam bastante genéricas, ao retomá-las, nossa intenção é ratificar o caráter orgânico da paisagem, isto é, certificar que as formas ou fenômenos existentes na paisagem estão associados e são interdependentes. Sob essa perspectiva, o inventário a partir da dualidade natural/cultural, mostra-se reducionista e válido apenas como recurso didático.

Cientes de que a identidade da paisagem é determinada, antes de mais nada pela visibilidade da forma, buscamos explicitar como os elementos naturais e artificiais incidem sobre a qualidade visual ou expressão plástica da paisagem.

Em se tratando dos cenários onde a dominância é compartilhada entre os componentes naturais, vimos que através de suas principais propriedades visuais – a *água* se sobressaindo por sua forma superficial (lagoa) e cor; a *vegetação* por sua cor e textura; o *relevo* sobretudo por suas linhas, formas e escalas diferenciadas – a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri adquire uma qualidade estética elevada, caracterizada pela *diversidade, naturalidade, complexidade topográfica e singularidade*. Admite-se que a *vulnerabilidade visual* destes cenários reside na própria fragilidade das formas naturais e do ecossistema. Daí o extremo cuidado que se deve ter no planejamento de qualquer intervenção em termos de infra-estrutura.

Se estas considerações parecem consensuais em relação aos cenários “naturais”, o mesmo não pode ser atestado em relação àqueles onde as atuações humanas deixam suas marcas, conquanto elas ocupem áreas espacialmente limitadas e apresentem, comumente, reduzida expressão visual.

Através da alegoria: “da paisagem hostil à paisagem amiga”, pontuamos dois extremos da racionalidade social em relação à natureza. No texto, buscamos remontar ao segundo momento, o “consenso” acerca da valorização da paisagem natural e o “descenso” em torno dos cenários onde predominam estruturas artificiais.

Com relação à Bacia da Lagoa do Peri, se hoje, a interação humana com a paisagem tende a ser amistosa e voltada, cada vez mais, ao lazer, à pesquisa e à educação ambiental, devendo para isto, ter seus recursos protegidos da ação depredadora, isto se dá às custas de uma instituição (unidade de conservação).

Assentada sobre normas e valores que legitimam um certo manejo e, por conseguinte, uma determinada relação homem-natureza, interessa-nos saber como se estruturou esta dimensão instituída, e quais suas implicações tanto sobre a paisagem como para a interação dos usuários com aquele ambiente.

Por certo, eis aqui mais um exemplo do entrelaçamento das esferas natural-cultural, isto é, no caso da Bacia da Lagoa do Peri, a própria paisagem natural ao ser valorizada por suas potencialidades e protegida legalmente, tornou-se um produto cultural.

*SEGUNDA PARTE*

**A DIMENSÃO INSTITUCIONALIZADA DA PAISAGEM**



*A manifestação mais paradoxal de ambivalência ambiental é o fato de que agora consideramos necessário controlar não apenas ambientes humanizados mas também o próprio ambiente selvagem (DUBOS, 1981, p. 113)*

A paisagem é o modo mais direto e imediato de entrar em contato com um lugar e com uma sociedade. PINCHAMEL (1988), nos lembra que ela se torna às vezes autobiográfica, exprimindo através de estratos sucessivos a história de uma geografia sócio-política; reveladora das atitudes e ações coletivas. Por esse viés, a paisagem poderia ser tomada como a expressão espacial das instituições humanas.

Para SANTIAGO (1998), o direito, como um sistema hierarquizado de normas, exprime os valores dominantes da sociedade às quais elas se aplicam. Os textos jurídicos relativos ao meio ambiente são referências do sistema de significados de uma sociedade e servem à consolidação da realidade sócio-cultural. Em graus diferenciados eles se prestam à regulamentação das formas de interação e apropriação, transformação ou preservação da paisagem. Dada a natureza desse processo, a paisagem torna-se um campo de sobreposições de jurisdição e de interesses muitas vezes conflitantes. Tais conflitos radicam-se tanto em nível de planejamento – relacionando-se às concepções divergentes que planejadores e atingidos têm acerca “do quê” e “como” deve ser preservado – quanto em nível de implantação das medidas legais.

LIBÓRIO (1998), acrescenta que a proteção legal da paisagem, de forma específica, é uma preocupação recente, pois comparece na legislação dos estados contemporâneos somente a partir de meados deste século. Para a autora, o direito à paisagem se coloca na esfera dos direitos da coletividade e mais especificamente sob o direito ao meio ambiente equilibrado.

Neste estudo, entende-se por “dimensão institucionalizada da paisagem”, o conjunto de normas e instrumentos que regulamentam o manejo de uma determinada porção do espaço.

Vimos no capítulo anterior, que a partir da década de 50, a Bacia da Lagoa do Peri passou a ser alvo de sucessivos decretos e leis que objetivaram, de forma cada vez mais rigorosa, a proteção daquele ecossistema.

Gradativamente, instituiu-se uma dimensão da paisagem que se por um lado, representa um conjunto de regras que legitimam um manejo conservacionista e determinadas formas de relação homem-natureza, por outro, está na base de controvérsias e conflitos – alguns já foram sinalizados – que alertam para o fato de que a problemática não se resume à regulamentação.

Nesta segunda parte da pesquisa, interessa-nos saber:

*Que figuras relacionadas à paisagem da Bacia da Lagoa do Peri foram instituídas pelos dispositivos jurídicos de proteção?*

Para tanto, no “Capítulo 3: O processo de regulamentação”, efetuamos uma leitura dos decretos e leis a fim de identificar alguns dos principais elementos simbólico-normativos e reconstituir a evolução da proteção legal da referida área.

Posteriormente, no “Capítulo 4: O processo de implantação do Parque”, sistematizamos certas questões vinculadas à implementação do Parque Municipal da Lagoa do Peri a partir da análise de artigos veiculados pela mídia jornalística.

## CAPÍTULO 3

### O PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DA PAISAGEM

No caso da Bacia da Lagoa do Peri, a regulamentação do uso e ocupação do solo tem sido a estratégia mais empregada para promover o manejo criterioso e a preservação dos recursos naturais e paisagísticos. Paulatinamente, legitimou-se uma dimensão da paisagem cujo significado, delimitação, fisionomia, valor e utilidade convergem para regras de uso do espaço individual/coletivo.

Para introduzirmos esta problemática, efetuaremos uma breve reflexão sobre as bases ideológicas e evolução da criação de áreas naturais protegidas, mais precisamente daquelas modalidades de proteção integral, onde se incluem os parques.

#### 3.1. PARQUES: DA GÊNESE DO IDEAL ÀS CONTROVÉRSIAS DO REAL

Através dos tempos os seres humanos têm reagido de forma variada ao ambiente natural. No segundo capítulo, focalizamos extremos de temor e deslumbramento através da alegoria: “Da paisagem hostil... à paisagem amiga”. Nesta seção vamos iniciar tratando da representação humana acerca do mundo natural com o intuito de identificar as bases ideológicas da instituição “parque”.

##### 3.1.1. NO MUNDO:

*Áreas naturais protegidas* ou *unidades de conservação* são espaços legalmente instituídos com o objetivo de proteger a natureza, seja do ponto de vista da preservação da biodiversidade e das belezas paisagísticas e ou da utilização sustentada dos ecossistemas e seus recursos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Monika RÖPER (1999, p. 45), afirma que “Sob o ponto de vista geográfico, podemos entender as unidades de conservação como uma forma de institucionalização do espaço e uma expressão de seu controle político.”

Desde o final do século passado, a criação de áreas protegidas vem se constituindo numa das principais estratégias para a conservação da natureza e isto se explica, *a priori*, pela degradação ambiental crescente.<sup>2</sup> A criação do *Parque Nacional de Yellowstone*, nos Estados Unidos, em 1872, converteu-se no marco inicial desse processo. Tratou-se da demarcação de uma área onde os recursos naturais seriam protegidos da ação depredadora do homem e cujos lugares aprazíveis seriam destinados ao lazer das populações urbano-industriais.

SERRANO (1997, p. 104), entende que essa iniciativa, apesar de inédita em termos de relação homem-natureza, não aconteceu isoladamente:

Ela se dá em meio a um amplo questionamento do antropocentrismo que, ao longo de toda a história da cultura ocidental, tem predominado como orientador de representações e práticas humanas em relação à natureza. No período entre os séculos XVI e XIX, durante a transição que leva ao estabelecimento da economia capitalista, tal questionamento e a conseqüente mutação de posturas que ele desencadeia vão levar a novas relações dos homens com os animais e plantas e à idealização da vida no campo e sua imagem. Esse período inventa também a *paisagem* como forma dominante de representação da natureza, principalmente por intermédio da pintura.<sup>3</sup>

Certamente, as raízes dessa (re)valorização do mundo natural e da paisagem não se restringiram à conjuntura norte-americana.

Na Europa, por conta da Revolução Industrial, a vida nas cidades passa a ser criticada e a vida no campo idealizada, sobretudo por aquelas classes não diretamente envolvidas na produção agrícola. THOMAS (1996), sugere que o crescimento populacional e a insalubridade do ambiente urbano (fabril), teriam suscitado um sentimento antiagregativo e, por conseguinte, uma nova sensibilidade e uma atitude de contemplação da natureza selvagem. Para isso contribuíram também o avanço da História Natural e o advento do Romantismo, quando o ambiente selvagem passou a ser

---

<sup>2</sup> Atualmente, 7% da superfície terrestre e 1% dos ambientes marinhos são legalmente protegidos (AMARAL, 1998). O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), propõe que o ideal seja 10%, sendo que os EUA – um dos principais propugnadores dessa meta – tem apenas 2% do seu território protegido (DIEGUES, 1998).

<sup>3</sup> Diversos autores distinguem dois grandes enfoques na análise da relação homem/natureza: a “biocêntrica” ou “ecocêntrica”, que pretende ver o mundo natural em sua totalidade, como tendo um valor em si mesmo e no qual o homem está inserido como qualquer ser vivo; e a “antropocêntrica”, que opera numa dicotomia onde o homem tem direitos de controle e posse sobre a natureza (valorizada como reserva de recursos), sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia.

o lugar para onde fugir de uma sociedade artificial e corrupta e desfrutar dos misteriosos e belos atributos da natureza.

Nos Estados Unidos, enquanto estas idéias ganhavam importância, a expansão da fronteira para o oeste implicava no domínio do ambiente natural por uma agricultura moderna e por uma urbanização e industrialização acelerada e expansiva. Os custos sócio-ambientais desse processo desencadearam a preocupação crescente com a proteção ambiental.

Em termos teóricos, havia duas visões de conservação: se por um lado, a visão “preservacionista” (encabeçada por John Muir) enfatizava a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem, por outro, haviam teóricos que a partir de uma visão “conservacionista” (defendida por Gifford Pinchot), pregavam o uso adequado e criterioso dos recursos naturais (DIEGUES, 1998).

Muito influenciada pelos escritos de Henry David Thoreau, a perspectiva preservacionista, representada pela noção de *wilderness* (vida natural/selvagem), vai permanecer subjacente à criação de parques como grandes áreas não habitadas, principalmente após a expulsão ou extermínio das populações indígenas.

Em outras palavras, são estas idéias, sobretudo a dos românticos, que influenciarão a concepção de áreas naturais protegidas enquanto “ilhas” de grande valor estético e que proporcionam ao ser humano as maravilhas da natureza intocada. Por este viés, a noção de mundo natural subjacente reflete uma percepção das populações urbanas e envolve a construção de mitos. Segundo DIEGUES (1998), através da concepção de áreas naturais protegidas opera-se uma simbiose entre o pensamento empírico racional (através de conceitos como ecossistema, biodiversidade) e o mitológico (presente nas idéias de paraíso perdido, ilha, beleza primitiva ou original da natureza, evocação do belo e do harmonioso).

O “mito moderno da natureza intocada”, para este antropólogo, diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” ou selvagem, anterior ao seu aparecimento. Entretanto, essa condição praticamente inexistente, pois as regiões naturais usualmente correspondem à áreas que foram ou são manipuladas de forma extensiva com a natureza. Por esse viés, entende-se que a biodiversidade – comumente

atribuída aos fatores unicamente “naturais” – decorre também da manipulação do meio natural por parte de certas populações humanas.

Deste modo, o “modelo Yellowstone” resultou de uma ideologia preservacionista que vê nos parques a única forma de salvar pedaços da natureza. SERRANO (1997), argumenta que a instituição suscita um paradoxo ao vincular a proteção ambiental – implicando no afastamento de qualquer atividade de exploração dos recursos – ao usufruto para o lazer e, por extensão, para o turismo. Daí, mais do que uma estratégia governamental de conservação, o modelo traduz de forma emblemática um tipo de relação homem-natureza.

Acima e além destas considerações, porém, concordamos com DUBOS (1981, p. 29), quando afirma que a necessidade de proteger os ecossistemas naturais é também uma expressão de profundos valores humanos: “Não vivemos em regiões selvagens, mas necessitamos delas para nosso bem-estar biológico e psicológico.” Para o autor, a experiência dentro do ambiente selvagem ajuda-nos a reconsiderar nosso próprio primitivismo, contribuindo para o nosso autoconhecimento e para a revelação de potencialidades latentes.

Os conflitos decorrem quando tais necessidades traduzem-se em ideologias e instituições que se sobrepõe àquelas pertinentes a outros grupos humanos (indígenas, extrativistas, caçadores de subsistência, pescadores artesanais, agricultores itinerantes, etc.) que vivem nesses locais por sucessivas gerações, violentando seus direitos e modos de vida.<sup>4</sup>

Politicamente, a institucionalização do espaço público (parque) sobre o espaço comunitário, deixa subentendido que as populações locais deveriam “sacrificar-se” para dotar as populações urbanas de espaços de lazer e de contato com a natureza “selvagem”, ou ainda para proteger a biodiversidade. SILVA (1997), acrescenta que desse modo aquelas comunidades tornam-se duplamente destituídas: “Juridicamente, pela afirmação *generalizada* dos direitos sobre a natureza, com a qual, nos lugares *determinados*, turistas e comunidades tradicionais, que não têm o mesmo vínculo, possam ter os mesmos direitos. E, economicamente, na afirmação da sua pobreza, o que significa

---

<sup>4</sup> Estes agrupamentos humanos, denominados genericamente de “populações tradicionais”, se caracterizam por manterem sistemas produtivos de baixo impacto sobre o meio ambiente, destinados, basicamente, à subsistência.

que a riqueza natural desses lugares, não é riqueza para as populações, mas para o turista.”

Deste modo, ao ter sido exportado, o “modelo Yellowstone” recriou a dicotomia “povos/parques”. Nos países do Terceiro Mundo, em virtude da existência de populações tradicionais no interior ou no entorno das extensas áreas abrangidas pelos parques e reservas (cerca de 86% dos parques da América do Sul contém populações tradicionais), desencadearam-se inúmeros conflitos de ordem social, econômica, política, territorial e cultural. Os problemas incluíam desde as restrições de acesso e uso dos recursos naturais – impostas pelo poder público – até a retirada forçada dos moradores de seus territórios ancestrais (DIEGUES, 1998).

Convém explicitar ainda, que ao longo do tempo, o conceito de parque nacional foi se transformando e adquirindo matizes que levaram à definição de outras categorias de unidade de conservação.<sup>5</sup> Além da preocupação crescente com a destruição da natureza, outros fatores contribuíram para esse processo: o desenvolvimento científico, especialmente através da ecologia como ciência; a busca do contato com a natureza e o retorno econômico pelo (eco)turismo; as críticas e denúncias dos movimentos sociais e ambientalistas em relação à inadequação do modelo norte-americano aos países do Terceiro Mundo, que apresentam uma grande diversidade cultural.

Assim é que de uma categoria única e com objetivos por vezes conflitantes, passe-se a uma multiplicidade de figuras de unidades de conservação, que buscam compatibilizar usos e contemplam não só a proteção da natureza, mas também de culturas tradicionais.<sup>6</sup> Nesse caso, subentende-se que as unidades de conservação devem servir à proteção da diversidade biológica e cultural.

De acordo com CECCA (1997b), estes novos modelos não eliminam de forma alguma, o papel das unidades de conservação tradicionais, que operam na dicotomia homem-natureza. Em situações nas quais as atividades econômicas não são compatíveis com o equilíbrio ambiental – o que em geral ainda é regra – é fundamental que parcelas

---

<sup>5</sup> Atualmente, em nível internacional, vigoram as seguintes categorias: Parque Nacional, Reserva Biológica, Monumento Natural, Floresta Nacional, Santuário da Vida Silvestre, Reserva da Fauna, Monumento Cultural, Estrada Parque, Reserva de Recursos, Área de Uso Limitado, Reserva do Patrimônio Mundial, Reserva da Biosfera (MILANO *apud* AMARAL, 1998).

<sup>6</sup> Aqui no Brasil, obedecem a esta concepção as reservas indígenas e extrativistas.

significativas dos ecossistemas naturais (“reservas estratégicas”) sejam preservadas na esperança de uma interação futura mais harmônica.<sup>7</sup>

### 3.1.2. NO BRASIL.

A preocupação com a conservação ambiental e com a criação de áreas naturais protegidas, no caso do Brasil, só acontece tardiamente. De acordo com SERRANO (1997), embora desde o final do século passado algumas personalidades preocupadas com a questão florestal viessem propondo a criação de parques nacionais, somente com a instituição do Código Florestal, em 1934, é que se abriu perspectivas objetivas para o surgimento de unidades de conservação mais abrangentes do que as antigas reservas e hortos florestais.

Posteriormente, a Constituição de 1937 reafirma a legitimidade dos parques nacionais e no mesmo ano, é criado o Parque Nacional de Itatiaia. Por sucessivas décadas, a expansão do número de parques e reservas foi bastante lenta. Apenas no final da década de 70 são colocadas em discussão as áreas prioritárias para conservação e começa a ser elaborado o plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ainda no âmbito relativo aos parques, somente em 1979, através do Decreto 84.017, é definido o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Outra evidência de descaso pode ser lida na demora na elaboração dos planos de manejo das unidades já existentes – o primeiro, o do Parque Nacional de Itatiaia, surge 40 anos após sua criação (SERRANO, 1997; AMARAL 1998).

Em 1982, é elaborada a segunda etapa do SNUC, que classifica as categorias previstas entre “Unidades de Proteção Integral” ou de uso indireto dos recursos (Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural e Reserva Particular do Patrimônio Natural) e “Unidades de Uso Sustentável” ou de uso direto dos

---

<sup>7</sup> *A priori*, embora os parques sejam categorias de proteção integral e não admitam ocupação humana, atualmente, através do zoneamento (planejamento ecológico) é possível regulamentar “áreas” ou “zonas” que procuram compatibilizar os objetivos de preservação não somente com usos indiretos (recreação, educação, pesquisa científica), mas também, com a exploração direta e sustentada dos recursos naturais por comunidades tradicionais. Segundo AMARAL (1998), essa área denominada de *zona sócio-econômica, zona de uso múltiplo, zona especial* ou *zona cultural* inexistente no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.



recursos (Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista e Floresta Nacional) (AMARAL, 1998).

Segundo SERRANO (1997, p. 109), pela nova definição, parques nacionais “[...] são constituídos por ecossistemas naturais e, em menor escala, por ecossistemas modificados, em geral de grande beleza cênica, e têm como objetivo preservar a natureza e proporcionar a oportunidade para a pesquisa científica, a educação ambiental e o turismo ecológico.” Tal concepção também se aplica ao âmbito estadual e municipal.

Avaliando o período em que mais foram criadas unidades de conservação (1970-1986, em pleno regime militar), DIEGUES (1998), efetua as seguintes observações: a criação era feita de cima para baixo; época de grande endividamento do país e onde as organizações financeiras internacionais exigiam cláusulas de conservação ambiental para grandes projetos; coube aos órgãos federais (IBDF em 67 e SEMA em 73) comprometidos com o desmatamento e com o reflorestamento industrial, a implantação e gestão das unidades. Em parte, este quadro explica o porque da questão ambiental ter sido tratada dentro de uma visão conservadora e muito aquém do que se debatia no âmbito internacional, especialmente no tocante às populações tradicionais.

De um modo geral, observa-se que no caso das unidades de conservação, assim como em relação à política ambiental de um modo geral, as práticas e os discursos denunciam uma atitude, no mínimo, ambígua: se de um lado, as riquezas naturais são enaltecidas, de outro, assiste-se a um descaso significativo em relação à implementação das medidas de proteção regulamentadas. Embora muitos autores afirmem que o aparato legal esteja bem desenvolvido, falhando apenas os meios técnico-administrativos para cumprir e fazer cumprir tal legislação, o que se observa é que a regulamentação das unidades de conservação não constitui um conjunto harmônico, estando fragmentada em diversas leis e decretos e com inúmeros pontos imprecisos e ambíguos.

Atualmente, em torno de 6% do território brasileiro são legalmente protegidos, sendo que um terço desse percentual é representado por unidades restritivas (AMARAL, 1998). Segundo Paulo MACHADO (1989), o arcabouço legal estabelece que os parques são bens de domínio da união, estados ou municípios – criados por ato administrativo – e destinados ao uso comum da sociedade. Se a área abrangida é pública, o decreto de criação configura a destinação do bem público, tornando-o inalienável e indisponível. Se o domínio é privado, o poder público deve promover a desapropriação. Por outro lado,

das unidades de âmbito federal, estadual e municipal, uma parcela significativa defronta-se com sérios problemas fundiários, tanto no que toca à regulamentação de áreas protegidas sobre áreas já ocupadas, quanto da ocupação por posseiros após a criação da unidade de conservação.<sup>8</sup>

Para ampliar o rol de negligências e controvérsias, convém lembrar que até hoje o SNUC não foi votado pelo Congresso Nacional. Muitos estudiosos, chamam a atenção para o fato de que importantes biomas como o cerrado, a caatinga, o pantanal e a Mata Atlântica, estão pouco contemplados pelo sistema em termos de área. De acordo com levantamento efetuado pela revista TERRA, em novembro de 1998, dos 43 parques nacionais existentes, apenas 19 encontram-se abertos à visitação, e mesmo assim em condições precárias. Além disso, o aumento da popularidade de parques e reservas também constitui um sério problema. O lema “Tire apenas fotografias, deixe apenas pegadas”, oculta o fato de que o uso contínuo e intensivo causa grande dano às trilhas e às áreas selvagens.

Por tudo isto, a problemática das unidades de conservação, está longe de se resumir à definição e institucionalização de áreas e ecossistemas a serem protegidos. Tais etapas não são suficientes para garantir a preservação e ou manejo sustentado dos diversos ecossistemas, que para serem alcançados dependem de prioridades políticas. Em meio à ausência dessas, cabe à sociedade reivindicar o efetivo cumprimento da política ambiental e dentro da problemática tratada aqui, no que concerne a implantação e gestão efetiva das unidades de conservação.

Sobre a categoria “parque”, entende-se que se por um lado, como sugerem alguns autores, ela se coloca como um *arquétipo* de ideais e valores mediante os quais a sociedade, como um todo, não tem condições de viver, de outro, suas potencialidades em termos de preservação da diversidade natural/cultural e de interação homem-natureza, embora controversas, estão apenas começando a serem consideradas.

---

<sup>8</sup> Em Santa Catarina, aproximadamente 2% do território está legalmente protegido. Por outro lado, apenas 30% da área abrangida pelas unidades está sob o domínio da União, estado ou municípios. AMARAL (1998), acrescenta que aos sérios problemas fundiários, soma-se o fato do corpo técnico responsável pela administração e fiscalização das unidades não estar próximo da maioria delas e da fiscalização por parte das instituições responsáveis ser extremamente precária, sendo suprida pela ação da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental-CPPA.

Visto estas questões mais genéricas acerca da instituição “parque”, vamos nos ater à evolução da proteção legal da Bacia da Lagoa do Peri. Convém ressaltar, no entanto, que não é nossa intenção aqui, efetuar uma análise exaustiva dos instrumentos jurídicos e suas implicações, mas apenas reter suas principais orientações com vistas à definição simbólico-normativa de figuras relacionadas à paisagem.

### 3.2. DA PROTEÇÃO COMO REMANESCENTE AO TOMBAMENTO: O SIGNIFICADO E A DELIMITAÇÃO REGULAMENTADOS

A primeira medida protecionista que abrangeu a Bacia da Lagoa do Peri foi o **Decreto Presidencial n.º 30.443, de 25 de janeiro de 1952**,<sup>9</sup> que qualificou como “Área de Florestas Remanescentes” as matas de propriedade do governo estadual, localizadas no sul da Ilha de Santa Catarina. Desse modo, a determinação atendeu a vegetação existente na Lagoa do Peri, desde suas margens até a extremidade sul da ilha, prevendo ainda, a demarcação física dos limites da área (CECCA, 1997b).

Na prática, além do deferimento do decreto-lei nenhuma medida foi efetivada. Não obstante, o papel do decreto reside no fato de ter instituído o significado daquela área enquanto “reserva” (florestal). Sentido esse, que seria aprimorado, posteriormente, pelos instrumentos jurídicos de âmbito municipal; à começar pela especificação da área a ser protegida, uma vez que o decreto presidencial se reportava genericamente a todas as florestas do sul da ilha e de outras regiões do estado.

Através do **Decreto Municipal n.º 1.408, de 04 de junho de 1976**, foi tombado como “Patrimônio Natural do Município de Florianópolis” a Bacia da Lagoa do Peri.

A área tombada é definida pelos seguintes limites: começa no ponto mais alto do Morro das Pedras; daí pelos pontos mais altos deste morro até o entroncamento da SC-92 com o caminho para a Lagoa do Peri; daí segue pelo divisor de águas até o ponto mais alto do Morro da Chapada, continuando por este divisor rumo sul, até o Morro da Tapera, seguindo pelo mesmo divisor rumo sueste e depois rumo noroeste até o ponto mais alto do Morro da Boa Vista; segue por este morro até o Morro do Peri e daí pelo divisor de águas rumo nordeste até sua base; deste ponto segue rumo leste até a linha de água da

---

<sup>9</sup> Assinado no governo Getúlio Vargas, esta foi a primeira lei dando proteção específica a uma área natural na Ilha de Santa Catarina (CECCA, 1997b, p. 90).

Praia da Armação; daí segue rumo norte pela linha de água deste costão até o encontro deste com a linha da Praia do Campeche; deste ponto segue em linha seca até o ponto mais alto do Morro das Pedras (FORIANÓPOLIS, 1976).

O tombamento se referiu aos bens naturais existentes na bacia e na extensão entre os seus limites leste e a estrada SC-92, totalizando uma área de 20,3 Km<sup>2</sup>.

Na medida em que prescreve a delimitação da área tombada e traz em anexo um mapa representando-a, este decreto tornou-se o marco espacial da dimensão institucionalizada da paisagem. Além disso, seu deferimento legitima a responsabilidade e o direito de intervenção do poder público municipal na paisagem, visto que o tombamento inclui todos os recursos naturais existentes na área; ficando os proprietários condicionados no uso dos mesmos.<sup>10</sup>

Desse modo, o tombamento da área representou um avanço em termos de dispositivo legal de preservação, uma vez que incide sobre uma área concreta, elevando o *status* de legislação genérica de preservação – conferida pelo decreto de 52 – à legislação específica e de âmbito municipal. Teoricamente, uma vez inscrita no “Livro de Tombo” do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Florianópolis, a área deveria ser submetida a um regime especial de cuidados, objetivando evitar a descaracterização dos recursos que motivaram o tombamento.

Por outro lado, se a proteção como remanescente de floresta obedeceu a critérios estritamente preservacionistas, o tombamento da área como patrimônio natural refere-se antes à preocupação com o abastecimento de água e por conseguinte à sua proteção como manancial. Prova disso é que a delimitação da área tombada coincide com os limites da bacia hidrográfica. Os artigos jornalísticos publicados na ocasião também permitem ilustrar tal perspectiva. Segundo o então coordenador para assuntos do meio ambiente do município, Padre Raulino Reitz:

A Lagoa do Peri além do valor cênico representa uma preciosa reserva de água doce, que a capital catarinense cedo vai necessitar face ao crescimento populacional nas planícies adjacentes (Projeto de urbanização da Praia do Campeche e Lagoa da Conceição da TURESC) [...] O destino certo da Lagoa do Peri, ponto alto da beleza insular, é sua manutenção em estado original, como atração turística, reserva de água e florestal,

---

<sup>10</sup> A fim de que tomassem conhecimento das limitações de uso impostas, o decreto determinou que os proprietários dos terrenos atingidos pelo tombamento fossem notificados. De acordo com os moradores, esse procedimento nunca ocorreu.

regulador climático e habitat de fauna aquática no que concerne a peixes e aves [...] é uma jóia natural que deve ser preservada a qualquer custo (REITZ, 1976).

As matérias destacam ainda a importância do tombamento como evento comemorativo do Dia do Meio Ambiente e comentam a intenção da administração municipal em começar a desenvolver estudos para a criação do parque.

### 3. 3. O PLANO DIRETOR E A FISIONOMIA REGULAMENTADA

Com o intuito de estabelecer as bases para a criação do Parque da Lagoa do Peri, fixando as normas de uso e prevendo os equipamentos e instalações que garantissem a sua utilização como reserva ecológica, científica, cultural, paisagística e área de lazer, foi elaborado, em 1978, o Plano Diretor.<sup>11</sup> Na ocasião, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Proteger o manancial hídrico de modo a permitir sua utilização adequada, visando abastecer a população do sul da ilha;
2. Preservar o patrimônio natural e paisagístico de modo que possa ser utilizado como área de “interesse ecológico” e de pesquisa científica;
3. Aproveitar as peculiaridades de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação (IPUF, 1978).

Com base nestas metas, manifesta-se em vários momentos do plano, a expectativa de que a criação e o funcionamento do Parque se constituam numa resposta efetiva aos inconvenientes de uma ocupação desordenada e irresponsável. O plano converte-se assim, numa proposta de manejo daquele espaço e para tanto, foi estruturado de modo a permitir uma avaliação completa dos principais recursos do ecossistema e propor as ações necessárias para manter ou ampliar suas qualidades.

---

<sup>11</sup> O Plano Diretor foi elaborado sob a coordenação do IPUF com a colaboração de entidades como a Fundação do Meio Ambiente – FATMA e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através da Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária – FAPEU, Centro de Ciências Humanas – CCH, Centro de Ciências Agrárias – CCA e Horto Botânico.

Interessa-nos observar, que a partir da elaboração do Plano Diretor, a paisagem começa a ser tratada como um “ecossistema”, sendo que os pressupostos da ecologia passam a ter grande peso sobre a representação daquela unidade espacial.

A metodologia de trabalho empregada pela equipe técnica, adotou uma abordagem “sistêmica” desde o tratamento da realidade até a sistematização dos levantamentos e proposições. A concepção teórica fundamentou-se no entendimento de que a realidade resulta de três sistemas básicos: *Sistema de Sustentação*, *Sistema de Atividades* e *Sistema de Controle*, que por sua vez, derivam-se em outros sub-sistemas.

O Sub-sistema de Sustentação Natural-SSN é a própria paisagem natural (clima, vegetação, relevo, etc), que em interação com o Sub-sistema de Atividades Humanas-SAH (população, grupos e instituições sociais) e o Sub-sistema de Atividades Produtivas-SAP (primário, secundário e terciário), configuram o Subsistema de Sustentação Adaptado-SSA (equipamentos de apoio e infra-estrutura). Essas interações se processam em uma dada sociedade, tendo por base o conjunto de normas, valores e objetivos (Sistema de Controle) que regulam as relações dos sistemas entre si.

Adaptando-se os quadros em referência à realidade enfocada teremos: Um Sistema de Sustentação Natural formado de elementos ricos (relevo e composição de flora e fauna diversificados, uma bacia de drenagem convergente e uma única lagoa) e um Sistema de Atividades pouco expressivo, conseqüentemente, um Sistema de Sustentação relativamente pouco adaptado e poucos controles tornados efetivos pelo Poder Público (IPUF, 1978, Seção III).

Obviamente, o *Sistema de Sustentação Natural* foi a estrutura mais enfocada pelo estudo. A análise restringiu-se aos componentes considerados importantes pelos objetivos propostos: geologia, relevo, solo, clima, hidrografia, vegetação e ecossistema aquático da lagoa, que por sua vez, foi o componente mais detalhado.

No âmbito destas referências, convém lembrar que a concepção sistêmica exige que a paisagem da Lagoa do Peri seja percebida como uma combinação dinâmica de elementos naturais e antrópicos que interagem continuamente: “É um ambiente muito vulnerável às mudanças [...] pela acentuada interação dos elementos que dão suporte ao seu equilíbrio” (IPUF, 1978, item 6.7).

Outra idéia subjacente à representação da paisagem enquanto ecossistema é que qualquer ação ou atividade humana traz repercussões sobre o seu estado ou “equilíbrio”. Daí o planejamento pretender compatibilizá-las com a utilização dos recursos naturais, atuando na intersecção dos diferentes sistemas anteriormente mencionados.

Diante da necessidade de operacionalizar as ações do poder público, o plano justificou que a estrutura administrativa viria a preencher uma lacuna, pois desde o tombamento em 76, a área aguardava por uma administração própria. Ao esboçar uma administração direta e específica o plano aprimorou um dos elementos instituídos pelo Decreto 1.408/76: a figura do poder público como regulador e moderador, como “guardião” daquele espaço.

A fim de promover a compatibilização entre os sistemas, foram formuladas diretrizes de caráter protecionista – já que se pretendia que o Parque fosse a garantia de manutenção das condições naturais e culturais existentes – segundo uma ordem de importância demarcada pelos objetivos:

- ✓ Proteger o manancial hídrico;
- ✓ Proteger a flora e fauna da área como elementos indissociáveis do manancial hídrico, como valor paisagístico e reserva à pesquisa científica;
- ✓ Integrar os interesses dos moradores com os objetivos e ações do Parque;
- ✓ Racionalizar o uso agrícola da terra do Sertão do Peri;
- ✓ Garantir a preservação dos sítios e engenhos;
- ✓ Aproveitar os atributos do ecossistema (lagoa) para a prática do lazer;
- ✓ Resguardar faixas de domínio nas margens da lagoa e do mar;
- ✓ Recuperar o nível de água primitivo da lagoa;
- ✓ Dar prioridade às atividades educativo-científicas;
- ✓ Promover a recomposição da flora;
- ✓ Fixar limites à ação antrópica na restinga;
- ✓ Definir os acessos, estradas e caminhos no interior do Parque;
- ✓ Acelerar a implantação do sistema de abastecimento de água à região;
- ✓ Promover o saneamento básico domiciliar;
- ✓ Detalhar o cadastramento das propriedades;
- ✓ Evitar o uso de elementos químicos poluidores;
- ✓ Caracterizar fisicamente os limites do Parque;
- ✓ Estabelecer um sistema administrativo com participação da comunidade;
- ✓ Estabelecer um processo contínuo de avaliação das medidas propostas;
- ✓ Consolidar o modelo de uso do solo e implantar a infra-estrutura básica;

- ✓ Submeter à rigorosa análise qualquer evento na área do Parque;
- ✓ Preservar os lugares com atributos paisagísticos excepcionais (IPUF, 1978).

A partir do levantamento destas diretrizes, foram definidos o perfil de programas (sete), projetos (dezessete) e obras que visavam concretizar o modelo apresentado. Algumas das implicações dessas proposições serão abordadas na próxima seção.

Como se pode ver, o esforço do plano consistiu em promover um detalhamento em relação aos dispositivos legais – de âmbito federal, estadual e até mesmo municipal – existentes na época. Nesse sentido, e com base na necessidade de ajustamento dos recursos e atividades humanas aos objetivos estipulados, a paisagem do Parque foi estruturada nas três áreas mencionadas no capítulo anterior:

1. *Área de Reserva Biológica*: de preservação permanente e plena, compreende as encostas dos morros ocupadas predominantemente por floresta primária. Destina-se a fins científicos e educacionais. É de importância fundamental ao manancial;
2. *Área de Paisagem Cultural*: onde se desenvolvem as atividades agrícolas de subsistência e de transformação artesanal;
3. *Área de Lazer*: representada pela área de restinga e lagoa, pretende conciliar a preservação dos recursos naturais com a utilização para educação e lazer (IPUF, 1978, Seção XII)

Indubitavelmente, tal sistemática de uso e ocupação do solo tornou-se indispensável à viabilização das diretrizes anteriormente enumeradas. Tal zoneamento, implicou simultaneamente: (i) na estruturação interna da paisagem a partir da delimitação das áreas; (ii) na definição dos respectivos usos, atividades e equipamentos que as qualificam e impõe restrições.<sup>12</sup>

Tem-se assim, portanto, delineada uma nova territorialidade. Dos elementos pertinentes à fisionomia regulamentada, admite-se que a representação cartográfica das áreas de uso tenha se constituído no principal símbolo da dimensão institucionalizada da paisagem (Figuras 21, p. 71).

---

<sup>12</sup> Na ocasião, a delimitação das áreas de uso do Parque foram precisadas e anexadas ao plano. Por outro lado, a implantação efetiva desse zoneamento dependia exclusivamente da demarcação do território do Parque. Daí a proposição de um projeto cujo objetivo era materializar os limites do Parque e dotá-lo de sinalização interna acerca das áreas e dos seus principais usos (IPUF, 1978).





*Fotografia 21: Placa de representação do Parque às margens da lagoa*

Dos elementos tratados até aqui, pode-se considerar que se os decretos anteriores já estabeleciam, de direito, a necessidade de preservação da paisagem, o Plano Diretor por sua vez, determinou as bases concretas de sua ocupação de forma a garantir teoricamente esse intento: “A orientação para preservação dos recursos, mais do que se prever usos, constitui pano de fundo para todas as diretrizes.” (IPUF, 1978, Seção XI).

### 3.4. O PLANO DIRETOR E OS VALORES INSTITUÍDOS

Por ocasião da elaboração do plano diretor, vê-se a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri sendo estudada e planejada por uma equipe técnica que se orienta por pressupostos e interesses que vão além daqueles pertinentes à população local. Embora os dispositivos anteriores já tivessem estabelecido que os bens naturais existentes na área são de interesse público e de responsabilidade do estado, o plano detalha o leque de beneficiários da paisagem (população local, comunidade científica e sociedade em geral)

e estabelece uma programação que seria indispensável à sua preservação, assegurando o benefício de ordem social.

Isto se torna ainda mais evidente quando discorremos sobre os principais valores instituídos: *ecológico, estético, científico, cultural, recreativo, turístico, educativo*, e enquanto *habitat*. Por nortear os esforços empreendidos pelo plano diretor e pelos regulamentos aprovados posteriormente, convém efetuarmos uma breve leitura desses aspectos. Antes, é preciso observar que tais valores não esgotam a possibilidade de existência de outros e que não há uma distinção precisa e rígida entre eles.

### 3.4.1. O CARÁTER UTILITÁRIO DOS VALORES:

Pelo exposto na seção anterior, pode-se inferir que a importância maior atribuída à paisagem da Lagoa do Peri é aquela definida pelo *valor ecológico*. Basta lembrar que: os objetivos específicos definidos para a criação do Parque referem-se basicamente à proteção de seus recursos naturais e paisagísticos; o sistema natural foi o mais detalhado em termos de levantamento; o conceito de “preservação” permeia todo o texto do plano e traduz o foco de suas preocupações e diretrizes.

Entretanto, o enfoque ecológico não se deu dentro de uma concepção meramente “ecocêntrica”, pelo contrário, é fácil apreender na leitura do plano diretor que suas diretrizes se voltam basicamente ao fato daquele ecossistema possuir um importante (único) reservatório de água potável. Logo, a valoração ecológica assume uma conotação fundamentalmente “antropocêntrica” e utilitarista, e isso pode ser percebido já na apresentação do Plano: “Além do valor ecológico de que é dotada, a Bacia da Lagoa do Peri é considerada como a principal fonte de suprimento de água potável da população do sul da ilha, justificando portanto, a preocupação em mantê-la em seu estado natural, afastando-a dos inconvenientes comuns decorrentes do processo de ocupação intensa.” (IPUF, 1978).

No âmbito desta valoração ecológico-utilitarista, formulou-se um programa de recuperação dos recursos naturais<sup>13</sup> que se limitou a um projeto de reposição da

---

<sup>13</sup> A denominação dada à proposição foi “Programa de Recuperação e Manutenção dos Recursos Naturais e Culturais”, uma vez que incluiu também uma proposta de preservação dos engenhos existentes na área do Parque.

vegetação, uma vez que isso permitiria o aumento da capacidade de retenção de água do manancial hídrico e a fixação do solo, evitando a erosão e o assoreamento da lagoa.

Num certo sentido, esta perspectiva utilitarista também é verificada em relação ao *valor estético* da paisagem. No Plano Diretor, a seção que trata das potencialidades do sistema oferece uma descrição apropriada do seu caráter cênico. De acordo com o texto, a Mata Atlântica e a lagoa destacam-se como elementos de maior expressão. Juntamente com os morros de altitudes variadas e recobertos pela vegetação, a lagoa ganha maior realce e destaque paisagístico. Os rios encachoeirados da bacia, transpondo diques de diabásio e formando pequenas quedas d'água, somam-se a esse quadro natural. Outros componentes que embelezam a área são o mar com sua linha de praia e costões, e a faixa de restinga. No conjunto: vegetação exuberante, lagoa e mar, morros e planície se confrontam e se conjugam num sistema de sustentação natural rico em panoramas diversificados. Já os engenhos no interior da bacia, mais precisamente no Sertão do Peri, testemunham um modo de produção artesanal em desaparecimento e por isso, são dotados de valor cultural e interesse turístico (IPUF, 1978).

Convém ressaltar, que além de focar as potencialidades da paisagem para o lazer e o turismo, o texto, reconhece também, o *valor científico* decorrente dos atributos ecológico (flora, fauna e lagoa) e cultural (modo de vida tradicional):

Os experimentos e a pesquisa da fauna aquática, terrestre e flora na área do Parque terão material permanente para os estudos científicos. A lagoa encerra todas as condições para funcionar como base física, a melhor inclusive da Ilha, para dar seqüência às pesquisas do ecossistema aquático de água doce. O Sertão do Peri, a comunidade com seus hábitos peculiares, seu modo de vida objetivo, simples e independente, constitui também uma fonte de pesquisas aos cientistas sociais e centros universitários (IPUF, 1978, Seção X).

No plano diretor, os interesses da comunidade científica estão assegurados tanto na forma de objetivo específico, como na proposição de um "Programa de Investigação Científica", que por sua vez, incluiu o maior número de projetos. É também em função desses interesses que a proposta de estruturação interna definiu, como já vimos, áreas com a função básica de manutenção de um variado estoque genético vegetal, animal e de patrimônio cultural.

Como se pode perceber, ao tratar dos assentamentos tradicionais existentes na área, o plano diretor sempre recorre ao *valor cultural* que eles representam, entretanto, a

importância recaiu basicamente sobre os engenhos. A preocupação com esses artefatos foi de tal ordem que se elaborou: (i) um levantamento (localidade, proprietário, tipo e situação), inclusive fotográfico e cartográfico, de todos os engenhos existentes na bacia; (ii) um “Projeto de Preservação dos Engenhos”, cuja justificativa enfatizou a importância destes artefatos para o turismo por ocasião da perda de sua função no processo produtivo.

A preservação dos engenhos se reveste de importância crescente na medida em que esse patrimônio deverá significar, futuramente, um centro de atração à visitação turística, desde que venha se repetir aqui a tendência natural de decadência dessas atividades primitivas e tradicionais. De acordo com essa tendência a Área de Paisagem Cultural passará gradativamente a assumir as feições de Área do Parque dos Engenhos (IPUF, 1978, Seção XIII).

Convém observar ainda, que tanto em relação à caracterização do assentamento – especialmente no que diz respeito aos engenhos – como nas medidas e ações preconizadas, o plano privilegiou a comunidade do Sertão do Peri. Possivelmente, em função do contexto mais tradicional encontrado.

Um importante componente, já enfatizado, são os engenhos no interior da bacia, mais precisamente, no Sertão do Peri. A importância é relevante uma vez que os moradores do Sertão formam o último reduto de famílias que testemunham uma atividade em desaparecimento, nos moldes artesanais em que se processa a fabricação de farinha de mandioca. O interesse turístico e o valor cultural de que são impregnados os engenhos têm nas precárias condições de acesso ao Sertão à única forma de proteção, devendo ser alvo de outras medidas preservacionistas para maior garantia do estado e condições atuais (IPUF, 1978, Seção X).

### 3.4.2. OS VALORES SOCIAIS E A AMBIGÜIDADE “PRESERVAÇÃO *VERSUS* MANEJO”:

Além dos valores acima especificados, outros de âmbito social foram reconhecidos pelo plano, sobressaindo-se os valores *recreativo*, *educativo* e *turístico* – cujos significados se superpõe – e o valor da área como *habitat*.

Enquanto objetivo específico de criação do Parque, o aproveitamento das condições naturais e culturais para o desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e turísticas, pretendeu beneficiar contingentes humanos de diferentes localidades.

Para tanto, delineou-se um “Programa de Lazer e Recreação” que previa a instalação de um centro esportivo e recreativo e de uma infra-estrutura mínima para a

organização da prática de *camping*. Justificou-se que a preocupação com estas atividades não se reveste de caráter comercial, mas procura oferecer oportunidades de um contato livre com os recursos e belezas da área: “As condições naturais da Lagoa do Peri constituem uma atração permanente para os que queiram conviver com a natureza.” (IPUF, 1978, Seção XIII).

Deste modo, ao mesmo tempo que se valoriza as potencialidades recreativas e turísticas da paisagem, institui-se uma das faces da ambiguidade “preservação *versus* manejo”, precisamente no que concerne ao lazer e ao turismo.<sup>14</sup> Daí o texto do plano alertar para que: “O desenvolvimento de atividades de lazer ou turismo, que venham fixar contingente humano por tempo razoável, em que se faz necessário o uso intenso dos recursos locais, devem ser desestimuladas principalmente pelo fato de que tais atividades demandam obras de maior vulto.” (IPUF, 1978, Seção X).

Ciente de que o conflito se torna mais intenso à medida que um maior número de pessoas buscam a experiência do ambiente natural, configuram entre as diretrizes enumeradas anteriormente outras ressalvas. Interessa-nos aqui, explicitar a que prescreve a necessidade de: “Dar prioridade para atividades educativo-científicas do que de caráter eminentemente turísticas que podem se constituir num processo irreversível de intenso fluxo de pessoas e conseqüentemente de maior depredação;” (IPUF, 1978, Seção XI).

Por sua vez, um “Projeto de Educação Ecológica” (vinculado ao programa de investigação científica), teria o intuito de integrar os objetivos do Parque às atividades curriculares através da educação ecológica e vivenciada.

As iniciativas de planejar áreas com a finalidade básica de preservar recursos naturais e culturais tornam-se alternativas da maior importância para [...] demonstrar a possibilidade de uma convivência equilibrada homem/natureza. O Parque do Peri, pelos objetivos que lhes deram origem, oferece condições inéditas de ser uma aula viva de recomendação à preservação e harmonização ecológica ao alcance do sistema educacional de Florianópolis (IPUF, 1978, Seção XIII).

Por último, vamos nos deter no reconhecimento do *valor da paisagem como habitat*. No plano, foi destacado de diversas formas que a preservação do quadro natural não foi

---

<sup>14</sup> DUBOS (1981, p. 115), ratifica que o aumento de popularidade do ambiente selvagem está criando um novo tipo de perigo para os parques e uma atitude ambígua em relação à natureza: “As trilhas e a vegetação são danificadas, a população animal é perturbada e o contato íntimo com a Natureza torna-se cada vez mais raro. Multidões não podem desfrutar da solidão. [...] A única solução para o excesso de uso e para a degradação de áreas selvagens está na restrição imposta aos visitantes.”

condicionada à retirada do morador que se credenciou o suficiente, ao longo do tempo, para cumprir com essa finalidade. Para tanto, previu-se a necessidade de prescrever medidas restritivas que permitissem a compatibilização das suas atividades com os interesses do Parque .

Neste sentido, se de um lado, as diretrizes do plano foram condicionadas pelo intento de preservação e isso implicou em um sistema de manejo restritivo, principalmente para o morador da Área de Lazer, de outro, verifica-se em vários momentos do texto o reconhecimento de que preservação e desenvolvimento precisam ser compatibilizados e portanto, a população residente deve ser mantida e ter seus direitos assegurados.

Diante do pressuposto de que é possível promover o ajustamento entre preservação e desenvolvimento – “[...] para o que a intervenção do poder público se justifica e mesmo se requer” (IPUF, 1978, Seção II) – o plano colocou o desafio de assegurar o uso dos recursos e manter o quadro ecológico, para proveito da população local e de outros contingentes humanos atuais e futuros. Isto:

Sem prejudicar o morador, parte integrante daquele sítio [...] Apesar de se pretender assegurar um benefício social comum em uma realidade de ordem privada, busca-se sobretudo, confirmar uma situação em que, para o morador, signifique um privilégio permanecer na área. Neste caso, o morador é visto como um participante efetivo na manutenção do contexto reinante e previsto, pois passará a ser um beneficiário direto dos objetivos do Parque. Neste sentido, os objetivos do Parque constituirão também os objetivos do próprio morador... (IPUF, 1978, Seção II).

Foi destacado que não se pretende transformar o Parque da Lagoa do Peri em algo intocável ao mesmo tempo que não se pode deixá-lo à mercê de um uso e ocupação irracionais. Nessa postura, evidencia-se uma outra importante faceta da ambiguidade instituída “preservação *versus* manejo”, agora em relação à moradia e à necessidade de uso dos recursos para a subsistência.

Visando atender as premissas enunciadas acima, o plano delineou um “Programa de Promoção Social” com projetos que pretendiam assegurar a compatibilização dos interesses do morador com os objetivos do Parque e ainda promover a melhoria das condições de vida do morador já que isso constituía um direito do morador e uma condição no contexto da unidade de conservação:

A precariedade das condições de vida do habitante do Parque é um fato que dispensa arrolar provas. A evidência está refletida no baixo nível de escolaridade, no baixíssimo poder econômico, no inexpressivo sistema de atividades humanas que caracterizam a vida da população da área. Mas fundamentam a observação acima, especialmente, o estado de relativa apatia e o reduzido campo de expectativas manifestas que nutrem da vida. Essa situação, porém, não lhes é natural, mas circunstancial. Há em todo morador, contudo, um mundo de expectativas latentes que necessitam ser trazidas à tona e estimuladas. Toda a educação de base, indiscutivelmente, é uma maneira de instaurar um processo de dinamização em muitos aspectos da vida de uma pessoa ou comunidade (IPUF, 1978, Seção XIII).

Num certo sentido, todas estas preocupações para com os moradores da área ilustram uma postura bastante avançada do plano diretor, principalmente para aquela época. Ainda hoje, no conceito de Parque, prescreve-se que é proibido qualquer tipo de exploração de recursos naturais (CECCA, 1997b). Admite-se, portanto, que o reconhecimento do direito de permanência da população residente e do seu papel na preservação da paisagem e concretização dos objetivos, coloca o plano diretor do Parque da Lagoa do Peri muito à frente do contexto pertinente às unidades de proteção integral.

Entende-se que através da definição de uma “Área de Paisagem Cultural”, o zoneamento proposto representou o esforço no sentido de compatibilizar a presença dos moradores da Comunidade do Sertão com a conservação da natureza e da cultura. Entretanto, o mesmo não ocorreu em relação à Área de Lazer, que por sua vez, submeteu as famílias de nativos ali existentes a um regime de uso dos recursos naturais e do patrimônio imobiliário muito mais restritivo.

Lembramos ainda, que embora haja todo um reconhecimento teórico em torno da presença e dos direitos do morador, no plano essa preocupação não se traduz em nível de objetivo específico mas apenas em termos de diretrizes. O fato é que ao identificar o valor *ecológico, estético, científico, cultural, educativo, recreativo, turístico* e como *habitat*, o plano diretor “elege” potencialidades da paisagem que para serem consolidadas dependerão da criação e regulamentação do Parque.

### 3.5. CRIAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DO PARQUE: USOS E ATIVIDADES PERMITIDOS/PROIBIDOS

Através da **Lei Municipal n.º 1.828 de 04 de dezembro de 1981**, o Parque Municipal da Lagoa do Peri é criado e confere-se caráter institucional aos objetivos, diretrizes e proposições definidos pelo plano diretor. O conteúdo desse dispositivo será contemplado ao discorrermos sobre o decreto que o regulamentou, entretanto, convém ressaltar que dois importantes elementos foram introduzidos pela referida lei:

- ✓ a definição de mais um objetivo específico: “propiciar o desenvolvimento social crescente da comunidade nativa”;
- ✓ o detalhamento da estrutura administrativa: superintendência e conselho de moradores (FLORIANÓPOLIS, 1981).

Por sua vez, o **Decreto Municipal n.º 091 de 1º de julho de 1982**, detalhou e regulamentou a Lei 1.828/81 que criou o Parque e instituiu seu plano diretor. Cabendo aqui, explicitar de forma resumida as principais normas em termos de uso e atividades permitidas e proibidas.

Em suas “DISPOSIÇÕES PRELIMINARES” o decreto determina que: (i) os solos do Parque são classificados como não urbanizáveis, isto é, como Área de Preservação Permanente (APP), sendo que a presença de estabelecimentos deve ser adequada aos objetivos do Parque e autorizadas pela administração; (ii) a demarcação física dos limites indicados pelo mapa de zoneamento será efetuada tendo em vista a adequação da área aos conceitos de *Área de Reserva Biológica*, *Área de Paisagem Cultural* e *Área de Lazer*.

O “CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS”, apresenta seis seções e trata daquelas normas que se aplicam a todo o território do Parque.

Já na “Seção I: do parcelamento do solo”, dispõe-se que é vedado o desdobramento, exceto dos terrenos situados na Área de Paisagem Cultural,<sup>15</sup> que por

---

<sup>15</sup> Esta definição se deu com base nos artigos 8º (parágrafo 2º) e 13 (parágrafo único) da Lei 1828/81. Juntos estes dispositivos determinam que o parcelamento do solo e edificação residencial unifamiliar só são permitidos quando forem destinados àqueles que venham exercendo as referidas atividades na Área de Paisagem Cultural, bem como aos seus descendentes.



sua vez, deverá respeitar as restrições impostas ao parcelamento (limites de área, número máximo por propriedade, etc.).

A “Seção II: das obras e edificações”, delibera que as instalações necessárias à infra-estrutura do Parque deverão ser integradas à paisagem. Para tanto, define algumas ressalvas: os terrenos de marinha e às margens da lagoa, numa profundidade de 100m, são *non aedificandi*, exceto para usos públicos; nenhuma edificação terá altura superior a um pavimento; na Área de Paisagem Cultural, não é admitida a ocupação do solo para a construção de residências secundárias; é vedado alterar, total ou parcialmente, os engenhos e alambiques; não é permitido cercar áreas de uso comunal; é proibida qualquer forma de comunicação audio-visual ou publicitária que não tenha relação com o programa interpretativo do Parque.

Na “Seção III: da circulação de pessoas e veículos”, dispõe-se que o sistema viário constitui-se de rodovias, estradas rurais, vias florestais e dos caminhos e trilhas de pedestres; sendo vedado o trânsito de veículos automotores fora dos locais expressamente permitidos, salvo daqueles utilizados pela fiscalização.

Através da “Seção IV: da proteção e recomposição da flora”, determina-se a proibição do corte da vegetação (inclusive de capoeiras com mais de três anos) e a prática de qualquer ato que possa provocar incêndio – salvo quando o fogo for empregado como técnica de manejo e autorizado pela administração do Parque. Estabelece-se ainda, os critérios a serem considerados no reflorestamento (espécies nativas) de áreas degradadas.

Na “Seção V: da proteção à fauna”, prescreve-se a proibição de qualquer ato de caça, perseguição ou aprisionamento de espécies animais. Algumas ressalvas são enunciadas: essa proibição não abrange as atividades de pesquisa científica e a pesca de recreação de superfície ou de subsistência para os residentes locais, desde que respeitadas as normas de restrições (período de proibição, tipo de equipamento, etc.); admite-se a retirada ou erradicação de espécies exóticas que estejam perturbando o ambiente natural; é proibido introduzir animais domésticos na Área de Reserva Biológica. Na mesma seção, fica regulamentado ainda: que em todo o Parque é proibido o ingresso de visitantes portando armas ou instrumentos destinados ao corte da vegetação, à caça ou à pesca fora dos casos previstos.

Por último, a “Seção VI: da proteção do ecossistema em geral”, enumera os usos e atividades proibidas em qualquer ponto do território do Parque, destacando-se: o corte de vegetação sem autorização da administração ou em qualquer caso, numa faixa de 100m em torno da lagoa; a destruição e ou extração de qualquer formação geológica, bem como os aterros, escavações e as obras de contenção de encostas; as ações que modifiquem as condições hídricas naturais; a supressão de zonas úmidas por drenagem; o lançamento de quaisquer efluentes líquidos ou resíduos sólidos na lagoa, sendo obrigatório a instalação de fossas sépticas.

O “CAPÍTULO II: DAS NORMAS ESPECÍFICAS RELATIVAS ÀS ÁREAS”, constitui-se de três seções, cada uma especializando o manejo decorrente do zoneamento preestabelecido.

Já na “Seção I: da Área de Reserva Biológica”, define-se que essa zona é destinada à preservação integral e permanente do ecossistema tendo em vista, especialmente, a reserva genética da flora e fauna para fins científicos, educacionais e ou culturais. Neste sentido, os usos e atividades permitidos na área são: estudos científicos compatíveis com os objetivos do Parque e que mantenham intactos os elementos naturais; recomposição da flora e fauna nativas; delimitação, sinalização e fiscalização das áreas. Por outro lado, são atividades proibidas: coleta de raízes, frutos e sementes, salvo para fins científicos; interferir na sucessão das espécies, exceto em casos de tipos exóticos que estejam afetando o equilíbrio original.

Na “Seção II: da Área de Paisagem Cultural”, estabelece-se que essa área destina-se ao desenvolvimento social da população residente, à proteção da fauna, flora, solo e dos aspectos culturais resultantes das atividades tradicionais. Somente serão permitidos nessa área: usos públicos de interesse social, atividades agrícolas, zootécnicas e de transformação tradicionais desenvolvidas em terrenos apropriados (já desmatados) e compatíveis com a preservação do ambiente; uso residencial unifamiliar seja para os que exercem as referidas atividades tradicionais seja para os seus descendentes. Ressalta-se que o manejo do solo, plantas e animais deverão receber orientação técnica e autorização da administração do Parque, inclusive no que concerne a utilização de equipamentos pesados e de produtos químicos.

Por fim, na “Seção III: da Área de Lazer”, regulamenta-se que a referida área é destinada a resguardar os atributos naturais, conciliando a preservação com a utilização

para objetivos científicos, educacionais, de lazer e recreação. São usos e atividades permitidos nesta área: estudos científicos, mantendo-se intacto o quadro natural; atividades de lazer e recreação, lanchonete ou restaurante de pequeno porte, sendo vedada qualquer forma de hospedagem; esporte aquático não motorizado; uso de embarcação motorizada apenas pela fiscalização; centro de piscicultura; administração do Parque. Prescreve-se ainda que as instalações destinadas ao lazer deverão proporcionar aos visitantes a descoberta e compreensão do meio natural.

Um outro importante elemento da instituição pelo Decreto 091/82, foi o detalhamento da estrutura administrativa do Parque. Do “CAPÍTULO III: DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA”, duas figuras merecem destaque: a *superintendência* e o *conselho de moradores*.<sup>16</sup>

Ao *superintendente* do Parque cabe exercer a chefia do departamento de administração, e dentre suas atribuições estão: responder pela gestão técnica, administrativa e operacional do Parque; promover o relacionamento dos moradores e demais usuários com a administração municipal; exercer a secretaria do conselho de moradores; exercer o poder de polícia administrativa sobre o meio ambiente; deliberar sobre as licenças e autorizações; supervisionar o serviço de fiscalização, que deverá ser formado preferencialmente por guardas e vigias contratados dentre os moradores do Parque.

Já o *conselho de moradores*, é um órgão colegiado de aconselhamento da administração do Parque composto por onze moradores eleitos em assembléia de moradores. Compete ao conselho de moradores:

- I. propor medidas para o alcance dos objetivos do Parque;
- II. manifestar-se sobre os assuntos que lhe sejam apresentados;
- III. avaliar a implantação do Parque e suas repercussões, bem como decidir sobre as questões que envolvam moradores da área;
- IV. apreciar a solicitação de desmembramento e construção à luz dos artigos 8º, § 2º e do art. 12, emitindo parecer sobre a efetiva vinculação e dependência econômico familiar do requerente à área do Parque;
- V. definir a sua estrutura formal de funcionamento, podendo indicar o seu corpo diretivo e de representação para todos os efeitos legais e administrativos;
- VI. prestar conta de suas atividades sistematicamente e pelo menos uma vez por semestre, à Assembléia de Moradores composta por todas as pessoas residentes efetivamente na área do Parque;

---

<sup>16</sup> Atualmente, a superintendência administrativa é exercida pela FLORAM.

VII. julgar as ações do superintendente e demais funcionários do Parque (FLORIANÓPOLIS, 1982).

Regulamentado os usos, as atividades e a estrutura administrativa do Parque, o Decreto 091/82 dispõe ainda sobre as infrações e penalidades (Capítulo IV), e sobre o patrimônio afetado ao serviço do Parque (Capítulo V).

É considerada infração, toda ação ou omissão às disposições da legislação municipal (especialmente da Lei 1828/81 e do Decreto 091/82), estadual e federal. As penalidades prescritas constituem-se de multas preventivas ou repressivas, variáveis de acordo com a gravidade da infração, e que não exoneram o infrator da responsabilidade civil e criminal pelos atos ilícitos.

Já no que concerne ao patrimônio imobiliário existente, regulamenta-se que as terras sob domínio de particulares cuja aquisição for “indispensável” para a implantação do Parque, serão declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação ou compradas pelo exercício de direito de preferência.

Ao nosso ver, pelo fato de permitir a interpretação de que as terras “indispensáveis” à implantação do Parque ou são todas aquelas encontradas dentro dos seus limites ou somente aquelas necessárias às instalações ou infra-estrutura pública, o Decreto 091/82, neste ponto, mostra-se ambíguo.

Contudo, o Decreto 091/82 tornou-se um marco da dimensão institucionalizada da paisagem na medida em que regulamentou a totalidade das regras de manejo, ocupação e uso privado/coletivo que conferiram à Bacia da Lagoa do Peri o caráter de unidade de conservação (parque municipal).

Por outro lado, sabe-se que todo este arsenal jurídico é apenas uma das etapas fundamentais de um processo que se consolida, em maior ou menor grau, com implementação dos dispositivos legais. Daí tornar-se conveniente analisarmos algumas das questões que permearam o processo de implantação do Parque.

## CAPÍTULO 4

### O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE

De um modo geral, ao considerarmos o grau de implementação das políticas ambientais perceberemos que muito pouco é feito. Sabe-se que para sair do papel as normas dependem não só de recursos financeiros, mas também, de vontade política dos homens públicos que, historicamente, têm relegado a questão ambiental à segundo plano. Acrescenta-se a esses fatores – comumente escassos – um sistema judiciário e executivo burocratizado, que torna a condução das políticas ambientais extremamente morosa e até mesmo ineficiente, seja em nível federal, estadual ou municipal. Além do que, o processo de regulamentação da paisagem é um campo por excelência de sobreposições de jurisdição e de conflitos de interesses.

No caso da Bacia da Lagoa do Peri, vimos que além do decreto presidencial que enquadrou a referida área como “remanescente de florestas”, nada foi feito nas décadas subsequentes. O tombamento da área como patrimônio natural em 76 também não saiu do papel, nem mesmo a delimitação física foi efetuada. Embora o plano diretor tenha sido concluído em 78, a criação e regulamentação do Parque da Lagoa do Peri só ocorreu três anos depois. A negligência com o processo de implantação foi ainda maior, sendo desencadeado somente em 1987. Ao se arrastar por tanto tempo, o descaso do poder público contribuiu para agravar os problemas e as irregularidades referentes àquela paisagem.

Neste capítulo, buscaremos caracterizar alguns dos eventos que marcaram o processo de implantação do Parque, sistematizando algumas das questões mais significativas através da análise de artigos veiculados pela mídia jornalística.

#### 4.1. AMBIENTALISMO E DENÚNCIA: “PARQUE SÓ NO PAPEL”

Durante a década de 80, as críticas e denúncias mais contundentes sobre o processo de implantação do Parque da Lagoa do Peri, partiram de entidades vinculadas à questão ambiental.

Quase três anos depois de sua criação, em agosto de 84, por ocasião da assinatura do decreto<sup>1</sup> que desapropriou a área para a instalação da sede administrativa do Parque, um artigo intitulado: **Lagoa do Peri: capital despreza o seu maior potencial ecológico** (GOULART, 1984), retratou, dentre outros aspectos, a preocupação do Instituto Brasileiro de Arquitetura (IAB seção Santa Catarina) e do Movimento Ecológico Livre (MEL) com o abandono da área por parte do poder público. Ambas as entidades estavam empenhadas num trabalho de conscientização que tentava envolver comunidade e prefeitura. Para o MEL, havia um processo crescente de ocupação desordenada e destruição da Lagoa do Peri, que contrariava as diretrizes legais e que se favorecia da ausência de fiscalização.

Na ocasião, o IAB havia encaminhado um documento à administração municipal que denunciava as principais irregularidades existentes: o parcelamento (loteamento) do solo, o cercamento de terrenos e a edificação de casas de veraneio nas margens da lagoa; a ocupação da faixa de marinha junto à linha de praia; circulação de veículos na orla da lagoa; uso de lanchas motorizadas; a destruição acelerada da cobertura vegetal; e o reflorestamento com espécies exóticas na faixa de restinga. Para a entidade, estas irregularidades aconteciam por negligência do poder público, quer em nível de fiscalização, quer em nível de política global na implantação do Parque.

Com relação à medida de desapropriação, se por um lado, esperava-se que a sanção pudesse agilizar a instalação de uma sede administrativa e efetivar o serviço de fiscalização na área do Parque, por outro, o comentário feito pela jornalista antevia um certo fracasso: “Teoricamente esse ato pode representar mais um passo em termos de preservação da fauna e da flora da lagoa, mas na prática dificilmente se conseguirá atingir

---

<sup>1</sup> O Decreto Municipal n.º 159 de 30 de agosto de 1984, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de aproximadamente 32.000 m<sup>2</sup>, pertencente à Sociedade Literária Padre Antônio Vieira. Ao que tudo indica, até hoje a desapropriação não foi efetivada, apesar da mencionada área ter sido “cedida” para as instalações da sede administrativa do Parque.

o objetivo.” (GOULART, 1984). Isto porque a desapropriação necessária à implantação do Parque exigiria empenho e recursos financeiros significativos. Na opinião do então Prefeito Cláudio Ávila da Silva: “[...] até se pode colocar como prioridade no orçamento de 85 da Prefeitura Municipal, a implantação do Parque mas por enquanto não temos condições de arcar com este ônus.”

Em março de 85, foi publicada uma nota com o título: **Prefeitura implantará Parque da Lagoa do Peri** (O ESTADO, 1985). A informação de que o processo seria iniciado dentro de 30 a 40 dias foi divulgada por integrantes do curso de Arquitetura da UFSC e do MEL, que haviam participado de uma reunião com a prefeitura e órgãos ambientais. Expirou-se, o prazo e a implantação não ocorreu. Em que pese mais esse descumprimento, o que se tornou inadmissível é que apesar do reconhecido papel da fiscalização para se evitar que os problemas existentes não se agravassem, somente em meados de 86 é que alguns fiscais da prefeitura passaram a atuar na área. Nesse momento, também é nomeado o superintendente do Parque, que meses depois, numa matéria jornalística, discorre sobre a necessidade do Plano Diretor ser atualizado (O ESTADO, 1987).

Em abril de 87, o artigo: **Invasão na Lagoa do Peri acaba com bichos e matas** (DELFINO, 1987), insiste no descaso do poder público com a implantação do Parque e com as irregularidades existentes na área. “Queremos que haja a implantação do Parque antes de mais nada. E também que se regularize a fiscalização e que se cumpra o que está no projeto, que aliás, ainda não saiu do papel”, declara o MEL.

Alguns arquitetos, possivelmente vinculados ao IAB, prestaram depoimentos à reportagem. A principal denúncia levantada foi de que os terrenos em torno da lagoa continuavam sendo loteados e ocupados por casas de temporada de gaúchos, paulistas e até de estrangeiros. Para eles, a prefeitura deveria tomar decisões radicais e embargar imediatamente todas as construções. Comentam ainda, que por ocasião do tombamento da área em 76, os moradores nativos ficaram em pânico, sem saber o que poderia ocorrer com as suas terras, sendo que alguns deles nem possuíam a documentação completa e outros apenas recibos de compra. Assim, assustados, começaram a vender os lotes. De acordo com um dos arquitetos: “Para se ter uma idéia dos interesses em jogo, um dos grandes proprietários, vindo de São Paulo, oferecia pedaços de terra a quem

quisesse plantar, sem cobrar qualquer aluguel, apenas para garantir a sua propriedade [...] Nestes termos, o projeto nasceu fadado a não dar certo.”<sup>2</sup>

Na mesma matéria, dentre as declarações prestadas pelo tal proprietário paulista, destaca-se a seguinte: “A única coisa ruim é essa lei de tombamento absurda que impede o crescimento da região. Muitos amigos meus poderiam construir palacetes ao redor da lagoa, até um grupo hoteleiro de São Paulo já me consultou mas todos desistiram quando viram tantas proibições.”

Frente às críticas e denúncias protagonizadas pelos ambientalistas, uma outra tentativa de inauguração do Parque foi planejada para junho de 87. Aproximadamente um mês após o prazo anunciado, é publicada uma nota com o título: **A implantação do Parque da Lagoa do Peri “não passou de propaganda”** (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1987). Além de chamar atenção para o fato de que o descaso com a implantação do Parque persistia, o artigo informava ainda que os dois fiscais que atuavam na área haviam sido demitidos e que a pesca predatória continuava sendo praticada livremente.

Poucos dias após a publicação desta nota, em 28 de julho, a superintendente do Parque encaminhou à prefeitura o projeto de implantação do Parque da Lagoa do Peri e a nova data para a festa de inauguração.

Finalmente, em 20 de setembro de 1987, foi inaugurado oficialmente o Parque da Lagoa do Peri. O evento, promovido pela prefeitura e amplamente divulgado pela mídia jornalística, incluiu uma programação diversificada: missa ecológica, macroginástica, teatro ecológico, apresentação de grupos musicais e coral. Apesar de todos esses atrativos, as reportagens chamam a atenção para o fato de que houve um comparecimento insignificante da comunidade local. Na ocasião, os depoimentos do prefeito Edson Andrino aos jornais, ressaltam o fato de que a concretização e o sucesso da implantação do Parque dependeria de recursos financeiros que ainda teriam de ser viabilizados.

---

<sup>2</sup> Trata-se do ex-procurador de justiça Hamilton Franco conhecido localmente como doutor Hamilton. Dentre seus feitos na área do Parque encontram-se: o reflorestamento com pinus e eucaliptos de uma extensão na área de restinga de aproximadamente 80.000 m<sup>2</sup>; a transformação de um dos principais engenhos existentes na Área de Lazer em residência de temporada.



Apesar das dificuldades, foi dada continuidade à implantação do Parque. Ainda no mês de setembro, foram deslocados onze funcionários para a administração, fiscalização e guarda da área.

Por outro lado, mesmo diante da atuação da nova estrutura administrativa, as irregularidades persistem, e por conseguinte, as denúncias e críticas feitas através da mídia por ambientalistas. Daí o teor da nota: **Peri**, publicada em julho de 88 por um militante do MEL e do Partido Verde – PV:

Queimadas, ocupações ilegais e poluição continuam ocorrendo no Parque da Lagoa do Peri, [...] e quase nenhuma fiscalização está sendo feita por parte da Prefeitura. [...] Sem falar na agressão do governo estadual que, através da Casan, quer contribuir com a destruição, instalando um posto de captação (desnecessário) de água no Parque, deixando de aproveitar racionalmente o manancial de Pilões (BOEIRA, 1988).

A oposição acerca do projeto da CASAN, principalmente por parte dos ambientalistas, levou a empresa a se pronunciar, em novembro daquele ano, no artigo: **Afastado perigo na Lagoa do Peri** (CASIMIRO, 1988). De acordo com um engenheiro da empresa, a CASAN havia descartada a possibilidade de captação de água da Lagoa do Peri uma vez que a perfuração de 13 poços no Campeche, Rio Tavares e Lagoa da Conceição atenderia à mesma demanda de água. Embora as obras de construção da barragem tivessem iniciado, foram interrompidas pela empreiteira com o argumento de que devido à ação dos ecologistas e pelo fato de se tratar de uma área tombada, temia-se que a justiça impedisse a conclusão da barragem.

No ano seguinte, o otimismo e as promessas de uma nova administração municipal – reforçado pelas disputas partidárias – trouxeram a paisagem da Lagoa do Peri novamente aos jornais. Em junho de 89, no artigo: **Lagoa do Peri agora vai receber o cuidado especial que merece** (O ESTADO, 1989), o prefeito Esperidião Amin argumenta que a área tombada há treze anos e abandonada por igual período vai ter na sua gestão o devido tratamento. Em visita à lagoa com seus assessores, o prefeito anunciou a liberação de verbas e garante: “Vamos fortalecer o policiamento, fazer banheiros, churrasqueiras, instalar torneiras, enfim, vamos dar condições para os visitantes.” A matéria jornalística sugere que em certas fases a proteção da paisagem da Lagoa do Peri está atrelada mais ao interesse político-partidário, do que aos pressupostos e diretrizes da política ambiental municipal.

Contudo, as promessas não se efetivaram e a polêmica em torno da implantação do Parque acirrou-se. No mês de outubro, o artigo: **Parque Municipal da Lagoa do Peri só existe no papel** (ROSA, 1989), denuncia a renitente omissão do poder público em relação aos principais problemas e retrata alguns dos interesses e conflitos existentes em torno da questão fundiária. Para o autor:

A omissão do poder público tem permitido que as queimadas, as caçadas irregulares – que acontecem quase sempre à noite – e as pescarias predatórias continuem sendo praticadas livremente [...] Além da depredação ambiental continuar acontecendo com frequência, a especulação imobiliária se alastra por toda a região abrangida pelo Parque Municipal, que na realidade existe apenas no papel [...] A prefeitura de Florianópolis alega que não tem recursos para aplicar na criação efetiva do Parque, comprometendo, inclusive, a fiscalização (ROSA, 1989).

Noutro momento, o jornalista afirma que embora a implantação do Parque tenha sido aplaudida pelos ecologistas, na prática, continua sendo repudiada por certos proprietários de imóveis. Para ilustrar esse fato, discorre sobre o anteprojeto elaborado pelo advogado Hamilton Franco, sugerindo a alteração da lei de criação do Parque já que ela despreza os direitos individuais de livre iniciativa e de propriedade. Segundo o advogado, a solução para este impasse estaria na ocupação disciplinada: para a faixa de praia – onde era proprietário de grande parte da área – propunha lotes com no mínimo 1.000 m<sup>2</sup>, ocupados com casas de dois pavimentos.

Na ocasião, as críticas ao anteprojeto foram veementes. A principal protagonista delas, a vereadora do Partido Verde Jalila El-Achkar, achou a proposta absurda. Segundo a vereadora, a privatização foi defendida pelo referido advogado num seminário sobre a situação do Parque da Lagoa do Peri: “Ele fez um discurso preservacionista, criticando os casebres construídos por moradores de baixa renda, mas deixou claro quais são suas intenções, que são elitizar e explorar comercialmente a região.”

Uma outra preocupação levantada pelo artigo se referia ao problema social vivido pelos moradores ameaçados de despejo. Segundo o jornalista, nos últimos quinze dias, quatro residências foram demolidas e dezenas de famílias vivem aterrorizadas com as ameaças de despejo e demolição.

Tais questões, introduzem a problemática a ser tratada na próxima seção. Para tanto, teremos de retroagir no tempo e retomar o momento em que os conflitos com os moradores começam a ser alvo da mídia jornalística.

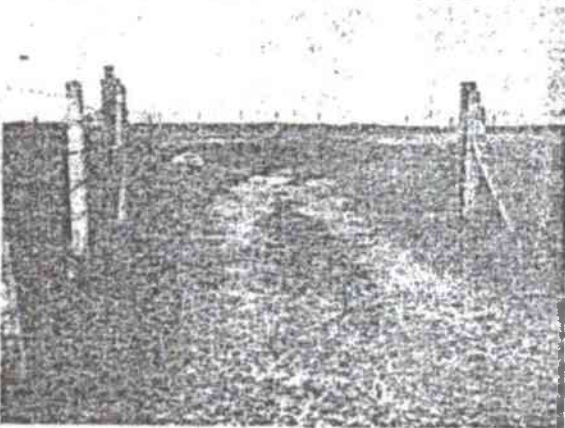
# Figura 22: Recortes de jornal I

## Parque Municipal da Lagoa do Peri só existe no papel

### Lagoa do Peri

### Capital despreza o seu maior potencial ecológico

Se nada for feito nos próximos meses, a Lagoa do Peri, um dos grandes potenciais ecológicos da Ilha, estará condenada à exploração irracional e à ocupação desordenada. Recentemente o projeto de implantação do Parque da Lagoa do Peri foi aprovado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis, mas se as ações ficarem somente no papel o resultado final será desastroso. Algumas entidades ligadas ao setor, através de campanhas e alertas ao poder público, vêm tentando "brigar" pela defesa dessa lagoa de água doce, localizada no sul da Ilha.



Cercas irregulares foram instaladas na área do parque municipal

## A implantação do parque da Lagoa do Peri 'não passou de propaganda'

De acordo com Pedro Laureth já foi noticiado que a prefeitura irá contratar uma equipe de fiscais para garantir a preservação da fauna e flora da Lagoa do Peri, mas por enquanto, "tudo não passa de cogitação". Manoel Santos, também residente na localidade, espera que sejam tomadas providências urgentes, porque "não adianta tomar sem implantar medidas efetivas de conservação do parque, que hoje é administrado pela intendência do Pântano do Sul.

O IAB, ao apontar, através deste documento, as irregularidades flagrantes, afirma que elas acontecem por falta efetiva da ação municipal, quer a nível de fiscalização, quer a nível de política global na implantação do parque.

**Criação de uma estação para captação de água no local foi descartada**

## Lagoa do Peri sem fiscalização

## Parque da Lagoa do Peri: projeto chega ao prefeito

## Parque da Lagoa do Peri será implantado amanhã

## Lagoa do Peri agora vai receber o cuidado especial que merece

Depois de ter sido tombada há 13 anos e de estar abandonada por igual período pelas autoridades municipais, o Parque da Lagoa do Peri vai receber o tratamento que merece. A garantia é do prefeito Esperidião. Amin que ontem visitou a Lagoa do Peri com vários assessores e anunciou que vai instalar equipamentos para servir aos visitantes. Também falou em colocar policiamento no local. Página 9

Queimadas, ocupações ilegais e poluição continuam ocorrendo no Parque da Lagoa do Peri, que tem 23 quilômetros quadrados, 5% do total da Ilha de Santa Catarina - e quase nenhuma fiscalização está sendo feita por parte da Prefeitura. O Movimento Ecológico Livre tem denunciado sistematicamente esta situação desde 1984 e até agora só vimos discursos populistas ou omissão por parte dos poderes Executivo e Legislativo da Capital. Sem falar na



Prefeito Amin anunciou o liberação de verbas para a Lagoa. Ontem, ele inspecionou o local, junto com secretário

### Fiscais do parque são criticados

Dos fiscais que atuam hoje, somente alguns são credenciados para a função.

Fiscais não têm estrutura para reprimir ações de depredação

Moradores continuam ameaçados pelos despejos

## Ocupações são problema grave

Associação comunitária deseja uma conciliação

## 4.2. O EMBATE “MORADORES *VERSUS* PARQUE” E A ASMOPE

Na medida em que os jornais divulgam que a implantação do Parque começa a ser concretizada com o trabalho de fiscalização, passam a registrar também o início do embate “moradores *versus* parque”. Em um nível pessoal, o conflito vai permear mais diretamente a relação dos residentes com os fiscais.

Enquanto principal resultante dessa problemática, as demolições de casas, detiveram o maior espaço concedido pela imprensa ao Parque da Lagoa do Peri desde sua criação. Uma primeira leitura das reportagens, já permite inferir que se os fiscais denunciavam que moradores e suas obras irregulares eram uma ameaça à preservação do ecossistema, os moradores contra-atacavam justificando suas ações e criticando o despreparo dos fiscais, a depredação causada pelos visitantes e o impacto ambiental de certos empreendimentos do poder público, especialmente o projeto de captação de água da CASAN.

Vimos na seção anterior, que apesar das sucessivas denúncias sobre os problemas existentes na área, somente em meados de 86 é que dois funcionários da prefeitura passaram a fiscalizá-la. Ainda em junho de 86, o artigo: **Moradores ameaçam preservação da Lagoa do Peri, denuncia Schiestl** (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1986a), traz declarações de um dos fiscais sobre as ações (desmatamento) de um morador estrangeiro conhecido por “francês”.

No outro dia, a ASMOPE, revida as denúncias dos fiscais na reportagem: **Casan arrasará a Lagoa do Peri, diz associação** (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1986b). Para os moradores, o projeto da CASAN é um problema muito mais sério do que aquelas práticas condenadas pela fiscalização: cercas, hortas, queimadas, construções.

Aqui, convém abrir um parênteses e registrar que a Associação de Moradores da Lagoa do Peri – ASMOPE, foi fundada em 17 de maio de 86. Segundo depoimentos de seu primeiro presidente, a entidade foi constituída para defender os direitos e interesses dos moradores frente às ameaças e problemas desencadeados com o processo de implantação do Parque. A partir de sua criação, a entidade passa a enfatizar a tese de que existe um impasse jurídico em função da área abrangida pelo Parque estar toda retalhada por propriedades particulares. Daí tornar-se necessário conciliar o direito de propriedade

com a necessidade de preservação e resolver o cerne da polêmica em torno da implantação daquela unidade de conservação.

A partir de abril de 87, com a intensificação do serviço de fiscalização, aumenta também a tensão entre moradores e administração. Um ano depois, os principais jornais destacam em manchete, a primeira de uma série de demolições que seriam executadas ao longo da década seguinte. Na ocasião, a ação empreendida por funcionários da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos – SUSP e da polícia militar previa a derrubada de mais três casas, que não se efetivou porque nelas residiam mulheres com filhos pequenos. Para a superintendente do Parque, tratava-se apenas de uma regularização da situação do Parque, já que os proprietários continuaram a construir mesmo depois das obras terem sido embargadas. Comentou ainda, que alguns moradores usam facão para espantar os fiscais (O ESTADO, 1988).

Passados dois anos, em fevereiro de 90, uma matéria intitulada: **Patrimônio em disputa: moradores do Peri querem continuar entre as águas, matas e bichos** (VEJA-SC, 1990), recorre à problemática fundiária como questão central. Segundo a reportagem: “A indefinição sobre as conseqüências da nova lei incentivou muitos moradores a venderem seus terrenos. Nenhuma política fundiária foi definida e o nível de desinformação da comunidade ainda é grande.” Segundo depoimento do prefeito Espiridião Amim é preciso alterar certos pontos da legislação do Parque: “Precisamos retirar da área de preservação algumas partes já comprometidas, onde há escola e vários moradores. Isso vai diminuir o conflito, mas até que mude a lei, continuará esse clima de terror.” O prefeito justifica ainda que os investimentos na preservação da área foram mínimos em sua gestão devido à falta de recursos: “Infelizmente não dispomos do dinheiro necessário para implantar o Parque”, mas a fiscalização foi ampliada, afirma.

De fato, o número efetivo de fiscais atuando na área passou de oito para dez e além disso, foram ampliadas as instalações onde funcionava toda a estrutura administrativa. Próximo ao pequeno escritório de madeira que existia na área, foi edificado mais três “kits” também de madeira.

Mesmo assim, haviam denúncias acerca da ineficiência do serviço de fiscalização. Agora, pelo menos, os motivos não irão se restringir à falta de pessoal efetivo, mas sim à falta de equipamentos adequados e ao despreparo de alguns fiscais. Na reportagem:

**Lagoa do Peri sem fiscalização** (TEIXEIRA, 1991), publicada em junho de 91, os técnicos alegam que é difícil atuar sem lancha ou telefone numa área tão extensa.

Vimos na seção anterior, que no final de 88, em resposta à pressão de grupos ambientalistas, a CASAN anuncia que havia sido “descartada a possibilidade de captação de água da Lagoa do Peri”. Contudo, em agosto de 91, o artigo: **Novo projeto divide moradores** (GUILLAMELAU, 1991), informa que a construção da ETA dependia apenas de verbas para ser iniciada. A matéria sinaliza ainda, que a polêmica em torno do projeto não só subsiste entre os moradores, como passa a dividir as opiniões: “[...] se uns bradam que o projeto é uma ‘ameaça’ à lagoa [...] a maioria aprova a idéia porque a reivindicação de água tratada é antiga e até hoje não foi solucionada.”

Também por esta época, uma outra ameaça, retratada em várias matérias jornalísticas, dizia respeito à preocupação de dezenas de mulheres que obtinham alguma renda com a lavagem de roupa nas margens de lagoa e do canal. O receio das tradicionais lavadeiras era de que a atividade fosse proibida com a utilização da Lagoa do Peri como reservatório de água.

Retomando a problemática em torno da fiscalização, se por um lado, a maior parte das reportagens retratavam as debilidades do serviço, por outro, haviam aquelas que reconheciam sua eficiência. Em março de 94, o artigo: **Fiscalização inibe invasão da Lagoa do Peri** (O ESTADO, 1994), destaca os trunfos da atuação dos dezesseis fiscais: foram apreendidos mais de 100 redes, tarrafas e covos (armadilhas para peixes) e quatro invasões foram impedidas. Esta conquista e mais a ampliação e melhoramento da infra-estrutura de lazer (churrasqueiras, mesas, tanques e estacionamento) foram mencionadas como mérito do empenho da administração da Frente Popular. No ano seguinte, em 1995, é instituída a FLORAM para executar a política ambiental do município.

Por outro lado, em março de 95, a administração municipal amplia seus feitos num sentido controverso ao surpreender os moradores com demolições “relâmpago” de casas (quatro) situadas na beira da praia. Amplamente divulgada pela mídia, a ação foi repudiada de forma unânime pelos habitantes da região. Dentre as matérias levantadas, interessa-nos destacar as que foram veiculadas no jornal “Sul da Ilha” – ainda que tenham saído meses depois do ocorrido.

Num dos artigos, defendia-se a tese de que antes de ser uma questão jurídica, as demolições representavam um fato político. Afirmava-se que os administradores, preocupados com a sua “imagem pública”, atendem imediatamente aos reclames da mídia. Assim é que:

Todas as ações demolitórias (travestidas de ações civis públicas) decorreram de notícias de “invasões” apresentadas pela imprensa [...] Tanto isto é verdade que as manchetes dos jornais encontram-se cuidadosamente arquivadas no interior dos processos judiciais [...] A municipalidade, acusada pela imprensa de torpe e ineficaz, prontamente direcionou suas energias para “limpar a área”, não preocupando-se sequer em consultar previamente as associações de moradores [...] Não realizou qualquer levantamento ou estudo social a fim de verificar a realidade local [...] nem verificou se as pessoas vitimadas pelas demolições eram mesmo invasoras [...] A prefeitura simplesmente remeteu as manchetes e multas à Procuradoria Geral de Justiça, que baseada em informes imprecisos, tratou de requerer a demolição liminar das casas, que serviam de lar até mesmo de crianças (SUL DA ILHA, 1995).<sup>3</sup>

Consta na reportagem que a vontade de “dar o troco” diante da imprensa era tão grande, que as demolições ocorreram um dia antes do término do prazo dado para desocupação voluntária e no mesmo instante em que foram suspensas por um despacho judicial. Depois da demolição das casas que serviram de “exemplo”, e sob pena de admitirem sua total discriminação em relação a alguns moradores, a administração municipal – queixando-se, diante da imprensa, do “cumprimento forçado da lei” – afirmou que todas as demais casas (mais de 80) seriam também derrubadas. Sendo assim, declarou-se que diante de tantos danos causados à natureza por empresas, especuladores e até mesmo pelo poder público, não se justificam ações desta ordem contra famílias que apenas exercem seus direitos constitucionais de moradia. “Sabemos que a natureza representa verdadeiro tesouro da comunidade, porém a moradia e a integridade física da unidade familiar, representam [...] a base da cidadania.”

No artigo, observa-se ainda que as mesmas autoridades, bradando que: “A lei do Parque vai ser respeitada por todos”, não dignaram-se em cumpri-la, uma vez que desestimulam e até mesmo impedem a criação do Conselho de Moradores do Parque da Lagoa do Peri.

---

<sup>3</sup> A fim de exemplificar as contradições e o comprometimento do poder público com certos interesses, a reportagem traz uma foto do “Grupo dos Trinta”, construído clandestinamente à beira da lagoa por autoridades locais, e outra, de uma rua aberta e pavimentada pela própria prefeitura na Área de Lazer do Parque.

É exigindo a criação deste Conselho que os membros da ASMOPE vão se posicionar, num outro artigo da mesma edição do jornal. A matéria inicia repudiando a conduta do poder público em deliberar ações e executar projetos sem consultar os moradores locais. Lembra que a lei de criação do Parque prescreve o “desenvolvimento crescente da comunidade nativa” e a criação do “Conselho de Moradores”. No entanto, avalia-se que até hoje nada foi feito e os moradores continuam sem direito de participação nas iniciativas do Parque, num desrespeito claro à própria lei. “Na verdade o morador tem sido tratado com um desrespeito brutal, como se ele fosse o invasor [...] Nós moradores estamos mais próximos dos problemas da lagoa. Somos os mais interessados em resolvê-los e detemos mais informações a seu respeito.” (ASMOPE, 1995). Por último, a associação reafirma a postura de que não se aceitariam mais ações deliberadas com relação ao Parque: “Queremos a implantação do Conselho imediatamente!”

Mesmo diante desta batelada de críticas, apelos e exigências, a criação do Conselho não se efetivou e em dezembro de 1995 mais uma casa foi demolida. O mais impressionante é que mesmo diante das demolições já consumadas, alguns proprietários continuavam construindo ou reformando clandestinamente.<sup>4</sup>

Convém mencionar, que durante o ano de 95, as demolições dividiram o cenário polêmico do Parque com o projeto da CASAN. Em abril, o artigo: **Moradores questionam projeto no Peri** (DIÁRIO CATARINENSE, 1995), informa que a CASAN comemorava a liberação da verba (Banco Mundial) para a implantação do sistema. Entretanto, moradores e organizações ligadas ao meio ambiente rebatem alertando que a construção causaria a descaracterização da biodiversidade e da beleza cênica. Enquanto certos estudiosos estavam preocupados que o projeto abrisse precedente para outras obras de grande vulto, havia os que enfatizavam: “As pessoas se preocupam com o meio ambiente, mas o direito de se consumir uma água de boa qualidade também faz parte da ecologia.” Se de um lado, com a elevação do nível da lagoa em pelo menos 50 cm, os moradores temiam que propriedades e vias de acesso fossem inundados, do outro, haviam técnicos que defendiam que a construção de uma

---

<sup>4</sup> Um caso que repercutiu nos jornais (março de 97) foi o de um advogado que mora em frente à praia. Enquanto o proprietário alegava ser uma reforma (substituição) do telhado, a administração do Parque e a FLORAM declaravam tratar-se da construção de um segundo pavimento. Em face da irregularidade, o proprietário foi notificado 25 vezes.



barragem e a elevação do nível de água seriam indispensáveis para a recuperação do nível original, drasticamente rebaixado pelo rompimento do dique com as fortes chuvas.

Em meio a estas controvérsias, em meados de 95, um surto de hepatite “A”, que contaminou 136 pessoas, trouxe à imprensa uma reivindicação antiga das comunidades locais – a luta por uma rede de água potável vinha desde a década de 70 – possibilitando que se denunciasse o descaso do poder público em relação ao saneamento da região. Na ocasião, um empresário da localidade detinha a distribuição de água proveniente de ponteiros e de mananciais superficiais próximos à lagoa. Decretado o estado de calamidade e comprovado que a dispersão da doença se deu através do abastecimento de água, a CASAN, imediatamente, perfurou ponteiros às margens da lagoa.

Apesar do surto de hepatite ter contribuído para aguçar uma necessidade local e amenizar aquelas posições contrárias ao uso da lagoa como manancial, o Projeto Costa Leste-sul continuou sendo objeto de controvérsias. O artigo: **Projeto para Lagoa do Peri causa polêmica** (MARTINS, 1995), descreve aspectos do sistema de captação e traz depoimentos diversos. Segundo a CASAN: “Estamos encontrando dificuldades para fazer o trabalho, pois existem algumas oposições.” Da parte da população local, as ressalvas incluíam: o fato da companhia não ter procurado a comunidade para discutir o assunto; a previsão inicial e legal não incluía a região leste; a inexistência do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

No último ano da administração da Frente Popular, em 96, houve uma trégua das polêmicas que caracterizaram o período anterior e o fato mais noticiado pela mídia foi o rebaixamento do nível da lagoa, devido ao rompimento do dique de pedras pelas fortes enxurradas de janeiro e fevereiro. A demora no envio de pedras que seriam utilizadas na formação de uma nova barragem se estendeu por meses e as reportagens faziam referências constantes ao fato de que alguns elementos do ecossistema aquático (peri, peixes, camarões) estavam sendo afetados. Contudo, a situação acabou promovendo o projeto Costa Leste-sul. No artigo: **Projeto da Casan é a salvação da Lagoa do Peri** (A NOTÍCIA, 1996), o então diretor da Floram ratifica que a barragem que estava sendo construída era provisória: “(...) é o projeto da Casan que vai resolver o problema definitivamente.”

## Figura 23: Recortes de jornal II

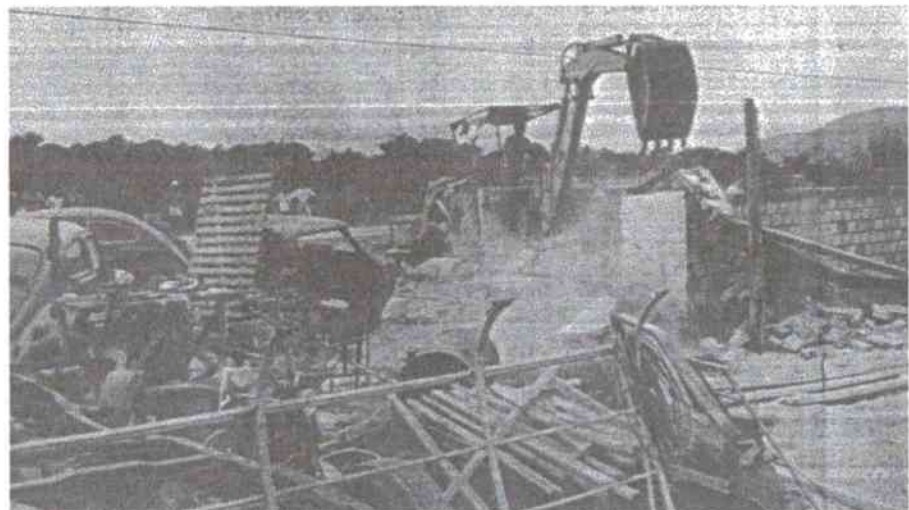
# Moradores ameaçam preservação da Lagoa do Peri

## Construção irregular é demolida

Oito operários da SUSP (Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos), com auxílio da Polícia Militar, demoliram ontem pela manhã a oficina mecânica construída no Parque Municipal da Lagoa do Peri. A demolição das três outras casas irregulares

existentes no local foi adiada por 30 dias, porque os moradores — mulheres com filhos pequenos — negaram-se a abandoná-las e pretendem recorrer da decisão através de advogados. O proprietário da oficina, Ivanor João Machado, está sendo, também, acu-

sado de comercializar lotes no Parque, infringindo a lei que regula as áreas de preservação permanente. De acordo com a Secretaria, ainda existem outras nove casas nas mesmas condições na praia da Armação, que devem ser derrubadas. Página 13



Todas as casas construídas após 1981, quando foi criado o parque, irão abaixo

A justiça tarda mas não falha, por isso acreditamos que o julgamento final destas ações será favorável aos moradores, porque segundo a mesma lei, as construções não são proibidas e sim sujeitas à aprovação pela Administração do Parque, que não incumbe à Prefeitura e sim ao povo que, por morar em um verdadeiro pedaço do paraíso, é que tem o total interesse na preservação dos recursos naturais, com o aproveitamento natural e consciente da natureza que serve ao homem, e não o oprime.

No entanto, as mesmas autoridades que burocraticamente administram e fiscalizam os recursos naturais de nossa ilha, de dentro de seus modernos e confortáveis escritórios, desde a criação do parque, não dignaram-se a cumprir a lei que "vai ser respeitada por todos", um vez que impedem e desestimulam a criação do Conselho de Moradores do Parque da Lagoa do Peri.

## Projeto da Casan é a salvação da Lagoa do Peri

Elevação do nível da lagoa em 50 centímetros preocupa os moradores

## Moradores questionam projeto no Peri

Desde que ficou estabelecida a fiscalização permanente na Lagoa do Peri — em janeiro deste ano — para inibir invasões e pesca predatória, já foram recolhidas mais de 100 redes, tarrafas e covos (armadilha para peixe).

Além da apreensão dos equipamentos, os infratores são multados, já que no local somente é permitida a pesca com caniço ou linha de mão.

Neste período, os fiscais impediram, também, quatro invasões, todas realizadas por famílias de migrantes. "Eles chegaram antes da implantação da ronda noturna e construíram, rapidamente, casas pre-montadas, mas foram desalojados" ex-

Exigimos a imediata criação do Conselho de Moradores do Parque do Peri, para que todos os projetos e ações públicas tenham uma participação efetiva dos moradores do local.

Eles temem que a obra vá afetar o meio ambiente. Casan comemora a liberação de verbas pelo BIRD

## Patrimônio em disputa

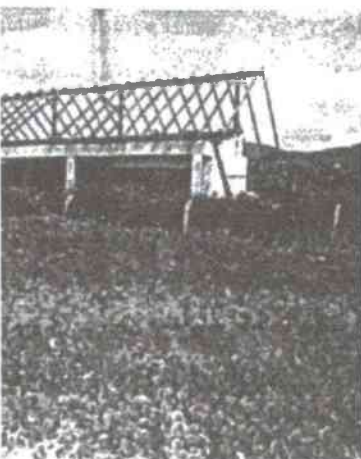
Moradores do Peri querem continuar entre as águas, matas e bichos

de mandioca e a pesca. A indefinição sobre as consequências da nova lei incentivou muitos moradores a venderem seus terrenos. Nenhuma política fundiária foi definida e o nível de desinformação da comunidade ainda é grande. Uma lavadeira que nasceu e até hoje mora no Peri sente medo de não ter mais onde trabalhar porque acredita que "o parque vai fechar e ninguém mais entrará aqui". São poucos os

**M**AS PARA O PREFEITO Esperidião Amim o principal é alterar certos pontos da Lei Municipal. "Precisamos retirar da área de preservação algumas partes já comprometidas, onde há escola e vários moradores. Isso vai diminuir o conflito, mas até que mude a lei, continuará esse clima de terror", afirma.

Hoje, após todo este tempo, a situação de seus moradores continua precária, sem assistência técnica e principalmente sem participação, num desrespeito claro à própria lei. Na verdade o morador tem sido tratado com um desrespeito brutal, como se fosse ele o invasor.

Grande Clube dos Trinta, construído clandestinamente à beira da lagoa, por autoridades locais, onde os fiscais ambientais costumam jogar "amistosas" partidas de futebol. Jamais foram multados



## Construção recebe 22ª notificação

A fiscalização do Parque Municipal da Lagoa do Peri expediu ontem a 22ª notificação contra obra de uma casa que está dentro dos limites de preservação. A Fundação Municipal do Ambiente de Florianópolis pediu apoio da Polícia Ambiental. A mulher do proprietário explicou que apenas o telhado está sendo feito.

### 4.3. O ACIRRAMENTO DO EMBATE E A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE MORADORES

Sob a influência de uma nova administração municipal, o ano de 97 marca uma nova etapa na implantação do Parque da Lagoa do Peri. Já em março daquele ano, inicia-se o processo de cadastramento das pessoas que residiam no território do Parque. O procedimento envolveu a aplicação de um questionário em cada domicílio existente nas áreas de Lazer, Reserva Biológica e Paisagem Cultural.

Por falta de um diálogo prévio com as comunidades abordadas, nos meses em que o levantamento foi efetuado, instalou-se uma “atmosfera” de desconfiança e perplexidade entre os moradores do Parque, especialmente da Área de Lazer.

Paralelamente, a partir de junho, começou a ser construída a nova sede administrativa do Parque. Para que o projeto arquitetônico – aprovado na gestão anterior – obtivesse licenciamento, alterou-se o texto do Decreto 091/82, especificamente quanto ao limite de um pavimento para edificações, decorrendo daí, uma das principais controvérsias em torno da obra.<sup>5</sup> O empreendimento, com 700 m<sup>2</sup>, foi propalado na mídia como um marco no contexto da política ambiental do município. Em outubro, numa nota intitulada: **Nova sede pode iniciar resolução dos problemas** (OLIVEIRA, 1997), o diretor de operações da FLORAM declara: “Nossos problemas vão começar a se resolver com a nova sede”, isto, depois de ratificar que a maior dificuldade enfrentada pela fiscalização são as ocupações que se multiplicam por toda a extensão do Parque.

Em contrapartida, para os moradores, a construção da nova sede e, principalmente, o cadastramento, eram indícios de mais problemas e conflitos. A reportagem: **Moradores alarmados com cadastramento** (LIMA, 1997), ilustra alguns aspectos da polêmica. Nela, o diretor de operações da FLORAM argumenta que o cadastramento inicial, com base em entrevistas, foi muito falho: “Não dá para acreditar, muita gente mentiu.” Visando complementá-lo, convocou-se os moradores – munidos de título do imóvel e documentos pessoais – para que comparecessem à sede da fundação a fim de preencher uma ficha cadastral. Esperava-se terminar essa segunda

---

<sup>5</sup> O referido decreto prescreve em seu Artigo 7º que: “nenhuma edificação terá altura superior a um pavimento”. Por sua vez, o Decreto 0917/96, dentre outras alterações, dispõe em seu Artigo 1º, que essa regra não se aplica à sede administrativa e nem à ETA.

etapa em abril de 98 para depois entrar com a ação civil pública para as demolições. Por outro lado, o acessor jurídico do citado órgão declara de forma alarmista que a maioria das casas são irregulares pois foram construídas depois de 81, principalmente na Área de Lazer onde: “[...] notoriamente estão os invasores.”

Na mesma reportagem, a jornalista observa que os moradores estão revoltados com o tratamento diferenciado dado à problemática das ocupações, e para exemplificar eles citam as construções de grande porte: Clube dos Trinta, sede administrativa, sede dos escoteiros. “Enquanto isto, nosso vizinho está proibido de reconstruir o telhado, que foi arrancado pelo vento. Se for para derrubar, que derrubem todas”, conclui um morador.

Além do processo de cadastramento, a partir de outubro de 97, um outro fator de amplificação da tensão entre moradores e o poder público foi a notificação de demolição da casa de uma família de nativos. Getúlio e Aldira Pinheiro, viviam na área há mais de 60 anos e só se afastaram do local por quatro anos, quando se mudaram para a Palhoça. Em 84, quando retornaram ao local, adquiriram um terreno próximo à lagoa e construíram uma casa – assim como tantos outros proprietários. Em 97, em face do estado precário da velha casa de madeira, o morador resolveu – aconselhado por um advogado – refazê-la de alvenaria, embora já houvesse um processo de reintegração de posse tramitando pela procuradoria do município. Uma vez concedida a liminar de demolição, a FLORAM propôs uma alternativa de reassentamento que consistiu de uma casa num loteamento em Vargem do Bom Jesus e que foi recusada. Diante do impasse, o prazo determinado para a execução da ação demolitória foi sendo prorrogado, assim como o estado de indignação dos moradores locais.

Em meio a este contexto (cadastramento/demolição) de perplexidade e arbitrariedade, os moradores da Área de Lazer, especialmente da Comunidade da Lagoa do Peri, motivados pela ASMOPE, resolveram se mobilizar para encaminhar a criação do Conselho de Moradores. Aos dois dias do mês de dezembro, a ASMOPE junto com dezenas de moradores, assinam um manifesto onde resolvem: a) não mais tolerar que o suposto (eis que até hoje não foi implantado) Parque da Lagoa do Peri fosse administrado exclusivamente pelo poder público, devendo-se constituir para tanto, o Conselho de Moradores; b) repudiar o tratamento discriminatório à entes e pessoas que mancomunadas com o poder não sofrem qualquer restrição; c) exigir a suspensão das

ações demolitórias até que o Conselho efetivamente constituído aprecie cada caso; d) exigir a expedição dos alvarás de conservação das residências; e) encaminhar um projeto de lei que atualize a legislação do Parque e que compatibilize a preservação com a presença dos atuais moradores; f) repudiar a intenção de retirar todas as construções feitas depois de 81; g) emitir auto de infração à FLORAM, por desrespeito à comunidade (ASMOPE, 1997).

Posteriormente, mediante prévio cadastramento e convocação de todos os moradores do território do Parque capazes de votar e serem votados, realizou-se no dia 20 de dezembro de 1997, a assembléia que elegeu o Conselho de Moradores do Parque da Lagoa do Peri.<sup>6</sup>

Uma das primeiras ações do Conselho foi elaborar um pequeno relato sobre a situação dos moradores, especialmente da Área de Lazer. No documento, ratifica-se que com a criação do Parque da Lagoa do Peri, os residentes, além de não participarem do processo, passaram “da noite para o dia” à condição de moradores “ilegais”. Ao admitir que a lei foi bem vinda, uma vez que a preservação da Bacia da Lagoa do Peri também é do interesse dos moradores, o Conselho enumera duas distorções do processo de regulamentação: (i) a inadequação da categoria “parque” em função da existência de moradores, sendo mais coerente, portanto, a modalidade de “Área de Proteção Ambiental” (APA);<sup>7</sup> (ii) a discriminação efetivada no zoneamento do IPUF ao privilegiar apenas os assentamentos tradicionais existentes no Sertão do Peri, desconsiderando aqueles da área de restinga (CONSELHO DE MORADORES DO PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI, 1998a).

A partir de fevereiro de 98, o processo de demolição da casa do Seu Getúlio, foi um dos eventos que mais mobilizou os moradores locais e o Conselho. Na reportagem: **Protesto evita demolição de casa na Lagoa do Peri** (OLIVEIRA, 1998a), consta que um piquete de cinquenta moradores da Lagoa do Peri, evitou a ação. Ao tentarem chegar

---

<sup>6</sup> Um fato curioso em torno da constituição do Conselho de Moradores e que reflete a arbitrariedade da administração municipal, refere-se à sua exigência de que o Conselho fosse constituído somente de moradores “nativos”, se contrapondo deste modo, à própria lei 1828/81, que prescreve em seu Artigo 39 que sejam onze membros “moradores” da área do Parque, sem discriminar suas origens.

<sup>7</sup> As APAs são unidades de manejo nas quais se procura conciliar a preservação dos atributos naturais e ou culturais com o uso sustentável de parte dos recursos, mantendo-se a propriedade privada da terra (ORELLANA, 1995)

ao local, os policiais militares (em torno de vinte) tiveram que retornar com os veículos e desistir da operação, pois encontraram uma série de obstáculos espalhados pela estrada: pilastras de concreto, uma vala de meio metro de largura, um monte de areia, faixas de protesto e dezenas de moradores que gritavam “Nosso lugar é aqui, na Lagoa do Peri.” Na matéria a superintendente da FLORAM declara: “Tentamos todas as alternativas possíveis e viáveis. Agora a ordem do juiz tem que ser cumprida, senão eu posso até ser presa.”. “Seo Getúlio”, indagado sobre o fato de ter recusado a proposta da prefeitura de morar no norte da ilha, responde: “Sempre vivi no Peri e não quero sair daqui [...] todos os filho e neto moram aqui! Se me tirarem daqui, vou morar num rancho de canoa”.

Na mesma semana, uma outra tentativa de demolição foi empreendida pelo poder público, agora com vinte viaturas repletas de policiais armados e cães. O artigo: **Tentativa de despejo tem novo fracasso** (MARTINS, 1998a), expõe que depois que todos os móveis e utensílios haviam sido retirados da casa, a operação de demolição foi suspensa temporariamente por decisão judicial em posse do advogado de Aldira Pinheiro, que alegou defeitos no processo já que não haviam sido feitas as notificações e as desapropriações cabíveis. Na reportagem o presidente do Conselho de Moradores relaciona a demolição da casa de um nativo às falhas do zoneamento do Parque, que desconsiderou os assentamentos tradicionais daquela área. Para o “seo Getúlio”: “Essas terras foram do meu avô e depois do meu pai. Criei meus oito filhos com o peixe dessa lagoa. Plantei muita mandioca, feijão e milho. Na chácara ainda existe muita laranja, uva, essas coisas. Não acho certo ser tirado daqui”, desabafou.

Numa outra reportagem, o presidente do Conselho define a ação como uma atitude nefasta do órgão público, pois o morador e sua casa fazem parte da cultura e da história do lugar. Segundo o jornalista, os moradores dizem haver discriminação com os nativos. “Tem gente que vem de fora, constrói e nada acontece. Tem até o Clube dos 30, onde empresários vêm jogar num campo de futebol, bem tratado, dentro do Parque, e nós, que somos da terra, sofremos assim.” (DIÁRIO CATARINENSE, 1998a).

Semanas depois, a ação demolitória sai da mira dos jornais que passam, com base em alguns resultados do cadastramento, a retratar de forma ainda mais alarmista aspectos mais gerais da ocupação do Parque. Numa reportagem publicada no início de abril, a superintendente da FLORAM afirma que aproximadamente 110 casas da Área de Lazer estão em condição irregular, sendo que, por enquanto, dezoito estão com ação

demolitória tramitando pela procuradoria do município (LAGES, 1998). Num outro momento, admite a inoperância do poder público na fiscalização: “A prefeitura é ré porque foi omissa em não impedir a construção das casas.” Diante da complexidade da situação, a FLORAM atesta a necessidade de analisar a situação de cada morador e para tanto, propõe a formação de uma comissão mista, com representantes do órgão, do Conselho de Moradores, Procuradoria do Município, Ministério Público, Câmara de Vereadores e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Paralelamente, em meio às incessantes ameaças, o Conselho recorre à Comissão dos Direitos Humanos da OAB. No artigo: **OAB interfere no caso da Lagoa do Peri** (OLIVEIRA, 1998b), o presidente da referida comissão esclareceu que a entidade está apenas ajudando a resolver a situação: “Se a prefeitura cumprir simplesmente as decisões judiciais, criará um problema social. É preciso chegar a um meio termo entre a credibilidade do problema ecológico e a sensibilidade para os direitos da população.”

Depois disso, houveram várias reuniões do Conselho e dentre as proposições defendidas destacavam-se: a) anistia a todos os moradores, envolvendo-os na consecução dos objetivos do Parque; b) delimitação física do território do Parque; c) retificações no zoneamento, especificamente em relação à Área de Lazer; d) autorização das reformas residenciais necessárias; e) controle efetivo sobre novas ocupações; f) solução digna (permanência) para o caso do morador Getúlio Pinheiro (CONSELHO DE MORADORES DO PARQUE DA LAGOA DO PERI, 1998b; 1998c).

Apesar de todos estes encaminhamentos, a demolição da casa não foi impedida. No dia 29 de abril, uma retroescavadeira colocou abaixo a única residência de Getúlio Pinheiro. No artigo: **Prefeitura demole construção irregular** (GASSEN, 1998), a violência da operação foi retratada pelo depoimento do próprio morador: “Eles chegaram e foram derrubando tudo, nós tivemos que sair correndo (...) a máquina arrancou até os pé de fruta... e eu nem sei onde vou morar agora.” Para a superintendente da FLORAM, apenas foi cumprida uma ordem judicial.

Em maio de 98, a comissão mista proposta pela FLORAM começou a se reunir com o intuito de tratar da problemática das ocupações com base nos resultados do cadastramento de moradores. Além disso, a comissão foi incumbida de encontrar uma alternativa de reassentamento para o Seu Getúlio.

Enquanto isso, no dia 5 de junho (dia do meio ambiente), é inaugurada a nova sede. O evento foi retratado pela mídia sob a expectativa de que a estrutura garantiria a preservação e a valorização do Parque. Ao oferecer condições adequadas para a execução de atividades educativas, recreativas e científicas, proporcionaria uma maior integração com visitantes. As instalações destinadas à administração e fiscalização,<sup>8</sup> permitiria o efetivo funcionamento destes serviços. No artigo: **Sede promete preservar e valorizar o Parque da Lagoa do Peri** (O ESTADO, 1998), a superintendente da FLORAM destaca que através do espaço para as manifestações da cultura local, pretendia-se unir os trabalhos ambientais aos culturais. Em contrapartida, numa outra reportagem, ao lado da divulgação da inauguração, uma nota destaca que as ocupações irregulares continuavam a dar “dores de cabeça” à FLORAM (OLIVEIRA, 1998c).

Descontente com a atuação da comissão mista, o Conselho de Moradores resolveu encaminhar ao Legislativo Municipal, a polêmica em torno das ocupações. A reportagem: **Permanência em Parque é defendida** (CHRISTOFOLETTI, 1998), divulga a iniciativa e traz algumas das principais posições defendidas pelos moradores. Insistindo na tese de que “o morador deve ser considerado parte integrante do Parque”, o presidente do Conselho declara: “A comunidade da Lagoa do Peri, ao contrário dos que tentam denegrir sua imagem, está bem consciente do seu papel na preservação deste importante patrimônio. Não queremos invasões, mas defendemos a garantia da residência dos moradores do Parque.” Já no depoimento da presidente da ASMOPE, está explícito que boa parte da problemática das ocupações irregulares estaria resolvida se a prefeitura tivesse desapropriado e indenizado os moradores. “Como isso ainda não aconteceu, o Parque não foi instalado”, conclui um outro morador.

Contudo, a problemática em torno do Parque não se restringe ao descaso com sua implantação, nem tampouco ao embate com os moradores. Parte dos problemas envolve um segmento cada vez mais significativo da população usuária que são os visitantes. Para caracterizarmos, brevemente, alguns aspectos relacionados à visitação, retrocederemos novamente no tempo a fim de retomar o momento em que os jornais começam a retratar esse processo.

---

<sup>8</sup> A sede abriga todo o corpo de fiscais da FLORAM. Atualmente são 22 fiscais ambientais que atuam nos quatro parques municipais: Galheta, Maciço da Costeira, Lagoinha do Leste e Lagoa do Peri.



## Figura 24: Recortes de jornal III

# Moradores alarmados com cadastramento

## Sede promete preservar e valorizar o Parque do Peri

A ocupação urbana do parque é a questão mais complexa que o envolve. Se de um lado a Prefeitura se arvora na legislação para preservar a área, afastando os moradores da região, de outro, os habitantes contestam a aplicação da lei e a efetiva implantação concreta do parque. Desde novembro do ano passado, a comunidade vem se organizando para barrar o processo de desocupação do parque que a Prefeitura leva adiante. Para tanto, foi constituído o Conselho dos Moradores — previsto em lei —, órgão de aconselhamento e que deve administrar conjuntamente com o poder público o parque.

"A Floram não vai decidir sozinha, quer ouvir a comunidade, o Ministério Público Federal e o municipal e a Câmara de Vereadores", pondera o assessor jurídico da Floram, Marcelo Buzaglo Dantas. Ele adianta que a maioria das casas da região foi construída irregularmente, embora admita que o primeiro cadastramento foi falho. Segundo informa, pelo menos 90 moradores se recusaram a dizer há quanto tempo moram no local. Na teoria, explica, só quem construiu antes de 1981, ano em que o parque foi criado, tem direito de permanecer.

Os fiscais do Parque Municipal da Lagoa do Peri acreditam que a inauguração da sede administrativa da unidade de conservação provocará uma mudança radical na preservação do local e na utilização racional das instalações para lazer. A sede ocupa uma área de 700 metros quadrados e dispõe de espaço para os próprios fiscais e para os visitantes que se interessarem em realizar trabalhos de pesquisa referentes à preservação ambiental. A prefeita Angela Amin descreveu a placa de inauguração da sede, que custou R\$ 290 mil e foi custeada com recursos da Prefeitura e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Mesmo com a inauguração da sede ainda há problemas com relação à preservação do parque. Árvores frutíferas continuam sendo derrubadas e construções irregulares ainda se mantêm no parque, que ocupa uma área superior a 2 mil hectares. "Tivemos que proibir o churrasco na orla da lagoa, já que os visitantes cortavam árvores para fazer espetos ou faziam foguinhas ao pé de figueiras centenárias", diz

# Permanência em parque é defendida

## Prefeitura demole construção irregular



Primeira tentativa de demolição fracassou por causa da mobilização comunitária

## OAB interfere no caso da Lagoa do Peri

Moradores ameaçados por ações demolitórias se reúnem com a comissão de Direitos Humanos

Moradores da Lagoa do Peri levam discussão ao Legislativo

Um problema que continua a dar dores de cabeça para a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) são as ocupações irregulares da área do Parque Municipal da Lagoa do Peri. Atualmente existem 17 ações do Ministério Público e mais duas da Floram para a demolição de casas que passaram a ocupar a área do parque após a sua instalação, em 1981. Por enquanto, não há previsão do tempo que pode durar cada uma dessas ações, já que pelo menos uma levou mais de 10 anos.

"A própria Prefeitura é ré em uma das ações movidas pelo Ministério Público, já que permitiu a instalação das moradias na área do Parque", informa o geren-

te da área que ocupam. As casas estão situadas na orla, entre a SC-406 e o mar. "Essas casas estão na faixa de marinha, e portanto são irregulares", confirma.



# Lagoa do Peri será desocupada

Comissão vai decidir quem pode permanecer no parque, a partir do cadastro divulgado ontem

#### 4.4. A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE E O AFLUXO DE VISITANTES

O enquadramento da paisagem como local próprio para o lazer e o turismo começou a ganhar mais “fôlego” na imprensa nos meses que antecederam a inauguração do Parque.

Antes disso, um ou outro artigo havia se ocupado da visitação à área sob a forma de denúncia, dada a forma indisciplinada como vinha ocorrendo (acampamentos irregulares, passeios de automóvel às margens da lagoa, esportes náuticos com veículos motorizados, etc.).

Não é à toa que no início de 87, um artigo destaca: “A população cogita até em fechar completamente o local para os turistas. Na armação já foi instalada uma guarita com um fiscal que impede a entrada de outras pessoas que não os moradores (...) a comunidade reclama que entram caminhões, ônibus, pessoas com barracas e barcos à motor que poluem a água com óleo.” (O ESTADO, 1987). Levanta-se desse modo, alguns sinais do embate entre moradores e visitantes.

Mas essa atitude em relação aos visitantes não deixa de ser retratada pela mídia jornalística de forma ambivalente. No artigo: **Peri: uma lagoa especial** (DIÁRIO CATARINENSE, 1987a), destaca-se que: “Os moradores gostam da presença dos turistas” Na mesma reportagem, alguns depoimentos esboçam o perfil dos visitantes: “[...] famílias que passam o dia [...] que vem para fazer churrasco [...] Aqui é mais tranquilo e menos perigoso para as crianças.” Dentre os atrativos está, obviamente, a paisagem: “Cercada de morros e vegetação nativa, como o piri, a lagoa atrai, principalmente nos finais de semana, muita gente que se refugia do calor em suas águas calmas e límpidas.”, observa o jornalista.

A partir da inauguração (setembro de 87), daqueles aspectos enfocados nas reportagens destaca-se a promessa da administração municipal (Andrino) de construir, além da sede administrativa: churrasqueiras, *playground*, *camping*, banheiros, laboratório, biblioteca e um museu da cultura açoriana, torre de vigia (DIÁRIO CATARINENSE, 1987b).

Entretanto, apenas parte dessa infra-estrutura começa a ser viabilizada pela administração seguinte (Amin). Desde então, quase todas as reportagens voltadas ao

lazer e ao turismo ressaltam a existência de churrasqueiras, mesas, bancos, tanques, banheiro e estacionamento. Algumas trazem como ilustração os visitantes diante das churrasqueiras, exibindo orgulhosos seus espetos com carne.

Em alguns artigos torna-se evidente a preocupação em gerar uma imagem impressionante acerca da paisagem, e em meio ao esforço de chamar a atenção do turista, algumas matérias jornalísticas vão enfatizar os aspectos místicos e culturais do local. Na reportagem: **Mulheres que guardam a magia da ilha** (SOUZA, 1991), as “lavadeiras” são valorizadas pelas histórias de bruxarias e aparições que contam enquanto estão lavando roupa à beira da lagoa. Segundo o jornalista: “Não é à toa que Florianópolis é chamada a Ilha da Magia. Basta dar uma volta pela Lagoa do Peri para sentir vibrações intensas, principalmente nos dias de lua cheia.”

Numa outra reportagem: **A paisagem desperta o misticismo** (ARTECHE, 1993), publicada em janeiro de 93, aos atributos da paisagem e à pequena infra-estrutura de lazer existente, são acrescentadas lendas ou estórias contadas por nativos. Para uma moradora (gaúcha) entrevistada: “Os morros que cercam a lagoa têm forma de pirâmides [...] por isto, a Lagoa do Peri é considerada um dos locais de maior concentração de energia da Ilha.”

Dos atributos paisagísticos valorizados pela mídia jornalística destacam-se: a *lagoa*, por sua “água doce, tépida e mansa”, e que por ser “rasa”, torna-se própria para o banho de crianças; a *vegetação* “nativa” e o bosque de eucaliptos onde está a infra-estrutura de lazer, especialmente pela “sombra” que proporciona às margens da lagoa; a *cachoeira* do Sertão do Peri e as *trilhas* existentes.

Torna-se curioso notar que em certas reportagens, a Lagoa do Peri é tida como uma opção alternativa (e até mesmo secundária) de lazer: “Com cinco quilômetros [quadrados] de superfície, este paraíso no Sul da Ilha é perfeito para quem cansou de pegar ondas.” (MELATO, 1995).

No início de 94, alguns artigos divulgam a produção de um vídeo ecológico sobre a Lagoa do Peri pelo Projeto Larus. Segundo a jornalista, o vídeo seria empregado em programas de educação ambiental junto à rede estadual de ensino, beneficiando aproximadamente um milhão de alunos (BOBSIN, 1994). Ao que tudo indica, este trabalho deve ter tido um papel importante no afluxo de centenas de turmas de escolas de diferentes localidades que visitam o Parque anualmente.

Interessa-nos observar ainda, que a descrição da paisagem das matérias jornalísticas analisadas sempre recorre, em graus diferenciados, ao zoneamento instituído com a criação do Parque:

A área de reserva biológica fica do lado da Lagoa oposto à entrada principal. É uma região destinada à pesquisas e estudos científicos [...] A área de paisagem cultural fica a cinco quilômetros da sede administrativa, à esquerda de quem estiver de frente para a lagoa. Lá existem antigos engenhos [...] e cachoeiras na localidade do Sertão do Peri. [...] Mas a parte mais conhecida da Lagoa é a área de lazer. Na entrada principal [...] existem churrasqueiras, brinquedos para crianças, estacionamento, muita sombra e bar. Talvez por isso a Lagoa do Peri seja um recanto essencialmente familiar. A sombra e a água calma e rasa dão tranqüilidade aos casais que têm filhos pequenos (DIÁRIO CATARINENSE, 1998b).

Contudo, se até o final da década de 80, a estimativa do número de visitantes nos dias mais movimentados (finais de semana na alta temporada) era de aproximadamente mil pessoas, em meados da década atual essa avaliação gira entre dois e três mil visitantes.

Em virtude deste crescente afluxo, algumas reportagens vão chamar atenção para certos problemas. O afogamento de três pessoas num prazo de vinte dias – entre novembro e dezembro de 96 – vai ser retratado pela mídia como consequência da falta de segurança, agravada pelo intenso movimento e pelo uso desordenado do local. Para compensar tal debilidade, naquela mesma temporada, dois salva-vidas passam a atuar no parque, precisamente na faixa de praia junto à área da sede administrativa.

Indubitavelmente, o contingente de visitantes vem aumentando a cada temporada. Segundo os fiscais que atuam na área, as estimativas mais recentes para aqueles finais de semana mais movimentados (ensolarados) da alta temporada, giram em torno de três a quatro mil pessoas seja no sábado, seja no domingo. Comumente, estas declarações dos fiscais vêm acrescida da preocupação com as consequências dessa intensa visitação. Isso também parece explicar o fato de toda reportagem conter algum comentário sobre as atividades e usos que são proibidos na área do Parque: retirar ou cortar a vegetação, deixar lixo, fazer fogo (churrasqueiras improvisadas), acampar, caçar, pescar com tarrafa ou rede (é permitida a pesca com anzol), utilizar embarcações motorizadas, levar animais, circular de moto, lavar bicicletas na lagoa, nudismo.

Em janeiro de 98, o artigo: **Parque da Lagoa do Peri sofre com vandalismo** (OLIVEIRA, 1998d), retrata que tanto a vegetação quanto a infra-estrutura de lazer

estão sendo depredadas pelos visitantes. Se na área junto à sede a preocupação é com a destruição das churrasqueiras, no entorno da lagoa ela se deve à retirada da vegetação nativa (abertura de clareiras e confecção de espetos), às fogueiras das churrasqueiras improvisadas e à sujeira e lixo deixado pelos visitantes.

Desse modo, já se começa a cogitar um controle sobre a atividade de visitação, informa a reportagem. De imediato, a administração sugere que seja proibido o estacionamento ao longo da rodovia SC-406, o que levaria as pessoas a buscarem outras alternativas de lazer.

Por outro lado, acredita-se que um dos fatores que acabará restringindo o uso da área pela visitação decorrerá da elevação do nível de água a partir da construção da barragem – iniciada em junho deste ano. Com a elevação de meio metro no nível de água da lagoa, toda a faixa de areia da margem leste será inundada, tornando o local menos atrativo à terapia “sol-sombra-areia-água”.

Por último, convém comentar sobre a valorização da paisagem da Lagoa do Peri sob a perspectiva do “ecoturismo”.

Embora algumas matérias jornalísticas já viessem destacando a existência de muitas trilhas na área, desde o ano passado, algumas reportagens têm dado exclusividade ao potencial da área para o *trekking*, precisamente pela diversidade de trilhas e cenários existentes.

No artigo: **Trilha do Peri tem mar, lagoa e cachoeira** (FOLHA DA LAGOA, 1998), uma equipe percorre o caminho que vai da Costeira do Ribeirão da Ilha, passando pelo Sertão do Peri, até à Praia da Armação. Para o guia do *trekking*: A “trilha costa a costa”: “(...) é a ‘*the best*’, tem mar, lagoa e cachoeira. Além da natureza exuberante, concilia lazer e cultura, porque os aspectos históricos e culturais são também muito interessantes.”

Como era de se esperar, a “onda ecoturística” acabou ecoando nas próprias ações da administração do Parque. Neste ano, no dia do meio ambiente, foi dado início ao “Programa de Trilhas Interpretativas”.



## (RE)CONSIDERAÇÕES FINAIS II:

Através do conteúdo abordado na segunda parte deste estudo, precisamente no terceiro capítulo, vimos que o processo de regulamentação da paisagem – pressupondo a incompatibilidade entre certas ações humanas e a preservação da natureza – implicou no enquadramento da Bacia da Lagoa do Peri como unidade de conservação. Nesse sentido, legitimou-se a manutenção do patrimônio natural e paisagístico de acordo com uma valoração antropocêntrica/utilitarista, a fim de que se gerasse, sob a guarda do poder público, um benefício de ordem social para as gerações presentes e futuras; mais diretamente pela utilização da lagoa como reservatório de água.

Dos dispositivos jurídicos analisados, interessou-nos ressaltar a construção (simbólico-normativa) de figuras relacionadas à paisagem da Bacia da Lagoa do Peri.

Embora tenha se apresentado como uma legislação de caráter genérico, o Decreto 30.443/52 instituiu o “significado” daquela paisagem como reserva (florestal). Sentido esse que seria aprimorado, posteriormente, por instrumentos jurídicos mais específicos e de âmbito municipal.

À começar pelo Decreto 1.408/76, que através do tombamento dos bens naturais existentes na área instituiu sua “delimitação” e representação cartográfica, fazendo com que as medidas de proteção incidissem sobre um espaço concreto e legitimando o direito de intervenção e a “responsabilidade” do poder público municipal sobre a paisagem.

Dentro de uma concepção sistêmica de estudo e planejamento, a elaboração do plano diretor fixou os objetivos, as diretrizes e os equipamentos necessários à utilização da bacia como reserva ecológica, científica, cultural, paisagística, recreativa e turística. Interessa-nos ressaltar aqui, duas contribuições do plano à dimensão institucionalizada: (i) o zoneamento, que através da definição das áreas de Reserva biológica, Paisagem Cultural e Lazer explicita a estrutura interna da paisagem (“fisionomia”); (ii) o levantamento das potencialidades da paisagem e por conseguinte, a instituição de “valores” que nortearam as proposições em termos de programas, projetos e ações. Vimos ainda, que o reconhecimento do direito de permanência da população residente bem como do seu papel na concretização dos objetivos do Parque, coloca o plano diretor muito à frente do contexto legal das unidades de uso restritivo.

Através da Lei 1.828/81 e do Decreto 091/82, consolida-se a dimensão institucionalizada, precisamente por regulamentarem a totalidade das regras de manejo, uso e ocupação privado/coletivo que conferem à Bacia da Lagoa do Peri o caráter de unidade de conservação de proteção integral (parque municipal).

Por outro lado, a institucionalização da paisagem enquanto unidade de conservação e enquanto expressão do controle político sobre o espaço, não deve ser entendida apenas como produto de parâmetros técnicos e jurídicos, mas, principalmente, como campo de encontros e sobreposições de interesses variados e comumente conflitantes, que partem dos diferentes atores sociais envolvidos.

Por isto, no quarto capítulo, através da análise do processo de implantação do Parque, buscou-se enfatizar que a dimensão institucionalizada está na base de tensões e conflitos entre os grupos que interagem com a paisagem, ainda mais quando se leva em conta que as forças e instrumentos de implantação e gerenciamento foram basicamente coercitivas.

Desde a criação do Parque, boa parte dos problemas podem ser atribuídos às negligências do poder público em relação ao processo de implementação das medidas regulamentadas. Em certas fases os esforços divulgados estão mais atrelados à interesses e conveniências político-partidárias do que aos pressupostos e diretrizes da política ambiental do município. Em que pese os sucessivos adiamentos do início do processo de implantação do Parque, o que se tornou mais inadmissível é que apesar do reconhecido papel da fiscalização para evitar o agravamento dos problemas existentes, somente em meados de 86 é que dois funcionários da prefeitura passam a fiscalizar a área. Entretanto, o funcionamento de uma administração própria e o incremento do serviço de fiscalização após a inauguração do Parque em 87, não foram suficientes para solucionar os problemas em termos de ocupação, atividades e usos irregulares.

Portanto, a contradição é evidente: se a legislação pertinente àquela área estava bem desenvolvida, sua aplicação foi e ainda é morosa e deficiente – basta lembrar que a demarcação física da área do Parque até hoje não foi efetivada – seja devido à escassez de recursos financeiros e humanos, seja por causa da inexistência de uma prática de gestão contínua e participativa, ainda que os instrumentos necessários à esse processo estejam devidamente regulamentados.



Mais especificamente, pode-se considerar que grande parte dos problemas que emanam do embate “moradores *versus* parque” têm suas raízes na precariedade do processo de implantação daquela instituição e, principalmente, na omissão do poder público municipal no sentido de empreender iniciativas que viabilizassem a participação efetiva dos moradores no processo de criação e gestão do Parque.

Se de um lado, o poder público, no cumprimento de sua função se apega à legislação, coíbe usos e atividades, derruba casas e retira moradores afirmando ser indispensável à preservação da área e do manancial hídrico, de outro, a população local contesta se reportando à forma arbitrária e discriminatória como a lei é aplicada, ao impacto promovido pelos empreendimentos do poder público, à necessidade de participarem no gerenciamento da unidade de conservação e ao fato de que, o Parque, por abranger áreas de propriedade privada, não está efetivamente implantado.

Por outro lado, vimos que diante das arbitrariedades e renitentes ameaças aos seus direitos e interesses, os moradores se mobilizaram e se fizeram representar, primeiramente, através da ASMOPE, depois, constituindo o Conselho de Moradores. Em diferentes momentos, estas organizações detiveram papéis importantes na defesa da tese de que é preciso compatibilizar a presença dos moradores com a conservação dos recursos naturais, o que perpassa pela garantia de participação dos moradores nas decisões que afetam as suas vidas.

Ainda convém lembrar que a problemática da dimensão institucionalizada não se restringe ao descaso com a implantação do Parque, nem tampouco ao embate com os moradores. Com o crescente afluxo de visitantes certos problemas começam a tornarem-se significativos e assim, já se começa a cogitar formas de disciplinamento da visitação.

Em meio a estas considerações, retomamos o fato de que os diferentes elementos regulamentados, principalmente em termos de usos e atividades permitidos/proibidos, acabaram legitimando e (re)definindo determinadas formas de interação e de apropriação da paisagem. Nesse sentido, a dimensão institucionalizada cobra percepções, atitudes, valores e condutas dos usuários que em alguns casos divergem daqueles pertinentes aos seus interesses e objetivos em relação à paisagem. Isto coloca a necessidade de analisarmos a dimensão vivida pelos sujeitos.

*TERCEIRA PARTE*

**A DIMENSÃO VIVIDA DA PAISAGEM**

*A paisagem na qual uma pessoa vive não emoldura simplesmente... entra na sua verdadeira existência e torna-se parte dela (WASSERMAN apud RELPH, 1979, p. 16)*

Se o arranjo de formas, linhas, cores, volumes são aspectos do mundo apreendidos de imediato pelos nossos olhos, estes podem assumir diferentes sentidos segundo o “modo de olhar” (atribuir significados). Assim é possível pensar a paisagem como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana. Oferecida à nossa percepção e, ao mesmo tempo, produto de nossas experiências a paisagem traduz-se como campo de significação individual e sócio-cultural (BARBOSA, 1998).<sup>1</sup>

Transformar uma paisagem em um conjunto de significados pressupõe, segundo MACHADO (1996), uma atividade perceptiva que apreende, interpreta e organiza o fluxo de dados sensíveis, até que alcancem uma mensagem, um sentido. A paisagem está ao alcance do olhar e à disposição de todo o corpo, portanto, sua percepção inclui não somente a visão de elementos singulares que se destacam do conjunto, mas uma interação sensorial que é uma amálgama dos sentidos e que conjuga o cenário vivido à condição individual e social do sujeito. Dessa forma, através da combinação de fenômenos perceptivos, cognitivos e afetivos, a pessoa vivencia a paisagem e constrói seu conteúdo subjetiva e afetivamente.

Portanto, na interação com a paisagem, assim como em todas as circunstâncias da vida, o homem interpreta, define, aceita ou rejeita e assim realiza uma valoração que pode se apresentar como utilitária, econômica, estética, histórica, cultural, ecológica, etc.

Os intelectuais interessados nos lugares e paisagens valorizados não pretendem produzir uma simples divagação poética sobre eles. O que está em questão são os sentidos de indiferença, de afeição ou de aversão do homem pelos lugares com os quais tem alguma forma de contato. Sentimentos e valores que, seguramente, têm um papel importante (em muitos casos, decisivos) na formação de juízos de valor, de atitudes e, em última análise de ações sobre esses lugares e paisagens (AMORIM FILHO, 1996, p. 141).

---

<sup>1</sup> Na opinião de COSGROVE (1998, p. 21), decodificar os significados das paisagens à nossa volta nos permite refletir sobre nossos próprios papéis para reproduzir a cultura e a geografia humana de nosso mundo diário: “[...] uma geografia efetivamente humana é uma geografia humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanista: melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos.”

Na terceira parte deste estudo, nosso envolvimento com a realidade se volta à dimensão vivida da paisagem e seu valor. Interessa-nos saber portanto:

*Como a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri é valorizada pelos usuários?*

A fim de lançarmos a base conceitual e metodológica que possibilita tal abordagem, buscamos através do “Capítulo 5: Circunscrição conceitual e metodológica”, efetuar considerações teóricas sobre paisagem vivida e processo perceptivo (percepção, valor e atitude), bem como discorrer sobre a pesquisa de campo e a forma como foi desenvolvida.

Visto isto, sistematizamos a leitura sobre a valoração da paisagem com base nas informações obtidas em entrevistas com moradores, visitantes e funcionários do Parque.

Logo no “Capítulo 6: A valoração utilitária”, analisamos a experiência de paisagem decorrente da satisfação de diferentes necessidades humanas. Três perspectivas são abstraídas: a do morador, que valoriza a “paisagem como habitat”; a do visitante, cuja ótica enfoca a “paisagem como lazer”; e a do fiscal, que na apreciação da “paisagem como labor” tende a reconhecê-la enquanto local de exercício de suas funções.

No “Capítulo 7: A valoração estética e lírica”, através da perspectiva da “paisagem como natureza”, examina-se a qualidade visual de diferentes cenários e os componente e propriedades que os tornam (des)valorizados para os diferentes usuários. Já na apreciação lírica, através da metáfora do “namoro” com a Lagoa do Peri, ressalta-se aqueles relatos e observações que apontam para um sentido mais íntimo de paisagem e que tem a lagoa como foco de referência espacial.

Por último, no “Capítulo 8: A valoração ecológica e o Parque”, discorreremos sobre essa forma de apreciação e em que medidas ela se aproxima ou se afasta da dimensão institucionalizada (parque). Para tanto, o primeiro passo ocupa-se da perspectiva da “paisagem como reserva”, o segundo, analisa aquelas questões que levam ao reconhecimento da importância do Parque, o terceiro, enfoca a “paisagem como problema” e reúne aqueles aspectos que traduzem a incompatibilidade com os valores, normas e instrumentos instituídos, o quarto e último passo, conduz nossa caminhada à proposições que visam compatibilizar os conflitos existentes.

## CAPÍTULO 5

### CIRCUNSCRIÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA

A ação ou efeito de “circunscrever” implica em delimitar uma superfície, em abranger uma determinada extensão (FERREIRA, 1984). Como dissemos acima, neste capítulo, inicialmente, nosso empenho consiste em traçar algumas “linhas” teóricas que nos aproximam da idéia de *paisagem vivida*. Para tanto, recorreremos à abordagem humanista da experiência geográfica. Na seção seguinte, objetivando o entendimento do processo perceptivo, desmembramos a temática em considerações sobre percepção valores e atitudes, já que se tratam de aspectos interrelacionados e inerentes à qualquer forma de interação com a paisagem. Posteriormente, discorreremos sobre a pesquisa de campo e a forma como foi desenvolvida, através dos seguintes itens: construção do questionário, coleta de dados, caracterização dos sujeitos e outras considerações teórico-metodológicas.

#### 5.1. SOBRE A PAISAGEM VIVIDA

A partir da década de setenta, a retomada do conceito de paisagem trouxe acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas. A noção de paisagem vivida está intimamente associada ao surgimento de uma geografia humanista.

HOLZER (1992, p. 235), corrobora com a tese de que a geografia humanista advém do empenho de geógrafos históricos e culturalistas, que a partir dos anos setenta, estão interessados em renovar suas disciplinas (com contribuições da antropologia, psicologia e sociologia) através de estudos centrados na subjetividade das interações humanas com o ambiente.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Quanto ao aporte filosófico, afirma o autor, ela recorre à fenomenologia-existencialista, cuja ênfase recai sobre a valorização do indivíduo e, por conseguinte, sobre a aceitação da existência e da subjetividade como fontes para o conhecimento. “Outro aspecto que deve ser apontado é que nunca houve um afastamento efetivo da geografia cultural, mas uma procura em se distinguir dos que se utilizavam do positivismo como método.” (HOLZER, 1997a, p. 17).

De acordo com TUAN (1982), através do estudo da relação das pessoas com a natureza e dos seus sentimentos e idéias sobre os espaços, paisagens e lugares, a geografia humanista reflete sobre os fenômenos geográficos a fim de melhor entender o homem e sua condição.

Sabe-se que o mundo das experiências pessoais é multifacetado. Para RELPH (1979), o “mundo-vivido” é aquele mundo de ambigüidades, comprometimentos e significados das nossas vidas diárias, e que contrasta com o universo da ciência, cujos padrões e relações são cuidadosamente observados e ordenados. Embora raramente seja objeto de reflexão, para cada um de nós, o mundo-vivido geográfico possui maior ou menor grau de ordem e compreensibilidade e isso pode ser interpretado de muitos modos. Vamos abordá-lo aqui com referência à paisagem.

Diariamente, estamos cercados por coisas que têm vida e estrutura diferentes da nossa. Em nossas confrontações com o mundo vivido, encontramos combinações de artefatos com os aspectos naturais e se chamamos ou não de paisagem, sua presença é inevitável. “Esses ambientes palpáveis são paisagens, que não somente possuem conteúdo e substância mas também são os cenários significantes das experiências diárias e das excepcionais.” (RELPH, 1979, p. 13).

“Quem quer que imagine uma árvore para si deve também imaginar um céu ou um fundo diante do qual colocá-la.” (VALERY apud RELPH, 1979, p. 13). Essa expressão, permite inferir que não há experiência ambiental que não seja em algum sentido uma experiência de paisagem e que todos os aspectos que habitual e intelectualmente segmentamos, são fornecidos simultaneamente para nós como um conjunto.

Depois de corroborar com a idéia de que a paisagem é “[...] o aspecto visível, diretamente perceptível do espaço” (DOLLFUS, 1973, p. 13), Michel COLLOT (1990), acrescenta que o processo perceptivo não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido. Assim, a paisagem percebida é também construída e simbólica. Para o autor, as definições de paisagem percebida nos remetem a três elementos essenciais: a idéia de *ponto de vista*, a de *parte* e a de *unidade*.

Primeiramente, a paisagem é definida em função do *ponto de vista* de onde é observada. Ela não é um objeto autônomo em face do qual o sujeito se situaria em uma relação de exterioridade; ela se revela numa experiência em que sujeito e objeto são

inseparáveis, especialmente porque o sujeito se acha envolvido pelo espaço que é mensurado a partir dele mesmo (ponto zero da espacialidade).

A paisagem oferece a quem observa apenas *parte* de uma área. Essa limitação se liga a dois fatores: à posição do observador, que determina a extensão de seu campo visual, e ao relevo da área observada. As lacunas decorrentes dessa restrição manifestam-se por duas vias: pela circunscrição da paisagem dentro de uma linha, além da qual nada é visível (horizonte externo) e pela existência no interior do campo, de partes não visíveis (horizonte interno). Na convivência entre o olhar e a paisagem essas lacunas não são aspectos estritamente negativos. De alguma maneira, elas são preenchidas pela percepção que ultrapassa o simples dado sensorial e completa as “falhas”. Assim, a parte de uma área que observo como paisagem nunca é considerada como absolutamente isolada, eu a percebo como parte de um espaço mais vasto que me é fornecido pela experiência direta (íntima) ou indireta (conceitual e simbólica).

Por este viés, essa limitação do espaço visível acaba assegurando a *unidade* da paisagem, isto é, por não se deixar observar totalmente é que a paisagem se constitui como totalidade coerente. Um conjunto não se define senão pela exclusão de um certo número de elementos heterogêneos e é essa convergência que torna a paisagem apta a significar: “ela fala a quem olha”. Ainda segundo COLLOT (1990), se a paisagem percebida faz sentido, é porque mesmo repentinamente, ela é analisada sensivelmente, vivida e desejada.

A paisagem, de fato, está intimamente ligada a uma maneira de ver o mundo, de compô-lo em uma cena, em uma unidade visual.<sup>3</sup> Segundo COSGROVE (1998, p. 98), sua estrutura e mecanismo são acessíveis à mente, assim como ao olho, e agem como guias para as ações humanas.

Partindo do pressuposto que a paisagem é uma composição de elementos funcionais e utilitários com os valores, transcendendo-os, TUAN citado por XAVIER (1994, p. 22), argumenta que a paisagem não pode ser definida apenas por especificação

---

<sup>3</sup> Esta consideração amplia-se quando recorremos à tese de que a promoção da paisagem em nossa civilização freqüentemente acompanhou a do indivíduo. O aparecimento da palavra nas línguas européias e as primeiras representações pictóricas da paisagem datam do século XVI e são contemporâneas do Romantismo que, com sua teoria da paisagem como “estado da alma” acentuará o aspecto subjetivo, parcial, egocêntrico de nossa experiência espacial (COLLOT, 1990; COSGROVE, 1998).

de suas partes, como algo funcional: paisagem é como uma imagem, uma construção da mente e dos sentimentos; é uma combinação de pontos de vista objetivos e subjetivos, que tem lugar no “olho da mente”.

Há portanto, um sentido profundo de paisagem. Na opinião de DARDEL (1952, p. 41): “Algo mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido. Há uma ligação interna, uma ‘impressão’, unindo todos os elementos.” A princípio, essa ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem e seu envolvimento nela.

Assim, cada paisagem tem seu próprio conjunto e contém significados específicos para nós. Não obstante, qualquer paisagem é diferente e ao mesmo tempo possui similaridades com outras, pois além de apresentar atributos e formas comuns, nós a vemos através dos mesmos olhos e com os mesmos preconceitos. Contudo, se confundimos paisagens isso é consequência de nossa falta de experiência para com elas já que a atenção mais cuidadosa revelará sempre distinções.

Para RELPH (1979, p. 18): “As bases fenomenológicas da realidade geográfica consistem de três pilares: espaço, paisagens e lugares, na medida em que são experienciados diretamente como atributos do mundo-vivido.”<sup>4</sup>

Por outro lado, convém lembrar que sob essa perspectiva experiencial não há limites precisos entre essas categorias e nem a relação entre elas é constante: “Lugares têm paisagens, paisagens e espaços têm lugares” (RELPH, 1979, p. 16). Portanto, faz-se oportuno tratar da complementaridade entre esses três níveis da interação humana com o ambiente, partindo da definição do que é “experiência”.

Experiência é um termo que inclui as diferentes maneiras pelas quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. É constituída a um só tempo de sentimento e pensamento. Embora seja comum referir-se a esses aspectos como sendo opostos, um registrando estados subjetivos e o outro se reportando à realidade objetiva, é preciso entender que sentimento e pensamento situam-se nas extremidades de um *continuum*

---

<sup>4</sup> Conhecida normalmente como estudo descritivo dos fenômenos, a Fenomenologia, de acordo com HOLZER (1997b, p. 77-78), têm objetivos afins com a geografia: o de estudar a constituição do mundo. No caso da fenomenologia a tarefa consiste em analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como aí se produz o sentido dos fenômenos. Para o autor: “O projeto da fenomenologia é de reaproximar as ciências de nossas vidas, ações e projetos, a partir das experiências ante-predicativas (anteriores aos conceitos e aos juízos), ou seja, relativas à percepção do mundo e de seus objetos enquanto fundamento dos conceitos.”



experiencial e ambos são maneiras de conhecer, dando colorido a toda experiência humana (TUAN, 1980, 1983). São extremamente complexos os sentimentos e idéias do homem sobre espaço, lugar e paisagem. Embora se possa articular idéias acerca das experiências humanas mais sutis, há dificuldades de expressar o que se conhece pelos sentidos.

Espaço e Lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Na experiência seus significados às vezes se fundem, porém o espaço é mais abstrato enquanto que a noção de lugar se refere a centros aos quais atribuímos valor (moradia, abrigo, alimentação, lazer, etc.). Espaço e lugar são idéias complementares: o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar ao conhecermos e dotarmos de valor. O lugar sugere segurança, e o espaço, liberdade: estamos apegados a um mas aspiramos o outro. “Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa, cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar” (TUAN, 1983, p. 6).

Para DUBOS (1981, p. 98): “O catalisador que converte um ambiente em lugar é o modo de tratá-lo, não como uma coisa mas como um organismo vivo. A sintonia é conseguida após lentas e progressivas adaptações recíprocas, que exigem certa estabilidade de relações entre as pessoas, as sociedades e os lugares.”

Culturalmente, lugar talvez seja o mais fundamental, porque focaliza espaço e paisagem em torno das intenções e experiências humanas. Os lugares clamam por nossa atenção e afeição e estão associados à necessidade de raízes. Para RELPH (1979), lugar significa muito mais do que localização, é um tipo de experiência e envolvimento com o mundo e isso não é uma questão de escolha, mas é largamente pré-determinado: você simplesmente (re)conhece onde se sente em casa. Segundo o autor, ao mesmo tempo que parece haver uma necessidade quase universal para fixação num lugar, as pessoas relacionam-se aos lugares de inumeráveis modos e portanto, não se pode fazer simples generalizações sobre isto. “Os lugares que conhecemos e gostamos são todos lugares únicos, e suas particularidades são determinadas por suas paisagens e espaços individuais e por nosso cuidado e responsabilidade, ou ainda pelo nosso desgosto, por eles.” (RELPH, 1979, p. 18).

TUAN (apud HOLZER, 1992, p. 225), propõe a distinção entre cena ou paisagem e lugar: “Uma cena pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-

lhe estabilidade: é da natureza de uma cena a propriedade de se alterar a partir de cada mudança de perspectiva, enquanto que isso não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar que ele apareça como tendo uma existência estável, independente do indivíduo que o percebe.”

Espaço, lugar e paisagem são substâncias dos nossos envolvimento com o mundo. Para DARDEL (1952, p. 2), as relações humanas com essas estruturas são chamadas de “geograficidade” (*geographicité*). Geograficidade é assim, uma idéia que encerra todas as respostas e experiências que temos dos ambientes nos quais vivemos. É portanto, mais vivida do que expressa. Quando são positivas e agradáveis são experiências *topofílicas*, mas quando são negativas, desagradáveis ou repulsivas, são experiências *topofóbicas*.

“Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.” (TUAN, 1980, p. 4). Nesse sentido, topofilia associa sentimento com lugar. É um sentimento orientado para o lar, para o que é confortável, detalhado, sem confusão e tensão; envolve experiências com lugares naturais e construídos, com ambientes atrativos. Não que o ambiente seja a causa direta da topofilia, mas ao agir como imagem percebida dá forma às nossas alegrias e ideais.

Entretanto, isto prevê apenas uma descrição parcial da geograficidade, pois muito de nossos encontros com o mundo-vivido (devido ao costume, as circunstâncias, ou ao próprio ambiente) podem ser topofóbicos. Assim, incluem-se ao conceito de topofobia, todas as experiências de espaços, paisagens e lugares que são de algum modo desagradáveis, ou induzem ansiedade e depressão. Topofobia é, sob vários aspectos, o oposto de topofilia (RELPH, 1979).

Topofilia e topofobia estão associadas com o caráter do ambiente e com os valores e atitudes daqueles que o experienciam. Geograficidade inclui os bons e os maus encontros com os ambientes, e pode bem ser que a atração por um e o desagrado pelo outro adquiram suas forças e qualidades através da comparação. HOLZER (1992, p. 85), concorda que a geograficidade é esta cumplicidade constante entre o homem e o seu entorno; que se desenrola em um espaço material do qual a existência humana não pode se descartar. Essa matéria está sempre ligada a nós e sua experiência é sempre antropocêntrica, pois a matéria tem um valor de utensílio, relacionando-se com um ponto de vista que a torna um lugar habitável, cultivável ou navegável.

É provável que a geograficidade seja fenômeno muito complexo e isto pode ser inferido pela variedade de atitudes e comportamentos humanos. Além disso, assim como o mundo-vivido, a geograficidade está constantemente sendo obscurecida por conceitos, idéias e explicações. “Como consequência, a relação e a experiência da geograficidade cessam de ser de profundo envolvimento e significado; espaços são um pouco mais que vazios entre objetos, paisagem é o cenário de fundo e lugares são simplesmente localizações das atividades.” (RELPH, 1979, p. 21).

Mesmo que o rigor dos limites conceituais aqui enunciados, seja, antes de tudo, uma necessidade e um recurso teórico, pois em muitas circunstâncias esses significados se superpõe, é preciso reafirmar, como faz COSGROVE (1998, p. 100), que *paisagem* é um conceito unicamente valioso para uma geografia efetivamente humana. Ao contrário do conceito de *lugar*, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de *espaço* ou *ambiente*, lembra-nos que apenas através da consciência e razão humana este esquema é conhecido por nós. Ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda a parte, que é uma fonte constante de beleza e feiúra, de alegria e sofrimento, de acertos e erros.

*A priori*, admite-se que tais significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de serem descobertos e isso nos interessa porque revelam a um só tempo, os atributos do ambiente e seus efeitos sobre os seres humanos.

Desse ponto de vista, um estudo de paisagem sob uma abordagem perceptiva pressupõe assim, um certo deslocamento da atenção do objeto externo para os fenômenos que ocorrem no interior do sujeito que vivencia a paisagem. Exige também, a transposição da idéia da paisagem como uma simples porção do espaço ou uma belíssima cena que emoldura a experiência do observador para o fato de que ela entra na sua existência e torna-se parte dela. Aprofundar a reflexão sobre os mecanismos e fatores envolvidos na percepção, objetivando inclusive um melhor entendimento da noção de paisagem, surge portanto, como o próximo passo.

## 5.2. SOBRE O PROCESSO PERCEPTIVO

Segundo MACHADO (1996), a pesquisa convencional não fornece descrições adequadas da experiência de paisagem porque separa pessoa (corpo, mente, emoção, vontade) e mundo. Para a autora, ambos estão engajados em um só processo que implica fenômeno perceptivo e não pode ser estudado como um evento isolado. Embora nem todas as manifestações psicológicas que sustentam a interação homem-ambiente, sejam evidentes, elas são fatores constantes nas nossas vidas e afetam nossa conduta e atividades cotidianas, na maioria das vezes, inconscientemente. Percepção, valores e atitudes são aspectos inter-relacionados, comum à todo processo perceptivo e dos quais dependem as relações das pessoas com as paisagens. TUAN (1980), chama a atenção para o fato de que a abordagem desses temas, prepara-nos, primeiramente, a compreender nós mesmos.

### 5.2.1. PERCEPÇÃO:

Antes de mais nada é preciso reconhecer a dimensão conceitual do termo “percepção”. Comumente, a palavra é empregada para definir a resposta dos sentidos aos estímulos externos. Assim, percepção é um estender-se para o mundo, um processo que nos informa das coisas ao nosso redor.

O ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos e a informação potencialmente disponível no ambiente é imensa. Dos sistemas receptores sensoriais a que o homem recorre para a percepção espacial, sobressaem o visual e o tátil-cinestésico e, dentre esses, o homem é mais dependente da visão. Mais precisamente, embora nossa relação sensorial com a paisagem seja global, isto é, baseada em imagens, sons, odores e outras impressões carregadas de conteúdo espaço-temporal, no âmbito concreto, a visão tem um papel predominante.

Por termos visão estereoscópica e superposição bifocal, o cenário do mundo físico se apresenta em três dimensões. O que percebemos no entanto, não é um espaço abstrato, com três linhas que se interseccionam em ângulos retos, mas um espaço de cômodos, ruas, praças, quarteirões. Do ponto de vista psicofísico, não é o mundo, não são os objetos que atingem os nossos olhos, mas a luz refletida das superfícies; sabe-se

também, que não é uma figura retiniana (bidimensional) que é transmitida ao cérebro pelo nervo ótico, mas impulsos nervosos. Logo, a percepção não é uma cópia da imagem retiniana, mas sim, uma correlata. A terceira dimensão é desse modo, recuperada no cérebro, mediante a percepção (OLIVEIRA, 1996, p. 206-207).

Há muito tempo não se considera a visão apenas um simples registro da luz, afirma TUAN (1983, p. 11), ela é uma atividade seletiva e criativa em que os estímulos ambientais são organizados em estruturas fluentes que fornecem sinais significativos ao observador. Por isso, RONAI (1976, p. 139), declara: “Não existe um olhar virgem, espontâneo, inocente. O olhar não é somente o exercício de um sentido (a visão), ele é também produção de sentido (significação).”

“Pode-se afirmar, então, que a percepção é justamente uma interpretação com o fim de nos restituir a realidade objetiva, através da atribuição de significado aos objetos percebidos.” (OLIVEIRA, 1977, p. 62). Sendo assim, a noção se desloca do sentido de “reação” para o de “atividade” sobre os estímulos externos. A autora considera que é preciso não confundir o ver com o perceber e sugere que há diferenças entre sensação e percepção: a sensação corresponde ao mundo externo e está limitada aos órgãos sensoriais enquanto a percepção é elaborada no córtex cerebral.

Não obstante, essa distinção é em parte, contestada por certos estudiosos. CHAUI (1996), comenta que sentir é algo ambíguo, pois nos fornece ao mesmo tempo as qualidades do objeto (o quente e o frio, o vermelho e o verde, o doce e o amargo, o liso e o rugoso) e os efeitos internos dessas qualidades sobre nós. Neste século, Fenomenologia e Gestalt<sup>5</sup> mostraram que nunca temos sensações parciais, pontuais ou elementares que depois seriam reunidas na percepção do objeto. Logo, não há diferença entre sensação e percepção. Nesse sentido, a percepção “[...] é o conhecimento sensorial de configurações ou de totalidades organizadas e dotadas de sentido [...]” (ibidem, p.122).

Para a autora, a percepção se caracteriza como uma forma de comunicação e uma vivência corporal, de modo que a situação e a condição de nosso corpo são tão

---

<sup>5</sup>O *Gestaltismo* (Psicologia da Forma ou Teoria da Gestalt), considera os fenômenos não como soma de elementos por isolar, analisar e dissecar, mas como conjuntos que constituem unidades autônomas, manifestando uma solidariedade interna e possuindo leis próprias, donde resulta que o modo de ser de cada elemento depende da estrutura do conjunto (FERREIRA, 1984).

importantes quanto a do objeto percebido. Uma vez que a percepção depende das coisas e do nosso corpo, do mundo e dos nossos sentidos, do exterior e do interior, é mais adequado falar em “campo perceptivo” para indicar que se trata de uma relação complexa entre corpos num campo de significações visuais, táteis, olfativas, gustativas, sonoras, motrizes, espaciais, temporais e lingüísticas.

Sob esta perspectiva, o mundo exterior não é uma coleção de coisas isoladas, mas está organizado em formas e estruturas complexas dotadas de sentido. Uma paisagem por exemplo: um vale só é vale por causa da montanha, cuja altura e distância só podem ser avaliadas porque há o céu, um rio, um caminho; o verde do vale só é percebido por contraste com o cinza da montanha, que por sua vez, contrasta com o azul do céu. Esta paisagem será um espetáculo de contemplação se o sujeito estiver relaxado, será um objeto digno de ser visto pelos outros se o sujeito for um artista, será um obstáculo se o sujeito for um viajante e precisar trilhar toda sua extensão. Logo, forma e sentido são indissociáveis do sujeito da percepção.

Admite-se que além dos atributos e qualidades da paisagem, a percepção é condicionada por: (i) *fatores inerentes ao próprio indivíduo* (personalidade, história pessoal, afetividade, desejos, paixões, etc.); (ii) *fatores sócio culturais*, isto é, o modo como numa sociedade as coisas são e recebem sentido, valor ou função condiciona a sensibilidade e as atitudes dos sujeitos.

Convém lembrar, que certos teóricos adotam a distinção entre percepção individual e percepção social; a primeira é função da história progressa e do estado do indivíduo ao entrar em contato com o estímulo, e a segunda está relacionada com a impressão que se tem face a um estímulo ou a um conjunto de estímulos sociais. Para SCHIFF (1973, p. 47-48), esse segundo tipo de percepção deve ser priorizado quando se trata de percepção do meio ambiente.

Nesta direção, “(...) a expressão ‘percepção do meio ambiente’ significa a tomada de consciência e a compreensão pelo homem do meio ambiente ao seu redor.” (WHYTE, 1978, p. 18). De modo abrangente, a percepção ambiental é caracterizada

como um fenômeno psicossocial, em que processos cognitivos<sup>6</sup> e afetivos estão imbricados na representação do meio ambiente, tanto na esfera individual como coletiva.

No contato com o ambiente, a maioria das pessoas faz uso dos cinco sentidos que se reforçam mútua e constantemente, mas a inteligência é necessária para a estruturação da experiência. Logo, a mente não funciona somente a partir dos sentidos e nem recebe os dados passivamente; existem contribuições ativas do sujeito ao processo perceptivo que vão desde à motivação até a conduta. Das diferenças básicas entre percepção e inteligência convém ressaltar que enquanto a percepção é dependente de um campo sensorial e está subordinada à presença do objeto, a inteligência pode invocar o objeto em sua ausência (representação), mediante a função simbólica (OLIVEIRA, 1996).

Do ponto de vista experiencial, as fronteiras entre percepção e inteligência não são nítidas, melhor seria considerar a relação entre esses processos como um *continuum* onde o sujeito sente, apreende, define, interpreta, seleciona, compara e antecipa os dados perceptivos e cognitivos necessários à construção do conhecimento subjetivo e objetivo, individual e social.

Assim é que vemos, ouvimos, tocamos, degustamos e cheiramos tudo que se apresenta aos nossos sentidos, mas apreendemos somente o que é selecionado através da atribuição de significados. Isso também se aplica à percepção da paisagem. Antes de tudo, é a atividade informadora da percepção visual que torna a paisagem, um conjunto significativo.

Como já vimos, a paisagem é definida pelas fronteiras do olhar e a ação de ver, portanto, além de apreender, organiza e interpreta os dados sensoriais. Para COLLOT (1990), essa semantização passa por processos que recuperam as características da definição da paisagem e que estruturam o horizonte da percepção visual.

Tal seleção evita que o indivíduo se depare com um massa de informações com a qual ele não saberá o que fazer. O horizonte é assim, segundo o autor, um limite ao “caos sensorial”. Essa seletividade tem uma origem psicológica e fisiológica. De um lado a própria estrutura dos órgão sensoriais é discriminante e contém “limites do espaço”

---

<sup>6</sup> Para DEL RIO e OLIVEIRA (1996), a cognição é o processo mental mediante o qual estruturamos nossa interface com o mundo, selecionando, armazenando e conferindo significado às informações percebidas.

(abertura de campo, condições de focalização retiniana, etc.), de outro, a mensagem seletiva é interpretada em função dos esquemas da experiência pessoal e ou sociocultural (ibidem).

Já sabemos também, que a organização perceptiva não se limita ao material fornecido, ela considera também os prolongamentos não visíveis, completando e reconhecendo o objeto. Isso assegura a continuidade da exploração perceptiva, autorizando a passagem de um aspecto ao outro do objeto, e preserva a unidade da significação na diversidade das perspectivas e perfis. Portanto, cada objeto é percebido e interpretado em função de seu contexto, especialmente quando se trata de percepção de paisagem, que é sempre “visão de conjunto”. Nesse caso, a percepção das distâncias, sem as quais não há paisagem, é um ato fundamental e implica em pensamento estritamente sofisticado. Razão pela qual as distâncias (escalas) gozam na paisagem de um certo privilégio simbólico e estético (ibidem).

Mas a percepção do espaço não depende só do olhar: o corpo inteiro está envolvido nele. Na opinião de COLLOT (ibidem, p. 27), essa mediação do corpo, introduz na percepção, significações pré-conscientes ou inconscientes, abordadas por uma fenomenologia e uma psicanálise, respectivamente. Embora as questões tratadas pelo autor, a partir de uma perspectiva psicanalítica, sejam extremamente fascinantes e válidas, abordaremos aqui apenas àquelas enunciadas no âmbito da fenomenologia.

O território perceptivo é vivenciado como um prolongamento do corpo e há duas maneiras de mensurar os limites de um “espaço pessoal”: a que se refere ao espaço objetivo (plano ou mapa); e aquela relacionada ao espaço perceptivo. Nesse segundo caso, que é o que nos interessa, reconhece-se três zonas distintas: (i) o *espaço imediato* ou próximo, situado num raio de meio metro em torno do sujeito, no qual a percepção não pode avaliar de maneira constante o talhe e a forma dos objetos; (ii) o *espaço profundo*, onde reina a constância perceptiva; (iii) o *espaço longínquo*, além de cerca de oito quilômetros, onde a constância perceptiva desaparece. “O espaço da paisagem corresponde à segunda zona, a da distância média, onde as condições de percepção visual são ótimas. Essa profundidade do campo é vivida como um verdadeiro desdobramento do espaço corporal. O corpo se alarga para o limite do horizonte, que mede de alguma forma sua envergadura, um palmo de sua presença no mundo.” (ibidem, p. 27).



A paisagem se define, assim, como o espaço “ao alcance do olhar” e a disposição do corpo, se revestindo de significados vinculados aos comportamentos possíveis. O ver amplia-se para um poder: o caminho é visto como a percorrer, o sino como audível, a fruta como comível... O corpo torna-se o eixo de uma verdadeira organização semântica do espaço que tem por base oposições como: alto-baixo, direita-esquerda, frente-atrás, próximo-distante, etc. Construídas a partir do corpo, essas duplas antitéticas são portadoras de significações que repercutem em todos os registros da experiência humana, e que fazem da paisagem um espelho da afetividade do sujeito (ibidem).

Pelo exposto até aqui, torna-se irrefutável que não se pode falar de paisagem a não ser a partir de sua percepção. Esse processo, sustenta toda e qualquer experiência ambiental e enquanto vivência, a paisagem não se separa do cotidiano do indivíduo ou do grupo. Cabe manter a inquietude sobre o que leva o homem a selecionar, dentre a variedade de cenários existentes na superfície terrestre, determinadas paisagens. Essa escolha não implica somente em rotular essa ou aquela paisagem, mas em última instância, determina também a atitude e conduta do indivíduo ou grupo em relação à paisagem. Obviamente, essas avaliações ambientais dependem de estruturas perceptivas, cognitivas e afetivas, conscientes e inconscientes, pré-determinadas ou não e isso reclama por uma atenção maior sobre a valorização e as atitudes diante da paisagem.

### 5.2.2. VALORES:

Na opinião de diversos autores, todo processo de percepção envolve no mínimo três aspectos interrelacionados: a experiência sensorial, a cognição e a avaliação ou preferência. Assim, a percepção de um estímulo é também uma função do valor atribuído ao fenômeno pelo indivíduo. Por estarmos tratando de um estudo de paisagem valorizada, torna-se irrelevante justificar a importância de se refletir sobre a noção de “valor”.

O termo valor possui significados diversos, conforme o contexto em que é empregado, embora o sentido mais comum seja aquele relacionado com o econômico. Dentre as dezenas de significados encontrados no dicionário, destacamos a idéia que define valor como a importância atribuída à determinada coisa, como uma qualidade pela qual esta coisa é estimável em maior ou menor grau (FERREIRA, 1984, p. 1439).

Axiologicamente, a natureza e a definição de valor é controvertida. Sabe-se que os valores permeiam todos os aspectos da nossa vivência e derivam-se da cultura, educação formal, socialização e meio ambiente. Já dissemos noutra oportunidade, que o homem, ante todas as circunstâncias da vida: analisa, define, interpreta, aceita ou rejeita e assim realiza uma valoração, que no caso da paisagem pode-se apresentar como utilitária, estética, lírica, histórica, ecológica, afetiva, etc. Essa valoração é uma apreciação, um juízo de valor e, por conseguinte, pressupõe algo indissociável da percepção do objeto espacial.

Ao refletirmos sobre a natureza do valor temos de lançar nossa atenção sobre a cultura. Na definição de CLAVAL (1999, p. 12): “A cultura é mediação entre os homens e a natureza.” Ela é herança e resulta do jogo da comunicação. Ela é construção, em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação. Para o autor, o mundo humano é feito tanto de palavras e proposições quanto de água, ar, terra e fogo. “Presta-se ao discurso e abastece-se na passagem dos valores.” (ibidem, p. 13).

LAGO (1996, p. 17), ao citar CUNHA, chama a atenção para o fato da cultura ser “algo constantemente reelaborado”. Ela não é algo posto, dado, mas algo constantemente reinventado, recomposto e reinvestido de novos valores e significados. Sujeito e cultura referem-se a fenômenos que se constituem em mútua relação.

Freqüentemente, não notamos a origem cultural de nossos valores porque somos educados neles e para eles, como se fossem fáticos, existentes em si e por si mesmos. CHAUI (1996, p. 336), acrescenta que para garantir a manutenção e continuidade desses padrões de valores ao longo do tempo, de geração em geração, as diferentes sociedades tendem a naturalizá-los, tornando latente o mais importante: o fato deles serem criação histórica-cultural. Para a autora, trata-se de uma criação que determina para a coletividade, suas formas de relação com o espaço e com os outros homens, definindo o sagrado e o profano, o necessário e o possível, o contraditório e o impossível, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o legítimo e o ilegítimo, o “nós” e o “eles”.

LOWENTHAL (1982), lembra que os grupamentos de importância numa cultura e que sustentam uma valoração, podem ser irrelevantes numa outra. O certo é que não há uma maneira natural ou melhor de avaliar e classificar qualquer coisa, todas as

categorias são mais úteis do que verdadeiras e os padrões vistos na natureza também variam com os fatores econômicos, éticos, estéticos, etc.

Além disso, indivíduos com embasamento cultural semelhante, que falam a mesma língua, percebem e avaliam diferentemente o mundo. Se de um lado, a cultura viabiliza o consenso, a construção de uma identidade, de outro, a aventura pela qual cada um se impregna da cultura do grupo onde vive é fundamentalmente individual. “Nem todo mundo recebe a mesma bagagem, não a interioriza da mesma maneira e nem a utiliza para o mesmo fim.” (CLAVAL, 1999, p. 14).

Em qualquer circunstância perceptual, o indivíduo utiliza suas habilidades sensoriais, sua inteligência, seu interesse e temperamento, que juntos, colorirão suas respostas ambientais. “Cada um de nós desvia o mundo a seu próprio modo e contempla as paisagens com suas imagens particulares” (LOWENTHAL, 1982, p. 135).

A fim de ilustrar o universo dos valores concernentes às paisagens, pode-se recorrer a uma pesquisa efetuada por Donald MEINIG, em 1979, e relatada por XAVIER (1994) e HOLZER (1992). Seu trabalho baseou-se em entrevistas com um pequeno mas variado grupo de pessoas que olharam, no mesmo instante, para uma determinada cena.

Foram isolados dez enfoques diferentes: a interpretação da paisagem como *natureza* destaca seus elementos físicos e atribui pouca importância à ação humana; como *habitat*, a paisagem é vista como território para morada do homem; como *artefato*, considera-se primeiramente o produto da ação humana sobre a natureza; como *sistema*, a paisagem é percebida como um conjunto, não se prestando atenção a fatos isolados; como *problema*, tende-se a identificar a paisagem com algo a ser superado; como *riqueza*, tudo que é percebido na paisagem tem valor monetário; como *ideologia*, a paisagem é vista como uma representação e combinação de símbolos de uma sociedade; como *história*, a paisagem representa um registro de ocorrências diversas, de experiências do passado; como *lugar*, ela é um centro de valor que é associado a satisfação de necessidades diversas; por último, a paisagem é enfocada sob uma perspectiva *estética* na medida em que se enfatiza suas qualidades panorâmicas e artísticas.

O próprio autor, considera que esses dez modos de interpretar a paisagem não esgotam a possibilidade de existência de outros. Está claro, portanto, que mesmo que as pessoas olhem para a mesma direção e no mesmo instante, não poderão ver a mesma

paisagem. Poderá haver consenso na visão de muitos elementos (árvores, casas, estradas, colinas) em termos de número, forma, dimensão e cor, mais tais fatos adquirem significado somente através de associações; eles precisam ser ajustados de acordo com algum corpo coerente de idéias.

“Dessa maneira nós confrontamos o problema central: qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde dentro de nossas cabeças (...) nós estamos preocupados não com os elementos mas com a essência, idéias organizadoras que utilizamos para dar sentido àquilo que vemos.” (MEINIG apud HOLZER, 1992, p. 208).

Podemos inferir que essas idéias organizadoras a que o autor se refere, são em parte constituídas pelos valores construídos pelo indivíduo e ou pelo grupo acerca da paisagem e de seus componentes. Uma vez que esses critérios, sobre os quais se assentam os juízos de valor individual e ou social, fazem com que a atenção do indivíduo obedeça determinados canais, eles condicionam também sua atitude e conduta ambiental. Assim, o termo atitude merece ser também, objeto de uma breve reflexão.

### 5.2.3. ATITUDES:

Segundo TUAN (1980, p. 4): “Atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição tomada frente ao mundo”. Depende de uma certa estabilidade em termos de interesse e valor e é o resultado de sucessivas percepções ou experiências.

No uso geral, a palavra expressa sentimentos e crenças individuais sobre o objeto da atitude ou sobre a visão de mundo. Para Myra SCHIFF (1973), a única forma de medir essa visão que um indivíduo tem do mundo é através de seu comportamento, incluindo o seu comportamento verbal. Essa preocupação, não se limita ao que o indivíduo pensa, mas também com o que ele fará, afinal, a atitude em relação a um objeto determina a maneira como o sujeito reagirá a ele quando o encontrar. Por isso, a atitude possui um componente comportamental, que pode ser entendido como uma disposição a responder. “Uma atitude, portanto, é um conjunto organizado de sentimentos e crenças que influenciarão um comportamento individual.” (ibidem, p. 50).

Desse modo, para a autora, além do componente comportamental, a atitude tem componentes afetivos e cognitivos: o componente afetivo consiste em um sentimento de gostar ou não do objeto e o cognitivo, consiste em crenças, incluindo as avaliativas,

sobre esse objeto. Ambos, são organizados pelo indivíduo em um sistema que o predispõe a responder de uma maneira coerente com esse mesmo sistema.

Para WHYTE (1978, p. 108), do ponto de vista da mensuração de uma atitude destacam-se: a *direção*, a *intensidade* e a *coerência*.

A *direção* é o sentido da opinião segundo um par bipolar: ela pode ser a favor ou contra, positiva ou negativa, amigável ou hostil, aprovadora ou desaprovadora, otimista ou pessimista. Comumente, alerta BARDIN (1977), entre esses pólos nitidamente orientados existe eventualmente um estado intermediário de neutralidade (de quando está difusa), de ambivalência.

A *intensidade* demarca a força ou o grau de convicção expressa: uma adesão pode ser fria ou apaixonada e uma oposição ligeira ou veemente.

A *coerência* depende da relação entre atitudes diferentes e entre as atitudes e o comportamento.

Nesse caso, admite-se que internamente as pessoas tendem a tornar seus sistemas cognitivos e afetivos consistentes e em consonância com suas tomadas de atitudes ou ações. Sendo assim, afirma SCHIFF (1973), quando ocorre uma alteração nos aspectos afetivos do indivíduo acerca de um determinado objeto, isso também afeta os aspectos cognitivos e vice-versa, a fim de manter a relação consonante. Além disso, uma única experiência desagradável com um objeto, pode através da generalização, resultar numa atitude negativa em relação a seus similares.

TUAN (1982, p. 158), chama a atenção para o fato de que tendemos a pressupor uma concordância entre o intelecto e o comportamento, entre o que uma pessoa diz e faz, entre crença e trabalho, porque isso é o que freqüentemente ocorre. Porém, o fato é que pode haver discordância entre crença e comportamento, entre o que uma pessoa diz e pensa, e isso aponta para o desafio de se entender a natureza dessa associação, suas ambivalências e contradições.

Assim como todos os outros itens do repertório humano, os modos de aquisição de atitudes são extremamente variados. As atitudes podem ser aprendidas através do condicionamento instrumental clássico, da observação, através de ensinamentos diversos e da formação de conceitos. Como as percepções, as atitudes desenvolvem-se como resultado da experiência presente e pregressa e dessa perspectiva quase não há diferenças entre percepção e atitudes. Contudo, uma afeta a outra e as estruturas cognitivas e

afetivas têm seus papéis em ambas. Por outro lado, percepções são mais transitórias e instáveis que atitudes e ao contrário dessas, podem carecer de um componente afetivo (valorativo) ou cognitivo. A distinção entre percepção e atitude reside na qualidade imediata do estímulo (a percepção é dependente de um contato com o objeto) e também na generalidade do estímulo – estímulo específico versus uma classe de estímulos (SCHIFF, 1973).

Por último, é preciso reafirmar que a validade das fronteiras conceituais aqui levantadas, deve-se antes, à necessidade de abordar teoricamente o fenômeno perceptivo. Sobretudo, é preciso entender que do ponto de vista experiencial percepção, valor e atitude são elementos interrelacionados e cujos significados se superpõe.

### 5.3. A PESQUISA DE CAMPO

SELLTIZ (apud MACHADO, 1988, p. 185), indaga de forma muito apropriada que se desejamos saber como as pessoas se sentem – qual sua experiência interior, o que lembram, como são as suas emoções e os seus motivos, quais as razões para agir como fazem – porque não perguntar a elas?

A pesquisa de campo foi desenhada com o propósito de estudar a Bacia da Lagoa do Peri como paisagem valorizada, tendo em vista algumas formas de relacionamento que o homem pode estabelecer: de moradia, de lazer e de trabalho. Pela aplicação de um questionário, procurou-se apreender aspectos relativos à *percepção, valores e atitudes* dos usuários em relação à paisagem.

#### 5.3.1. A CONSTRUÇÃO DO QUESTIONÁRIO:

Para a pesquisa de campo, segmentamos a população de estudo em três grupos principais, cujos papéis sociais, supúnhamos, deveriam gerar percepções diferenciadas: os *moradores*, os *visitantes* e os *fiscais* do Parque.

A construção do questionário seguiu os procedimentos indicados na literatura (WHYTE, 1978; MACHADO, 1988; BLEY, 1990). O instrumento se constituiu basicamente de questões abertas (Anexo 1, p. 223). A parte inicial, como de praxe, serviu

para caracterizar o usuário, enquanto as outras procuraram refletir as categorias acima mencionadas.

Um outro ponto a observar acerca da estrutura do questionário, é que ele se ocupa, num primeiro momento (perguntas 1 a 9), da paisagem de uma forma genérica, ou seja, com aquilo que está à volta do entrevistado. Tendo em vista a diversidade de denominações locacionais existentes na área estudada, optou-se por fazer referência à paisagem através do pronome demonstrativo “esta”, que por sua vez, designa algo presente e próximo de quem fala. Esse procedimento, além de ter permitido uma comunicação mais efetiva, impediu que se recorresse obstinadamente à figura do Parque; especificamente para aquelas pessoas que desconhecem ou pouco sabem a esse respeito. Por sua vez, o segundo momento do questionário (perguntas 10 a 20) enfoca aspectos relativos ao Parque da Lagoa do Peri.

Convém salientar que a maior parte das questões enumeradas foram submetidas a um pré-teste, efetuado à campo durante o mês de julho de 1998. Na ocasião, foram entrevistadas nove pessoas (cinco moradores, três visitantes e um fiscal que atua no Parque) com o intuito de testar a validade do questionário em atender os objetivos estabelecidos para a pesquisa.

Ainda com base na literatura especializada e nas técnicas de como avaliar a paisagem, desenhou-se uma outra estratégia de abordagem que visou complementar e enriquecer as informações obtidas com o questionário. Para tanto, admitiu-se que: (i) a beleza da paisagem é um valor compartilhado culturalmente; (ii) os valores cênicos podem ser convertidos para áreas ou trechos; (iii) pode-se construir uma escala para a avaliação da paisagem (FINES apud WHYTE, 1978).

O instrumento constitui-se de quatorze fotografias (Figura 26, p. 163), selecionadas a partir de uma série tirada de sucessivas investidas à campo com o intuito de identificar os cenários mais positivos e negativos que compõe a paisagem.

O procedimento foi simples: após o atendimento das questões discursivas referentes à paisagem e ao Parque, as fotografias eram apresentadas ao entrevistado que por sua vez, era solicitado a escolher as três cenas mais bonitas e as três mais feias. A seguir, era pedido que ele justificasse o porque da escolha, o que foi registrado junto ao questionário.

### 5.3.2. A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS:

As entrevistas foram conduzidas simultaneamente nos diferentes grupos pelo próprio pesquisador, durante os meses de novembro e dezembro de 1998. Elas foram gravadas e depois transcritas. A seleção dos indivíduos entrevistados dentro de cada grupo seguiu critérios diversos.

No caso dos moradores, foi de nosso interesse abordar tanto moradores “nativos” como “de fora”, que estivessem, em função da existência do Parque, sofrendo coerções diretas ou não.<sup>7</sup> A realização do pré-teste e o convívio com algumas pessoas das comunidades locais, apontaram aos poucos, a maioria dos sujeitos entrevistados.

Já os visitantes foram tomados ao “acaso”, mesmo assim, com o intuito de amenizar a heterogeneidade do grupo, optou-se por abordar aqueles usuários eventuais que residem no município de Florianópolis. Pretendíamos dessa forma, aumentar as possibilidades de inquirir visitantes que apresentassem uma certa familiaridade não só com a paisagem estudada, mas também com as questões relacionadas ao Parque.

Em relação aos fiscais, é preciso dizer que a seleção dos indivíduos foi um misto disso tudo, seguindo ora os “critérios do acaso”, ora as indicações que surgem do convívio com a realidade estudada.

### 5.3.3. A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS:

Consideramos o total de 35 sujeitos como suficiente para os nossos propósitos. Lembramos ainda, que o instrumento baseou-se em questões abertas e portanto, torna-se desnecessário dizer que tal recurso demanda um tempo muito maior, não só para sua execução mas principalmente, para o tratamento do grande volume de informações levantadas.<sup>8</sup>

A **Tabela 1** (p. 135 e 136), contém um resumo dos dados pessoais dos sujeitos entrevistados. Dos 35 informantes, 69% são do sexo masculino e 31% do sexo feminino.

---

<sup>7</sup> O termo “nativo” é empregado neste estudo para designar os moradores entrevistados que nasceram na área da Bacia da Lagoa do Peri ou entorno. Já a expressão “de fora” se aplica àqueles moradores entrevistados provenientes de outros municípios ou estados.

<sup>8</sup> O tempo médio de duração das entrevistas foi de 1:00h para visitantes e fiscais e de 1:30h para moradores.



Tabela 01: Caracterização dos sujeitos entrevistados

Papel social	n.º	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Origem	Observações sobre o sujeito
Moradores "nativos" Sertão do Peri	01	M	81	Analfabeto	Sertão de Baixo	Agricultor aposentado. Reside no local desde que nasceu. Herdou a propriedade dos pais. Morou um ano na Costeira do Ribeirão da Ilha mas não se adaptou.
	02	M	65	Primário	Indaiá	Agricultor e funcionário da prefeitura municipal (manutenção da estrada do Sertão). Veio morar no Sertão de Baixo depois que casou com a informante n.º 4. Herdou a propriedade dos pais. Possui 5 filhos. Ainda confecciona cestaria de bambu e cipó.
	03	M	48	Primário	Sertão de Cima	Agricultor e vigia noturno (Escola Técnica Federal-ETF). Mora no mesmo local desde que nasceu. Possui 6 filhos. Herdou a propriedade dos pais.
Moradores "nativos" restinga	04	F	63	Primário	Peri de Cima	Dona de casa. Esposa do informante n.º 2. Veio morar no Sertão de Baixo depois que casou. Gosta mais do serviço da roça e da lida com os animais.
	05	F	44	Analfabeto	Praia do Saquinho	Dona de casa e artesã (renda de bilro). Veio morar no Sertão de Cima depois que casou. Tem dois filhos. Embora goste do sossego, acha o lugar muito isolado.
	06	M	40	1º grau	Morro das Pedras	Já foi agricultor e atualmente trabalha como vigia (ETF). Veio Morar no Saquinho da Lagoa do Peri (Área de Reserva Biológica) depois que casou, há 21 anos. Tem 3 filhos.
	07	M	30	Analfabeto	Contrato	Pescador da lagoa. Solteiro, veio morar na Rua da Lagoa do Peri depois que o irmão com quem morava se "ajuntou". Reclama insistentemente da proibição da pesca.
	08	M	64	Primário	Praia da Armação	Aposentado. Já trabalhou como agricultor, pedreiro e "embarcado", quando permaneceu por uns três anos no Rio Grande do Sul. Herdou a propriedade do pai. Possui 5 filhos.
Moradores "de fora" restinga	09	M	61	Primário	Contrato	Funcionário da prefeitura (intendência da Armação) e pescador da lagoa. Foi quatro anos pra Palhoça. Retornou em 84 e construiu num terreno às margens da lagoa, doado por um ex-patrão. Teve sua casa demolida em abril de 97. Hoje mora na casa da filha.
	10	M	43	2º grau	Porto Alegre	Motorista de ônibus (desempregado). Mora próximo à rodovia há 12 anos. A casa (em péssimo estado de conservação) foi cedida pelo sogro. Possui três filhos pequenos.
	11	M	34	3º grau	Porto Alegre	Advogado da Polícia Militar. Casado, dois filhos. Mora na beira da praia desde 92. Recebeu dezenas de autos de infração pelas reformas efetuadas na casa.
	12	M	56	2º grau	São José	Motorista aposentado. Divorciado. Construiu próximo à rodovia em 88 e nunca sofreu autuação. Já conhece a Lagoa do Peri há mais de 40 anos. Gosta de pescar na praia.
Moradores "de fora" restinga	13	M	55	3º grau	Centro	Engenheiro civil e militar aposentado. Herdou a propriedade do pai em 75. Possui quatro filhos. Na ocasião da entrevista presidia o conselho de moradores do parque.
	14	M	38	3º grau	Itaporanga	Oceanógrafo e professor universitário. Divorciado. Mora às margens da lagoa desde 86, quando iniciou uma pesquisa em ecologia de lontra. A casa era um antigo engenho.
	15	F	42	2º grau	Porto Alegre	Dona de casa. Optou por morar às margens da lagoa, desde 85, porque buscava um lugar especial onde a filha pudesse crescer. Considera a Lagoa do Peri um paraíso.
	16	F	28	3º grau	Santa Maria	Contadora. Veio morar no local em 95 (Rua da Lagoa do Peri), assim que chegou do RS. Esposa do atual presidente da ASMOPE. Tem muita simpatia pelos nativos.

17	F	44	2º grau	Otacílio Costa	Funcionária pública aposentada. Mora na Armação e no verão vem à lagoa pelo menos 1 vez/semana. Evita frequentar a área junto à sede por causa do intenso movimento.
18	M	37	3º grau	Uruguai	Professor e corretor de imóveis. Mora no Campeche e frequenta à lagoa pelo menos 2-3 vezes/semana. Costuma velejar na lagoa e andar de bicicleta pelas trilhas.
19	F	48	3º grau	Curitiba	Psicóloga. Estava residindo temporariamente com a irmã no Estreito. Na época estava vindo à Lagoa do Peri 2-3 vezes/mês. Gosta muito de nadar. Acha o lugar divino.
20	F	65	Primário	Santo Amaro da Imperatriz	Comerciante aposentada. Reside no Estreito e durante o verão costuma a vir à Lagoa do Peri com os dois filhos (adultos) pelo menos 2 vezes/mês.
21	M	39	2º grau	São Paulo	Letrista desempregado. Reside na Armação e vêm à lagoa pelo menos 3 vezes/ mês.
22	M	41	Primário	Palhoça	Pedreiro. Reside no Canto da Lagoa e costuma a frequentar a Lagoa do Peri pelo menos 1 vez/mês. Adora fazer churrasco e ficar à sombra das árvores.
23	F	42	3º grau	Rio de Janeiro	Formada em Educação Física mas trabalha como designer. Mora na Lagoa da Conceição e frequenta a Lagoa do Peri 3 vezes/mês durante o verão.
24	M	33	3º grau	Porto Alegre	Farmacêutico e enfermeiro. Solteiro. Mora no centro e no verão vem à Lagoa do Peri quase todos os dias. Gosta do local junto à sede porque é mais movimentado.
25	F	42	3º grau	Porto Alegre	Jornalista. Reside no Morro das Pedras. No verão vem à lagoa diariamente por causa dos dois filhos pequenos. Prefere a área junto à sede por causa da infra-estrutura.
26	M	31	1º grau	Praia da Solidão	Artêsão. Paraplégico. Reside na Praia da Solidão e vem à Lagoa do Peri pelo menos 2 vezes/semana. Gosta muito de tomar banho de lagoa por não ter ondas.
27	F	25	1º grau	Saco dos Limões	Dona de casa. Tem uma filha de 3 anos. No verão, vem à Lagoa do Peri de 2-3 vezes/semana. Gosta da área junto à sede por causa da infra-estrutura.
28	F	32	1º grau	Bom Retiro	Dona de casa. Mora no Morro das Pedras há 14 anos e no verão vem diariamente ao local com o filho (adolescente). Frequenta a área junto à sede por hábito.
29	M	29	3º grau	Porto Alegre	Servidor Público. Mora na Armação e vem ao local com o filho de 3 anos e a esposa 2-3 vezes/semana. Gosta da área junto à sede por causa da infra-estrutura de lazer.
30	M	29	2º grau	Canto da Lagoa	Policial Militar. Mora no Canto da Lagoa e vem nos finais de semana à lagoa para cuidar da casa de um amigo. Evita a área junto à sede porque concentra muita gente.
31	M	33	1º grau	Campeche	Era funcionário da SUSP e há 8 anos trabalha no parque como fiscal. Mora no Campeche e no verão vem com a família nos dias de folga para a Lagoa do Peri.
32	M	32	3º grau	Ribeirão da Ilha	Há 7 anos trabalha como fiscal no parque. Mora no Ribeirão da Ilha. Já foi chefe da fiscalização e é militante do PT. Faz sérias críticas ao processo de implantação parque.
33	M	44	2º grau	Armação	Antes trabalhava na parte burocrática e há 11 anos atua como fiscal do meio-ambiente. Mora na Armação. Gosta muito do que faz e do fato de estar ajudando a preservar.
34	M	43	2º grau	Bahia	Atualmente exerce a função de chefe da fiscalização. Mora no Monte Verde e trabalha no parque há 8 anos. Considera o parque como sendo sua casa.
35	M	33	2º grau	Itacorubi	Trabalha como fiscal há 6 anos. Mora na Prainha e no verão costuma a passar os dias de folga com a esposa e a filha de baixo de uma figueira próxima ao Grupo dos 30.

\* Estes números dos informantes acompanham os depoimentos extraídos das entrevistas e empregados na construção dos capítulos 6, 7 e 8.

Do total de moradores, onze residem na área de restinga (quatro são nativos) e cinco no Sertão do Peri.

Os visitantes, como já havíamos indicado, residem em diferentes localidades do município de Florianópolis, predominando aqueles residentes dos distritos de Pântano do Sul e Lagoa da Conceição. Por sua vez, os fiscais abordados também residem no município.

Com relação à faixa etária dos entrevistados, registra-se um predomínio de pessoas entre 25 e 45 anos (71%).

A classificação por nível de escolaridade informa que a maioria (57%) possui 2º ou 3º graus, sendo considerável também, o número de pessoas (aproximadamente 29%) com baixo ou nenhum grau de escolaridade, principalmente entre os moradores (50%).

Em termos ocupacionais, a diversidade é significativa. Dentre os moradores encontramos desde agricultores, pescadores e donas de casa (precisamente 50% do grupo) até contadora, engenheiro, oceanógrafo e advogado. No caso dos “nativos” vinculados à atividades tradicionais (agricultura, pesca), registrou-se uma tendência a associar as mesmas com outra ocupação remunerada (normalmente vigia noturno).

Em relação aos visitantes, como era de se esperar, a heterogeneidade profissional é ainda mais significativa: donas de casa, pedreiro, funcionário público, professor, artesão, *designer*, farmacêutico, jornalista, psicólogo, militar e comerciante aposentada compõe o universo ocupacional dos entrevistados.

Finalmente, dentre o grupo de fiscais do meio ambiente apenas um se diferencia por exercer a função de chefe da fiscalização.

#### 5.3.4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS:

Certos de que uma pesquisa é construída aos poucos e que esse processo não é linear e ascendente, algumas reflexões tornam-se convenientes.

Inicialmente, ao pensarmos sobre a coleta de dados, convém lembrar que uma entrevista é uma forma de comunicação e portanto, não está isolada das condições internas e externas em que o entrevistador e o entrevistado se encontram. O ponto de convergência deve ser o fato de que ambos estão procurando o entendimento e nesse sentido, ambos aprendem, se aborrecem, se divertem e o discurso é modulado por tudo isso (CARDOSO, 1988).

Mas, por serem aspectos da natureza humana, podemos concluir que esses “nós” ou tensões são parte integrante do envolvimento do pesquisador com o seu objeto de estudo. Ainda mais quando se trata de um estudo que sistematiza uma problemática extremamente complexa: a interação homem-ambiente. LAGO (1996, p. 19), permite ampliar essa percepção quando argumenta que “(...), em função das desigualdades, as pessoas que convivem num mesmo espaço, na realidade habitam mundos paralelos em termos de oportunidades, expectativas e valores. A articulação destes universos é tão difícil na análise teórica, quanto é complexa na prática.”

Sabe-se que em estudos desta natureza, comumente não há regras explícitas para conduzir a pesquisa, sendo essencial considerar, como faz LEVINE e THOMAS (*apud* FOWLER e GIURFA 1993), que pelo problema escolhido e pelos métodos usados para resolvê-lo, um pesquisador exibe sua própria personalidade. Assim como o artista, o pesquisador utiliza-se de análise de valores e ela não se restringe ao planejamento da pesquisa, mas perpassa toda a sua condução.

Enquanto as correntes científicas da geografia procuram a objetividade e a imparcialidade da análise, a abordagem humanista está marcada pelo envolvimento do pesquisador com seu objeto. Assim, além de não evitarmos a consideração dos dados subjetivos, temos que assumir a subjetividade como parte da análise, tanto dos sujeitos pesquisados quanto do pesquisador.

Considerando que a presente pesquisa assume o perfil de um estudo de caso, cabe explicitar que não é nossa pretensão generalizar suas análises e conclusões para outras realidades. Esclarecemos ainda, que por razões diversas não se está trabalhando com amostras, isto é, o reduzido número de indivíduos entrevistados em cada grupo não possibilita uma representatividade estatística – mas apenas aproximativa – das características e qualidades que definem a experiência de moradores, visitantes ou fiscais com a paisagem. Logo, a pesquisa não procurou explicações que se comprovassem pela reiteração numérica, ao contrário, sua intenção foi flagrar exemplos de interação e de experiências que pudessem ilustrar a perspectiva dos sujeitos ou grupo.

Referindo-se especificamente à dicotomia “quantitativo/qualitativo”, embora os teóricos que se mobilizam em torno dessa polêmica possam enquadrar este estudo como “qualitativo”, preferimos não assumir ou pelo menos não fazer apologias a esse estereótipo. Primeiro, porque não deixamos de recorrer à procedimentos quantitativos

em nossas análises e, segundo, por entendermos que quantitativo e qualitativo não correspondem a abordagens opostas e inconciliáveis; o desafio está em encontrar seus papéis apropriados na exploração da experiência humana.

Partindo do pressuposto de que tudo que é dito ou escrito pode ser submetido a uma *análise de conteúdo*, declaramos que alguns procedimentos fornecidos por esta técnica – ou melhor, por este conjunto de técnicas empregadas no estudo das “comunicações” – foram utilizadas na sistematização das informações obtidas na pesquisa de campo.

Como já mencionamos, as entrevistas foram gravadas e depois transcritas. Em média, para cada hora de gravação, despendeu-se de sete a oito horas para a transcrição. Após três ou quatro leituras do conjunto das entrevistas, passou-se à releitura(s) de cada uma das questões e à categorização das respectivas respostas dentro de cada grupo de informantes (como exemplo, ver Anexo 2, p. 226). A análise do tema (unidade de significação) proposto por cada questão serviu à contextualização e à construção dos capítulos, seções e itens apresentados a seguir.<sup>9</sup> A fala dos entrevistados foi empregada para ilustrar a análise das diversas categorias e subcategorias.

Com relação às diferenças entre moradores, visitantes e fiscais na forma de perceber e valorizar a paisagem, enfatizamos que é preferível falar em tendências antes de se propor relações rígidas e categóricas entre os grupos. Não podemos nos esquecer de que a expressão verbal por si mesma é uma evidência do que as pessoas pensam e sentem e não uma prova sem controvérsias.

De uma coisa podemos estar certos, a abordagem adotada pela pesquisa é descritiva na medida em que ela visa mais freqüentemente sugerir do que concluir. Além do mais, se em diversas circunstâncias, quando muito, o que se sobressai é a constatação da complexidade e da natureza ambígua das percepções, valores e atitudes em relação à paisagem é porque, num certo sentido, o reconhecimento disso é mais importante do que a retalhação da problemática com o intuito de simplificá-la e resolvê-la.

---

<sup>9</sup> É preciso lembrar que a análise propriamente dita recai sobre as unidades básicas de relevância, denominadas unidades de significação ou de registro. BARDIN (1977), ratifica o “tema” como uma unidade de significação complexa e que pode ser desenvolvida em várias afirmações; sendo uma das unidades de registro mais adequada à análise de entrevistas. A categorização consiste no desmembramento e classificação das unidades de registro, previamente codificadas e interpretadas em suas correspondentes unidades de contexto.

## CAPÍTULO 6

### A VALORAÇÃO UTILITÁRIA

*A geografia é distintamente antropocêntrica no sentido do valor ou uso da terra para o homem. Nós estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como seres humanos porque nós somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos. Desse modo nós selecionamos aquelas qualidades da paisagem que são ou possam ser úteis para nós (SAUER, 1998, p. 29)*

Em termos amplos, são úteis os objetos que satisfazem as necessidades humanas. A utilidade varia na justa medida da necessidade. Especialmente, GOLD & BURGESS citados por BLEY (1996), afirmam que todos buscamos um meio que satisfaça nossas necessidades básicas: abrigo no qual vivemos; locais para lazer; lugares onde possamos trabalhar; locais onde possamos reviver nosso passado, etc. Os indivíduos, não importa sua condição ou papel social, exigem possuir e criar suas próprias paisagens; nesses verbos encontra-se o verdadeiro significado do valor das paisagens.

CHRISTOFOLETTI (1983), também admite que em geral, todos estão à procura de ambientes que satisfaçam as suas necessidades, desde as mais básicas ligadas à sobrevivência até aquelas consideradas supérfluas. Os ambientes escolhidos tornam-se assim, valorizados perante a vivência e o comportamento dos indivíduos e comunidades

Considera-se, portanto, que na experiência utilitária, a paisagem seja valorizada mais pelo uso, sendo que esse significado tende a transcender a idéia de valor de troca ou recurso potencial e incluir tudo que concerne à manutenção de nossas vidas diárias e que tem significância para nós.

No questionário levado à campo, as perguntas iniciais apontam para esta direção e referem-se à categorias como: “significado” (O que significa esta paisagem?), “fisionomia” (Como você descreveria?), “valor afetivo” (Do que você gosta/do que você não gosta?) e “utilidade” (Pra que serve?).

A partir das respostas, cujos conteúdos se interrelacionam e se complementam, buscou-se identificar os aspectos paisagísticos (formas naturais e construídas) e qualitativos (positivos e negativos) significantes (Anexo 2, p. 226). Além da identificação

desses elementos, interessou-nos inferir para que noções espaciais (lugar, paisagem e parque) convergem os relatos dos entrevistados.

No primeiro caso, convém antecipar, que no discurso dos diferentes usuários, as referências às formas ou componentes naturais (lagoa, vegetação, morros, etc.) é quantitativa e qualitativamente mais significativa, o que indica que os atributos naturais – mais do que os construídos – sobressaem-se na percepção, valoração e representação da paisagem da Lagoa do Peri.

No segundo caso, a categoria “lugar” é a que melhor define a experiência dos diferentes sujeitos com o entorno, já que essa interação é interpretada pela satisfação de seus objetivos e necessidades. Em outras palavras, a categoria “paisagem” assume uma posição secundária e complementar, uma vez que os atributos naturais e cênicos tendem a ser enfocados sob um ponto de vista funcional e utilitário.

*A priori*, três perspectivas (tendências) podem ser inferidas dos relatos obtidos: a do morador, que valoriza a paisagem enquanto “habitat”; a do visitante, que a retrata como local de recreação ou “lazer”; e a do fiscal, que tende a enfocá-la como local de trabalho ou “labor”.

Vê-se portanto, que a identidade da paisagem como lugar é colorida pelo papel sociocultural exercido pelo indivíduo ou grupo e isso merece ser detalhado, especialmente a partir dos relatos obtidos à campo, o que esperamos, permita ilustrar como a paisagem é organizada pelos “sentidos” dos personagens que a vivenciam.

## 6.1. A “PAISAGEM COMO HABITAT”

BUTTIMER (1980, p. 178), afirma que habitar implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço, significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos do ambiente, significa construir um lar que é símbolo de um diálogo do indivíduo com as esferas sócio-ecológicas.

Cada pessoa é vista como tendo um lugar “natural” que é considerado o “ponto zero do seu sistema pessoal de referência”. Este lugar natural é colocado dentro de um ambiente estruturado, uma série de lugares que se funde para formar regiões significativas, cada qual com sua estrutura apropriada e orientada para outras regiões. Cada pessoa está

rodeada por “camadas” concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação.

TUAN (1980; 1983), também reconhece que as pessoas tendem a estruturar o espaço com elas no centro e a partir daí, zonas concêntricas (mais ou menos bem definidas) com valores decrescentes. Por sua vez, o lar está no centro desse sistema espacial e o mundo é percebido como movendo-se ao redor da própria moradia.

Nesse sentido, a “paisagem-habitat” constitui-se um horizonte da existência do indivíduo que deve ser explorado e defendido de forma consoante com seus propósitos e necessidades. Tal perspectiva, tende a enfocar o esforço para um relacionamento viável com o entorno. A noção de “paisagem” comentada por duas residentes ilustra esse intento:

Pra mim é as matas, um morro bonito, um lugar de “vargem” bem grande, com aquelas morada toda ali. (04)

É a mata, os animais, os próprios moradores considero ser parte da paisagem... eles fazem parte da lagoa e isso não se pode querer separar (...) eles podem tanto destruir como conservar né! (16)

Em geral, devido à sua imersão cotidiana na paisagem, o morador apresenta percepções, valores e atitudes ambientais mais complexas. Para o morador da Bacia da Lagoa do Peri, a paisagem é enfatizada como habitat, isto é, como território de moradia, convívio social (familiar) e de subsistência – no caso dos moradores nativos.

Ao discorrerem sobre a paisagem ou lugar, os residentes referem-se à uma grande variedade de adjetivações que certificam a qualidade de vida desfrutada, sobressaindo-se:<sup>1</sup>

- ✓ o *sossego*, o silêncio e a tranquilidade, seja porque “ninguém incomoda”, “não passa carro”, porque “a preocupação com os filhos seria maior noutra lugar”;
- ✓ a *qualidade do ar*, principalmente das primeiras horas da manhã;
- ✓ a *beleza* ou maravilha dos cenários;
- ✓ a *subsistência* obtida da exploração de certos recursos;

---

<sup>1</sup> As palavras em itálico representam as categorias utilizadas na tabulação (Anexo 2), e a seqüência, corresponde à frequência (ordem decrescente) com que aparecem nos depoimentos. As expressões entre aspas são dos próprios moradores.



- ✓ a condição de *bom*, comumente estendida à todas as coisas;
- ✓ a *naturalidade* ou o estado preservado da natureza;
- ✓ a condição de *paraíso*, por ser uma “dádiva de Deus”, uma “obra divina”;
- ✓ a *qualidade da água* da lagoa ou das nascentes que servem ao consumo;
- ✓ a *sociabilidade*, decorrente do convívio com parentes, vizinhos e amigos;
- ✓ o estado de *saudável*, por ser “energético”, como “nenhum outro lugar”;
- ✓ a *segurança*, seja porque “não tem ladrão”, porque “a lagoa não é perigosa”;
- ✓ e ainda porque é *tudo* “que se quer” ou “que se precisa pra viver”.

Com relação aos aspectos paisagísticos significantes, observa-se que as referências tendem a extrapolar o âmbito da propriedade ou moradia e incluir os elementos naturais dos cenários à volta, isto, com muito mais frequência e vigor do que os artefatos e infraestrutura. Neste sentido, os habitantes – principalmente da restinga – destacam:

- ✓ a *lagoa*, por sua beleza e singularidade, qualidade da água, pela segurança e tranqüilidade que oferece ao banho e enquanto fonte de subsistência (peixe);
- ✓ a *vegetação*, pelos seus atributos estéticos (“verde”, “mata fechada”), por seu papel na qualidade de vida, do ar e como fonte energética (“lenha”);
- ✓ a *fauna*, lembrada especialmente por causa do canto dos pássaros;
- ✓ os *morros* ou montanhas pela forma e beleza;
- ✓ o *mar*, pela beleza e diversidade que confere ao ambiente;
- ✓ as *cachoeiras*, indicadas pela “pureza da água” e beleza;
- ✓ as *pedras* às margens da lagoa (Pedra do Oratório, Pedra da Tartaruga).

Interessa-nos observar, que no discurso dos moradores, as adjetivações (sossego, qualidade do ar, etc.) aparecem com muito mais frequência do que as formas paisagísticas significantes. Esta desproporção, sugere que o sentido da paisagem extrapola a dimensão meramente visual e nutre-se de sensações motivadas por desejos e necessidades muito mais complexos, que vão se consolidando ao longo dos anos.

Temos que considerar, portanto, que o sentido da “paisagem-habitat” para o morador nativo assume uma profundidade muito maior, seja porque é o lugar onde nasceu, seja porque é onde obtém parte de sua subsistência:

Aqui pra mim... eu acho bom né. Nasci aqui, toda vida me criei aqui e inda tô aqui. Quer plantar um pé de qualquer coisa, tem onde plantar, criar uma galinha, uma vaquinha,

qualquer coisa né... antigamente aqui só se vivia da lavoura de cana, de milho, de farinha de mandioca... tudo! (01)

Ao mesmo tempo que aponta para a decadência das formas tradicionais de subsistência, o depoimento ilustra a simbiose entre trabalho e modo de vida, fornecendo os indícios do papel da “paisagem-habitat” enquanto provedora dos recursos materiais (subsistência), sociais e simbólicos da existência. Tais vínculos acabam engendrando um profundo apego pelo lugar:

Pra mim?... isso aqui é “ouro” pra mim! Pra sair daqui só quando eu morrer, mas enquanto eu tiver sobre a terra tá bom (...) Eu andei três anos pelo Rio Grande, vi muito lugar, mas sempre com pensão aqui... eu vivi aqui desde pequeno e deixei o umbigo aqui dentro! A beleza desse lugar tá nisso, aonde a gente anda, em tudo, mas a gente lembra da onde nasce, da onde se criou. (08)

TUAN (1980), considera que este tipo de topofilia está formada da intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança.<sup>2</sup> Assim, a natureza forma parte destas pessoas e embora a apreciação estética esteja presente, raramente é expressada. Daí o fato dos moradores nativos não indicarem em suas respostas sobre o “significado” da paisagem, nenhuma forma natural, sendo que um deles até ressalta:

O lugar aqui não é bonito não, é de serventia né. (01)

Por vezes, como no caso dos habitantes do Sertão do Peri, a admiração se volta às formas decorrentes da intervenção humana na paisagem:

Já me agrada ver uma roça bem cuidada, grande... o gado no pasto. (01)

---

<sup>2</sup> Para o autor, os músculos e as cicatrizes do trabalhador rural testemunham a intimidade física do contato, o que nos obriga a comentar sobre o vídeo-teipe “A visita”, produzido por uma aluna do curso de Jornalismo da UFSC e que tem como tema o modo de vida dos moradores do Sertão do Peri. Nas cenas de abertura desse trabalho, a imagem dos sulcos de erosão da estrada que leva ao Sertão do Peri, é intercalada e ou sobreposta às cenas dos rostos enrugados e coberto de cicatrizes de alguns idosos daquela comunidade. Com isso, a autora ilustra de forma muito própria e sensível, a intimidade física homem-ambiente.

Como era de se esperar, a valorização da terra ancestral é uma marca do discurso dos nativos que habitam o Parque. A melhor ilustração desse fato, surgiu de um momento único, onde foi solicitado à uma moradora que ela fechasse os olhos e dissesse o que estava “vendo” do lugar:

O tempo dos meus pais “vivos”, aqueles engenho tocando, as roça de café, do que a gente já passou, lutou... da infância. A gente tinha força pra tudo! (04)

Um outro relato, sobre um fato aparentemente insignificante, sugere a força da familiaridade na identidade do lugar.

Eu não gosto que chame de Sertão do Peri porque isso é apelido que foi botado! Porque nunca foi, porque todo documento tá assinado como Barreiro do Ribeirão da Ilha. Esse apelido ficou depois que botaram a escola... Errado! Onde não mora ninguém é sertão e aqui mora um monte de gente! Coisa estranha um lugar ter dois nome [...] o lugar ficou no mesmo lugar como é que vai mudar de nome? [...] Agora há poucos dias teve um cara que perguntou: - Como é o nome desse lugar? É Barreiro do Ribeirão da Ilha! – Como é que todo mundo chama de Sertão? Chama de Sertão de burro que são, falei. (02)

Indubitavelmente, a consciência do passado é um ingrediente importante do elo afetivo pelo lugar. Certamente que para os moradores “de fora” o sentido da “paisagem-habitat” não apresenta os mesmos vínculos existenciais e históricos – pelo menos não na mesma intensidade – entretanto, está imbuído de uma afetividade que identifica o lugar como essencial e que também evolui ao longo do tempo:

Significa tudo! Só morando aqui pra entender... pra aprender a respeitar o lugar [...] Quando eu cheguei aqui, eu não me dei conta... me dei conta que era um paraíso, mas não da sorte que eu tava tendo de morar aqui [...] A paisagem pra nós aqui é tudo por causa da alta qualidade de vida que ela representa (15)

Para tais moradores, a apreciação estética da paisagem tem um peso maior e por isso, tendem a incluir nas respostas sobre seu “significado”, categorias como *beleza* e *naturalidade*.

Essa paisagem significa muito pra mim, ela é bela... é um ambiente ainda em estágio bem natural, tem uma lagoa especial, uma parte de Mata Atlântica que tá preservada... um ambiente assim meio mágico. (14)

De um modo geral, ao descreverem a paisagem (“fisionomia”), os moradores da restinga têm como foco a lagoa, que é com frequência, mencionada juntamente com o mar – o que reforça a dominância do componente água na representação espacial.

Primeiro, eu ia dizer que o mar tá na frente e a lagoa tá atrás [...] é um lugar bonito, aberto, com um ar livre... o cara fica até no silêncio [...] A lagoa é bonita, tem os morro pra parte de lá, onde também tem as cachoeira. Ah! Coisa linda! A gente é que não acha tão bonito porque mora aqui, mas pra quem chega de fora, inda mais bonito é. (08)

Neste caso, o entrevistado chama a atenção para o fato de que a observação diária e contínua tende a dispensar, ou pelo menos amenizar, o impacto da qualidade visual da paisagem. Isto é ainda mais evidente nos relatos dos habitantes do Sertão do Peri, onde a dimensão funcional (deslocamento, subsistência) norteia a descrição:

Pra chegar, tem que subir o morro e depois descer... tem saída tanto pra Armação como pro Ribeirão [...] hoje tem estrada e tem luz... não tem nome, não tem numbro, não tem nada, é rua geral... as águas são boa e é lugar de lavoura. A situação aqui já foi mais difícil, as estradas eram pior! Pra carregar o morto tinha que ser no bambú, pela mão dos outros. Hoje, o carro chega na porta! (02)<sup>3</sup>

A densidade do significado dos morros e principalmente da estrada na caracterização do cenário vivido pelos moradores do Sertão justifica-se pelo relativo isolamento em que vivem. Por outro lado, é curioso observar como a familiaridade com o lugar acaba engendrando a aceitação dos inconvenientes e dificuldades. Aliás, essa é uma condição indispensável da afeição pelo lugar dos moradores de uma maneira geral.

As ocupações ou atividades que os moradores disseram gostar, estão intimamente associadas à perspectiva da paisagem-habitat: a maioria indicou a preferência por afazeres como cuidar do jardim, da horta e por serviços de manutenção doméstica. No caso dos habitantes vinculados à atividades de subsistência, as declarações incluem o cultivo da terra, a lida com os animais e a pesca – para aqueles que moram próximo à lagoa. Nesse caso, percebe-se o quanto a interação com o entorno é cadenciada pelos ritmos cotidianos:

---

<sup>3</sup> Embora alguns pontos do alto da bacia descortinem vistas panorâmicas belíssimas, cuja dominância é compartilhada entre a lagoa e o mar, convém ressaltar que os habitantes do Sertão não fazem nenhuma referência a estes componentes em suas respostas.

O que me agrada mesmo... é tratar dos meus animalzinho. Alevanto de manhã, faço o meu café, tomo o meu café e vou pra lagoinha amarrá os meus boizinho. Apanho um braçado de capim pra noite eles comer. Depois volto em casa, vou arrumar uma coisa, vou capinar um pouquinho... já vou fazer outra coisa. (08)

Para alguns moradores da restinga, especialmente para os “de fora”, dentre as formas de interação que extrapolam o âmbito do habitat, destacam-se: caminhar (às margens da lagoa e ao longo da rodovia) e contemplar a paisagem.

É curioso observar que da “utilidade” conferida à paisagem, além dos usos para moradia, subsistência e preservação, os moradores dão pouca ênfase a questão do lazer, talvez porque a dicotomia entre local de moradia e local de lazer seja muito tênue.

A paisagem pra nós é tudo [...] aqui a qualidade de vida é excepcional! Morando aqui não há necessidade de sair pra outros lugares, de ir à praia, nós aqui já vivemos num paraíso. Lógico que a gente sai e até gosta, mas não se tem aquela necessidade psicológica da pessoa que mora espremida num apartamento. (13)

Neste caso, como faz TUAN (1983), admite-se que a satisfação seja um sentimento cálido positivo que é melhor descrito como uma falta de curiosidade com o mundo lá fora e como ausência de vontade de mudar de cenário.

Discorrendo sobre o que mais sentiriam falta caso tivessem que se mudar do local, os moradores ratificam o valor da paisagem como um lugar único e “insubstituível”, além de especificarem elementos naturais (*lagoa, ar, mata, água de beber, pássaros, mar*) e qualidades (*sossego, subsistência, sociabilidade*) que são essenciais à vida cotidiana e que justificam o apego ao lugar. Sendo que alguns resumem suas respostas à expressão: “nem é bom pensar!”

Entretanto, o mundo vivido é multifacetado e a geograficidade dos moradores inclui não somente experiências aprazíveis em relação à paisagem, mas também, respostas depreciativas e negativas.

Ao se posicionarem sobre o que não gostam na paisagem, os habitantes destacam tanto aspectos paisagísticos como problemas específicos. No primeiro caso, evidencia-se que esse descontentamento recai basicamente sobre algumas *edificações*, apenas a categoria *morro* – enquanto obstáculo ao deslocamento dos moradores do Sertão – refere-se ao

quadro natural.<sup>4</sup> Dos artefatos considerados como depreciativos do valor da paisagem, alguns dos habitantes denunciaram a ETA e a sede administrativa do Parque:

Aquilo lá que eles tão fazendo, pra nós é coisa danosa, pois eles estão destruindo... já construíram a sede deles, agora é a barragem da CASAN. Daqui à pouco vai ser um prédio pra administração da barragem, outro pra alojamento do pessoal que trabalha. Eles tão vindo de lá para cá, como uma retroescavadeira, tirando tudo que encontram pela frente. (10)

Dentre os problemas levantados, especialmente pelos moradores da Área de Lazer, sobressaem-se: as *coerções* sobre o uso dos recursos (desmatamento, coivara, retirada de lenha, pesca, ameaças de expropriação) e do patrimônio imobiliário (construção e reformas); a *visitação* excessiva e descontrolada; a *fiscalização*, precisamente em relação ao despreparo dos fiscais; a *caça* e a *pesca* praticada por pessoas de outras localidades.

Convém ressaltar que boa parte destes aspectos negativos foram mencionados pelos moradores já nos relatos sobre o “significado” e a “fisionomia” da paisagem – antes mesmo de se ter perguntado especificamente à respeito do que não gostam. Aliás, nestes momentos iniciais da entrevista os moradores foram os responsáveis pela quase totalidade dos registros depreciativos, isto de forma ambivalente, ou seja, ao mesmo tempo que enunciavam as qualidades positivas do lugar.

A dimensão que esta ambivalência e o embate com o Parque assume no discurso destes informantes será detalhada posteriormente. Por enquanto, as idéias expostas até aqui já permitem considerar que devido ao contato mais diverso, íntimo e prolongado com a paisagem o morador descobre nela uma maior variedade de significados, o que explica, como já mencionamos, a maior diversidade e quantidade de adjetivos relacionados; muitos dos quais passam despercebidos num contato mais esporádico e específico com o entorno.

---

<sup>4</sup> Uma outra prova de que a familiaridade com o lugar engendra a aceitação de seus inconvenientes, reside no fato dos moradores do Sertão não indicarem o incômodo causado pelo excesso de “borrachudos”. Quando indagada à esse respeito, uma moradora respondeu: “É, gostar a gente não gosta né... sei bem que a gente já tá acostumado e depois se a gente ficar trabalhando eles não incomodam não.”

## 6.2. A "PAISAGEM COMO LAZER"

O valor recreativo de uma paisagem refere-se ao grau em que ela é usufruída em circunstâncias de folga ou ócio. Esse valor evolui no tempo, não só em função dos elementos de atração, como também, pelas mudanças de gosto e de práticas recreativas. No contexto atual, as paisagens que oferecem uma natureza relativamente intacta, ar puro e silêncio, tendem a exercer uma forte atração (BLEY, 1990).

Na condição de usuário eventual, o visitante tende a focalizar de maneira diferenciada o meio ambiente. Inicialmente, a partir das idéias de TUAN (1980), podemos dizer que a percepção do visitante (e especialmente a do turista) freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros e nesse sentido, seu ponto de vista é mais estético que o do morador. A noção de paisagem comentada por uma entrevistada permite ilustrar essa perspectiva:

É algo que a gente tá "fotografando" constantemente [...] é uma composição de elementos, harmônicos entre si, dando uma noção de todo... O que eu mais gosto é de uma paisagem onde prepondera os elementos naturais. (17)

Nos relatos em torno do "significado" da paisagem, os visitantes tendem a identificar a paisagem como um lugar onde as suas necessidades de lazer em nível de ócio, descanso e recreação são atendidas:

A lagoa pra mim é um local de silêncio... de repouso [...] Isso aqui é muito importante pra nós, pra nossa saúde, pro nosso bem estar... é um desses lugares lindos, preservados e que você pode estar em paz com a natureza. (27)

Alguns entrevistados deixam ainda mais claro que tais necessidades se revestem com o intento de integrar-se ou de estar em harmonia com a natureza:

Realmente, pra mim é um prazer muito grande vir pra Lagoa do Peri e me perder por aqui... me dissolver... de certa forma me integrar a tudo isso, tentar pelo menos, e dizer que eu sou parte da natureza. (18)

Tal busca pela natureza, é comumente retratada como algo decorrente do modo de vida urbano, uma tentativa de afastamento do cotidiano;<sup>5</sup> daí a paisagem da Lagoa do Peri servir a esse propósito:

A princípio, um distanciamento do urbano, do asfalto, dos edifícios... uma fuga da urbanização... é bom se isolar do mundo num lugar maravilhoso como esse. Essa tranquilidade, essa paz... traz até uma segurança de que ainda existem muitos lugares que o homem não conseguiu tocar, destruir. (29).

Essa paisagem pra mim é uma cura, ela é muito benéfica... Sempre que estou com muitos problemas no trabalho eu me alivio aqui! (21)

Para estes sujeitos, a “paisagem-lazer” proporciona o descanso e a reparação das forças físicas e psíquicas que o “dia-a-dia”, o trabalho, a família e a cidade esgotaram. Observa-se assim, que a possibilidade de sair (escapar) e de relaxar em uma condição sentida como “anticotidiano” coloca a paisagem – enquanto local de lazer – como um recurso essencial à reconstituição da existência humana (lazer escapista).<sup>6</sup>

Se por um lado há os que enfatizam o estado preservado ou “selvagem” da paisagem como essencial, por outro, há os que partilham essa valorização com a infraestrutura de lazer existente junto à sede administrativa:

É um lugar natural, um lugar tranquilo, não é perigoso pras crianças e tem muita sombra. Outra coisa boa que fizeram foi essas churrasqueiras, as mesas... se a criança sai da água têm um parquinho pra brincar... (22).

Certamente que as formas naturais e estéticas têm muito mais peso na caracterização da paisagem do que as construídas, sobressaindo-se:

- ✓ a lagoa, por sua água doce, tépida e de excelente qualidade, pela segurança (águas mansas e rasas) que oferece ao banho, especialmente de crianças, por sua beleza e extensão e pelo fácil acesso e proximidade com o mar;

---

<sup>5</sup> Para THOMAS (1996, p. 317): “[...] a atração da natureza selvagem pode sempre ser reconhecida como uma emoção essencialmente anti-social.”

<sup>6</sup> Segundo KRIPPENDORF (1989, P. 28), o ciclo da reconstituição do ser humano na sociedade urbano-industrial tem como ponto de partida o homem e as esferas da existência que representam o universo cotidiano: trabalho-moradia-lazer. Para o autor, o lazer implica comumente numa “evasão” que é marcada por influências e motivações específicas; que tendem a constituir um outro pólo: o anticotidiano.



- ✓ a *vegetação*, pela qualidade visual conferida ao cenário e principalmente pela sombra que proporciona durante os horários de insolação intensa (“clareiras”);
- ✓ os *morros*, pelas formas variadas e beleza que confere à paisagem.

Além destas referências mais significativas, os informantes efetuaram algumas indicações específicas sobre o *mar* e a *praia*, a *fauna* (aves e peixes) e as *cachoeiras*.

Em função de seu papel central no lazer e na recreação, a lagoa torna-se o centro de gravidade da descrição da paisagem (“fisionomia”) – muito mais que no caso dos moradores da restinga:

Eu diria que tem uma das maiores lagoas de água doce que eu conheço. Toda cercada de verde, de montanhas... onde muitas pessoas vão, nos finais de semana, fugir da vida agitada, recompor suas energias. Diria também que a lagoa é tranqüila, não oferece perigo, que as crianças podem brincar com segurança e que fica próxima da praia e do mar... Ah! Esse verde e esse silêncio, é como se tudo parasse quando eu chego aqui. (17)

Se para alguns, a proximidade com o mar é valorizada justamente por não ter “nada melhor para tirar o sal do corpo do que um banho de água doce depois da praia”, para outros, a lagoa é valorizada por se constituir numa alternativa à praia:

Aqui é mais tranqüilo, não tem o barulho do mar e a água é doce... eu não gosto de mar, te arde muito a pele, te deixa agoniada... (28)

Por compartilharem a dominância do arranjo paisagístico, a *vegetação* e os *morros* tendem a ser referenciadas pelos visitantes como aquilo que “circunda” a lagoa – o que ratifica a centralidade desse componente na percepção espacial destes informantes.<sup>7</sup>

Têm essa lagoa de água doce com esses morros e bastante mato em volta... e isso é muito bom por causa da sombra... onde tem essas árvores por perto, eu gosto de ficar à sombra delas. Aliás, a sombra de uma árvore vai ser sempre a sombra de uma árvore. (20)

---

<sup>7</sup> TUAN (1983, p. 134), afirma que: “[...] o espaço visual tende a ser centralizado e estruturado ao redor de um objeto ou uma sucessão de objetos [...]” Além disso, convém considerar o fato do visitante se impressionar mais facilmente com os atributos visuais da paisagem e o fato das entrevistas com esse grupo terem sido executadas às margens da lagoa.

Pelos relatos apresentados até aqui e, principalmente, levando em conta a perspectiva da “paisagem-lazer”, não há nada de surpreendente na constatação de que dentre as adjetivações empregadas pelos visitantes para caracterizá-la, sobressaem-se:

- ✓ *sossego*, o silêncio, a paz e a tranqüilidade proporcionada pelo cenário, por ser um “local de repouso”, “próprio pra relaxar” e “recompor as energias”;
- ✓ a *beleza* da natureza, “dessa vista maravilhosa”;
- ✓ a *segurança*, pois “não é perigoso pras crianças”, “não tem ondas”;
- ✓ a condição de *sombreado*, devido a “essas árvores da beira da lagoa”;
- ✓ a *naturalidade*, por causa da “mata nativa”, “intacta”, “fechada”, da “floresta densa” e da “integração da flora e da fauna”;
- ✓ a *qualidade da água*, por ser “limpa”, “doce” e tépida;
- ✓ a *harmonia*, devido à diversidade e equilíbrio do arranjo paisagístico, “combinados como numa obra de arte”;<sup>8</sup>
- ✓ a condição de *paraíso*, pois é “uma obra divina e perfeita”;
- ✓ o caráter de *bom*, pois têm churrasqueiras, “parquinho”, estacionamento.

Se por um lado, de acordo com o que sugerimos inicialmente, a avaliação do visitante tende a ser mais estética do que a do morador, por outro, a diversidade de qualidades enunciadas acima aponta para a importância que a interação tátil-cinestésica assume na representação da “paisagem-lazer”.

Os afazeres que os visitantes disseram gostar referem-se justamente àqueles condicionados por suas necessidades de lazer e entretenimento: descansar à sombra das árvores, tomar banho de lagoa, contemplar a vista, fazer um churrasco, tomar banho de sol, caminhar às margens da lagoa, etc.

O que eu mais gosto é da própria lagoa, desses morros com essa mata intacta... de ficar sentada debaixo da sombra, de ir até a água, tomar um banho... De ficar quieta olhando as montanhas, a água... de olhar ao longe a linha d'água... Gosto mesmo é dessa paisagem em “repouso”, em harmonia. (20)

Eu gosto da água da lagoa, dos morros, de fazer um churrasquinho, de ficar deitado nessa rede à sombra e de vez em quando tomar um banho. Aliás, o bom daqui é que a gente tem liberdade pra fazer churrasco, coisa que não se faz em qualquer lugar. (22)

---

<sup>8</sup> Observe-se que apenas os visitantes mencionam a categoria “harmonia”, o que reforça a tese de que sua avaliação é muito mais estética (superficial) que a dos moradores. Da mesma forma que tendem a se referir à vegetação como nativa e intacta, noção essa, raramente expressa pelos moradores (nativos) ou fiscais.

Alguns sujeitos ampliam esta experiência de lazer, ao revelarem um dos sentimentos que melhor caracterizam o enquadramento da paisagem como lugar: o de abrigo ou proteção.

Gosto muito dessa qualidade de abrigo que a lagoa oferece. Nesse momento eu me sinto acolhida pela natureza, por essas árvores, montanhas... eu tenho até a impressão que seria possível passar dias aqui e até mesmo morar aqui sem muitos artificios. (19)

Tais percepções nos fazem retomar a idéia de que a experiência com o ambiente natural ajuda-nos a reconsiderar parte de nosso primitivismo, revelando potencialidades mantidas latentes pelas forças socioculturais. Admite-se, portanto, que a experiência do visitante é capaz de apreender sensações sobre a paisagem que parecem invisíveis para o sujeito muito familiarizado com o entorno. É com essa perspectiva, motivada pelo assombro diante do novo e do inusitado que o ponto de vista do visitante é particularmente fascinante.

Por outro lado, que aspectos tendem a incidir negativamente sobre a experiência com a paisagem? Para os visitantes entrevistados, entre os elementos detratores, destacam-se: o lixo jogado no chão, a precariedade da *infra-estrutura de lazer* (falta ou cobrança do estacionamento, manutenção do *playground*, banheiro pequeno), algumas *edificações* (ETA, sede administrativa), e o número excessivo de visitantes. Não obstante, é significativo o número de sujeitos que dizem não haver problema algum, o que é entendido quando se considera o contato esporádico, localizado e específico do visitante com aquela realidade.

Interessa-nos observar que essa forma de contato decorrente de seu papel social, tende a condicionar também a percepção acerca das possibilidades de uso da paisagem: ao responderem especificamente sobre a utilidade da paisagem, os visitantes reconhecem basicamente o fim praticado, isto é, o *lazer*. Apesar de indicarem que serve também para *preservação*, dão a entender que tal finalidade torna-se indispensável à manutenção das qualidades recreativas do lugar. Um ou outro visitante enfatizou o potencial do ecossistema para a *educação ambiental e pesquisa científica*.

Referindo-se ao que mais sentiriam falta, caso não pudessem mais visitar a área, os informantes restringiram suas indicações ao lugar e à paisagem, sendo que alguns

chamam a atenção para o fato de que buscariam um lugar semelhante para compensar tal impossibilidade:

Acho que se eu não pudesse mais vir aqui eu iria procurar um outro lugar que tivesse essas qualidades também... isso de ser selvagem. (19)

### 6.3. A “PAISAGEM COMO LABOR”

Por desempenharem papéis socioculturais distintos, a interação dos fiscais com a paisagem pressupõe uma perspectiva diferenciada. Sendo o local de desempenho de suas funções e atividades profissionais, a identidade da paisagem tende a estar vinculada à existência do Parque, à concepção de uma reserva que está sob sua responsabilidade e que, na opinião de alguns, deve servir às gerações futuras:

[...] essa paisagem é o meu trabalho... aqui eu tenho que fazer pra não deixar destruir toda essa natureza [...] eu tenho o maior prazer em preservá-la, porque ela vai servir muito pra mim, pra minha filha e para as gerações futuras né. (32)

Pra mim tem um grande significado como área de conservação, é um paraíso, um patrimônio natural... por isso é importante preservar a Lagoa do Peri para as gerações futuras [...] como pessoa e como fiscal significa que tem uma boa parte da minha vida aqui dentro, de trabalho... (34)

Nas referências à paisagem efetuada pelos fiscais, evidencia-se que as formas paisagísticas naturais predominam – mais do que nos relatos dos moradores e visitantes – em relação aos aspectos qualitativos, destacando-se:

- ✓ a *lagoa* por sua beleza, pela água doce e limpa, porque “é o maior manancial de água da ilha”;
- ✓ a *vegetação*, por sua diversidade, pela qualidade do ar e sombra que oferece, porque é o “pulmão do sul da ilha”;
- ✓ a *fauna*, pela beleza e diversidade de aves e peixes;
- ✓ as *pedras* existentes às margens da lagoa (Pedra do Oratório e Pedra Branca), por serem bonitas e porque são pontos de referência à navegação;

✓ e as *cachoeiras*, por sua beleza e qualidade da água.<sup>9</sup>

Já com relação às qualificações atribuídas à paisagem, apenas as categorias *beleza* e *naturalidade* aparecem como significativas. De uma forma ou de outra, ambas as noções convergem para a apreciação estética da paisagem.

Ao exporem sobre a “fisionomia” da paisagem, chama a atenção o fato de que alguns fiscais descrevem-na como um conjunto, empregando certos conceitos ou elementos instituídos (dispositivos legais, concepção de parque, zoneamento), enquanto outros, fazem uma espécie de inventário e retratam de forma isolada tanto os atributos naturais e recreativos como as restrições de uso.

Eu descreveria de acordo com o que nos fala a lei 1828/81, sobre a divisão de áreas da Lagoa do Peri: a Área de Lazer é a área que tá situada entre a área de marinha e a orla da lagoa; teríamos a Paisagem Cultural, que é a área onde são realizados os assentamentos; e a Área de Reserva Biológica, que é a área destinada a estudos e pesquisas. Simplificando essas coisas seria dessa maneira, com base no zoneamento do solo da Lagoa do Peri! (33)

Na minha opinião é um dos lugares mais bonitos que tem aqui na ilha, aonde tem uma flora e uma fauna rica, uma lagoa também... a mata da Área de Reserva Biológica é de difícil acesso. A água não é salobra, é limpa. Tem várias cachoeiras, tem vários tipos de peixe na lagoa... a lagoa é perigosa, tem que ter cuidado. Aliás, as pessoas que virem para cá têm que se adaptar às regras do Parque... não podem fazer o que querem... Porque tem que preservar e se tiverem a fim de conhecer a gente tem o maior prazer de levar, principalmente em grupo né. (32)

Se no primeiro relato, observa-se o peso da dimensão institucionalizada sobre a representação da paisagem, no segundo, tem-se ilustrado o quanto o conhecimento mais detalhado da área enriquece a sua representação. Dos sujeitos entrevistados, os fiscais foram os que fizeram maior número de referências à formas naturais (lagoa, vegetação, fauna, pedras, cachoeira, mar). É sobre esses elementos que recai o valor afetivo atribuído à paisagem e nesse sentido, a Área de Reserva Biológica assume um significado especial:

A riqueza da lagoa está toda ali, na Área de Reserva Biológica... eu sempre defendi a parte da reserva, a vegetação, tudo que se encontra ali, o tucano, a aracuã, o macuco, o quati, o tatu, o macaco prego... (33)

---

<sup>9</sup> Torna-se curioso observar ainda, que houve apenas uma referência específica aos *morros*; talvez porque o relevo acidentado – assim como para os moradores do Sertão do Peri – se apresente como um obstáculo ao necessário deslocamento (à pé) pela paisagem.

Ao falar das atividades mais apazíveis, os informantes traduzem o gosto por executar o que é ao mesmo tempo seu trabalho: caminhar pela área. De uma forma ou de outra, se identificam por “só fazerem aquilo que gostam”. Um outro relato permite ampliar essa dupla função da paisagem como lugar do trabalho e de lazer:

Tem dia de folga que eu passo o dia inteiro aqui. No verão, costumo trazer a família e passamos o dia em baixo da figueira próxima ao Clube dos Trinta. (35)

Por outro lado, torna-se curioso atentar para o fato de que dentre os aspectos qualitativos explicitados pelos fiscais (*beleza, preservação, qualidade do ar e da água, segurança, sombreado, sociabilidade, paraíso, segurança*) a categoria *sossego* – predominante nas respostas dos moradores e visitantes – praticamente não foi mencionada. Talvez porque além dos problemas e conflitos enfrentados de vez em quando, o ato de fiscalizar ou vigiar seja motivado por processos mentais e emocionais mais próximos do receio e da aflição.

Para os fiscais entrevistados, dentre os elementos que mais depreciam ou prejudicam a paisagem encontram-se os problemas decorrentes do uso e apropriação indevida pelos moradores e visitantes: a *visitação* excessiva e desordenada, as *construções residenciais* ilegais, a *caça* e de *pesca* irregulares, o *lixo* e o fogo.

Se de um lado, o processo de construir ilegalmente está sob controle, de outro, a visitação e os problemas decorrentes dessa atividade vem se intensificando temporada após temporada. Daí, a preocupação subjacente ao comentário sobre aqueles finais de semana mais movimentados:

Ah! O maior problema é no verão mesmo. Quando chega o final de semana e dá todo esse povo... chega a dá uma coisa na barriga. É problema com lixo, com fogo nessa orla... aí a gente aconselha pra trazer uma churrasqueira portátil... mas algumas pessoas não querem nem saber, lá pela tarde já tão tomados, já não respeitam mais... (31)

Apesar de ser uma das unidades de conservação com mais problemas, os fiscais expressam de forma veemente sua preferência pela Lagoa do Peri. Quando colocados diante da hipótese de que se tivessem que trabalhar noutra local do que mais sentiriam falta, referem-se: à natureza e ao ar puro. Alguns, sugerem uma alternativa que viria a compensar tal perda:

Se eu tivesse que sair e pedissem pra mim escolher outro lugar, eu ia pedir a Lagoinha do Leste. (31)

Ao se posicionarem especificamente sobre a “utilidade” da paisagem, os fiscais reconhecem principalmente a *preservação* e o *lazer*, sendo que alguns fizeram referência aos usos para *pesquisa* e como *manancial de água* para as populações do sul da ilha. É curioso notar que não há nenhuma referência ao uso para *moradia*, nem mesmo no sentido de reconhecer o direito daquelas pessoas que já residem no Parque.

Resumindo as questões analisadas neste capítulo, pode-se considerar que na experiência utilitária a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri é valorizada pela sua capacidade em atender às necessidades humanas cotidianas e ou eventuais. Sobretudo, o valor atribuído à paisagem como lugar é condicionado pelo papel social exercido pelos usuários.

A “paisagem-habitat” representa a perspectiva do morador e reflete o esforço para um relacionamento viável com o meio ambiente, o que leva alguns informantes a enfatizarem que “o morador também faz parte da paisagem”. A grande variedade de adjetivações (sossego, qualidade do ar, beleza, subsistência, etc.) atribuídas à paisagem certificam direta ou indiretamente a qualidade de vida desfrutada. Tais referências são quantitativamente superiores ao número de indicações de aspectos paisagísticos (naturais e construídos), o que denota que o sentido de paisagem inclui desejos e necessidades muito mais complexos e que vão se consolidando ao longo dos anos. Convém lembrar que o sentido de “paisagem-habitat” assume uma profundidade ainda maior na experiência dos moradores “nativos” por se tratar da terra ancestral, do lugar onde nasceram e de onde ainda retiram parte de sua subsistência; tais elementos engendram afeição e um profundo apego pelo lugar. Obviamente, que estes vínculos históricos e existenciais não têm a mesma intensidade na experiência de paisagem dos moradores “de fora”; também imbuída de uma afetividade que evolui com o passar do tempo, as respostas ambientais desses residentes tendem a expressar com mais facilidade a apreciação estética e ecológica da paisagem.

Na condição de usuário eventual, o visitante tende a identificar a paisagem como um lugar onde suas necessidades de lazer em nível de ócio, descanso e recreação são atendidas. Enquanto para o morador, a paisagem é *constitutiva* da realidade cotidiana (lar, família, subsistência), para o visitante, ela é um recurso à *reconstituição* da existência. Vivida como o anticotidiano, a “paisagem-lazer” proporciona a reparação das forças psicofísicas que o dia-a-dia da cidade, o trabalho e a família esgotaram. Dado o contato mais

esporádico, localizado e específico com o ambiente, entende-se o porque da experiência do visitante ser caracterizada por adjetivações (sossego, beleza, segurança, sombreado, etc.) que se referem exclusivamente aos atributos recreativos e estéticos da paisagem. Assim como, o fato de suas respostas quase não conterem elementos negativos e ambíguos. Se de um lado, o número de aspectos qualitativos e paisagísticos se equivalem (naturais e construídos), de outro, a variedade e quantidade de adjetivos – embora bem menores do que nos registros dos moradores – mencionados por estes usuários apontam para o papel da interação tátil-cinestésica sobre a experiência da “paisagem-lazer”.

Sendo o local de seu exercício profissional, a identidade da paisagem para os fiscais tende a estar vinculada à existência do Parque, isto é, à concepção de uma reserva sob sua responsabilidade e que deverá servir às gerações futuras. Devido ao conhecimento detalhado da área, evidencia-se que nas referências sobre a “paisagem-labor”, as formas naturais paisagísticas predominam sobre as qualificações, que por sua vez, tendem a convergir para a apreciação estética da paisagem (beleza e naturalidade). Além disso, um outro ponto que sugere uma diferenciação em relação àquelas perspectivas encontradas entre moradores e visitantes, refere-se à ausência da categoria *sossego*, haja vista os estados de aflição e receio que permeiam o ato de fiscalizar.

Acerca da fisionomia da paisagem, sabendo que se os aspectos paisagísticos naturais (lagoa, vegetação, morros, etc.) são percebidos com mais vigor e têm mais significância nas respostas dos usuários do que as estruturas artificiais, temos de citar também que a lagoa é o elemento em torno do qual a representação espacial se estrutura, principalmente no caso dos visitantes e moradores da área de restinga.

As formas de interação com a paisagem que os diferentes usuários disseram gostar, referem-se, justamente, àquelas determinadas por seus papéis sociais: tendo o lar como ponto focal de sua referência espacial, não é de se surpreender que os moradores declarem gostar de afazeres relacionados ao habitat (cuidados com jardim, horta, residência), além do que, dada a qualidade de vida e ambiental desfrutada, pode-se entender porque eles não enfatizam as necessidades de lazer escapista; entre os visitantes, as atividades mais aprazíveis (descansar à sombra, banho de lagoa, contemplar a vista, churrasco) estão vinculadas às suas necessidades de lazer e entretenimento; os fiscais, por sua vez, identificam-se por “só fazerem aquilo que gostam” e enfatizam o prazer por aquilo que é ao mesmo tempo seu trabalho: “caminhar pela área”.



Além do gosto pelo fim praticado, o papel social tende a condicionar também, a percepção dos usuários acerca das possibilidades de uso da paisagem: moradores, reconhecem o valor da paisagem como habitat e como local de subsistência – no caso dos “nativos”; visitantes valorizam basicamente o uso para lazer; fiscais enfatizam como local de trabalho e lazer. Nos três casos, a “utilidade” da paisagem como reserva também se sobressai na medida em que representa uma garantia à manutenção dos usos praticados. Assim é que não nos surpreende o número reduzido de indicações para a finalidades como pesquisa, educação ambiental, ecoturismo, etc.

O valor afetivo atribuído à paisagem pode ser inferido ainda nas respostas dos informantes acerca do quê mais sentiriam falta caso não tivessem mais acesso (morar, visitar ou trabalhar) àquela área. A maioria resume suas indicações à categoria “lugar”, entretanto, se visitantes e fiscais levantam a possibilidade de substituírem a perda por um outro local com características semelhantes, moradores reforçam a idéia do lugar como algo único e insubstituível, daí “nem é bom pensar” na possibilidade de ter que ir para outro lugar.

Mas as respostas à paisagem da Bacia da Lagoa do Peri não são apenas de natureza topofílica: para os moradores – responsáveis pelo maior número de registros – os aspectos negativos referem-se direta ou indiretamente à existência do Parque (coerções, visitação, edificações); para os fiscais, os fatores que depreciam a paisagem são resultado do uso e apropriação indevida por moradores e visitantes (visitação excessiva, construções residenciais, lixo, pesca); entre os visitantes, as poucas referências efetuadas sobre o que não gostam, dizem respeito basicamente ao descaso com o lixo e à precariedade da infra-estrutura de lazer.

## CAPÍTULO 7

## A VALORAÇÃO ESTÉTICA E LÍRICA

*Na realidade, a paisagem transmite significações silenciosas e impregnadas de sentido, submetidas à filtragem da percepção. Deste modo, podemos dizer que a percepção de uma paisagem é questão de olhos e coração, isto é, campo de visão e campo de afeição, de olhar o espaço e sentir, topofilicamente ou não, este mesmo espaço (LIMA, 1996, p. 170)*

Edward RELPH (1979), admite que na multiplicidade de experiências com a paisagem dois componentes são facilmente identificados: a paisagem como instrumento e a paisagem como obra de arte. Já sabemos que na experiência utilitária, a paisagem tende a ser valorizada mais pelo uso, incluindo tudo aquilo que tem significância e que concerne à manutenção da existência diária. Sob essa perspectiva, os materiais e as formas tendem a assumir uma posição secundária. Em contrapartida, na apreciação estética, os arranjos desses elementos são de interesse primordial, ao ponto de certas paisagens poderem propiciar experiências de êxtase estético.<sup>1</sup>

No entendimento de COLLOT (1990), as razões que levam a paisagem a tornar-se um objeto estético, em um determinado contexto histórico e social, podem ser inferidas da seguinte hipótese: uma paisagem é bela quando as estruturas próprias (relevo, vegetação, corpos d'água, luminosidade) reforçam a organização (seletiva e racional) que a inteligência perceptiva impõe a todo objeto espacial. A estética por sua vez, tem por regra própria interpretar o objeto segundo os códigos de uma cultura e em função das escolhas essenciais e inconscientes do indivíduo.

Paisagem como implemento e como obra de arte são ênfases diferentes das nossas intenções, que se complementam e se reforçam mutuamente em nossas experiências espaciais. Entretanto, uma vez que o homem coloca na sua relação com o espaço as grandes direções significativas de sua existência, a visão da paisagem vincula-se

---

<sup>1</sup> Para este autor, a experiência estética da paisagem nunca é concentrada ou claramente definida, como a de uma obra de arte, pois é com frequência atrapalhada por elementos distrativos externos e ou internos ao observador.

às necessidades que transcendem a dimensão estética e funcional do ambiente, tornando-se também lírica (COLLOT, 1990).

Uma vez analisada a perspectiva utilitária, convém, neste capítulo, explorar as avaliações estética e lírica da paisagem. Na seção inicial, ao interpretarmos os dados obtidos com a estratégia das fotografias, evidenciamos que a apreciação da “paisagem como natureza” pressupõe a valorização estética definida pelo arranjo dos componentes naturais: água, vegetação e relevo. Sob o título “Namorando com a Lagoa do Peri”, enfocamos, na seção seguinte, aqueles relatos que apontam para a apreciação lírica da experiência, precisamente em relação à lagoa.

### 7.1. A “PAISAGEM COMO NATUREZA”

Se vivemos um período onde a “paisagem” se consolidou como forma dominante de representação da “natureza”, parece compreensível que em meio à opinião pública, esses termos sejam percebidos como sinônimos. Em parte, isto se deve à sensibilidade ecológica difundida através da mídia e mais precisamente, pela publicidade turística, que tem nos cenários naturais seu principal trunfo.

Para MEINIG (apud XAVIER, 1994, p. 24), a interpretação da “paisagem como natureza” destaca seus elementos físicos e atribui pouca importância às atuações humanas. Neste caso, segundo o autor, o observador é sempre tentado a retirar o homem e seus artefatos de cena, com o intuito de restaurar a condição primitiva da paisagem.

Tais pressupostos podem ser ilustrados a partir dos comentários sobre a noção de “paisagem”, efetuados por alguns entrevistados:

Isso que eu olho é uma paisagem... eu entendo que essa mata assim “bem fechada” seria uma paisagem... é muito bonita, não tem nada destruído. (06)

Eu sempre atribuí o termo a uma coisa puramente visual. Uma paisagem pode ser totalmente natural ou pode ser mista, incluindo algumas coisas que o homem já fez. Essa paisagem é bem mais natural, mais intocada... eu gosto mais de paisagem assim! (29)

Tudo que a natureza reserva pra gente é uma paisagem. Tem paisagem que o homem até pode tentar criar, mas basicamente é aquilo que a natureza cria. (35)

No caso da paisagem da Bacia da Lagoa do Peri, dada a dominância das formas naturais e o caráter pontual ou localizado das atuações humanas, nota-se que essa apreciação da “paisagem-natureza” têm um peso significativo na experiência dos diferentes sujeitos e grupos.

Embora o conteúdo abordado no capítulo anterior já tenha evidenciado a predominância de referências à formas e atributos naturais, uma outra estratégia do trabalho de campo permitiu ampliar e complementar essa valorização estética.

A “estratégia das fotografias” (descrita no item 5.3.1) permitiu reconhecer os cenários mais significantes, assim como, os componentes (naturais e artificiais) e propriedades (formas, cores, linhas, texturas e escalas) que os tornam (des)valorizados. Neste sentido, explorou-se o nível de avaliação (seleção e julgamento) e a identificação de preferência dos usuários em relação à diversas cenas (positivas e negativas) da bacia da Lagoa do Peri.

As fotografias (apresentadas em tamanho normal nos capítulos 1 e 2) encontram-se reunidas na Figura 26 (p. 163). O esquema dos respectivos pontos de vista está na Figura 27 (p. 164). Por sua vez, as indicações dos entrevistados estão resumidas na tabela abaixo (Tabela 2).

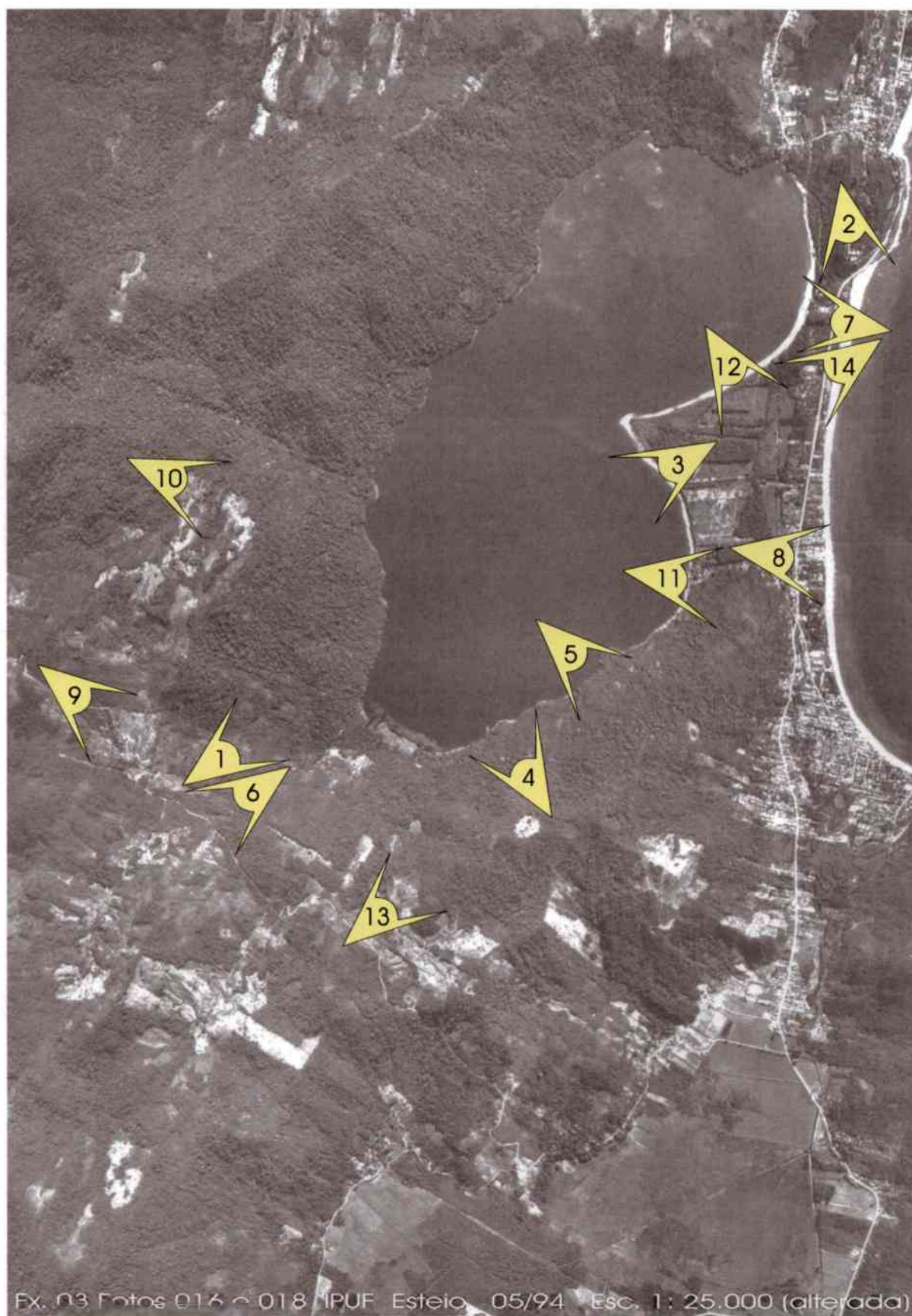
**Tabela 2:** Distribuição das indicações de fotografias (n=35)

Opção		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total
+ bonita	1º	9	5	3	5	3	2			3	4	1				35
	2º	8	2	5	8	6				2	4					35
	3º	3	2	2	4	4	14			3	3					35
Total		20	9	10	17	13	16			8	11	1				105
+ feia	1º							3				11	7	9	5	35
	2º							3	4			3	14	7	4	35
	3º							2				8	5	11	9	35
Total								8	4			22	26	27	18	105

Figura 26: Fotografias utilizadas na entrevista



Figura 27: Pontos de vista das fotografias da entrevista



Elaborado por Luiz Otávio Cabral

### 7.1.1. AS FOTOGRAFIAS MAIS BONITAS.

Em relação às fotografias mais bonitas, as somas de indicações apresentadas na tabela acima confirmam a preferência dos usuários por cenários onde predominam os componentes naturais água, vegetação e relevo.

A **Fotografia 1** foi a mais cotada, principalmente entre os moradores. Enquadrando a vista panorâmica obtida do alto da bacia, nela percebe-se que a dominância é compartilhada: pela *água* (lagoa, mar), que se sobressai por sua cor, forma superficial e linhas; pela *vegetação* (Mata Atlântica e Vegetação de Restinga), em função de sua cor e textura; e pelo *relevo* (Morro das Pedras; Morro do Peri, planície de restinga e Ilha do Campeche) devido às formas e linhas sinuosas.

Além da diversidade de componentes, os argumentos empregados pelos informantes para justificar a escolha ressaltam o elevado grau de naturalidade e, especialmente, a singularidade e totalidade da paisagem por abranger ao mesmo tempo o mar, a lagoa e a Ilha do Campeche ao fundo.<sup>2</sup>

Pra mim me agrada porque pega a lagoa quase toda, o mar lá de fora né, a ilha do campeche, o pontal, o morro das pedras... é bonito ver tudo assim do alto! (01)

Porque me dá uma noção espacial do lugar e a visão do mar nos fundos... com aquela ilha lá distante, aquela visão do infinito do mar como uma grande esperança... porque se vê essa lagoa por inteiro e tudo de belo que contém essa natureza! (18)

Eu gosto porque aparece toda a paisagem e só se vê a natureza... aparece a mata, o mar, a ilha, o céu azul... e pelo contraste da água salgada e da água doce também. (32)

A **Fotografia 4** também recebeu um grande número de indicações, principalmente por parte dos visitantes. Trata-se de uma vista da porção sul da lagoa onde a dominância do cenário é compartilhada pelos componentes: *vegetação* (Mata Atlântica e vegetação aluvial), *relevo* (Morro do Indaiá, Morro da Chapada e planície aluvial) e *água* (lagoa). Mais do que a diversidade, a qualidade visual que os informantes mais ressaltaram refere-se à naturalidade, devido à vegetação que se sobressai na textura e nas diferentes tonalidades de verde.

Eu escolhi essa por causa da quantidade de verde que tem... por causa desses morro bonito e da lagoa também né. (12)

<sup>2</sup> Vários autores reconhecem ser particularmente significativo o gosto pelas perspectivas que oferecem no distante, a visão de conjuntos espaciais fortemente estruturados.

Porque ela me retrata um lugar assim... intocado. Poderia entrar num túnel do tempo e voltar quinhentos anos atrás que seria isso aí [...] por causa da exuberância do verde, das diferentes tonalidades de verde, do verde da água, é muito verde... da serenidade... a coisa da natureza intacta! (18)

Porque representa bem a Área de Reserva Biológica e engloba a parte pantanosa... Vendo assim, tem partes que tão intactas, mas se a gente for trabalhar nelas, se nota que têm várias trilhas por onde o pessoal anda pra poder caçar. (33)

Mantendo a preferência por cenários naturais, boa parte dos usuários (especialmente visitantes) indicaram a **Fotografia 6**. Enquadrando um trecho encachoeirado do rio Ribeirão Grande, a foto tem como elementos principais a água da cachoeira e os afloramentos de rocha (diabásio). É curioso notar as metáforas (“cordão umbilical”, “raiz”) empregadas por alguns sujeitos para expressar a relação entre a cachoeira e a lagoa:

Pra mim essa pequena cachoeira é o cordão umbilical da lagoa, desse paraíso todo... (10)

Porque tem essa água em movimento, isso é muito inspirador... eu estou vendo o nascer da água como a fonte de todas as coisas, inclusive da própria lagoa. Estou vendo a lagoa nascendo de certa forma, a raiz da própria lagoa. (18)

É bonito por causa da cachoeira, é ela que abastece a lagoa...por causa da mata, tudo faz parte da lagoa! (35).

As **Fotografias 5 e 3**, também receberam um número considerável de indicações. A primeira, enfoca a Pedra do Oratório e foi indicada principalmente por visitantes e fiscais por sua beleza e importância simbólica (religiosa). A segunda, enquadra uma vista do sul da bacia e tem sua composição – assim como nas fotografias 1 e 4 – compartilhada entre os componentes: *água* (lagoa), *vegetação* (piri e Mata Atlântica) e *relevo* (morros), sendo que sua escolha foi justificada por representar fielmente a Lagoa do Peri, isto é, por fornecer a identidade da paisagem.

Com relação às fotografias cujo valor cênico incluem formas construídas, as escolhas foram efetuadas basicamente por moradores e fiscais. Dentre as mais indicadas está a **Fotografia 10**, que tem como elemento central o engenho do “seo Chico” e a **Fotografia 2**, que enquadra a porção leste da bacia e apresenta como principais componentes: a *vegetação* (Mata Atlântica e vegetação de restinga), a *água* (mar), o *relevo* (Morro do Peri, Morro da Armação e a planície com a faixa de praia) e algumas *estruturas*



*artificiais* (rodovia e edificações) de caráter linear e pontual. Se o primeiro cenário foi valorizado por seu conteúdo histórico-cultural, não sendo alvo de qualquer ressalva, o segundo foi objeto de controvérsias: se para os fiscais seu valor é algo incontestável pois trata-se de um “cartão postal do sul da ilha”, para certos moradores da restinga que a escolheram, “o feio é a rodovia e o aterro da CASAN”.

### 7.1.2. AS FOTOGRAFIAS MAIS FEIAS:

Convém lembrar que na apreciação da “paisagem como natureza”, ao mesmo tempo que o sujeito é tentado a retirar os componentes antrópicos de cena – com o intuito de restaurar sua condição “primitiva” – é levado também à condenar ou reprovar as formas resultantes da intervenção humana na paisagem. Assim é que a totalidade das indicações de cenários negativos pelos sujeitos entrevistados, referem-se à fotos onde predominam as estruturas artificiais e ou elementos decorrentes da ação humana.

Entre moradores, visitantes e fiscais, tanto a **Fotografia 12** como a **Fotografia 13** receberam um grande número de indicações.

A primeira, embora tenha sua composição ocupada quase que totalmente pela vegetação de uma clareira às margens da lagoa, foi reprovada pelos sujeitos por causa do lixo jogado no chão. Além da indignação explícita, os argumentos dos informantes recorrem a idéia de que a cena representa o descaso com o ambiente e a inconsciência dos visitantes em relação ao lugar.

É horrível, as pessoas não têm consciência mesmo né... largaram um monte de coisa que não é biodegradável... esteticamente é horrível e simboliza um pouco o Terceiro Mundo. (14)

Quando eu vejo lixo jogado assim na natureza chega a me dar uma agonia... por causa da falta de consciência das pessoas [...] Passa uma coisa de que o ser humano é inconsequente, chega, usa, suja e não limpa, é sinal de que não captaram a mensagem do lugar, são pessoas que vieram só por um momento, pra beber, pra fazer festa e não captaram o espírito da coisa! (18)

Por causa da ignorância do povo... isso aqui não deveria acontecer [...] isso é consequência dessa visita desordenada; prova a falta um projeto de educação ambiental para tratarmos da questão do lixo. (33)

A segunda fotografia, por sua vez, retrata uma área de cultivo recém queimada (coivara). Além do efeito provocado pelo fogo sobre a cobertura vegetal, destacam-se

alguns blocos de rocha na superfície. Os argumentos utilizados pelos sujeitos para justificar a escolha, retratam a impressão de tristeza evocada pela cena e as consequências desastrosas e duradouras das queimadas para o meio ambiente:

É triste ver isso, tiraram toda a vegetação e ainda por cima queimaram... isso é ainda mais grave que o lixo, o lixo ainda dá pra juntar, mas o desmatamento e a queimada... isso vai erodindo e é muito perigoso pra cachoeira e pra lagoa. (15)

Chega a ser triste, é horrível né, tá destruindo o verde... passa uma coisa de destruição, de agressão à natureza... é a ação que mais causa dano, o lixo ainda dá pra recolher, mas o desmatamento e a queimada leva muito tempo! (19)

Pra mim passa uma imagem muito chocante, muito triste né. Se vê aqui o contraste da vegetação verde no lado e lá no fundo... eles botaram fogo e nem se preocuparam de proteger a própria bananeira [...] sem falar no desequilíbrio que causa ao meio ambiente. Até isso tudo se regenerar... (34)

Convém ressaltar que alguns dos moradores do Sertão do Peri também reprovaram esta fotografia, só que pelo fato da área estar queimada e ainda não ter sido plantada:

Desmatamento não é ruim... o mal é tá tudo derrubado, queimado desse jeito e não tá nada plantado... se tivesse plantado tudo bem, mas assim... (03)

Uma outra cena negativa que recebeu um grande número de indicações, principalmente de moradores e visitantes, está representada na **Fotografia 11**. Trata-se dos destroços da casa de um morador nativo (“Seu Getúlio”) demolida em abril de 98 (já discorremos sobre o caso na seção 4.3). Para os moradores, a cena evoca uma grande tristeza e uma profunda indignação, pois representa uma ação arbitrária e discriminatória do poder público:

Chega a dar uma tristeza na gente! Deixam o sujeito construir a casa e depois é que vão demolir... Agora esse coitado vai viver aonde? [...] Eu fico indignada por causa do total desrespeito à cultura local e aos direitos humanos! Só porque é pobre destruíram, se fosse um rico não fariam isso? (15)

Já para os visitantes, a cena é feia por causa dos destroços que ainda permanecem no local. Contudo, depois de serem informados sobre o ocorrido, a atitude se aproxima em muito daquela manifestada pelos moradores:

Agora que eu sei da história, chega a me dar uma tristeza por causa da injustiça que cometeram... agora tá todo esse entulho aí e o homem morando sabe lá aonde... (22)

Já a apreciação dos fiscais é de indiferença, sendo que apenas um indicou a fotografia como a mais feia, manifestando-se da seguinte forma:

Eu sou contrário às demolições, principalmente por se tratar de uma pessoa que viveu a vida dele aqui dentro do Parque e só tinha isso... uma renda mínima de sobrevivência... e foi simplesmente desprezado pela justiça, enquanto outros continuam ocupando irregularmente a área, causando danos bem maiores! (33)

As controvérsias em torno dos empreendimentos do poder público mostram-se ainda mais candentes quando analisamos as indicações e comentários acerca das fotografias nas quais eles são enquadrados.

A **Fotografia 14** mostra o aterro do local onde está sendo construída a estação de tratamento de água pela CASAN. Tanto entre moradores e visitantes, como entre os próprios fiscais, essa foto despertou fortes críticas. Para os moradores, o projeto não só representa um dano ambiental inestimável, mas também uma atitude arbitrária e ambígua do poder público.

Isso simboliza uma ação perigosa, muito agressiva a esse ambiente... se eu que preservo não posso ficar morando aqui e eles que dizem que têm que preservar fazem isso aí... é revoltante. Dizem que tem democracia nesse país, aonde? A gente não pode construir nada e eles podem tudo! Não pode tirar as dunas e eles tão tirando, não pode aterrar e eles tão aterrando, não pode construir, não pode fazer o diabo e eles fazem tudo... e o pobre não pode fazer nada! Eles fazem o que querem e pronto! Agora me diga, que direito eles têm de destruir esse lugar e depois cobrar dos outros que não façam isso? (10)

Dentre os visitantes que indicaram esta fotografia, o empreendimento simboliza não só um dano ambiental e uma atitude contraditória do poder público, mas também, uma ameaça ao uso da área para o lazer.

Tão aterrando tudo... eles deviam dar o exemplo e não depreder desse jeito... Pra dentro de um parque acho que isso aqui não cabe né... acho que vai acabar com nossa área de lazer. Como é que as árvores vão crescer aí nesse lugar? Acho que isso vai causar um desequilíbrio... acho que esse projeto é contra a ecologia desse lugar e da própria cidade. Quanto mais se cria estruturas civilizatórias mais pessoas são atraídas e junto com a ocupação crescem os problemas. (19)

Já para certos fiscais, o empreendimento preocupa tanto pelo modo como pelo fim a que está sendo executado.

Não me conformo de estarem fazendo desse jeito. Fica a questão: será que a lagoa vai suportar toda essa carga de água que sairá daqui, para atender uma população que hoje seria o dobro se contarmos a previsão de crescimento do Plano Diretor do Campeche, do Pântano e do Ribeirão? Seriam atendidas em torno de 500 mil pessoas até 2.020. Será que a lagoa suportaria? (33)

Por sua vez, a **Fotografia 7**, que enquadra a atual sede administrativa, também foi alvo de controvérsias e críticas, especialmente entre os moradores.

Essa foto é feia porque me diz que eles podem fazer isso aqui pro turismo, pros futuros marajás, enquanto eu não posso construir a minha casa [...] a que tava, tava muito boa, pra quê um luxo desse no meio dum parque! (10)

Ainda com relação aos elementos detratores da qualidade visual, convém ressaltar a coerência entre as indicações de fotografias e as respostas acerca das coisas que prejudicam a paisagem (Anexo 1, p. 224, pergunta 6). De um modo geral, na avaliação dos informantes, as ações mais danosas são: o *desmatamento*, que de uma certa forma está representado na fotografia 13; a *visitação* desordenada (lixo, depredação), enquadrada na Fotografia 12; e as *edificações* (ETA, sede administrativa e residências). Nessa última categoria, observa-se que enquanto os visitantes referem-se às edificações de um modo geral, a maioria dos moradores aponta para os empreendimentos do poder público, representados nas Fotografias 7 e 14, sendo que os fiscais referem-se às construções residenciais (invasões) e de forma menos significativa às atividades de caça e pesca. Daí as indicações desse grupo à **Fotografia 8**, onde está enquadrada a Rua da Lua Cheia com dezenas de casas em condição irregular.

Em contrapartida, a **Fotografia 9**, que traz uma vista panorâmica da comunidade do Sertão do Peri, não recebeu nenhuma desaprovação, sendo valorizada principalmente pelos moradores do local, que justificaram a escolha dizendo que a fotografia representou o lugar como ele é (identidade espacial). O fato é que se na concepção da “paisagem como natureza” uma ocupação densa e desordenada tende a ser desaprovada, as qualidades sensoriais das paisagens rurais, mesmo descampadas, são valorizadas.

## 7.2. “NAMORANDO A LAGOA DO PERI”



Atravessa esta paisagem o meu sonho dum porto infinito [...] E a sombra de uma nau mais antiga que o porto que passa Entre o meu sonho do porto e o meu ver esta paisagem E chega ao pé de mim, e entra por mim dentro, E passa para o outro lado da minha alma...  
(Fernando Pessoa)

Do ambiente em que vivemos esperamos mais do que condições favoráveis à manutenção de nossas funções biológicas e recursos para fazer funcionar a máquina econômica. Segundo DUBOS (1981, p. 96): “Queremos experimentar as satisfações sensoriais, emocionais e espirituais que somente podem ser conseguidas mediante uma interação íntima, ou melhor, uma real identificação com os lugares onde vivemos. Esta interação e identificação geram o ‘espírito de lugar’.”

Ao empregar a frase “Namorando a Terra”, o autor sugere que o relacionamento entre a espécie humana e a natureza devia ser de respeito e de amor e não de domínio. Neste sentido, namorar a Terra significa muito mais do que humanizar o ambiente, significa também preservar certos ambientes naturais nos quais se experimentam os mistérios que transcendem a vida diária e onde se sintoniza forças que modelaram a espécie humana. Enquanto ambientes humanizados dão-nos confiança porque neles a natureza foi reduzida à escala humana, o selvagem nos força a uma comparação entre nós – enquanto criaturas biológicas – e o cosmos.

Estas idéias não só indicam a origem do título deste item como nos auxiliam a registrar as razões mais profundas que nos levaram a escolher e desenvolver o tema. A intenção é ampliar o entendimento sobre a topofilia dos usuários com a paisagem da Lagoa do Peri, a partir daqueles relatos e observações que apontam para uma dimensão mais íntima e fascinante da experiência. O enfoque recairá sobre a lagoa por esse componente ser central no processo de percepção e valorização daquele ambiente.

Inicialmente, é preciso lembrar que a apreciação lírica da paisagem também sofre influência de modelos culturais e nesse sentido, conforme COLLOT (1990, p. 28), a significação afetiva de certas paisagens pode ser codificada por verdadeiros estereótipos; tais são as associações que se propõe entre o lago e a paz, o vale e a doçura, o pico e a audácia... TUAN (1980, p. 32), acrescenta que: “Os elementos verticais na paisagem evocam um sentido de esforço, um desafio de gravidade, enquanto os elementos horizontais lembram aceitação e descanso.”

Por outro lado, esses próprios significados estereotipados não são completamente arbitrários: eles se apoiam em estruturas características do próprio objeto espacial, que mantém relação metafórica com atitudes corporais e existenciais fundamentais.

Cientes disto, convém focalizar as motivações que levam certos usuários (principalmente visitantes e moradores) a associarem a horizontalidade e as águas calmas da lagoa à estados de sossego, tranquilidade, serenidade, paz, repouso (Figura 28):



*Figura 28: Vista da face leste da Lagoa do Peri (1ª entrada)*

Gosto daqui porque é um lugar tranquilo, principalmente quando tu acorda de manhã... sente esse ar maravilhoso e vê essa lagoa linda, bem paradinha... esse lugar é bem energético! (15)

Pra mim a lagoa inspira tranqüilidade... eu gosto de ver esse espelho d'água quando ele tá calmo, quando tá ondulado já não é tão bonito [...] às vezes quando eu fico muito agitado, eu penso nessa imagem e isso me acalma! Pra tomar banho então, eu prefiro água doce... e água é vital [...] Pra dizer a verdade, isso aqui me lembra quando eu era garoto, eu gostava muito de pescar em lagoa, rio, açude... essa fase da minha vida foi de águas calmas. (29)

Eu venho aqui porque é mais tranqüilo, é melhor pra nadar pois não tem onda e a água é supergostosa também... Eu vejo assim, a tranqüilidade que a lagoa passa assim pra gente é diferente de quando tu chega numa praia, mesmo que seja tranqüila, mas tu tem o barulho das ondas e aqui não, se tem o vento se escuta o vento. (26)

Se a superfície “estática” da lagoa é capaz de inspirar estados mentais e emocionais de sossego e tranqüilidade, há moradores que atribuem esta virtualidade ao barulho intermitente de suas ondas:

De todos os anos que eu fiquei fora do Brasil, uma das coisas que eu realmente sentia falta era desses momentos... desse barulhinho que a lagoa faz quando bate um ventinho... de noite poder ficar escutando esse barulho, esse silêncio. (14)

Para um morador nativo que reside às margens da lagoa a apreciação lírica da paisagem (lagoa) reveste-se de significados ainda mais profundos:

Ah! O dia que eu vou pro centro da cidade eu volto com uma dor de cabeça... pensa bem, o camarada é acostumado aqui nesse lugar calmo, nessa paisagem, bate naquela barulheira lá, já estranha né. Mas já quando eu chego lá na entrada e venho cá pra dentro, já tomo outro ar... até parece que a cabeça já vai melhorando. Agora quando eu boto o pé ali na beira da lagoa então, parece uma coisa que vai abrindo outra alma na vida, parece que vai clareando até as vista... a gente sente outro clarão! (09)

Dissemos noutro momento que a paisagem se define como espaço ao “alcance do olhar” e à disposição de todo o corpo. Ligando-se aos comportamentos possíveis do sujeito, o ver amplia-se para um querer e um poder: o caminho é visto como a percorrer e a lagoa, por sua vez, pode ser encarada como um desafio, evocando um estado que se diferencia daquele descrito como sossego:

Pra mim toda vez que eu venho e olho pra lagoa, eu imagino o dia que eu vou atravessar à nado e chegar até o outro lado... é um desafio que eu estou querendo a toda hora superar. (19)

Percebe-se assim, mesmo sabendo que os relatos apenas sugerem o que é experienciado, que a lagoa assume significados que vão além das simples definições fornecidas pelos estereótipos.

Um outro fato que revela a afetividade de alguns moradores da restinga pelo lugar e por conseguinte à lagoa, surge num intento onde a forma da lagoa é comparada a de um coração (Figura 29):



*Figura 29: Vista aérea da Lagoa do Peri (SUL DA ILHA, out. 1995)*

Cientes desta analogia, percebe-se o sentido da declaração de um morador:

Eu sou apaixonado pelo formato dessa lagoa! (14)

De acordo com a literatura esotérica e psicanalítica, a água – especialmente a água parada – tende a ser um símbolo do princípio feminino. Daí este mesmo morador se pronunciar à respeito do que mais gosta na paisagem e destacar a lagoa como se estivesse se referindo a uma mulher:

Lógico que é da lagoa... de poder ter esse corpo d'água ao meu lado! (14)

Diante da hipótese de não mais poder freqüentar o lugar, um visitante recorre à mesma metáfora:



Se eu não pudesse vir mais aqui, eu iria tentar achar um lugar que fosse parecido, que tivesse as mesmas características. Agora eu ia sentir muita falta porque a gente se apaixonou, é um namoro que eu tenho com esse lugar. Eu acho que eu sentiria uma grande falta daqui, uma saudade enorme dessa lagoa! (18)

BRUHNS (1997, P. 136), afirma que numa perspectiva subjetiva as experiências íntimas do “corpo” com a natureza pode levar a um reconhecimento de sua espacialidade na relação com o mundo e a uma revisão dos valores, bem como a um encontro muito particular do homem com ele mesmo. “A busca ou escolha de paisagens privilegiadas é uma forma da procura de si mesmo.”, ratifica COLLOT (1990, p. 28). Este aspecto da religiosidade (no sentido de re-ligação), referenciado por ambos os autores, permite-nos inserir alguns relatos que evocam o sentido do divino associado à lagoa e à paisagem como um todo.

No meu trabalho de pesquisa, eu tive que fazer um monitoramento de temperatura em tocas de lontra. Por três meses seguidos, eu ia três vezes por semana e três vezes ao dia. Numa das noites, deu uma tempestade, eu me perdi pelo caminho e acabei indo parar dentro de uma toca. Lá fora o vento e a chuva estava cada vez mais forte e eu exausto acabei dormindo. No meio da noite, acordei de repente e já não se escutava mais nada, só um silêncio... parecia que eu tava morto num túmulo. Resolvi sair e quando eu botei a cabeça pra fora, a lagoa tava que era um espelho, a lua enorme no céu e bem na minha frente, tinha três lontras nadando e brincando, foi inesquecível... daquele em diante dia eu acho que comecei a acreditar em Deus e desde então eu tenho essa toca como um lugar especial! (14)

Pra mim esse lugar me dá uma paz de espírito... se a gente tá mal é só sair um pouco que já volta bem... aí eu vou mais pro lado espiritual... pra mim aqui tem muito haver com Deus [...] Eu me sinto com Deus quando vejo essa lagoa, espelhando esses morros... esse lugar é demais! (15)

Olhar essa natureza é uma forma de olhar a si mesmo... nossa origem... é uma introspecção que a gente faz. Aqui eu me sinto integrado à natureza e procuro fazer coisas que não agridam... nem pescar eu gosto aqui! [...] Aqui há lugares onde eu posso fazer um relaxamento mais profundo, uma meditação... fazer um abandono das coisas comuns e ficar um pouquinho com a gente mesmo. (18)

Quando eu venho pra cá costumo a falar: “vou pro paraíso”... esse lugar me dá a sensação de que há uma força superior operando em tudo isso aqui... Pra mim, olhar essa paisagem é como falar com Deus! (19)

Por vezes, a partir desse sentido místico-religioso, o cenário que inclui a lagoa diferencia-se, privilegiando alguns pontos. Esta tese é válida principalmente no caso dos fiscais que têm uma profunda afeição pela Pedra do Oratório. Essa formação rochosa se

constitui num verdadeiro monumento natural e só é visto por quem transita de barco na lagoa. O nome foi cunhado pelos antigos moradores que costumavam, segundo alguns depoimentos, à rezar no local. Há alguns anos atrás, os fiscais colocaram em meio aos dois blocos maiores (que medem em torno de oito metros) duas estatuetas: uma de Nossa Senhora Aparecida e outra de Santa Catarina.

Foi nós que botamos as santinhas no meio das pedras na época em que o salário tava muito baixo... foi tipo uma promessa e que a gente cumpriu porque o pedido foi atendido. (35)

Desde então, a Pedra do Oratório é portadora de uma significação que repercute na experiência dos fiscais e de outras pessoas que navegam pela lagoa:

A gente costumava a passar de caiaque no meio dessas pedras. É a pedra da energia pra nós... um dia a gente ainda vai rezar uma missa de lá de dentro da água. (31)

Esta apreciação do sagrado na paisagem também é compartilhada por alguns moradores “de fora”, que ao discorrerem sobre o monumento, chamam a atenção para a exuberante vegetação à sua volta:

Gosto muito da Pedra do Oratório. Ali tem uma árvore que numa certa época do ano, se eu não me engano é agosto, fica toda coberta com umas flores vermelhas e que fica refletindo assim na lagoa... Meu Deus! Ali é o oratório mesmo! (15)

Uma outra expressão do namoro com a lagoa pode ser encontrada nos causos e lendas que ainda subsistem na memória de alguns moradores nativos mais velhos. Tratam-se de narrativas que fazem parte da “cultura residual” e que conferem ao lugar uma aura de medo e mistério — pelo menos naqueles tempos em que os encantamentos faziam parte do cotidiano. Interessa-nos aqui, transcrever algumas das histórias que têm na lagoa sua principal referência espacial.

Dona Euzébia,<sup>3</sup> de 84 anos, sentada junto à mesa da cozinha, vai aos poucos sacando da memória uma estória depois da outra. Conta que em certas ocasiões as bruxas enchiam as tarrafas de galhadas para impedir os pescadores de matarem os peixes.

---

<sup>3</sup> A entrevista com essa moradora foi efetuada em julho deste ano com o intuito de levantar alguns contos e lendas que pudessem ilustrar e fundamentar este ponto do texto.

Quando foi uma outra vez, meu pai e outros pescador tavam trabalhando na roça lá em cima e abriu uma música na lagoa... aí eles largaram os prato de comida e escutaram, escutaram... uma música sem saber da onde era, não via ninguém só a música, sabe como é? Aí quando a música parou eles foram comer a comida tava tudo fria.

Diz ela, que muitas vezes ouviu de sua avó que ao meio dia aparecia no meio da lagoa uma malha de pasto bem verde, se o vento era norte ela ia para o norte, se o vento era sul ela ia para o sul também... ia contra o vento.

Nessa lagoa aí já apareceu muito encanto! Uma vez, a filha do falecido Isidoro foi levar café pro avô que tava na roça, passou pela lagoa e deu uma vontade nela de tomar água... quando ela se agachou, no meio da água um chapéu de ouro se abriu. Ela levou um susto tamanho que saiu correndo. Quando chegou lá na roça, contou a história pro avô e ele disse que ela devia ter batizado com sangue... devia ter furado o dedo e deixado sangrar em cima do encanto... Sabe como é?

Uma noite, meu irmão tomava banho na lagoa e viu uma mulher de branco chamando ele pra fora... aí meu pai chegou na beira e gritou com ele... ainda bem, se não ele tinha ido mesmo!

Ao que parece, tendo em mente os perigos que certos trechos da lagoa oferecem ao banho de crianças, alguns destes contos deveriam servir para mantê-las – através do temor – longe da lagoa, pelo menos quando estavam sozinhas.

Deixando de lado o passado, entende-se que na vida moderna o contato físico com o ambiente natural tornou-se mais recreacional do que vocacional. Não obstante, através da pratica de certas modalidades desportivas (alpinismo, *canyoning*, *rapel*, *rafting*, paraquedismo...) o homem entra em contato violento com a natureza, fazendo com que o desejo de aventura seja cadenciado por riscos muitas vezes fatais.

Para TUAN (1980, p. 111), o que falta à maioria das pessoas é um envolvimento suave, fluído com o mundo físico e que prevaleceu no passado, mesmo que de forma inconsciente, quando o ritmo da vida era mais lento e do qual as crianças ainda desfrutam. “A natureza produz sensações delectáveis à criança, que tem mente aberta, indiferença por si mesma e falta de preocupação pelas regras de beleza definidas. O adulto deve aprender a ser complacente e descuidado como uma criança, se quiser desfrutar polimorficamente da natureza.”

O citado autor esclarece que “paisagem” é uma palavra sem muito significado para a criança pequena, cujo mundo está reduzido aos arredores imediatos. Em outras palavras, sabe-se que o divertimento infantil com a natureza atribui pouca importância

aos aspectos cênicos da paisagem, mais do que isso, o que importa à criança são certos objetos e as sensações físicas experienciadas. À medida que cresce, aumenta a sua consciência das relações espaciais, às expensas da essência dos objetos que as definem.

Não foi nosso objetivo na pesquisa de campo, inquirir como a criança que vem ao Parque da Lagoa do Peri percebe o *playground* ou a lagoa, mas não há dúvidas de que esses são os componentes com os quais ela mais se deleita. A pergunta “O que você mais gosta de fazer na Lagoa do Peri?” é quase sempre respondida com a afirmação: “Tomar banho e brincar no parquinho!” (Figuras 30).



*Figura 30: Cena do banho de lagoa (área junto à sede administrativa)*

Algumas observações são suficientes para poder afirmar que as palavras podem apenas sugerir a expressão de certas crianças quando avistam a Lagoa do Peri. Um sorriso sem igual surge no rosto e no mesmo instante o corpo já sacode braços e pernas. A corrida em direção à água é inevitável. Pega-pega, corre-corre, intercalam-se com incontáveis mergulhos; embalados por gritos e falas que expressam a espontaneidade do momento vivido. Deste modo, durante todo o tempo que permanecem na água as

crianças se lançam de forma criativa e lúdica num cenário da imaginação e do prazer. A praia rasa de água escura, morna e doce é como um “grande útero”.

Para que essa metáfora possa ser melhor apreendida, basta lembrar que o meio líquido está presente em toda a existência humana, desde sua gestação no útero materno. O relacionamento homem-água se dá sobre as mais diversas formas, dependendo da intencionalidade e dos recursos disponíveis à cada pessoa.

No namoro com a Lagoa do Peri, essa interação pode se efetuar na simples contemplação de sua beleza, porém no caso da criança, a relação com o corpo d'água se faz principalmente através da natação e das brincadeiras na água. GUIMARÃES (1995), explica que se para os nadadores a relação com o meio líquido é de luta, o objetivo é vencer a água, vencer seus próprios limites e portanto, o que importa não é a travessia e sim o seu fim - só pode rir quem ficou menos tempo com a água - para as crianças, a água é parceira num jogo de amor, nadar é ficar com ela o maior tempo possível... para as crianças, cada braçada é um abraço na sua parceira de traquinagens.

O movimento representa, portanto, uma forma de comunicação, um diálogo entre a criança e a lagoa. O cansaço de sucessivos e intensos movimentos é quase sempre recompensado – numa saída ou outra da água – com um saboroso lanche: seja uma fruta, um sanduíche, um pedaço de bolo ou o tão cobiçado sorvete.

É difícil para o adulto recapturar essa vividez das sensações tátil-cinestésicas (exceto ocasionalmente) no contato com a água tépida e doce da lagoa, no movimento do balanço, da gangorra e da descida no escorregador. Para os pais todo esse entretenimento das crianças implica em sossego e tranqüilidade:

Adoro ver toda essa alegria das crianças brincando, sem ter que tá em cima gritando: sai daí, vem aqui, não vai pra lá, olha a onda! (27)

Vimos na seção 6.2, que a perspectiva da paisagem como local de lazer tende a ser reforçada pela ambiência oferecida pela vegetação às margens da lagoa. Nestes territórios de lazer (“clareiras”) a sensação de bem-estar decorre da condição de refúgio ou abrigo, que por sua vez, proporciona algumas vantagens em relação à certos inconvenientes do espaço aberto: insolação intensa e falta de privacidade. Deste modo, atende-se às necessidades humanas de espaço e lugar, de aventura e refúgio, liberdade e

dependência, movimento e repouso. Tais experiências com o ambiente natural sugerem percepções e valores mantidos latentes pelas forças socioculturais.<sup>4</sup>

É curioso observar como os grupos (família, amigos...) se apropriam das “clareiras”, ali permanecendo por horas e até mesmo durante o dia todo. Nelas, os visitantes instalam-se com seus apetrechos de lazer e levam à cabo suas necessidades de descanso, alimentação e sociabilidade. Mesmo longe de casa, muitos dos ritmos cotidianos se conservam, principalmente em relação os horários de alimentação.

Embora haja toda uma infra-estrutura de lazer coletiva (churrasqueiras, mesas, bancos, pias, banheiros, estacionamento, *playground*) à disposição dos visitantes no bosque de eucaliptos junto à sede administrativa, há uma certa preferência pelos abrigos às margens da lagoa. Já nas primeiras horas da manhã, quando a área da sede ainda nem começou a ser ocupada, algumas famílias já se apropriam desses locais, possivelmente por oferecerem mais privacidade.<sup>5</sup>

Por outro lado, sabe-se que entre as pessoas o resultado do namoro é gratificante apenas se houver respeito mútuo.

Embora esse preceito também seja essencial à uma interação saudável com o entorno, infelizmente, ele é negligenciado na maioria das vezes. No caso da visitação à Lagoa do Peri, isto é facilmente verificado no corte da vegetação, no uso do fogo e, principalmente, no descaso com o lixo.

Logo, apesar de estar na moda apregoar paixão e devoção à natureza, não podemos nos esquecer que a prática das pessoas pode ser outra.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> DUBOS (1981, p. 60), argumenta que o passado evolucionário do *Homo sapiens* parece ter engendrado dois tipos de condicionamento visual diferentes porém complementares: de um lado a necessidade de panoramas abertos até o horizonte, de outro, a necessidade de um lugar de refúgio, por exemplo, uma caverna ou uma área densamente arborizadas que ofereça proteção.

<sup>5</sup> Outro fato que comprova essa preferência por um “território de lazer” próprio, decorre da preferência de certos grupos pela infra-estrutura (churrasqueiras, mesas, bancos, pias e banheiro) existente em um terreno ao lado da área da sede. Ainda que as instalações sejam bem mais precárias e cada família tenha que pagar cinco reais pelo uso, o simples fato das churrasqueiras e mesas serem individualizadas e a possibilidade de se estacionar o carro junto às mesmas, parece justificar tal investimento.

<sup>6</sup> Convém reafirmar que, frequentemente, as opiniões enunciadas pelas pessoas são boas orientações para as suas ações em relação ao ambiente, porém algumas vezes não. DUBOS (1981), lembra que num parque para cada pessoa que sobe à uma colina para contemplar a melhor vista da paisagem, outras cem dirigem-se aos bares e restaurantes, onde a melhor paisagem são as outras pessoas que estão bebendo e comendo, quase sempre indiferentes à natureza – exceto em suas formas humanas.

Contudo, ainda que as apreciações líricas da paisagem sejam eventuais, efêmeras e dependam da sensibilidade do sujeito, elas aqui foram elucidadas sob a metáfora do namoro, para ratificar que sob certas circunstâncias externas e internas, a experiência dos usuários revelam-se únicas. O poema “*bay kay*” escrito por Suzana MAFRA (1999, p. 38), sugere essa singularidade:

Lagoa do Peri  
Em estado de graça  
A garça ri.

Concordamos com RELPH (1979, p. 15), quando diz que o sentido de paisagem não inclui somente os cenários exteriores nos quais se vive, na realidade eles se fundem e se complementam com nossas experiências interiores e nesse caso, as paisagens tornam-se particulares e revelam um espírito íntimo, chamado pelo autor de “*inscape*”. E não há necessidade de definir claramente isso porque embora seja extremamente difícil racionalizar a esse respeito: “[...] cada um de nós é plenamente capaz de reconhecer, em algum grau, os *inscapes* e a natureza dos ambientes que encontramos. Isso é evidente porque cada paisagem tem seu próprio conjunto e contém significados específicos para nós em termos das nossas atitudes para com ela.”

Talvez, até aqui a abordagem tenha excedido os limites do romanticamente permitido num estudo acadêmico, porém, admito ser quase impossível evitar essa apreciação sabendo que ela torna visível algumas das formas mais profundas de topofilia com a paisagem – ainda que raramente expressa.

## CAPÍTULO 8

### A VALORAÇÃO ECOLÓGICA E O PARQUE

*A ecologia torna-se uma ciência mais complexa, embora muito mais interessante, quando as aspirações humanas são consideradas parte integrante da paisagem (DUBOS, 1981, p. 20)*

Indubitavelmente, dentre as tendências atuais que podem afetar nossas reflexões e julgamentos ambientais, coloca-se em evidência o sentido ecológico.

Se para os fiscais, a preservação da natureza se coloca como o principal propósito de sua interação com a paisagem, moradores e visitantes também reconhecem que a garantia de seus interesses e objetivos – qualidade de vida pelo habitat e pelo lazer, respectivamente – depende do elevado nível dos atributos naturais e paisagísticos.

Não há dúvida de que tais intencionalidades se aproximam, em maior ou menor grau, daqueles preceitos e valores instituídos. Neste capítulo, vamos analisar como a valoração ecológica perpassa a experiência dos diferentes grupos de usuários, bem como suas percepções e atitudes em relação ao Parque da Lagoa do Peri.

Abordando a perspectiva da “paisagem como reserva”, na seção inicial, analisaremos as posturas que convergem para a apreciação daquele ecossistema como um patrimônio que deve servir também às gerações futuras.

Diante da aproximação destes aspectos com aqueles instituídos, especificaremos, na seção seguinte, o entendimento dos diferentes usuários sobre diversas questões relacionadas ao Parque.

Numa outra seção, enfocando a “paisagem como problema” trataremos das incompatibilidades entre a perspectiva dos usuários e a dimensão institucionalizada, enquadrando, principalmente, as tensões e conflitos decorrente do embate “moradores *versus* parque”. Por último, discutiremos algumas alternativas que poderiam ser tomadas com o intuito de amenizar os antagonismos desencadeados com a implantação do Parque.



## 8.1. A “PAISAGEM COMO RESERVA”

Na apreciação da “paisagem como reserva”, a Bacia da Lagoa do Peri é valorizada como um espaço ou patrimônio a ser conservado de forma a garantir, sob a guarda do poder público, as necessidades das gerações presentes e futuras.

As respostas dos diferentes sujeitos em relação à categorias como “preservação” (Como você gostaria que seus filhos e netos conhecessem esta paisagem?), “cuidados” (Como cuidar?) e “responsabilidade” (Quem deve cuidar?) em relação ao ambiente, obedecem a essa lógica.<sup>1</sup>

No que concerne à **preservação**, ao se posicionarem sobre como gostariam que seus descendentes conhecessem a paisagem da Lagoa do Peri, a maioria dos informantes recorreu a expressão: “assim como ela tá hoje”. Nesse sentido, as respostas evidenciaram ao mesmo tempo: uma valorização significativa do estado atual da paisagem e uma atitude extremamente positiva dos usuários em relação a manutenção do volume e qualidade dos recursos naturais que caracterizam aquele ecossistema.

TUAN (1980), nos permite inferir que a construção da paisagem ideal é uma questão de remover os defeitos da paisagem real, o que parece explicar o sentido das ressalvas levantadas por certos entrevistados: (i) os residentes do Sertão do Peri manifestaram que seria melhor para seus descendentes se houvesse mais moradores no local, deixando implícita a insatisfação em relação ao isolamento em que vivem; (ii) alguns residentes da Área de Lazer, retrataram que gostariam que seus filhos e netos não sofressem as restrições impostas pela existência do Parque; (iii) os fiscais declararam que gostariam que seus descendentes a conhecessem como era quando começaram a trabalhar no Parque, livre das ocupações irregulares.

Um outro posicionamento que também obedece à perspectiva da “paisagem-reserva”, refere-se aos **cuidados** que se deve ter com aquele ecossistema. Dentre as formas e ações idealizadas, constata-se que os usuários – salvo os moradores do Sertão do Peri – creditam na *fiscalização* o papel mais significativo. Além disso, convém lembrar que a fiscalização torna-se indispensável na efetivação de outras medidas sugeridas:

---

<sup>1</sup> Nesta seção e na seguinte, ao invés de desmembrarmos o texto em itens, cada um tratando de uma determinada categoria, resolvemos marcá-lo com termos em negrito para sinalizar a entrada na análise de cada categoria.

*educação ambiental* de moradores e visitantes, *impedimento de novas ocupações* (construções), *controle da visitação*, etc.

Acho que deveria fazer parte da fiscalização uma educação mais intensiva. [...] No verão tinha de haver um controle sobre o número de pessoas que vem pra cá passar o dia... (14)

Mantendo um trabalho constante de fiscalização e de educação ambiental com moradores e com as pessoas que visitam esse lugar pra que ajudem a manter limpo, pra levar o lixo embora e não fazer fogo... não deixar construir mais. (17)

Uma fiscalização mais rígida e com condições de trabalho. Controlar o fluxo de pessoas no final de semana... em parte isso depende da delimitação da Área de Lazer... com cerca talvez [...] Um trabalho de conscientização das pessoas que moram aqui e das que vieram morar aqui... até formar um tipo de fiscalização comunitária que ajudaria em muito nosso trabalho aqui! (32)

Outros dois aspectos foram levantados pelos moradores da restinga como cuidados que deveriam ser tomados: *implantação do parque* (desapropriação, indenização e delimitação física da área do Parque) e a *atualização do plano diretor* (regime de uso patrimonial semelhante ao da Área de Paisagem Cultural). Alguns fiscais também reivindicaram a implantação definitiva do Parque, precisamente pelo fato de seu território ainda não ter sido delimitado fisicamente.

Interessa-nos ressaltar aqui, o sentido de auto-afirmação expressado pelos moradores: da parte dos nativos, quando enfatizam que “cada um deveria tomar conta do que é seu”, o que reflete a indignação e o inconformismo pelas restrições de uso impostas; dentre os moradores de um modo geral, quando vinculam a proteção da paisagem à manutenção da população residente, o que decorre do contexto onde dezenas de habitantes estão com seus direitos de permanência ameaçados.

Ainda é possível preservar com os moradores que têm aqui na Lagoa do Peri! O poder público teria que deixar de querer banir os moradores e apresentar um projeto que incluísse a gente e inclusive melhorasse a condição das moradias. (11)

Contudo, se num primeiro momento os informantes reconhecem a fiscalização como um instrumento efetivo na proteção da paisagem, noutro, demonstram que essa **responsabilidade** não deve ser exclusiva do poder público.

Entre os moradores, predomina a consideração de que a proteção deva ser uma ação conjunta do poder público (FLORAM, FATMA, IBAMA) com os habitantes

locais, exceto para os moradores do Sertão do Peri que insistem no fato de que “cada um deve cuidar do que é seu”. Observa-se assim, a coerência entre essa atitude e o intento de auto-afirmação, descrito acima.

Os visitantes, enfatizam uma posição ainda mais abrangente, e designam como responsáveis o poder público, os moradores e os próprios visitantes, salvo um ou outro que considera os cuidados com aquele ambiente serem de responsabilidade exclusiva do poder público.

Já entre os fiscais, as opiniões encontram-se diluídas nestas diferentes alternativas, tendendo, obviamente, a atribuir uma responsabilidade maior ao poder público.

Ainda com relação à responsabilidade de proteção da paisagem, é curioso atentar para uma sugestão pouco significativa mas que reflete uma tendência atual, especificamente com relação à exploração turística em unidades de conservação: dois visitantes sugeriram que os cuidados em relação à paisagem fossem tomados por uma parceria entre poder público e iniciativa privada, visto que isso tornaria a ação mais efetiva. A fim de ilustrar os primeiros passos desta parceria, pode-se citar o projeto da FLORAM que pretende conferir outorga de algumas trilhas existentes no interior do Parque, à operadoras de ecoturismo. Ao que tudo indica, o uso por essas agências implicaria no ressarcimento de parte do valor arrecadado nos *trekkings* à administração do Parque que destinaria o recurso à manutenção das trilhas.

Mesmo que as atitudes decorrentes da apreciação da “paisagem como reserva”, especialmente no que concerne à manutenção do patrimônio natural e paisagístico às gerações presentes e futuras, apenas reflitam o conservacionismo presente no discurso ambiental hoje na sociedade, demonstram posturas que vão ao encontro dos valores e objetivos instituídos.

## 8.2. O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO PARQUE

Ao longo da entrevista, interessou-nos inquirir especificamente sobre como moradores, visitantes e fiscais avaliam a existência do Parque e seu papel na conservação do patrimônio natural e paisagístico.

Para tanto, introduzimos categorias como: “significado” (O que é o Parque?), “delimitação espacial” (Até aonde vai o Parque?), “zoneamento” (Como está dividido o Parque?), “valor educativo” (Qual sua opinião sobre os eventos de educação ambiental?), “valor cultural” (Qual sua opinião sobre o tombamento dos engenhos?), “valor econômico” (O que você exploraria?) e “importância” (O que teria acontecido com essa paisagem caso não existisse o Parque?).

Se até aqui, as idéias que norteiam a perspectiva da “paisagem-reserva” sugerem uma aproximação entre as atitudes verbalizadas e certos elementos instituídos, interessa-nos elucidar primeiramente, o **significado** do Parque para os diferentes sujeitos.

Nas respostas obtidas à campo, a categoria *reserva* ou área de preservação é a que melhor enquadra as idéias comunicadas:

É negócio de criar bicho, pra deixar criar bastante mato, não deixar desertado... serve pra não deixar desmatar as nascentes de água... e serve pra gente que é daqui morar (04)

É uma área que foi delimitada para a preservação da biodiversidade e onde não pode mais haver a ação depredadora do homem [...] Além de servir pra esse contato íntimo com a natureza, serve também ao turismo, pois é um lugar onde a natureza pode ser observada na sua totalidade. (17)

É uma área de proteção intocável. É regido por leis e foi criado pra manter a qualidade do manancial hídrico, a reserva biológica, a Área de Paisagem Cultural... serve de lazer pra muitas pessoas, pra estudos ambientais... pras pessoas nativas fazerem exposição... e também é o meu local de trabalho! (32)

Note-se nestes enunciados, as implicações da perspectiva utilitária sobre o “significado do Parque”: além de ser reconhecida como área de preservação, cada grupo tende a enfatizar àquela função (moradia, lazer e trabalho) que atende suas necessidades e objetivos em relação à área.

No caso dos visitantes, assim como era de se esperar que um número significativo não soubessem expressar de forma alguma o que é o Parque, também não causa surpresa o fato de que para alguns, a idéia esteja restrita à utilidade para o lazer:

É um lugar pra descansar, me banhar e pegar sol. (26)

De um modo ou de outro, dentre as utilidades que explicam a existência do Parque, sobressaem-se: *preservação*, enfatizada principalmente pelos fiscais; *lazer*, reconhecido basicamente por visitantes e fiscais; *moradia*, indicada somente pelos

residentes. Outras categorias como *pesquisa, educação ambiental e turismo* foram lembradas de forma insignificante.

Ainda entre os moradores, convém ressaltar, que o significado atribuído ao Parque da Lagoa do Peri mostra-se ambivalente: se por um lado, tendem a reconhecer que o Parque é uma garantia à qualidade ambiental e de vida, por outro, a avaliação tende a ser depreciativa na medida em que sua existência implica em coerções sobre o uso dos recursos naturais e do próprio patrimônio imobiliário. As implicações desse dilema serão discutidas na próxima seção.

Um outro aspecto que nos interessou investigar foi a percepção dos usuários acerca da **delimitação espacial** do Parque. O elemento em comum é que a abrangência do Parque tende a ser referenciada como uma área circunscrita em torno da lagoa, o que reforça a centralidade desse componente na percepção espacial.

Para os moradores da restinga, fiscais e alguns visitantes os limites dessa área em volta da lagoa coincidem com a cumeeira dos morros ou divisor de águas e com a linha de praia ou rodovia (face leste). Verifica-se portanto, que o relevo assume um papel significativo não só na percepção da paisagem (bacia visual) mas também na referência à delimitação espacial ou territorial do Parque.

Em volta da lagoa. Do morro de onde corre água pra baixo... isso quando desce ali é área do Parque. (08)

É toda essa área ao redor da lagoa e que envolve o contorno dos morros, até a parte de baixo do asfalto. (29)

De todas as cumeeira dos morros pra dentro... do divisor de águas em torno da lagoa... e do lado de cá pega ao longo de toda praia. (31)

Poucos relatos acrescentaram a essa área em torno da lagoa a extensão compreendida pelo Sertão do Peri. Convém ressaltar ainda, que metade dos visitantes entrevistados não souberam dizer nada sobre a delimitação espacial do Parque.

O **zoneamento** do Parque da Lagoa do Peri também foi objeto de indagação. As respostas sobre a divisão do território do Parque em relação ao uso e ocupação permitiu avaliar o conhecimento do usuário sobre as áreas de Lazer, Paisagem Cultural e Reserva Biológica.

Todos os fiscais – obviamente – e a maioria dos moradores mencionaram a existência das áreas e forneceram indícios de suas respectivas localizações, sendo que alguns especificaram a função de cada zona. Dentre os moradores que desconhecem a existência dessas áreas estão todos os residentes do Sertão do Peri que foram entrevistados, o que se traduz em mais um parâmetro de avaliação da sua alienação em relação à dimensão institucionalizada da paisagem.

Como era de se esperar, a quase totalidade dos visitantes, ignora a existência destas diferentes zonas. Entretanto, é curioso notar que esses informantes já haviam olhado as placas com o mapa de representação das áreas de uso do Parque, existentes na área junto à sede administrativa (uma na entrada do estacionamento e outra na praia às margens da lagoa) (Figura 15, foto 2, p. 45 e Figura 21, p. 71).

Tendo sido evidenciado o valor ecológico da paisagem, convém analisar como moradores, visitantes e fiscais se posicionam frente a outros valores instituídos. Das questões analisadas até aqui, ainda não abordamos de forma específica os aspectos educativo, histórico-cultural e econômico da paisagem. Em parte porque eles se mostraram irrelevantes nas questões analisadas até então.

No que diz respeito ao **valor educativo**, ao se indagar sobre a realização de eventos coletivos (passeios, aulas) na área do Parque, a intenção foi levantar como os usuários atentam para a importância da paisagem como recurso à educação ambiental.

O conteúdo das respostas obtidas foi altamente positivo. Praticamente todos os sujeitos entrevistados se pronunciaram favoravelmente a iniciativas dessa ordem, reconhecendo de diversas formas: o papel indispensável que o contato direto e orientado com paisagens como a Lagoa do Peri exerce no aprendizado sobre a natureza – especialmente de crianças – e de como essa vivência pode se traduzir em consciência para a preservação do meio ambiente.

Acho muito importante as pessoas terem uma experiência educativa neste paraíso aqui... pra poder ver, aprender a gostar e tomar consciência da natureza! (15)

Pra se educar sobre o meio ambiente, não basta só falar, tem que sentir, tem que vivenciar. Muitas vezes a criança tá lá na escola... naqueles prédios lúgubres, nem uma árvore tem plantada e se fala de ecologia pra elas, se mostra algumas fotos e elas não têm sequer a experiência de botar os pés num lugar assim... e acabam achando que lugares como esse só existe na televisão... e muitas vezes tá tão perto... Então é fundamental pra criança [...] sentir a natureza e despertar pra necessidade de cuidar dela, aprender a carregar seu lixo... e aí o contato com a natureza se torna uma aula. (18)

Acho assim benéfico... as pessoas que nunca vieram aqui aprendem muita coisa. É legal! A gente se sente bem em dar informações que vão servir... muitos praticam, outros não tão nem aí [...] criança é bem mais fácil de aprender as coisas, de conversar. O adulto tu fala alguma coisa ele não dá atenção, não quer saber de nada. (32)

Por já terem algum conhecimento das experiências que são levadas à cabo pela FLORAM, moradores e fiscais efetuam algumas ressalvas.

Os residentes do Sertão do Peri, ao mesmo tempo que reconhecem o valor deste tipo de atividade, observam:

[...] pra quem vem de fora é bom né, eles vem conhecer como é o lugar aqui, como a gente vive... não sendo muita gente e não mexendo em nada, isso não tem problema nenhum. (05)

Já as considerações de certos moradores da restinga alertam para a questão da orientação e da infra-estrutura:

Não tenho nada contra, desde que o pessoal seja orientado e se cuide a quantidade de gente... desde que haja uma infra-estrutura para isso. (11)

Entre os fiscais, as restrições têm uma conotação mais técnica, dando a entender que estes eventos devem ser comunicados com antecedência à administração e acompanhados por um fiscal pelo menos.

Até que tá sendo bem feito, tá tendo uma programação... agora tem que ser agendado com a gente aqui... A minha restrição é em respeito às caminhadas ecológicas que têm algumas pessoas de fora que vêm fazer... os guias não conhecem nada, não têm nada a ver com o Parque da Lagoa do Peri e ficam botando na cabeça do cara que aqui é infestado de jacaré... (34)

Quanto ao **valor cultural**, a fim de avaliar em que medida os usuários se importam com o patrimônio existente na área do Parque, inquiriu-se sobre o projeto de tombamento dos engenhos do Sertão do Peri.

A maioria dos entrevistados, principalmente visitantes, concordam com a iniciativa, pois consideram de extrema importância conservar os engenhos para que as gerações atuais e futuras possam visitá-los e conhecerem certos aspectos do modo de vida açoriano.

Eu acho que é uma idéia muito boa. Eu acho que esses engenhos têm um encanto especial... pela manutenção da cultura, para mostrar como é que se deu a colonização da ilha, como a origem das pessoas que vieram pra cá influenciou a ocupação deste espaço.” (18)

Enquanto os visitantes restringiram seus relatos a essa idéia, novamente, moradores e fiscais em função do maior conhecimento acerca da realidade tratada, efetuaram uma série de ressalvas.

Para os moradores nativos, a manutenção dos engenhos só faz sentido através do uso e do trabalho:

Acho que é o morador que preserva o engenho... o trabalho é que mantém. (05)

Do mesmo modo, alguns moradores da restinga, cientes da proposição do plano diretor em transformar o Sertão do Peri num “Parque de Engenhos” questionam:

Foi isso que ocorreu não foi? O mais engraçado, é que os engenhos foram tombados, mas seu funcionamento foi proibido [...] Esta coisa vem de cima pra baixo, eles acham que vão preservar simplesmente porque vão botar no papel e aquilo tá tombado. Na realidade o que acontece é o oposto... a melhor forma de preservar isso aqui é dando condições pra essas pessoas trabalharem nos engenhos! (14)

O fato é que desde a criação do Parque, nada foi feito para efetivar a preservação dos engenhos. Daí a constatação por parte de um morador, de certos fatores que contribuíram para depreciação sofrida por esse patrimônio:

Se a lei previa, eu acho que deveria ter sido seguida... eu achei errado que algumas pessoas vieram de fora e transformaram os engenhos em mansões, e alguns nativos, até desavisados demoliram o engenho. Mas isso aí... quem é culpado disso? A própria falta de diálogo da administração pública com os moradores. (13)

A transformação da funcionalidade dos engenhos é algo muito fácil de ser constatado: se na área de restinga os antigos engenhos viraram, como dizem os nativos, “mansões do pessoal de fora”, no Sertão do Peri eles foram convertidos em segmentos de certas residências (cozinhas, áreas de serviço) ou da própria estrutura de subsistência (estábulo, galpões). O depoimento de um dos fiscais, levanta alguns elementos desse contexto e sugere algumas ações:



Tudo que tem uma característica de cultura da nossa ilha, essa coisa artesanal... é válido [...] Nós já temos os engenhos... eu acho que a prefeitura deveria agir em conjunto com outros órgãos, com o IPUF, e tentar resgatar os engenhos que estão lá fechados ou que tá sendo usado pra outras coisas. Então, se ela não incentivar essa população lá, não vai resgatar essa cultura de jeito nenhum... porque a maioria hoje tá trabalhando de guarda, de servente... então precisava de um trabalho que trouxesse o pessoal de volta. (33)

Em contrapartida, outro fiscal declara que apenas o engenho do “seo Chico” é que deveria ser tombado:

A idéia do tombamento é boa, agora não adianta querer tombar uma coisa que tá em ruínas [...] Agora o engenho do Seu Chico deveria ser tombado, os outros que ainda tão funcionando são tocado à motor e já não tem nada haver com o Parque. (34)

No questionário aplicado, inserimos uma situação hipotética que procurou elucidar quais as expectativas de uso que os moradores mantêm em relação ao seu patrimônio e que possivelmente são coibidas pela existência do Parque. Mesmo no caso dos visitantes e fiscais, que não possuem terreno na referida área, a pergunta foi mantida com o intuito de testar hipoteticamente a tendência das suas atitudes ambientais, e se há consistência com aquelas de cunho preservacionista já enunciadas. A questão pretendeu ainda, avaliar se os usuários atribuem algum **valor econômico** à área e qual é sua direção.

De formas diversas, os usos apontados pelos informantes referem-se à *habitação*.

No caso dos moradores, as intenções de uso decorrem daquelas coerções sofridas. Assim, se os moradores da Área de Lazer destacam as necessidades de reforma e ou construção residencial, os do Sertão do Peri argumentam que gostariam de continuar livremente com os mesmos usos e atividades agrícolas:

Eu faria assim como sempre achava, usando só o que fosse necessário, derrubando e queimando o mato com cuidado. (04)

Supondo a posse de um terreno naquela área, o uso para habitação também foi sugerido por quase todos os visitantes e fiscais.<sup>2</sup> O mais curioso nestes depoimentos, passa a ser o relato dos critérios da edificação idealizada:

---

<sup>2</sup> Percebe-se nisto um exemplo da contradição inerente ao discurso. Basta lembrar que quando responderam sobre os aspectos danosos à paisagem, visitantes e fiscais se destacaram pelas referências feitas às edificações, especialmente às construções residenciais.

Faria uma casinha bem simples, bem orgânica, plantaria muitas flores e ajudaria a cuidar do Parque. (17)

Faria uma casinha de campo, sem agredir nada... até pra estar mais aqui, pra cuidar e mostrar pras pessoas que moram aqui e que deveriam cuidar mais. (35)

Observa-se portanto, a reincidência do diminutivo “casinha” e a preocupação em interferir minimamente na paisagem. Obviamente, um ou outro visitante respondeu que construiria uma boa casa para passar a temporada, com todo o conforto, mas a maioria colocou-se na situação com preocupações conservacionistas.

Outro aspecto interessante do quadro obtido foram os relatos categorizados como *nenhum*. Dois fiscais e um visitante argumentaram que se tivessem um terreno na área do Parque não fariam uso algum, sob pena de estarem sendo incoerentes consigo próprios e com a preservação da Lagoa do Peri.

Eu não construiria não! Acho que seria capaz de fazer qualquer sacrifício pra não construir... também não venderia, porque correria o risco de outro ir e construir. Do contrário estaria sendo hipócrita. Talvez não abria mão nem pro governo! (21)

Hoje, com a consciência ambiental que eu tenho, eu acataria a decisão do poder público pois o que eles tão fazendo é com a intenção de proteger a Lagoa do Peri... eu também não venderia porque ia tá lesando outra pessoa. (32)

Por último, convém discorrermos sobre uma outra situação hipotética e que pretendeu insistir no reconhecimento da **importância do Parque**. Ao serem incitados à caracterizar o estado da paisagem caso não fosse protegida por lei e nem fiscalizada, os usuários recorreram à representações ou imagens ambientais vinculadas à degradação e ocupação desordenada.

O conteúdo dos relatos obtidos foi extremamente positivo, isto é, a quase totalidade dos entrevistados enfatizou a importância do Parque admitindo que sem a proteção legal e a ação da fiscalização a paisagem estaria completamente descaracterizada. Assim sendo, teria perdido sua beleza e valor enquanto patrimônio natural e paisagístico, especialmente como habitat e como local de lazer.

Pra mim por um lado foi bom porque se não fosse o Parque, isso aí tava cheio de imundice, gente robando, “pintando o diabo” aí... Pelo menos aqui eu tou aguardado com a graça de Deus! (08)

É provável que já tivessem loteado, construído hotéis e daí tudo isso aqui teria perdido sua beleza, seu encanto! Não gostaria que esse lugar gostoso que a gente têm acesso, fosse avassalado pela infra-estrutura do turismo. (19)

Já teria sido totalmente depredada... inclusive acho que as pessoas tinham que agradecer, principalmente os nativos, porque graças a isso eles podem morar sossegado nesse lugar e têm o que pescar... (32)

Interessa-nos enfatizar aqui, o perfil de certos estereótipos presentes nos relatos. A maior parte dos entrevistados, principalmente visitantes e fiscais, argumentaram que caso a área não fosse protegida legalmente teria sido invadida e associaram essa possível ocupação à imagem de uma “favela”.

Ah! Isso aí tava cheio de barraco aí nesses morro. Ainda bem que têm esses fiscal [...] Hoje isso tudo aí tá bem preservado por causa da fiscalização. (07)

Ah, já teria sido completamente invadida, estaria ocupada e cheia de casas... até favela teria. (23)

Tu ia ver o mesmo que tá acontecendo aqui nas areias [Campeche]... a lagoa toda comprometida, cheia de esgotos, inviável pra coleta de água. Essa faixa de praia taria uma favela só. (34)

Vê-se, como nesse último relato, que alguns informantes ilustraram a possível situação da paisagem a partir de casos concretos de urbanização intensa e acelerada como os do Campeche e da Lagoa da Conceição.

Já entre os moradores, encontramos opiniões mais diversas e até mesmo ambíguas: alguns retrataram que somente a restinga estaria alterada pela ocupação, principalmente a linha de praia; outros argumentaram que o lugar tanto poderia estar invadido como não; e houve quem considerasse, simplesmente, que a situação não teria se modificado. Essa última expectativa foi encontrada, principalmente, entre os residentes do Sertão do Peri:

Acho que tava a mesma coisa né. É porque o povo hoje em dia não quer mais lavoura mesmo... desmatá agora pra que? (01)

Ainda entre esses moradores, há aqueles que de forma ambígua, ao mesmo tempo que reconhecem a importância da proteção legal colocam vantagens caso a área não fosse fiscalizada:

Por um lado é bom que tome alguma providência. Agora se não tivesse, o bom é que teria mais liberdade pra fazê as coisas! (04)

Não resta dúvidas que as restrições e proibições impostas com a existência do Parque influem negativamente sobre a avaliação dos moradores. Até aqui, temos dado pouca atenção à estas questões, mesmo sabendo que em muitas circunstâncias os problemas vividos acabam depreciando a experiência de paisagem de qualquer sujeito.

### 8.3. A “PAISAGEM COMO PROBLEMA”: TENSÕES E CONFLITOS COM O INSTITUCIONALIZADO

MEINIG (*apud* XAVIER, 1979), admite que na apreciação da “paisagem como problema” tende-se a identificá-la como algo a ser superado, isolando-se da cena elementos como usos e ocupações inadequadas, fontes poluidoras, desmatamento, etc.

No final da seção 7.1, registrou-se a coerência entre as indicações de fotografias (feias) e as respostas dos usuários sobre os aspectos que prejudicam a paisagem. Assim, evidenciou-se a correspondência entre: a Fotografia 13 (queimada) e as referências ao *desmatamento*; a Fotografia 12 (lixo) e a *visitação* desordenada; as Fotografias 7 (sede administrativa), 14 (aterro ETA-CASAN) e 8 (residências) e as indicações às *edificações*.

Embora tenha sido deixada de fora dessa correspondência, a Fotografia 11 (casa demolida), escolhida por um grande número de moradores e visitantes, simboliza as razões pelas quais, nesta seção, nos ocuparemos exclusivamente da perspectiva da paisagem como um problema a fim de dar visibilidade às tensões e conflitos com a dimensão institucionalizada, precisamente no caso dos moradores.<sup>3</sup>

Assim, num primeiro momento, vamos tratar das respostas desse grupo às coerções sofridas pela existência do Parque. Depois, analisaremos algumas das representações que permeiam o relacionamento entre os diferentes grupos e aqueles argumentos que insistem no fato de que o Parque ainda não foi implantado. Por último,

---

<sup>3</sup> Para BUTTIMER (1982, p. 185): “Problemas aparentes na experiência diária do mundo são espelhados no conflito entre o que os indivíduos e os grupos têm como acertado sobre o lugar, o espaço e a sociedade, por um lado, e o que as instituições administrativas e funcionais dos sistemas espaciais e bioecológicos têm como certo na organização dos meios ambientes, por outro lado.”

consideraremos algumas medidas que poderiam ser tomadas com o intuito de amenizar os problemas existentes.

Antes, convém lembrar que muitos dos aspectos a serem abordados já foram enunciados no quarto capítulo, quando tratamos do processo de implantação do Parque.

### 8.3.1. AS RESPOSTAS DOS MORADORES ÀS COERÇÕES SOFRIDAS:

A princípio, admite-se que a atitude para com a paisagem é inseparável do propósito e do significado da vida para as pessoas. TUAN (1975), explica que as pessoas não são máquinas, os seus desejos, atos e até mesmo as conclusões teóricas comumente são confusas. Dentre as condições citadas pelo autor que promovem a ambiguidade e a ambivalência, destacamos o fato dos estímulos ambientais serem extremamente variados e complexos. Quanto maior é a área sobre a qual nos movimentamos e mais longo o tempo de experiência, mais complexa torna-se nossa apreciação da paisagem.

Tais pressupostos, acrescidos do fato de que a existência do Parque implica em coerções diversas, permitem nos aproximar das razões pelas quais a avaliação ambiental do morador é mais ambígua. Não que visitantes e fiscais tenham se colocado de forma totalmente consistente e sem contradições, mas é que no caso dos moradores, tais apreciações foram muito mais frequentes e significativas, permitindo considerar que se trata não só das particularidades do contexto vivido por essa ou por aquela pessoa, mas também, de preocupações e valores compartilhados no grupo.

Neste sentido, embora os habitantes do Parque reconheçam sua importância para a preservação da paisagem – precisamente por representar a manutenção da qualidade de vida desfrutada – as restrições e proibições impostas tendem a pesar negativamente sobre suas experiências diárias, desencadeando respostas ambientais ambíguas e ambivalentes.

Sentimentos opostos e conflitantes surgem logo no início da entrevista, quando alguns moradores (nativos principalmente) discorrem sobre o “significado da paisagem”:

Pra nós isso aqui é uma alegria né. O camarada nasce aqui... pra nós tá aqui é mesma coisa que tá no céu... tem ar livre. Aqui não tem nada que consoma né... Não tinha nada que incomodava né. Agora não, o camarada já é perseguido, não é a mesma coisa que era de primeiro que você pegava a batera, saía pra matar o peixinho que tinha lá e vinha embora. Agora não! Numa época eles [os fiscais] chegavam a entrar no rancho pra vê se a canoa tava molhada, pra vê se tinha saído pra água pra pescar. Já pensou? (09)

Esta mesma tendência pode ser apreendida nas respostas sobre o “significado do parque”, onde os moradores destacam a *proibição* como a principal finalidade do Parque.

Não mexendo com nós aqui, pode ficar lá o que eles quiser fazer... agora não sei pra quê isso né... não deixar o pobre mata um peixe, isso é errado né. Eu não digo levar uma tarrafa dessa miudera, porque uma pra pegar camarão não é pra matar peixe... ou entrar aí no mato e cortar só pra ver o tombo do pau. Então isso eles tão certo de acabar. Mas proibir do camarada cortar um pau pro seu governo, pra ter fogo ou ir lá pra modo de dar de comer pra sua família, isso é errado! (01)

Observe-se que no discurso dos moradores, um dos indícios da atitude de estranhamento em relação à administração do Parque advém do uso dos pronomes pessoais “nós” e “eles”. Com frequência esses pronomes aparecem imbricados com os demonstrativos espaciais: Nós estamos aqui! Eles estão lá! Admite-se que num nível intersubjetivo, esse estranhamento perpassa principalmente o relacionamento com os fiscais e vice-versa, o que será detalhado mais adiante.

Indubitavelmente, entre os vários aspectos regulamentados pelo plano de manejo do Parque, a definição de como os moradores devem ou não devem utilizar os recursos naturais e o seu patrimônio imobiliário é quase sempre visto por estas pessoas como uma arbitrariedade dos fiscais e mais genericamente da administração do Parque ou do poder público. Dos casos levantados, interessa-nos salientar: (i) as respostas dos moradores do Sertão do Peri às restrições de manejo da cobertura vegetal; (ii) as reações dos moradores da Área de Lazer sobre as coerções em relação ao patrimônio imobiliário.

Para os habitantes do Sertão do Peri, a prática da coivara, impõe a necessidade de derrubada da mata, seguida de queimada e de retirada da lenha. Ao serem coibidos pelos fiscais do meio ambiente<sup>4</sup> de levarem à cabo esse manejo, os moradores têm que cultivarem sempre as mesmas áreas. Daí o reconhecimento de que isto vem contribuindo para diminuir a produtividade:

Desmatar muito deve ser ruim né, mas botar uma roça aqui, outra noutro lugar, aí não... A coivara antigamente, nós não achava ruim porque plantava enquanto a terra desse. Quando a terra não desse mais aí a gente parava e aí botava a descansar e já botava outra noutro lugar, era assim... Hoje em dia não dá de botar mais! Agora eles querem que plante toda vida num lugar só, mas não pode! A terra se acaba e não descansa... A terra

---

<sup>4</sup> Eventualmente, atuam na área tanto os fiscais da FLORAM, como os da FATMA, IBAMA e Polícia Ambiental. Comumente, na fala dos moradores do Sertão, qualquer fiscal é referenciado como sendo do IBAMA.

já não dá mais como dava antigamente... De primeiro colhia-se de tudo! Tudo isso aí eu colhi milho, gado, nisso tudo aí... (01)

Além das implicações sobre a produção agrícola, os moradores chamam a atenção para a necessidade de lenha que serve ao abastecimento dos fogões:

Tá vendo o meu fogão ali... pra fazer fogo tem que ter lenha. Se eles não deixar tirar um pau de lenha como é que a gente vai viver. Daqui à pouco a gente vai ter que queimar as próprias canela [...] A única coisa que estraga aqui no lugar é essa gente que vem proibir de tirar uma lenha. (05)

Por não terem outras alternativas, os moradores se submetem a efetuar de forma clandestina e em menor escala aquelas práticas tradicionais.

Por causa de uma roça que o rapaz botou o ano passado, apareceu um pessoal do IBAMA querendo saber quem é que tinha feito... vieram pra dizer que não queimasse a roça e acabaram indo medir [...] Depois que deram as costas empurraramo fogo na roça, queimamo ela toda, plantamo, tiramo a lenha pra fora [...] São uns abobado, não tem o que fazer, então vem meter medo nas pessoas! (02)

Não é à toa que as expectativas de uso dos moradores do Sertão em relação à paisagem – caso não fosse fiscalizada – resume-se em continuar executando as atividades de subsistência sem serem importunados.

É curioso notar a forma como alguns moradores nativos, inclusive da restinga, rebatem os argumentos da fiscalização nas ações contra o desmatamento e as queimadas:

Porque a pessoa quanto mais estudo menos conhece! Essa coisa de não poder derrubar um mato, de não deixar botar fogo por causa das vertente da água... tá errado! [...] Olha, a vertente da água é na costa do morro, mas aquela água não vem dali... o nascimento da água é em cima no morro. Agora aí sim não pode desmatar, porque a água tá se criando ali [...] De primeiro isso aí era cheio de coivara, ia até quase à beira da água da lagoa e nunca secava essas vertente, essas cachoeira, nunca secava, aí que a lagoa era cheia! (02)

Para os moradores da Área de Lazer, alguns de seus maiores problemas também estão circunscritos no dilema instituído “preservação *versus* manejo”. Submetidos a uma legislação e a uma fiscalização bem mais rigorosa, que lhes impede de efetuar até mesmo os serviços básicos de manutenção (pintura, reforma em telhados, paredes, etc.), esses usuários manifestam com frequência seu inconformismo diante da impossibilidade de satisfação de necessidades tão básicas:

Agora se pode pensar que qualquer atividade de moradia – que é natural, qualquer pessoa que tenha uma casa tem que manter, melhorar – sejam coisas danosas ao meio ambiente? [...] Outra coisa é que pra preservar se precisa ter uma qualidade de vida dentro de casa, porque a casa é teu lugar sagrado e eu não preciso ficar com uma goteira na minha casa só porque moro dentro de um Parque. (16)

Daí a expectativa de uso – caso não fosse proibido – se referir às reformas e ou construções residenciais:

Ah, uma coisa é certa se não tivesse a fiscalização eu teria uma casa melhor [...] Essa casa aqui eu ia fazer uma casa nova ou reformar ela toda. Fazia tudo de novo, tá tudo cheio de cupim... quando chega na força do verão, quando dá aquela chuarada grossa sai de bando daqui de dentro da casa. À noite a gente ouve eles comer a madeira. (10)<sup>5</sup>

Entre a necessidade de levar a cabo certas reformas e a possibilidade de ser surpreendido pela fiscalização, os moradores confessam o receio que permeia tais situações:

Aqui a gente vive assim como numa guerra de nervos, porque os ricos querem tirar a gente daqui pra ficar com tudo. A gente fica até doente... eu queria deles era uma liberação. Que a gente pudesse construir como antigamente que não tinha que dá explicação aos ricos que o pobre têm que fazer aquilo. Entendes? Fizemos um banheiro aí escondido... e aí a pessoa fica nervoso, é igual a um pão que tá crescendo, o corpo da gente treme... (08)

Naquelas circunstâncias onde o morador tem de atuar clandestinamente, a experiência com os lugares e a paisagem tornam-se topofóbicas; motivadas por estados psicológicos de medo e de ansiedade.

Se você vai no mato pra tirar um cipó, já anda com medo de encontrar um fiscal. Se ele vê você com um bambu nas costas ou qualquer coisa, ele vai dizer que tá devastando a área do Parque. Parece que você matou um e que anda correndo da polícia. Se você vai com uma tarrafinha pro lado de lá você se sente caçado ou qualquer coisa. Anda sempre com a idéia que pode chegar a fiscalização e pegar você né. Já não é igual como era de primeiro que se era livre! Você ia lá pra costa, donde se trabalhava, cortava um palmito e trazia pra comer em casa ensopado. E agora se eles pegar você com um palmito nas costa ou dentro da embarcação é capaz de levar preso. Então é a mesma coisa que o camarada andar perseguido. Eles tão sempre em cima né, igual urubu na carniça! (09)

---

<sup>5</sup> Apesar do Conselho de Moradores, desde sua criação, reivindicar a regulamentação do direito de reforma das residências que se encontram na Área de Lazer, em abril desse ano, a única saída encaminhada pela FLORAM – sob a desculpa de que não se poderia alterar o regimento do Parque – foi o consentimento de que apenas os moradores nativos efetuassem as reformas necessárias, mediante solicitação à administração do Parque.



É curioso notar que os moradores nativos recorrem ao passado (“de primeiro não tinha nada disso”) toda vez que retratam os problemas decorrentes da existência do Parque. Neste caso, o passado é representado como um momento de liberdade, em oposição às coerções de que são vítimas no momento. E a própria noção de memória, como afirma DEBERT (1988, p. 152), exige nossa atenção não tanto para o passado, mas para a relação passado/presente.

Na fala, a indignação pelas privações ou pela possibilidade de expropriação, são vistas como conseqüência da discriminação entre “ricos e pobres” e ou entre moradores “de fora e nativos”. Esta atitude é muito enfatizada nas considerações sobre a problemática das demolições.

Eu acho errado porque os pobre custam tanto a construir... é ruim porque é só dos pobres que eles desmancham, vê se eles desmancham as casa dos ricaço. Eles demolem pra deixar tudo vazio e isso é um desprezo! Então a lei é só pro pobre, pro rico não... Ah, eles se aproveitam dela! (04)

De um modo geral, os habitantes locais referem-se às demolições como algo “absurdo” e “arbitrário”, sobressaindo-se os argumentos que retratam as ações como uma violação do direito de moradia, principalmente quando se trata da única residência da pessoa. Dentre esses, os mais contundentes partem dos moradores nativos.<sup>6</sup>

Certos argumentos vão no sentido de que o poder público deveria reconhecer sua omissão, pois se pretendia demolir não deveria ter deixado construir, além do que, ainda é possível conciliar a presença dos moradores com a preservação da natureza.

Os depoimentos que aprovam as ações demolitórias consideram que os moradores antigos devem ficar, mas aqueles que invadiram devem ser punidos e terem suas casas demolidas:

Eu acho isso aí um absurdo, uma arbitrariedade pois ninguém têm esse direito [...] porém, acho que depende do caso né... se vem alguém na calada da noite e levanta um casebre pra morar, realmente tem mais é que demolir! Agora quando se trata de um morador daqui, que mantém toda uma relação com o ambiente, acho que é diferente, por mais errado que ele esteja. Acho que no momento em que o poder público toma esse tipo de atitude ele tá mostrando que é incapaz de administrar! (14)

---

<sup>6</sup> TUAN (1980), chama a atenção para o fato de que no transcurso do tempo, uma pessoa investe boa parte de sua vida emocional em seu lar e em seu bairro. Ter a casa demolida e ser despejado do local é ser despido de um invólucro, que devido à familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Especialmente as pessoas idosas relutam em abandonar seu velho bairro por outro com casas novas.

Diante de um tema tão polêmico, revelam-se posturas que refletem a preocupação de que não se deve cometer injustiças e portanto, os moradores desapropriados devem ser indenizados ou terem outro local de moradia garantido.

O que eu acho é que se eles quisessem demolir, tirar o pobre daqui, então eles deviam fazer uma casa pro pobre noutra terreno e não tirar o camarada sem direito nenhum! Por tantos anos o camarada morou aqui e agora querem tirar sem água e sem sal, né... eles que deixem os nativo aqui pois o nativo não tá prejudicando a natureza! (09)

Como era de se esperar, o saldo destas tensões e conflitos vividos pelos moradores está na base de percepções e atitudes ambientais negativas. Dentre as confessadas pelos moradores, convém ilustrar a disposição de se colocar contra a preservação da paisagem e a vontade manifestada por alguns de se mudarem do lugar.

Pra mim essa paisagem significa muito: ela é bela é saudável e eu ajudo a preservar... só que hoje eu não faço mais isso [denunciar as irregularidades] pois eles estão querendo me tirar daqui. Desde que eles começaram a fazer isso eu não vivo mais sossegado e isso desanima a gente de ajudar a preservar, de cuidar desse lugar! (10)

Parece não haver o mínimo de vontade do poder público em resolver esses conflitos de forma a beneficiar o morador. O que se cria é esse clima de terrorismo para forçar que as pessoas saiam... é pressão, pressão, pressão até que um dia tu não aguenta mais e vai embora, entendeu? [...] Subjetivamente a gente vai se revoltando e vai perdendo o sentido de preservar... e isso passa a ter um efeito contrário, fazendo que a gente sinta vontade de depredar, de não colaborar... (11)

Num certo sentido, as respostas dos moradores às imposições e coerções sofridas desvelam sinais de inconformismo e resistência.

Oh rapaz! Nem é bom pensar nisso... eu morro se tivesse que sair da minha casa, do meu terreno. Eu já disse pra mulher que se chegasse, se isso acontecer, eu me sento aí dentro e fico no meio do ar, da chuva e eles pode desmanchar tudo! Só se eles quiser me matar pra tirar pra fora... Inda vou ficar agarrado com aquela velha ali, se ela for viva, que é a minha mãe. Porque isso aqui foi o meu pai que me deixou. Eu tenho amor por essa herança. (08)

Não obstante, o dilema “preservação *versus* manejo” tem sua contraparte intersubjetiva, personificando-se de forma mais evidente no embate entre os grupos.

### 8.3.2. AS REPRESENTAÇÕES INTERGRUPAIS.

Do mesmo modo que os papéis sociais desempenhados pelos usuários conferem nuances na forma de perceber e valorizar a paisagem, também contribuem para a construção de um sentido de identidade, precisamente no caso de moradores e fiscais.

Parte deste sentido, estrutura-se sobre estereótipos que refletem a forma como cada grupo representa o outro. Para o entendimento dessa problemática, interessa-nos, inicialmente, analisar os elementos que indicam a forma como os moradores representam os fiscais e vice-versa, para depois, reconhecer como moradores e fiscais retratam os visitantes.

Se por um lado, como vimos na seção anterior, os moradores admitem a importância da fiscalização para a proteção da paisagem, por outro, quando manifestam suas opiniões sobre a atuação dos fiscais, recorrem a aspectos depreciativos e até mesmo ambíguos: se para certos moradores da restinga, sobressai-se o caráter autoritário do tratamento dispensado pelos fiscais (incluindo o despreparo para o diálogo)<sup>7</sup>, entre os nativos do Sertão, a fiscalização tem seu mérito, porém, desde que não interfira nos seus afazeres.

Eles são importante pra tomar providência, mas não pra mexer com o pessoal da lavoura [...] Por uma banda eles estão certo, eles são mandado. Mas dentro do que é meu eu não gosto que venham mandar... dizer o que posso e o que não posso. (02)

Ainda entre os moradores de um modo geral, um outro agravante da conduta dos fiscais é a tendência à discriminação:

Eles podem tá lá, se não mexerem com a gente aqui. Só que eles proíbem mas é o pessoal daqui... de pescar, de construir, mas eu quero vê pro pessoal de fora. [...] Eles tinham que entender que aqui ninguém é rico, aqui é tudo pobre, se ganha pra comer e olhe lá. (09)

Já para aqueles moradores que não sofrem nenhuma forma de coerção, pelo menos diretamente:

Até que a fiscalização funciona bem... os fiscais tratam bem a gente. (12)

---

<sup>7</sup> Segundo depoimentos de um técnico da FLORAM, uma das debilidades do serviço de fiscalização ambiental e que na medida do possível está sendo sanada, reside no despreparo de boa parte dos fiscais uma vez que eles procedem de outros setores da administração municipal, sendo que alguns deles foram deslocados para a o Parque da Lagoa do Peri por serem funcionários problemáticos.

Os fiscais por sua vez, operam suas opiniões distinguindo entre os moradores que já residiam na área e os que se estabeleceram depois da criação do Parque, sendo que desses, muitos são taxados de “invasores”:

Tem moradores e moradores né! Têm moradores que vieram pra cá e dá orgulho, já outros são um atraso aqui pro Parque [...] Têm aqueles que tem um certo respeito por nós, agora os que não tem e não merece consideração nenhuma são os invasores que chegam aí e se acham no direito de mandar e desmandar. Os casos mais perigosos são com esses de fora! (32).

Em geral, argumentam que os moradores em condição ilegal devem ser retirados e suas casas demolidas, sendo que os “antigos” deveriam ter seus direitos assegurados e permanecer no Parque, entretanto, teriam que se esforçar para participar mais ativamente das questões relativas ao Parque:

Eu me dou bem com todo mundo! Só que acho que eles deveriam ter mais contato com a administração. Queira ou não queira, eles têm uma sede aqui... eles deveriam participar mais. (31)

Cada um quer defender o que é seu, apesar de muitos dizerem que é deles e não é, entendesse? [...] Só que eles têm primeiro que entrar em contato com a gente, vir aqui tirar informações, saber o que é e o que não é, e agir de outra forma... eles vão sair daqui mais tranqüilo. Porque eu acho que o município só pensa no bem das pessoas, eles é que não conseguem ver esse lado. Se estivesse no lado de lá, pensaria igual a eles. (32)

Nota-se aqui, a imbricação dos pronomes pessoais com os demonstrativos espaciais (Nós aqui! Eles lá!), indicando na linguagem, a atitude de estranhamento e intransigência dos fiscais em relação aos moradores.

Apenas um fiscal criticou o gerenciamento do Parque e o processo de retirada e demolição das casas:

[...] os órgãos competentes não estão educando a população pra auxiliar, pra ajudar na fiscalização do Parque. Essa maneira de querer expulsá-los... eu vejo isso aí como um erro gravíssimo! (33).

Resumindo, se de um lado, os fiscais discriminam entre “moradores antigos” e “invasores”, reconhecendo os direitos de permanência dos primeiros, de outro, os moradores nativos, como já vimos, reclamam da “perseguição” ou “discriminação” por parte dos fiscais. Nesse caso, admite-se que uma das razões esteja na resistência em

aceitar a administração e a fiscalização enquanto autoridades. Isto fica evidente no que se refere às solicitações para reformas: enquanto boa parte dos moradores “de fora” procuram acatar as exigências institucionais, os nativos colocam-se como sendo um absurdo ter que pedir para intervir no que é de sua propriedade, e acabam se opondo a esse procedimento.

O depoimento de uma moradora “de fora” ilustra a preocupação em cumprir com os trâmites legais:

Tudo que a gente vai fazer aqui tem que pedir, por exemplo, pra trocar a cerca ali eu tive que pedir permissão. Aqui, eu sempre tenho medo de fazer as coisas, eu não quero levar nenhuma multa, então cada coisa que eu quero eu vou lá e peço. Só que é um saco! Tudo é proibido, nada é permitido! (15)

Num certo sentido, a resistência manifestada pelos nativos é mais uma das faces do sentido de “auto-afirmação” ou de identidade. Também sob esse viés, enquadra-se os depoimentos dos moradores do Sertão quando exigem seus direitos de proprietários pelo simples fato de pagarem impostos.

Não vem pra cá não que não tem... nós fomos criado desde pequeno aí na roça, pagando imposto dos terreno o ano todo [...] Eu não tenho medo de nada e não tenho nada a dever! [...] Pra que se paga imposto? Pra desfrutar do terreno, porque a gente precisa. Agora se não precisasse pra fazer a lavoura, pra ter lenha pra queimar... não era pra ter botado no chão [desmatado]. (02)

Comparando o conteúdo das entrevistas com aquele levantado pela imprensa e analisado na seção 4.2 e 4.3 deste estudo, evidencia-se as mesmas acusações e denúncias que nutrem o embate entre os moradores e a administração/fiscalização. Assim, enquanto esses alegam que os habitantes com seus usos e obras irregulares causam dano àquele ambiente, os moradores criticam a conduta arbitrária da administração, os empreendimentos do poder público (sede administrava e estação da CASAN) e de certos grupos privados (Clube dos Trinta e Sede dos Escoteiros).

Essa área, até pouco tempo tava intacta, mas com o advento da nova sede, do campo de futebol e da CASAN a paisagem está correndo uma ameaça seríssima... porque o poder público atua em grande escala. Então ele provoca um impacto muito grande [...] eu acho que a CASAN, a sede, tudo, estão abrindo um precedente muito grande pra destruir tudo, principalmente essa restinga aqui! (13)

Das críticas à nova sede, sobressaem-se: o tamanho e o custo da edificação; a derrubada de eucaliptos para que a construção fosse feita; o fato do regulamento do Parque ter sido alterado atendendo as conveniências do poder público.

Eu posso dizer que sou contra ao super dimensionamento da sede... inclusive pra fazer essa sede foi derrubada uma série de árvores que eles dizem ser intrusas... mas se nós temos grandes clareiras aí, porque derrubar? A própria altura da sede discrepa, não tem porque ser tão alta! E tem mais, quando eles querem mexer na lei eles mexem, vê se eles vão mudar alguma coisa pra beneficiar o morador. (11)

Com relação à ETA, boa parte das especulações referem-se ao fato do fornecimento ter sido expandido à costa leste da ilha (distrito Barra da Lagoa), quando o decreto previa apenas a costa sul (distritos de Pântano do Sul e Ribeirão da Ilha), e pela obra estar em andamento sem ter sido providenciado o EIA-RIMA.<sup>8</sup>

Ali onde tão aterrando era um banhado, tinha garça e um monte de pássaros... Agora a gente chega pra eles e pergunta sobre o impacto da obra eles dizem que aquilo ali é outra esfera. E tem RIMA? Não tem! Mas é obvio que tem que ter. Não que vá causar um desastre... mas se existe tanto rigor com relação a um prego que a gente põe na parede, como é que não se tem em relação a isso! (11)

Um morador com formação em oceanografia, reúne em seu depoimento, alguns dos possíveis danos:

Esse projeto da CASAN é uma coisa completamente irresponsável [...] O que eu acho mais perigoso é mexer no nível da lagoa, isso vai afetar a sobrevivência do “piri”. A circulação pelo canal de certas espécies como o robalo, a tainha, o pitu, vai ficar prejudicada... e eu duvido que a CASAN vá manter o escoamento de água no canal quando já estiver funcionando... e com o Campeche e a Barra da lagoa toda a mil. Além disso, não se tem um monitoramento sério pra se saber se em épocas de estiagem vão poder atender toda essa demanda. (14)

Para aqueles que residem às margens da lagoa um outro fator de preocupação advém com a elevação do nível de água a partir da construção da barragem no local onde ela extravasa, uma vez que certas vias de circulação e terrenos seriam inundados.

---

<sup>8</sup> Segundo declaração do aessor jurídico da FLORAM sobre a dispensa da elaboração do EIA-RIMA para as edificações da ETA: “Isso aconteceu também na gestão anterior [...] Quando a CASAN nos procurou novamente tinha em mãos o financiamento para a obra e as autorizações da FATMA. Se a gente exigisse o RIMA seria acusado de protelar a obra, que é sabidamente importante para a cidade.” (MARTINS, 1998b, p. 5).

Podemos lembrar ainda, que na medida em que se arrasta o impasse em torno das ocupações irregulares (ações de reintegração de posse) e com ele a “atmosfera” de insegurança, outras especulações em torno dos interesses do poder público são fomentadas. Muitos moradores explicam que a obsessão da FLORAM em expropriar dezenas de moradores da Área de Lazer é porque “eles querem isso aqui para os projetos deles!”<sup>9</sup> Para alguns nativos, a ação da administração tem objetivos puramente econômicos:

Pra mim esse Parque é um meio de ganhar dinheiro... aquilo lá [referindo-se à sede administrativa] é pra entrar dinheiro pra eles, que pro pobre não entra nada! O tombamento não e pela natureza que eles tão guardando, isso aí é pra ficar pra eles, que é um pedaço de terra linda, não tem pedra... Porque assim como eles tão fazendo lá e o dinheiro é pra eles, querem ficar com isso aqui também! (08)

Contudo, a dimensão do embate “moradores *versus* parque” não se restringe às críticas em relação à arbitrariedade da administração e ao impacto dos empreendimentos e projetos do poder público; pesando também sobre a valoração visual da paisagem. Retomando alguns dos resultados obtidos com a estratégia das fotografias, podemos inferir que os moradores se diferenciam dos demais grupos, não por terem efetuado o maior número de indicações à cena da casa demolida, mas, principalmente, por considerarem a foto do prédio da sede administrativa como um elemento detrator da qualidade visual da paisagem. Embora seja uma edificação bonita, pressupõe-se que pesa sobre a percepção dos moradores o que ela simboliza em termos de afirmação do poder instituído.

Já construíram a sede deles, agora a barragem da CASAN, daqui à pouco vai ser um prédio pro pessoal que trabalha ali. Eles tão vindo de lá pra cá tirando tudo que tá pela frente... feito uma retroescavadeira. O local que eu mais detesto é o prédio da administração e a barragem da CASAN. (10)

---

<sup>9</sup> Dentre as especulações mais difundidas, está a idéia de que há um projeto turístico encabeçado pelo empresário Beto Carrero, que pretende instalar na face leste da bacia um parque temático-aquático. Outros também comentam que o Grupo Portobello adquiriu recentemente boa parte das terras da porção oeste e sudeste da bacia, com o intuito de implantar um cassino com heliporto no Sertão do Peri. Até um fiscal declarou temer que o plano diretor possa ser alterado visando a instalação de hotéis e grandes empreendimentos turísticos: “Então eu penso muito, se um dia eu sair daqui, eu temo que a lagoa se acabe [...] A mim me custaria muito, daqui uns anos, chegar no convento dos padres, olhar para cá e ver a Área de Lazer toda desmatada e construída, a Área de Reserva Biológica sendo ocupada... eu tenho quase certeza que isso ocorrerá, é um jogo de interesses muito grande!” (33)

Outra forma de enfocar este embate é considerando a tensão “espaço público *versus* privado”. Sabe-se que com a implantação do Parque um espaço de utilidade pública se sobrepõe a um espaço já todo retalhado por propriedades individuais. Humanizando ainda mais esses conceitos, diríamos que se trata de um processo de sobreposição territorial. Neste sentido, os diferentes grupos exercem domínios parciais e atuam de modo a firmar e até mesmo ampliar suas possibilidades de apropriação (RIBEIRO, 1992).

Para os moradores, o território instituído (parque) constitui uma ameaça àquela porção da paisagem sobre a qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle e uso dos recursos e do patrimônio necessários à existência. Para os que são alvo de ações de reintegração de posse, então, trata-se de um roubo de seu território:

Pra quem tem o poder, é muito fácil chegar e dizer: “Agora isso aqui é público e vocês são invasores!” Porque eles se referem a gente como invasores, como se ninguém tivesse comprado os terrenos. Todo mundo comprou terreno de alguém, que já era de alguém, que sempre foi de alguém, nunca foi público. Então, não é de uma hora pra outra que vai se tornar público. É muito bonito pra quem não mora aqui: “Oh, que legal, agora temos um Parque pra passar o final de semana!”... e a tua casa vira um parque. (11)

De um modo geral, as respostas dos moradores às coerções sofridas não deixam de ter no sentido de territorialidade uma das principais motivações.<sup>10</sup> Em termos de comportamento ou ações de defesa, as cercas de arame farpado, os cães de guarda e as placas de advertência, observadas nas propriedades cujos donos estão sendo alvo de ações demolitórias, fornecem indícios do aguçamento dessa territorialidade.

Naquelas propriedades que estão às margens da lagoa, esses artifícios demarcatórios são empregados para informar aos visitantes as fronteiras entre público e privado. Esta observação fornece o gancho necessário à análise das imagens e estereótipos associados a esse grupo por moradores e fiscais.

Ao inquirir-se dos entrevistados sobre o que está associado à presença do visitante, percebe-se que a quase totalidade das referências feitas são de caráter

---

<sup>10</sup> Neste sentido, a territorialidade é entendida como a expressão de atitudes e comportamentos vividos e portanto não pode ser reduzida ao estudo do sistema territorial. Para BONNEMAISON (1981, 251), a “territorialidade” inclui a relação culturalmente vivida entre um grupo e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, isto é, o território.



depreciativo (*lixo, bagunça, depredação da vegetação, poluição da água, fogo e afogamento*), sendo que algumas recorrem diretamente ao estereótipo do “farofeiro”.<sup>11</sup>

Para os moradores, sobressaem-se: a *bagunça* ou baderna dos agrupamentos de visitantes, principalmente nos finais de semana; o *lixo* deixado às margens da lagoa e que alguns moradores confessam ter que juntar de vez em quando; a *poluição da água*, especialmente da lagoa.

Pra mim, final de semana cheio de turista quer dizer muita sujeira e barulho... Porque a pessoa que vem pra cá é uma pessoa mais humilde, vem com a família toda... aqui tu não paga estacionamento, você traz um lanche, uma galinha, farofa. Muita gente vem e faz churrasco na beira da lagoa e aí tá o problema porque fazem debaixo das árvores, das figueiras, e quando eles vão embora é lixo pra tudo que é lado. Eu cansei de sair aqui na frente pra catar lixo [...] até que um dia eu decidi botar uma cerca porque eles entravam aqui dentro! Aí vêm os fiscais e falam: “Aquela cerca lá embaixo não pode!” Vem cá enquanto for assim o que é que eu vou fazer? (14)

Alguns moradores são ainda mais enfáticos em descrever o desconforto vivido nos finais de semana mais movimentados:

Tem sábado e domingo que tu não escuta passarinho aqui! Você escuta tudo quanto é barulho, menos passarinho [...] Esta história do lixo incomoda pra caramba! Às vezes o pessoal que vem pra cá é tranquilo, mas no verão... é muita zoeira, é muito carro, isso aqui parece uma piscina pública. Domingo passado eu cheguei a ficar mal do estômago por causa do barulho... deu até dor de cabeça... minha filha não conseguiu estudar. (15)

Para os moradores do Sertão do Peri, o que mais preocupa em relação ao número de pessoas que visitam a cachoeira é o uso de drogas e o naturismo:

Só me alembro que essa bagunça não vai dar certo. De uma hora pra outra pode haver qualquer coisa e vão botar as culpas no pessoal daqui [...] Você vê gente fora de hora, de noite... não tem hora pra vim pra cachoeira... é todo dia [...] Isso de tomar banho “em couro” na cachoeira é um desaforo né! [...] Pra bem falar a verdade é por causa da droga também! Agora não vem pra cá essa marmanjada de fora, esses maconheiro plantar nada aqui porque nós vamos negaceá... (02)

---

<sup>11</sup> Em contrapartida, as representações dos visitantes acerca dos moradores e fiscais tende a assumir, basicamente, conotações positivas. A maioria dos visitantes, considerou que o número atual de residentes não afeta significativamente o ambiente, portanto, os moradores deveriam permanecer desde que ajudassem a preservar e não construíssem mais. Apenas dois visitantes observaram que os moradores que se fixaram na área depois da criação do Parque deveriam ser retirados. Sobre os fiscais que atuam na área, os visitantes tendem ao reconhecimento de que a presença e a ação dos fiscais é indispensável à preservação da paisagem.

Por sua vez, os fiscais não fazem referência à baderna ou barulho, mas destacam aquelas categorias relacionadas às situações mais problemáticas enfrentadas na fiscalização da área: *lixo, depredação da vegetação, fogo e afogamento*. Das respostas obtidas, chama a atenção o depoimento de um dos fiscais sobre o processo de visitação:

Eu sou contra essa visitação descontrolada que ocorre principalmente nos finais de semana, chega a ter duas, três mil pessoas aqui na lagoa. O que é que se vê? As pessoas cortando árvores, queimando e a nojeira que fica depois, aquele lixo jogado na orla da lagoa... então falta um projeto de visitação adequado. Essa é uma área que não tem condições de suportar toda essa quantidade de pessoas [...] Eu acho que nem deveria ter churrasqueira, deveria ser só piquenique. (33)

Tanto da parte dos moradores como de alguns fiscais, certas críticas em relação ao poder público (FLORAM) recaem diretamente sobre as debilidades do processo de implantação do Parque.

### 8.3.3. AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE.

DIEGUES (1998), enfatiza que um dos maiores problemas existentes nas unidades de conservação é convencer as populações, sobretudo locais, dos benefícios da área protegida. Indubitavelmente, as coerções sofridas pelos moradores estão no cerne dessa problemática.

No caso do Parque da Lagoa do Peri, das diversas formas de inconformismo e resistência analisadas, há outras, relacionadas ao processo de implantação, que embora já tenham sido mencionadas em diferentes momentos do Capítulo 4, merecem ser retomadas a partir dos relatos obtidos com as entrevistas.

Ao denunciarem que o Parque ainda não foi efetivamente implantado, os moradores insistem em dois motivos: (i) não há uma demarcação física dos limites; (ii) não houve a desapropriação e indenização dos proprietários.

Em se tratando da demarcação física do Parque, sabe-se que a falta de sinalização concreta (limites externos e internos) incide negativamente sobre muitos aspectos da realidade local. “A delimitação permite precisar até onde se estendem os efeitos do controle previsto para quem exerce a atividade de fiscalização ou permite aos usuários orientar-se quanto aos usos e atividades propostas para a organização do Parque.” (IPUF, 1978, seção XIII).

Vê-se portanto, que ao procurar orientar o usuário para que se obtenha uma conduta adequada à estrutura proposta, a delimitação assume uma perspectiva de ordem educacional importantíssima.

Embora a demarcação dos limites externos da bacia hidrográfica esteja prevista desde o tombamento da área em 76, até hoje, praticamente, nada foi feito. Essa inadimplência tem fomentado certas controvérsias em torno dos limites do Parque.

Quando analisamos as respostas dos entrevistados sobre a delimitação espacial do Parque, vimos que a abrangência tende a ser referenciada como uma área circunscrita em torno da lagoa, e que apenas alguns relatos incluem a extensão ocupada pela comunidade do Sertão do Peri e a faixa compreendida entre a rodovia SC-406 e a linha de praia. Na prática, a tendência a ignorar essas áreas é verificada entre os próprios residentes. Para os moradores do Sertão, o Parque:

É uma área em volta da lagoa... Aqui pra mim não tá dentro do Parque. Pra mim Parque é só lá em baixo. Eu ouvi falar que é trezentos metros em volta da lagoa, mas parece que eles querem tomar conta de tudo [...] Eu acho que aqui tá muito longe da lagoa pra tá dentro do Parque. (04)

Ante a dúvida, quando indagado se gostaria que o lugar onde mora estivesse dentro do Parque, um outro entrevistado respondeu:

Não, se tivesse fora era melhor, porque podia ser que mais tarde todo mundo fosse obrigado de sair daqui pra fora, não será? Se fosse Parque eu acho que eles iam tirar nós tudo daqui pra fora... não vão? (01)

No caso daqueles que se fixaram ao longo da rodovia SC-406, principalmente no núcleo da Praia da Armação:

Eu não vejo necessidade deles dizerem que isso aqui onde eu moro é área do Parque. Pelo fato de eu tá do lado de cá da estrada, eu realmente me sinto fora do Parque. (11)

Note-se, que a confusão provocada pela inexistência de uma demarcação física do Parque é reforçada pela resistência, consciente ou não, em aceitar que o local de moradia esteja dentro do Parque – uma vez que isso implicaria no acato das normas impostas.

Alguns nativos da restinga recorrem à discriminação sócio-econômica para explicitar que a indefinição dos limites do Parque acaba servindo à certos interesses:

Do morro aonde corre água pra baixo... é área do Parque. Agora é uma coisa que eu nunca entendo, eles vivem mudando. Ninguém nunca sabe ao certo! [...] Ali têm uma ponta, tá lotado de casa, é uma vila forte [núcleo da Praia da Armação] que de primeiro tava no Parque... dali eles vêm apertando, apertando, vão mudando né. E aí é errado! A parte rica eles vão defendendo e a parte pobre eles vão arroxando... aí não dá! (08)

Na prática, a divisa que parte da base do Morro do Peri e vai na direção leste até a linha de mar, atravessando o núcleo da Praia da Armação (mais ou menos na altura da Rua da Lua Cheia), é a mais contestada.<sup>12</sup> O depoimento de um dos fiscais entrevistados, revela, além do jogo de interesses, as dificuldades que a inexistência de demarcação física impõe ao serviço de fiscalização no local:

Se eu for seguir a lei, eu sei onde passa os limites do Parque. Mas aí chega no campo a situação é completamente diferente... por exemplo a Rua da Lua Cheia, os próprios moradores dizem que estão fora da área do Parque e se comportam dessa forma. Ali, o alto poder econômico de quem mora ali, famílias inclusive de vereadores, deputados... não se vai citar nomes. Na prática as pessoas não respeitam, as obras são embargadas e a coisa continua, continua... e porque que um nativo não pode trocar o telhado de sua casa se está chovendo dentro?... fica essa pergunta no ar. (33)

Na seção 4.3, mencionamos que a definição das áreas de uso e ocupação do solo também é alvo de contestações. Nas entrevistas, ao se referirem ao zoneamento, os moradores da restinga retratam com indignação o fato do local ter sido enquadrado como Área de Lazer, já que isso implicou num regime de uso extremamente restritivo. Cientes da discriminação sofrida, os nativos principalmente, almejam e reivindicam a situação legal vigente na Área de Paisagem Cultural.

Mas aqui também deveria ser área cultural porque o meu pai tinha engenho de farinha, engenho de açúcar. Ali o compadre Hercílio, o seu Zeca Tônico também tinha engenho... o engenho tá ali todo montado ali dentro ainda. Não é só no Sertão não, aqui era tudo engenho e o pessoal trabalhava tudo na roça, aqui era tudo roça! [...] Ah, lá no Sertão pode fazer tudo, pode construir, plantar né... só aqui a gente não pode fazer nada e por isso que aqui tinha que passar pra área cultural né.... (09)

De fato, o Decreto 091/82, em seu Artigo 2º, regulamenta que a identificação e demarcação das áreas deverá corresponder aos conceitos de Área de Reserva Biológica,

---

<sup>12</sup> É curioso notar que o programa de sinalização do Parque, segundo declarações do chefe da fiscalização, previa a colocação de dois portais junto à rodovia SC-406: um na altura do Morro das Pedras e outro no núcleo da Praia da Armação. A intenção era informar que naquele trecho entre os dois portais tratava-se de uma via-parque. Em junho desse ano, em comemoração ao dia do meio ambiente foi colocado apenas aquele do Morro das Pedras, onde os limites não são contestados.

Área de Paisagem Cultural e Área de Lazer. Por definição, a Área de Paisagem Cultural é a porção do território do Parque onde se localizam os assentamentos e atividades tradicionais. *A priori*, o simples fato de existirem moradores nativos já justificaria o enquadramento de pelo menos parte da restinga como Área de Paisagem Cultural. Por outro lado, parece não haver nenhum interesse da FLORAM em encaminhar essa retificação do zoneamento, embora represente uma das reivindicações encampadas pelo Conselho de Moradores desde sua criação.

O engraçado é que o plano diretor identificava duas comunidades na época, mas na hora de fazer o zoneamento excluiu a comunidade daqui enquadrando o local que ela ocupava como Área de Lazer. É isto que o Conselho de Moradores está querendo que seja revisto! [...] Feito isso, o Parque poderá ser realmente implantado! (13)

O outro motivo, que na opinião de certos moradores, vai de encontro ao processo de implantação, refere-se ao fato de que a quase totalidade da área abrangida pelo Parque não é pública, tendo em vista que ainda não houve a desapropriação legal e muito menos a indenização dos respectivos proprietários.

Na verdade o Parque ainda não foi implantado, essa é a verdade! Nas outras áreas que a ocupação não foi afetada, onde pode construir, reformar... pode-se até dizer que o Parque foi implantado, pois não foi afetado o direito básico de propriedade. Mas aqui onde diz que não pode isso ou aquilo, que é público, era obrigado a ter as desapropriações para transformar em área pública. Aqui se tu for ver, tá tudo cercado, não existe uma área que a posse é pública. A prova que existe a necessidade é que a prefeitura desapropriou aqui onde tem o campo de futebol. Se ali que não tinha ninguém morando foi desapropriado, imagine onde tá habitado! Só que eles dizem que não, que a gente tem que sair com uma mão na frente e outra atrás, não interessa se pagou. (11)

Por último, convém lembrar que a contestação em torno da implantação do Parque não está restrita aos moradores, um dos fiscais entrevistados ratificou num só depoimento, os argumentos apresentados acima:

Vejamos o caso das terras da Lagoa do Peri, quem são os verdadeiros donos? É o poder público? Não! Se a lei prevê a desapropriação das áreas, o fato é que até o momento o município não tem 1% das terras. Então o Parque está implantado? Apesar de ter essa sede, não está! Além disso, o Parque até hoje não tem demarcação física, as áreas teriam que ser demarcadas, piqueteadas, qualquer marco que seja. Sinalização não temos nada no Parque. Então tem um nome, mas na realidade não é um parque! (33)

Contudo, a “paisagem-problema” pode levar os moradores à reafirmarem seus interesses e a reconhecerem a necessidade de participação no processo de gestão do Parque (ver seções 4.2 e 4.3):

Temos maior interesse de cuidar do local [...] Nenhum morador quer depredar isso aqui. Então eu acho o seguinte: o morador têm de ser valorizado pra se sentir “dono do local”... pra que ele ajude realmente nessa administração e se sinta participando e não apenas uma pessoa que está ali; que a qualquer momento pode ser retirada, cerceada de seus direitos na utilização dos recursos. [...] Então, quando o Conselho de Moradores pede que todos os moradores sejam integrados ao Parque é porque ele acha que ainda não se está fazendo pressão sobre o ambiente. (13)

Para um outro informante, a permanência dos moradores se deve em muito à existência do Conselho:

Não tem lugar que nem esse aqui, não tem! O problema é como eu falei, não deixam a gente em paz né... Acho que se não fosse a associação lá que nós mantemo, fizemo aqui, nós já tinha saído daqui já. (07)

A partir da observação feita por um morador da Área de Lazer, percebe-se o intento de identificação da organização local com movimentos sociais mais amplos:

O nome que a gente deu pro movimento que tem aqui é “movimento dos com terra”, já que tem o movimento dos sem terra... aqui são os que tem a terra mas não podem morar na terra entendeu? (11)

Vimos nas seções 4.2 e 4.3 deste estudo, que em diferentes momentos, a organização comunitária deteve papéis importantes na defesa da tese de que é preciso compatibilizar a presença dos moradores com a preservação ambiental. Tal postura, defendida primeiramente pela ASMOPE e depois pelo Conselho de Moradores, reivindica a participação dos moradores nas decisões que afetam as suas vidas. Por outro lado, infelizmente, constata-se um descaso absoluto por parte do poder público em relação à importância e ao papel legal do Conselho. Com frequência, as deliberações são tomadas sem sequer levar em conta o parecer do órgão de representação dos moradores. A proibição da pesca (tarrafas, redes) na lagoa para os nativos que sobrevivem dessa atividade, constitui apenas um dos exemplos mais recentes dessa arbitrariedade.<sup>13</sup> Além

<sup>13</sup> O Decreto Municipal 380/98, publicado em 14 de setembro do ano passado, alterou o Artigo 21 do Decreto 091/82, que permitia a pesca com tarrafas, redes de espera e espinhéis pelos moradores

disso, a organização comunitária incipiente acaba se convertendo num outro elemento importante de agravamento da problemática.

Dos relatos apresentados nesta seção, pode-se inferir que as tensões e conflitos que perpassam a perspectiva da "paisagem-problema" são diversos e significativos. Indubitavelmente, sem o devido equacionamento da problemática e a busca democrática por alternativas que permitam sanar os problemas existentes, certos objetivos que justificaram a criação do Parque da Lagoa do Peri estão fadados a serem distorcidos, quando não impossíveis de serem concretizados.

#### 8.3.4. EM BUSCA DA COMPATIBILIZAÇÃO/ POR UMA GESTÃO PARTICIPATIVA:

Admitindo que é preciso superar os conflitos e problemas que ainda permeiam o processo de implantação do Parque, nos propomos a sistematizar algumas considerações a partir dos levantamentos desta pesquisa.

Indubitavelmente, os maiores problemas existentes no Parque da Lagoa do Peri derivam da questão fundiária, especialmente na Área de Lazer. Juridicamente, embora as terras abrangidas pelo Parque devessem ser públicas, passadas quase duas décadas, apenas a área do campo de futebol junto à rodovia foi desapropriada e indenizada. Nem o terreno onde se encontra a sede administrativa é público, uma vez que vem sendo cedido por contrato de comodato pela Sociedade Padre Antônio Vieira desde 1986. Portanto, do ponto de vista fundiário o Parque não possui legitimidade, estando tão irregular quanto aquelas edificações construídas depois de sua criação.<sup>14</sup>

Considerando que a vontade política e os recursos financeiros para a superação desta situação são comumente muito escassos, supõe-se que esta problemática se arraste por tempo indeterminado, a não ser que aquela unidade de conservação seja

---

do Parque. A partir de então, somente é permitido a pesca com linha e caniço. Com isto, os moradores nativos que obtêm da pesca parte de seu sustento foram forçados à mesma estratégia já executada pelos pescadores de fora: à noite, por não haver fiscalização (não pagamento de horas extras) eles se lançam na pesca clandestina.

<sup>14</sup> Aqui concordamos com RIBEIRO (1992), quando argumenta que a ilegalidade é prática corrente nas demarcações empreendidas por diversos agentes; importando ressaltar que ela não é exclusiva das ocupações empreendidas por famílias pobres. Porém, nesses casos, o que chama a atenção não é tanto o caráter ilegal, mas a discriminação a que estão sujeitas: é muito mais ilegal um casebre de madeira pendurado numa encosta ou atolado num mangue do que uma clínica veterinária de alvenaria com estacionamento em plena Av. Beira Mar Norte, exemplifica a autora.

transformada em Área de Proteção Ambiental-APA, como sugere o Conselho de Moradores. Neste caso, mantêm-se os objetivos de preservação dos recursos naturais e paisagísticos respeitando-se os princípios que regem o direito de propriedade, ao mesmo tempo que se estabelece restrições ao seu exercício. Isto dispensaria a necessidade de desapropriação, cabendo no entanto, a regulamentação detalhada dos usos e ocupações compatíveis com a proteção daquele ecossistema.

Independente da solução dada à problemática fundiária, entende-se que:

a) A participação efetiva da comunidade nos processos de gestão da unidade é fundamental para a superação do embate “moradores *versus* parque”, e para um real comprometimento dos moradores com a proteção daquele ecossistema. Vimos neste estudo, que os instrumentos necessários à uma gestão participativa já estão regulamentados e em certa medida implantados, bastando, portanto, que a administração respeite os dispositivos legais, especialmente no que diz respeito ao papel do Conselho de Moradores. Convém lembrar que o sucesso desse processo dependerá em muito do fomento à participação comunitária, que se encontra muito incipiente entre os moradores da restinga e totalmente inexistente entre os moradores do Sertão do Peri.

b) Existe a necessidade de uma mudança legal de modo a ampliar o direito de uso do patrimônio imobiliário por parte dos moradores que habitam a Área de Lazer e que já residiam na área no momento da criação do Parque. Assim, dentro de limites e encaminhamentos preestabelecidos juntamente com o Conselho de Moradores, deveria ser permitido reformas residenciais (parcial ou integral) e ou edificação domiciliar aos descendentes de nativos. A desculpa comumente apresentada pela administração de que não é possível alterar a lei é descabida quando nos lembramos das modificações no Decreto 091/82, promovidas pelo poder público com o intuito de viabilizar seus empreendimentos – ainda que em nome dos interesses da sociedade.

c) É urgente a elaboração e execução de um “plano de manejo” juntamente com a população local e que inclua: (i) um plano de visitação que estabeleça limites sobre o número de visitantes, capacidade de suporte das áreas e trilhas, atividades de lazer e recreação orientadas por pessoal devidamente capacitado, etc.; (ii) serviço de fiscalização mais educativo, principalmente junto à visitantes; (iii) orientação técnica conservacionista à exploração agrícola de subsistência efetuada pelos moradores do Sertão do Peri.



d) Dada a fisionomia relativamente homogênea da paisagem – em função de seu estado natural –, as controvérsias entre os moradores e o desconhecimento por parte dos visitantes em torno da abrangência do Parque, faz-se indispensável a imediata delimitação física da área, bem como a implantação de um programa interpretativo que através de definições visualmente precisas (sinalização), informe sobre os limites externos e internos (zonas) do Parque, e sobre os diferentes usos e funções das áreas zoneadas.

e) No quarto capítulo deste estudo, evidenciou-se os constantes descasos da administração municipal em relação ao processo de implantação do Parque. Ao nosso ver, no que toca às ocupações irregulares, não basta que a administração municipal seja acionada junto ao Ministério Público como ré, por omissão. Isto tem que se dar em nível de fatos e ações: ou reconhecendo o direito de permanência daqueles moradores em condição ilegal ou indenizando-os de forma justa. Ao que tudo indica, uma proposta digna e concreta de reassentamento já solucionaria boa parte dos casos. É indispensável o envolvimento do Conselho de Moradores e da população local no encaminhamento desta problemática.

Aqui não poderíamos deixar de chamar a atenção para o caso dos moradores Getúlio e Aldira Pinheiro, que tiveram sua casa demolida em abril de 97 e que até hoje não foram reparados dos danos materiais e morais sofridos. É inaceitável a insensibilidade da FLORAM e dos órgãos de justiça em relação à situação desse casal de nativos. Convém registrar que depois da demolição da casa, eles permaneceram por oito meses morando numa garagem de 12m<sup>2</sup>, cedida por um vizinho. Passados quase dois anos, sequer receberam a visita de uma assistente social da prefeitura.

Por mais plausíveis que tenham sido os motivos do poder público para levar à cabo o processo de reintegração de posse, é reprovável o tratamento dispensado a este caso e de uma certa forma aos anteriores.<sup>15</sup> Além do que, o fato que culminou com a demolição (construção da casa em 84 e reforma integral em 97) torna-se insignificante

---

<sup>15</sup> Num artigo publicado no final de julho deste ano, Manoel BORBA (1999), expõe o seguinte raciocínio sobre a problemática das ocupações irregulares no Parque da Lagoa do Peri: “Passaram-se 18 anos, e até o presente momento não se têm notícias do trâmite de um processo legal de desapropriação ou indenização, seja pelas propriedades ou prejuízos econômicos. Onde fica nesta história os princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade? Que motivação pode se dar a um cidadão cerceado de seus direitos, carente, sem teto e sem condições de sustentar a si e à sua família, para que ele preserve o meio ambiente? Ou seja, um parque criado abrangendo a sua propriedade.”

quando sabemos que dezenas de pessoas “de fora” e que construíram depois da criação do Parque continuam com suas casas “de pé”. Sendo que dentre essas, encontram-se desde residências secundárias até edificações destinadas ao lazer de grupos ou associações (Clube dos Trinta, sede dos escoteiros).

Mantidas estas incoerências e a falta de transparência nos critérios adotados para resolver esta problemática, não há outro qualificativo mais adequado à administração municipal (inclusive anteriores) do que ser taxada de injusta e arbitrária.

### (RE)CONSIDERAÇÕES FINAIS III:

Inicialmente, do tema explorado na terceira parte deste estudo, podemos considerar que de um modo geral, a geograficidade dos diferentes usuários e grupos em relação à(s) paisagem(ns) da Bacia da Lagoa do Peri é extremamente positiva. Sobressaem-se na percepção, valoração e representação, as formas ou componentes naturais: água, vegetação e relevo. Indubitavelmente, a lagoa assume uma posição central nesse processo. A diversidade de adjetivações (sossego, beleza, naturalidade, etc.) elencadas pelos sujeitos referem-se em grande parte à essa dominância exercida pelos elementos naturais e ilustram o caráter topofílico da experiência.

É preciso reafirmar que a paisagem vivida pode engendrar tantas respostas quanto forem as intenções em relação a ela. Paisagem como habitat, lazer, labor, natureza, reserva e como problema representam algumas das formas pelas quais a experiência e o sentido de paisagem podem ser enfocados, desvelando sua plurimodalidade e as fontes de vínculos dos sujeitos com a paisagem.

Pela experiência utilitária, vimos que a paisagem é percebida e valorizada mais pelo uso. As três perspectivas analisadas no sexto capítulo, foram abstraídas em virtude da satisfação de diferentes necessidades humanas em relação ao ambiente. Nelas, evidencia-se que a identidade da paisagem como lugar é colorida pelo papel sociocultural exercido pelo indivíduo ou grupo: a “paisagem-habitat” decorre da experiência do morador que a focaliza como território de moradia, convívio social e ou subsistência; a “paisagem-lazer” advém da interação do visitante que a identifica como um lugar onde suas necessidades em nível de ócio, descanso e recreação são atendidas; a “paisagem-

labor” representa a perspectiva do fiscal que tende a enquadrá-la como Parque e como local de desempenho de suas atividades profissionais.

Ao incluir aquilo que tem significância para os diferentes sujeitos, a paisagem deixa de ser o pano de fundo das atividades e acontecimentos cotidianos ou excepcionais e integra-se à existência humana. Neste sentido, imbricam-se as valorações utilitária e estética, que devem ser entendidas como se combinando e reforçando uma à outra – daí as qualidades mais destacadas pelos informantes serem *sossego e beleza*.

No sétimo capítulo, ao tratarmos especificamente da apreciação estética da paisagem, vimos que sob a perspectiva da “paisagem-natureza” a qualidade visual dos cenários decorre do arranjo dos componentes: água (lagoa, mar, cachoeira), vegetação (Mata Atlântica e vegetação de restinga) e relevo (morros e planícies). No caso da Bacia da Lagoa do Peri, dada a dominância das formas naturais e o caráter pontual ou localizado das atuações humanas, nota-se que essa valorização têm um peso significativo na experiências dos diferentes usuários. Daí os usuários preferirem as fotografias onde a natureza se mostra em toda a sua pujança, ao mesmo tempo que desconsideram ou reprovam aquelas onde predominam as estruturas resultantes da intervenção humana.

Porém, frente à variedade de experiências levantadas pela pesquisa, além da valoração utilitária-estética, outra é facilmente identificada: a ecológica – daí a ênfase dos entrevistados sobre uma terceira qualidade definida como *naturalidade*.

Sob a perspectiva da “paisagem-reserva” vimos que a Bacia da Lagoa do Peri é valorizada como um espaço ou patrimônio que deve atender as necessidades das gerações presentes e futuras. Sob graus e formas diversas, os diferentes usuários reconhecem que a garantia de seus interesses e objetivos em relação à paisagem depende da manutenção do elevado nível dos atributos naturais e paisagísticos. Ainda que esta apreciação apenas reflita o conservacionismo que caracteriza o discurso ambiental hoje, revelam posturas que vão ao encontro dos valores, normas e instrumentos instituídos.

Através da análise das percepções, valores e atitudes dos sujeitos entrevistados evidenciou-se como respondem à dimensão institucionalizada ou à existência do Parque. Interessa-nos ressaltar que se por um lado, a direção das atitudes verbalizadas é positiva, levando à valorização da existência do Parque, por outro, persistem tensões e conflitos que apontam para a incompatibilidade entre a dimensões institucionalizada e utilitária da paisagem (“preservação *versus* manejo”), especialmente no caso dos moradores.

Ao abordar a perspectiva da “paisagem-problema” procurou-se dar visibilidade às tensões e conflitos que perpassam o embate “moradores *versus* parque” e que emanam da valoração ecológica daquele ambiente. Evidenciou-se que apesar de reconhecerem o papel do Parque na preservação da paisagem – precisamente por representar a manutenção da qualidade de vida desfrutada – pesa negativamente sobre suas experiências cotidianas as diversas formas de coerções sofridas, daí a ambivalência e ambiguidade que permeia as respostas desses sujeitos. Dos casos levantados, explicitamos as respostas dos moradores do Sertão do Peri às restrições de manejo da vegetação e aquelas dos moradores da Área de Lazer sobre as coerções em torno do patrimônio imobiliário. Convém lembrar que na medida em que as regras de manejo são impostas e não vêm acompanhadas de um processo de educação/conscientização, e ou de alternativas que compensem as restrições sofridas, os usos e atividades considerados “ilegais” tendem a manter-se sob o signo da clandestinidade.

Direta ou indiretamente, as tensões e conflitos têm como base motivacional representações intergrupais negativas. Dentre as implicações intersubjetivas do dilema instituído “preservação *versus* manejo” e do embate “moradores *versus* parque”, evidencia-se a forma depreciativa e ambígua pela qual os moradores representam os fiscais e a administração do Parque (FLORAM).

Da parte dos moradores, chama a atenção ainda, os diversos argumentos que convergem para o sentido de auto-afirmação (identidade), sobressaindo-se: as críticas e denúncias feitas às ações (discriminatórias) e interesses da administração do Parque e do poder público de um modo geral; a ênfase sobre seus direitos de proprietários e o aguçamento do sentido de territorialidade; a vinculação da proteção da paisagem à existência e permanência dos moradores; a insistência na tese de que o Parque ainda não foi implantado, especialmente pelo fato de que as desapropriações não foram efetuadas.

Desta forma, expressam sua resistência e inconformismo diante das imposições e coerções sofridas. Daí alguns moradores reafirmarem a necessidade, enquanto cidadãos, de deliberarem sobre as questões que afetam suas vidas diárias e reconhecerem o papel do Conselho de Moradores na defesa de seus direitos e interesses. Tal atitude, vai ao encontro do eixo daquelas proposições que permitiriam a compatibilização entre a dimensão institucionalizada e vivida: a implementação de uma gestão democrática e participativa da unidade de conservação.

## PAISAGEM/PAISAGENS

Enquanto realidade, a paisagem geográfica deve ser considerada em seu aspecto pluridimensional, isto é, como um campo de coexistência de diversos fenômenos interrelacionados. Ao longo deste estudo, a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri foi tomada como um texto que oferece a possibilidade de leituras diversas e igualmente válidas. Através das dimensões *morfológica*, *institucionalizada* e *vivida*, a abordagem se deslocou da paisagem como “campo de visibilidade”, quando caracterizou-se suas formas e estrutura visível, para a paisagem enquanto “campo de significação” individual e sociocultural, onde enfocou-se os significados e valores construídos pelos sujeitos que a vivenciam.

Neste caso, a paisagem foi tomada como um conjunto dinâmico, no qual o sujeito vive, desloca-se e busca por significados. Tornou-se evidente que os cenários vividos assumem diferentes sentidos segundo o “modo de olhar” e, assim, a paisagem não é um horizonte fixo e estático, mas construído de movimento, valores e sentimentos.

Augustin BERQUE (1998), nos fala que a paisagem é plurimodal, assim como é o sujeito para o qual a paisagem existe. Admite-se que tanto pela diversidade de arranjos e cenários como pelas diferentes maneiras de olhar e atribuir significados, seria mais adequado referir-se à paisagens que emanam de uma mesma paisagem.

Especialmente pelo que analisamos na terceira parte desta pesquisa, a Bacia da Lagoa do Peri constitui-se num espaço que abriga variações paisagísticas, não só naturais, mas também socioculturais e psicológicas.

A partir das valorações utilitária, estética, lírica e ecológica, aqui analisadas, percebe-se que o mesmo espaço apresenta diferentes camadas de significados. Logo, “paisagem como habitat”, “lazer”, “labor”, “natureza”, “reserva” e como “problema”, constituem algumas das formas (metáforas) pelas quais a experiência e o sentido de paisagem podem ser enfocados, revelando aspectos distintos da geograficidade dos sujeitos com o entorno.

Na opinião de vários autores, a paisagem precisa ser pensada como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana. Michel COLLOT (1990, p. 31), compara a paisagem a um espaço transacional: “A paisagem é uma interface entre espaço objetivo e espaço subjetivo: sua percepção articula a um só tempo o reconhecimento de propriedades objetivas e a projeção de significações subjetivas.” DARDEL (1952), sugere que os prolongamentos da paisagem geográfica partem de espaços reais e estendem-se pelos espaços imaginários, porque ambos constituem as perspectivas da existência humana, ilimitada no sentido de sua geograficidade.

Ainda sob a condição de espaço transacional, a paisagem tem de ser entendida como um lugar de troca entre as esferas individual (privada) e coletiva (pública), ou seja, como campo de expressão do político.

No caso aqui estudado, evidenciou-se que a institucionalização da paisagem enquanto unidade de conservação é uma expressão normativa extremamente elaborada deste processo e que não deve ser entendida apenas como produto de parâmetros técnicos, científicos e jurídicos, mas, principalmente, como cenário de encontros e sobreposições de significados e interesses variados, de lógicas que atuam em diferentes escalas e que partem de atores sociais direta ou indiretamente envolvidos com o espaço.

Na forma aqui sistematizada, “paisagem-reserva” e “paisagem-problema” podem ser encaradas como camadas do campo de significação (ecológica) onde os interesses ora são sinérgicos, ora são antagônicos, desencadeando tensões e conflitos entre indivíduos e grupos. É preciso reconhecer, como faz GONÇALVES (1999), que os conflitos de uso da natureza são conflitos que constituem os próprios atores ou classes sociais.

Sobretudo, é preciso entender a “paisagem-problema” como um descompasso entre os valores institucionalizados e aqueles vividos, especialmente no que concerne a perspectiva utilitária.

É na fruição da valoração utilitária que os esforços devem se concentrar para que se possa compatibilizar os interesses dos moradores com os objetivos que justificaram a criação do Parque. Afinal, enquanto os moradores estiverem ameaçados de seus direitos, impedidos da satisfação de suas necessidades básicas e aliados do processo de gestão do Parque, os conflitos persistirão e tornar-se-ão potencialmente mais significativos. Neste sentido, retomamos o argumento de Lineu BLEY (1990), quando ratifica que é nos verbos *criar* e *possuir* que encontramos o verdadeiro significado e significância da

paisagem vivida. No caso dos moradores do Parque da Lagoa do Peri, criar no sentido de continuar dotando a paisagem vivida de um significado pessoal e possuir no sentido de ultrapassar a condição de usuário e participar do processo decisório das questões que afetam suas vidas, reafirmando assim, sua cidadania.

Por tudo isto, a paisagem, torna-se um espaço plástico, apto a ser configurado tanto pelas percepções, valores e atitudes individuais, como pelas representações coletivas e, desse modo, sempre se revelando numa oportunidade de construção de significações ou de uma repetição de estereótipos e ideologias (COLLOT, 1990).

Por mais que estas últimas linhas ainda clamem por conclusões pragmáticas e soluções definitivas para os problemas levantados, confesso não ser possível delineá-las. Simplesmente, porque acredito que estas só são efetivas quando resultam de um processo de construção coletiva. Num certo sentido, entendo que a "paisagem ideal" não é aquela onde as tensões e conflitos homem-ambiente-homem estão ausentes, mas sim, onde esses elementos constitutivos de toda e qualquer relação são aceitos e tomados como indicativos do caminho a ser trilhado democraticamente... na busca por um "gênero de vida" que aos poucos realize nossas próprias utopias. Por tudo isto, prefiro encerrar este estudo com uma apreciação poética daquilo que é sua essência:

#### PAISAGEM / PAISAGENS:

*Sentido dos sentidos,  
paisagens surgem de uma única paisagem!  
Sonhos ecoam num só espaço.  
Acordam realidades: complexas, ambivalentes, ambíguas.  
Realidades que desvelam não só as inúmeras faces da paisagem,  
mas a busca do "olho" por um significado, por uma leitura,  
por um lugar onde a atenção despendida traduza  
ordem, sentido, valor, identidade.  
Paisagens são perspectivas!  
São espelhos que refletem nossos sentimentos e pensamentos,  
anseios e medos.  
Nossa individualidade na individualidade do entorno.  
Armazenadas na memória e na alma  
antes de serem efêmeras, paisagens são duradouras...  
antes de comporem apenas quadros e cartões postais,  
são "substâncias" que integram e animam nossas vidas.*

*... madrugada de maio de 1998.*

# ANEXO



1.

**QUESTIONÁRIO: (m) = morador; (v) = visitante; (f) = fiscal**

**Data:** ...../...../..... **Local:** ..... **hs**

**Nome:** .....

**Sexo:** *masculino* ( ) *feminino* ( )

**Idade:** ..... *anos*

**Escolaridade:** *analfabeto* ( ) *primário* ( ) *1º grau* ( ) *2º grau* ( ) *3º grau* ( )

**Profissão:**

**Local de origem:**

(m) Tempo de moradia:/ (v) Frequência com que visita:/ (f) Tempo de trabalho no parque:

(m) Motivo pelo qual veio morar no local:/ (v) Motivo pelo qual frequenta o lugar:

*O que você entende por paisagem?*

**SOBRE ESTA PAISAGEM:**

1. O que significa?

2. Como você a descreveria (para alguém que não a conhece)?

3. Do que você gosta (de que sentiria mais falta)?

4. De que você não gosta?

5. Pra que serve?

6. O que prejudica?
7. Como você gostaria que seus filhos e netos a conhecessem?
8. Como cuidar?
9. Quem deve cuidar?

<b>SOBRE O PARQUE:</b>
------------------------

10. O que é?
11. Até aonde vai?
12. Como está dividido?
13. Qual sua opinião sobre os eventos de educação ambiental?
14. O que você acha do tombamento dos engenhos?
15. O que você faria caso não houvesse proibição?

16. O que teria acontecido com esta paisagem caso não existisse o parque?

17. (m) (f) Com o que você associa a presença do visitante?

18. (m) (v) Como você vê os fiscais/administração?

19. (v) (f) O que você acha da existência de moradores no parque?

20. Qual sua opinião sobre as demolições?

### ESTRATÉGIA DAS FOTOGRAFIAS

Quais as fotografias mais bonitas e por quê você as escolheu?

( )

( )

( )

Quais as fotografias mais feias e por quê você as escolheu?

( )

( )

( )

2.

Quadro da distribuição de aspectos paisagísticos e qualitativos (n=35)  
Perguntas 1-5: significado, fisionomia, valor afetivo e utilidade da paisagem

<b>Aspectos paisagísticos*</b>		<b>m</b>	<b>v</b>	<b>f</b>	<b>Total</b>
• Formas naturais:	Lagoa	26	31	8	65
	Vegetação	15	24	8	47
	Morro	9	13	1	23
	Fauna	13	2	6	21
	Mar/praias	6	4	1	11
	Cachoeira	3	2	2	7
	Pedras	2	1	3	6
<i>Subtotal</i>		74	77	29	180
• Formas construídas:	Infra-estrutura de lazer	1	8	1	10
	Lavoura	7			7
	Estrada/trilha	5	1		6
	Sede administrativa	2	1		3
	Rede elétrica	1			1
	Engenhos	1			1
<i>Subtotal</i>		17	10	1	28
<i>Total</i>		91	87	30	208
<b>Aspectos qualitativos</b>		<b>m</b>	<b>v</b>	<b>f</b>	<b>Total</b>
• Aspectos positivos:	Sossego	23	23	1	47
	Beleza	12	15	10	37
	Naturalidade	10	8	6	24
	Segurança	4	13	1	18
	Qualidade da água	8	7	1	16
	Paraíso	9	5	1	15
	Qualidade do ar	12		1	13
	Bom	10	3		13
	Subsistência	12			12
	Sombreado		8	1	9
	Sociabilidade	5		1	6
	Saudável	5			5
	Harmonia		5		5
	Tudo	4			4
<i>Subtotal</i>		114	87	23	224
• Aspectos negativos:	Coerção	25			25
	Visitação	7	2	5	14
	ETA-CASAN	5	2	1	8
	Sede administrativa	5	3		8
	Lixo	1	4	2	7
	Caça/pesca	2		3	5
	Infra-estrutura de lazer		5		5
	Morro (acesso difícil)	5			5
	Construção residencial			4	4
	Fiscalização	2			2
<i>Subtotal</i>		52	16	15	83
<i>Total</i>		166	103	38	307
Sem problemas		1	6		7

\* m = moradores; v = visitantes; f = fiscais

Os números indicam a frequência com que as referidas categorias aparecem nas respostas (perguntas 1-5 do questionário) dos entrevistados.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AMARAL, Eduardo Antônio Ribas. **Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.** Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. 218 p.
- AMORIM FILHO, Osvaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 139-152.
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LAGOA DO PERI – ASMOPE. **Manifesto.** Florianópolis, 02 dez. 1997.
- BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 202 p.
- BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens americanas: imagens e representações do *wilderness*. **Espaço e cultura**, n. 5, jan./jun. 1998. p. 43-53.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 84-91.
- BLEY, Lineu. **Morretes: estudo de paisagem valorizada.** Rio Claro, 1990. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro. 215 p.
- \_\_\_\_\_. Morretes: um estudo de paisagem valorizada. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 121-138.
- BONNEMAISON, Joël. Voyage autour du territoire. **L'Espace Géographique**, n. 4, p. 249-262, 1981.
- BRUHNS, Heloísa Turini. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo e \_\_\_\_\_ (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.** São Paulo: Papirus, 1997. p. 125-140.
- BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC ed./Editora da UFSC, 1991. 168 p.
- CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: \_\_\_\_\_. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 95-105.
- CARUSO, Mariléia Martins Leal. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 2ª ed. 158 p.
- CASCAES, Franklin. **Vida e arte e a colonização açoriana**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1981. 169 p. Entrevistas concedidas e textos organizados por Raimundo C. Caruso.
- CASTILHOS, Janete Abreu de. **Estudo evolutivo, sedimentológico e morfodinâmico da Praia da Armação – Ilha de Santa Catarina, SC**. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. 134 p.
- CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA - CECCA. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Insular, 1997 a. 247 p.
- \_\_\_\_\_. **Unidades de Conservação da Ilha de Santa Catarina: caracterização e legislação**. Florianópolis: Editora Insular, 1997 b. 160 p.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1996. 440 p.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. A preferência e a valorização de meios ambientes. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 13, n. 25, p. 77-79, 1983. Resenha de: John R. Gold e Jacquelin Burgess (org.). *Valued Environments*. Londres: Georg Allen & Unwin, 1982.
- COLLOT, Michel. **Pontos de vista sobre a percepção das paisagens**. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 20, n. 39, p. 21-32, 1990.
- CONSELHO DE MORADORES DO PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI. **Lagoa do Peri, moradores e a realidade: um pequeno relato**. Florianópolis, 13 fev. 1998a.
- CONSELHO DE MORADORES DO PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI. **Minuta para a reunião com a OAB**. Florianópolis, abr. 1998b.
- CONSELHO DE MORADORES DO PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI. **Ata da segunda reunião**. Florianópolis, 19 mai. 1998c.
- CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. 123 p.

- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 92-123.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. 453 p.
- DARDEL, Eric. **L'Homme et la terre: nature de la réalité géographique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1952. 133 p.
- DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth C. L. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 95-105.
- DEL RIO, Vicente. Cidade da Mente, Cidade Real: Percepção e Revitalização da Área Portuária do Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_ e OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção Ambiental : a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 3-22.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998. 169 p.
- DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica**. São Paulo: Difel, 1973. 130 p.
- \_\_\_\_\_. Comentário: A produção do meio. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 89-90.
- DUBOS, René. **Namorando a Terra**. São Paulo: Melhoramentos, 1981. 150p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n.º 1.408, de 04 de junho de 1976. Tomba como Patrimônio Natural a Bacia da Lagoa do Peri. **Diário Oficial de Santa Catarina**, n. 10.517, 2 jul. 1976.
- FLORIANÓPOLIS. Lei Municipal n.º 1.828, de 04 de dezembro de 1981. Cria o Parque Municipal da Lagoa do Peri e institui seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo. **Diário Oficial de Santa Catarina**, n. 11.869, 15 dez. 1981.
- FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n.º 091, de 01 de julho de 1982. Regulamenta a Lei Municipal n.º 1.828 de 04 de dezembro de 1981 que criou o Parque Municipal da Lagoa do Peri e instituiu seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo. **Diário Oficial de Santa Catarina**, n. 12.038, 23 ago. 1982.
- FLORAM – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE FLORIANÓPOLIS. **Parque Municipal da Lagoa do Peri: cadastro de moradores**. Florianópolis, 1998a.

- FLORAM – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE FLORIANÓPOLIS. **Parque Municipal da Lagoa do Peri: guia do meio ambiente**. Florianópolis, 1998b. Catálogo de fauna e flora.
- FOWLER, Harold G. e GIURFA, Martin. A pesquisa e seu papel na formação universitária. **Revista Geográfica**, n. 12, p. 95-99, 1993.
- GONÇALVES, Carlos W. P. Entrevista com o professor Carlos Walter Porto Gonçalves. **Revista Geosul**, v. 14, n. 27, p. 180-209, jan./jun. de 1999.
- GUIMARÃES, Elaine Vargas. Nadar : uma conversa com a Lagoa do Peri. In: SILVA, Maurício Roberto da (org.). **Caderno de Pesquisa – RPD: pesquisando o lazer/recreação na perspectiva da graduação em educação física da UFSC**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. p. 71-85.
- HARO, Martim Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1990. 333 p.
- HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Pós-graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 550 p.
- \_\_\_\_\_. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e cultura**, n. 3, jan. 1997a. p. 8-19.
- \_\_\_\_\_. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, ano II, n. 3, jul./dez. 1997b. p. 77-85.
- IPUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri**. Relatório Final, 1978. vol. 1.
- KLEIN, Roberto Miguel. **Contribuição ao conhecimento da flora e da vegetação do Vale do Itajaí – Santa Catarina**. São Paulo, 1978. Tese (doutorado em Botânica) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo. 412 p.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989. 234 p.
- KUERTEN, Roberto Maykot. **Produção de cartas de uso e cobertura da terra a partir de dados obtidos por sensores remotos – Área teste: Parque Municipal da Lagoa do Peri**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Pós-graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, 88 p.
- LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1996. 274 p.



- LAGOA DO PERI. Alcides Dutra. Florianópolis: Projeto LARUS - Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. 1 videocassete (40 minutos): son., color., 12mm. VHS.
- LIBÓRIO, Marília Gomes Campos. A paisagem e sua proteção legal no Brasil. In: **Paisagem, paisagens: Textos apresentados nas mesas redondas do 3º encontro interdisciplinar sobre o estudo da paisagem.** Rio Claro, UNESP, 1998. p. 61-68.
- LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982. p. 101-130.
- MACHADO, Lucy Marion C. P. **A Serra do Mar Paulista: um estudo de paisagem valorizada.** Rio Claro, 1988. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro. 311 p.
- \_\_\_\_\_. Paisagem valorizada : a serra do Mar como espaço e lugar. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 97-120.
- MACHADO, Paulo A. L. Direito Ambiental Brasileiro. **Revista dos tribunais.** São Paulo, p. 329-381, 1989.
- MAFRA, Suzana da Silva. Hay Kay. In: Sindicato dos Eletrecitários de Florianópolis – SINERGIA. **Conto poesia: 3º concurso literário.** Florianópolis: SINERGIA, 1999. p. 38.
- McDOWEL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY Derek; MARTIN Ron; SMITH, Graham (orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 159-188.
- OLIVEIRA, Livia de. Contribuições dos estudos cognitivos à percepção geográfica. **Geografia**, v.2, n.3, p. 61-72, abr. 1977.
- \_\_\_\_\_. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, Vicente e \_\_\_\_\_ (orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 187-212.
- ORELLANA, Margarida M. Penteado. Implicações políticas da APA de Piracicaba no município de Rio Claro. In: TAUK-TORNISIELO, Sâmira Maria et alii (orgs.). **Análise Ambiental: estratégias e ações.** São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1995. p. 182-187.
- PINCHAMEL, P. **La face de la terre.** Paris: Armand Colin, 1988.
- PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem Litorânea de Santa Catarina como Recurso Turístico. In: YÁZIGI, Eduardo; ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita

- de Cássia Ariza da (orgs.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 161-177.
- PÔSSAS, Heloisa Pauli. **A erosão nas bacias dos rios Cachoeira Grande e Ribeirão Grande**. Florianópolis, 1984. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. 75 p.
- RELPH, Edward. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 7, n. 4, p. 1-25, abr. 1979.
- RIBEIRO, Cláudia M. Braga. **Sobre a sobreposição de demarcações territoriais**. Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. 187 p.
- RÖPER, Monika. Geografia Social e unidades de conservação. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso). **Revista Geosul**, v. 14, n. 27, p. 45-66, jan./jun. de 1999.
- RONAI, Maurice. Paysages. **Hérodote**, n. 1, p. 125-159, 1976.
- ROUGERIE, Gabriel. **Geografia das paisagens**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. 133p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Curitiba e Provincia de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1978.
- SANTIAGO, Alina G. Direito e paisagem urbana. In: **Paisagem, paisagens: Textos apresentados nas mesas redondas do 3º encontro interdisciplinar sobre o estudo da paisagem**. Rio Claro, UNESP, 1998. p. 81-85.
- SANTOS, Gonçalves et alii. Análise Ambiental da Lagoa do Peri. **Revista Geosul**, ano IV, n. 8, p. 101-123, jul./dez. de 1989.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1982. 65 p.
- SANTOS, Milton. A redescoberta da natureza. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, p. 95-106, 1992.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 12-74.
- SERRANO, Célia Maria de Toledo. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: \_\_\_\_\_ e BRUHNS, Heloísa T. (org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997. p. 103-124.
- SCHEIBE, L. F. & TEIXEIRA, V. H. **Mapa geológico da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1970.

- SCHIFF, Mira R. Considerações teóricas sobre a percepção e a atitude. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 3, n. 6, p. 48-61, 1973.
- SILVA, Telma Domingues da. O ambiente e o turista: Uma abordagem discursiva. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo e BRUHNS, Heloísa T. (org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997. p. 103-124.
- TERRA. Os domínios da natureza. **Ecoturismo**. São Paulo, edição especial, nov. 1998.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 454 p.
- TUAN, Yi-Fu. Ambigüidades nas atitudes para com o meio ambiente. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 245, p. 5-23, abr./jun. 1975.
- \_\_\_\_\_. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo : Difel, 1980. 288p.
- \_\_\_\_\_. Geografia Humanística. In: **Perspectivas da Geografia**. CHRISTOFOLETTI, A. (org.). São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.
- VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985. 226 p.
- WHYTE, Anne V. T. **La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain**. Paris: UNESCO, 1978. 134 p.
- XAVIER, Herbe. Considerações sobre a percepção da Paisagem Geográfica. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte v. 5, n. 6, p. 21-26, dez. 94.

## BIBLIOGRAFIA - ARTIGOS DE JORNAL

- A NOTÍCIA. **Projeto da Casan é a salvação da Lagoa do Peri**. \_\_\_\_\_, Joinvile, 14 mai. 1996.
- ARTECHE, Fernando. **A paisagem desperta o misticismo**. Diário Catarinense, Florianópolis, 30 jan. 1993.
- ASMOPE – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LAGOA DO PERI. **Lagoa do Peri: urgente**. Sul da Ilha, Florianópolis, out. 1995.

- BOBSIN, Simone. **Larus faz vídeo ecológico para escolas.** Diário Catarinense, Florianópolis, 03 fev. 1994.
- BOEIRA, Sérgio Luís. **Peri.** Diário Catarinense, Florianópolis, 29 jul. 1988.
- BORBA, Manoel. **Meio ambiente.** ANcapital, Florianópolis, 27 jul. 1999.
- CASIMIRO, Almir. **Afastado perigo na Lagoa do Peri.** Diário Catarinense, Florianópolis, 26 nov. 1988.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Permanência em parque é defendida.** ANcapital, Florianópolis, 27 jul. 1998.
- DELFINO, Rose. **Invasão na Lagoa do Peri acaba com bichos e matas.** Diário Catarinense. Florianópolis, 18 abr. 1987.
- DIÁRIO CATARINENSE. **Peri: uma lagoa especial.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 24 fev. 1987a.
- DIÁRIO CATARINENSE. **Parque do Peri, mais um pouco de verde preservado.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 21 set. 1987b.
- DIÁRIO CATARINENSE. **Moradores questionam projeto no Peri.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 4 abr. 1995.
- DIÁRIO CATARINENSE. **Ação impede demolição de casa no Peri.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 20 fev. 1998a.
- DIÁRIO CATARINENSE. **Sombra e água doce.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 18 jan. 1998b.
- FOLHA DA LAGOA. **Trilha do Peri tem mar, lagoa e cachoeira.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, fev. 1998.
- GASSEN, André. **Prefeitura demole construção irregular.** ANcapital, Florianópolis, 30 abr. 1998.
- GOULART, Vana. **Lagoa do Peri: capital despreza o seu maior potencial ecológico.** O Estado, Florianópolis, 19 ago. 1984.
- GUILLAMELAU, André. **Novo projeto divide moradores.** Diário Catarinense, Florianópolis, 18 ago. 1991.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. **Moradores ameaçam preservação da Lagoa do Peri, denuncia Schiestl.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 10 jun. 1986a.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. **Casan arrasará a Lagoa do Peri, diz associação.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 11 jun. 1986b.

- JORNAL DE SANTA CATARINA. **A implantação do Parque da Lagoa do Peri “não passou de propaganda”.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 25 jul. 1987.
- LAGES, Valéria. **Cadastro da FLORAM ainda é incompleto.** ANcapital, Florianópolis, 1 abr. 1998.
- LIMA, Lara Viviane de. **Moradores alarmados com cadastramento.** ANcapital, Florianópolis, 30 dez. 1997.
- MARTINS, Celso. **Projeto para Lagoa do Peri causa polêmica.** O Estado, Florianópolis, 28 e 29 out. 1995.
- MARTINS, Celso. **Tentativa de despejo tem novo fracasso.** ANcapital, Florianópolis, 20 fev. 1998a.
- MARTINS, Celso. **Peri enfrenta os perigos da urbanização.** Jornal AN Capital. Florianópolis, 14 out. 1998b.
- MARTINS, Celso. **Advogado critica ação da FLORAM no Parque da Lagoa do Peri.** ANcapital, Florianópolis, 07 jul. 1999b. p. 5.
- MELATO, Fabiano. **Sombra e água doce na Lagoa do Peri.** Diário Catarinense, Florianópolis, 01 mar. 1995.
- O ESTADO. **Prefeitura implantará Parque da Lagoa do Peri.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 24 mar. 1985.
- O ESTADO. **Lagoa do Peri será transformado em reserva de parque ecológico.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 13 jan. 1987.
- O ESTADO. **SUSP derruba casas embargadas.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 29 mar. 1988.
- O ESTADO. **Lagoa do Peri agora vai receber o cuidado especial que merece.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 07 jun. 1989. p. 9.
- O ESTADO. **Fiscalização inibe invasão da Lagoa do Peri.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 27 mar. 1994.
- O ESTADO. **Sede promete preservar e valorizar o Parque da Lagoa do Peri.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 06 jun. 1998.
- OLIVEIRA, Maurício. **Nova sede pode iniciar resolução dos problemas.** ANcapital, Florianópolis, 24 out. 1997.
- OLIVEIRA, Maurício. **Protesto evita demolição de casa na Lagoa do Peri.** ANcapital, Florianópolis, 16 fev. 1998a.
- OLIVEIRA, Maurício. **OAB interfere no caso da Lagoa do Peri.** ANcapital, Florianópolis, 6 abr. 1998b.

- OLIVEIRA, Amilcar. **Parque da Lagoa do Peri tem nova sede.** ANcapital, Florianópolis, 06 jun. 1998c.
- OLIVEIRA, Amilcar. **Parque da Lagoa do Peri sofre com vandalismo.** ANcapital, Florianópolis, 11 jan. 1998d.
- REITZ, Raulino. **Padre Reitz: Florianópolis precisa da Lagoa.** **Jornal de Santa Catarina.** Florianópolis, 14 jun. 1976.
- ROSA, Edson. **Parque Municipal da Lagoa do Peri só existe no papel.** A Notícia, Joinvile, 19 out. 1989.
- SOUZA, de Colombo. **Mulheres que guardam a magia da ilha.** Diário Catarinense, Florianópolis, 24 nov. 1991.
- SUL DA ILHA. **Ações demolitórias na Lagoa do Peri: antes de ser uma questão jurídica, um fato político.** Florianópolis, out. de 1995.
- TEIXEIRA, Nume. **Lagoa do Peri sem fiscalização.** Diário Catarinense, Florianópolis, 16 jun. 1991.
- VEJA-SC. **Patrimônio em disputa: moradores do Peri querem continuar entre as águas, matas e bichos.** \_\_\_\_\_, Florianópolis, 14 fev. 1990